

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>1. O MUNDO DO TRABALHO E SUA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO .....</b>	<b>14</b>
1.1. Trabalho e Educação .....	15
1.2. O Paradigma da Acumulação Flexível e as Novas Exigências de Qualificação do Trabalhador: o Papel da Educação .....	22
1.3. O Cenário Político-Econômico Brasileiro dos Anos 90 e as Limitações Estruturais da Escolha Profissional.....	27
<b>2. O ENSINO MÉDIO E A ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL.....</b>	<b>41</b>
2.1. A Legislação Referente ao Ensino Médio .....	43
2.2. O Ensino Médio Público .....	511
2.3. A Orientação Profissional e Suas Concepções: da Utopia à Realidade .....	533
<b>3. PERFIL DO JOVEM BRASILEIRO NO TRABALHO E NA EDUCAÇÃO .....</b>	<b>677</b>
3.1. Perfil Educacional.....	69
3.2. Perfil Ocupacional .....	733
<b>4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>799</b>
4.1. A Escolha dos Sujeitos Participantes da Pesquisa.....	80
4.1.1. Caracterização dos Sujeitos .....	844
4.2. Procedimento de Levantamento dos Dados.....	866
4.3. Procedimento de Análise dos Dados .....	899
<b>5. APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS.....</b>	<b>91</b>
5.1. Caracterização das Escolas .....	911
5.1.1. Diferenças entre as Escolas .....	922
5.2. A Trajetória de Cada um dos Entrevistados .....	999
5.3. Análise do conjunto dos depoimentos dos egressos do Ensino Médio público ...	1177
5.3.1. Trajetória Durante a Realização do Ensino Médio.....	1188

5.3.2. Escolha Profissional .....	1233
5.3.3. Trajetória Educacional Pós-Ensino Médio .....	1277
5.3.4. Trajetória Profissional Pós-Ensino Médio.....	1333
5.3.5. Concepções Sobre sua Própria Trajetória.....	1355
5.4. Análise do Conjunto dos Depoimentos dos Familiares a Respeito da Trajetória de seus Filhos .....	1400
5.4.1. Dados Demográficos .....	1400
5.4.2. Dados Familiares na Atualidade.....	1422
5.4.3. Expectativas em Relação ao Futuro Educacional e Profissional do Filho .....	1444
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>1500</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>1555</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>15959</b>

## INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o aumento da oferta de Ensino Médio público no Brasil tem feito com que milhares de jovens, que antes não tinham acesso a esse nível de ensino, principalmente pela sua condição sócio-econômica desfavorável, tenham a oportunidade de cursá-lo.

Esse fato poderia significar que o jovem brasileiro, pelo aumento do número de anos de escolaridade, tenha hoje maiores chances de ingressar no mercado de trabalho em profissões que exijam maior qualificação, além de significar uma maior possibilidade de cursar o ensino superior, cujo acesso é permitido aos concluintes do Ensino Médio.

Isso poderia significar também uma maior probabilidade de efetivação de sua escolha profissional, via ingresso no curso de nível superior desejado, ou via atuação na profissão escolhida.

No entanto, entre a escolha profissional realizada ao concluir o Ensino Médio e a efetivação (ou não) dessa escolha, há um caminho repleto de fatores condicionantes que podem interferir, às vezes de forma decisiva, na realização do curso ou da profissão desejada.

Dessa forma, a escolha profissional do aluno do Ensino Médio público coloca-se como questão, visto que elementos como a necessidade de trabalhar, a falta de recursos para pagar um cursinho pré-vestibular ou mesmo uma faculdade, a impossibilidade de “concorrer” com igualdade com alunos oriundos de classes economicamente favorecidas (elementos esses decorrentes principalmente de sua situação de classe), podem ter um peso decisivo na concretização ou não de suas escolhas.

Vivendo numa sociedade capitalista que não oferece emprego para todos, que emprega profissionais qualificados em trabalhos não qualificados, que incentiva a competição individual para o ingresso na universidade e no mercado de trabalho (só os “melhores” conseguirão êxito), as reais chances de realização das escolhas dos alunos egressos do Ensino Médio público mostram-se bastante reduzidas. Assim, cabe a pergunta: o que significa “escolher” numa sociedade onde as oportunidades não são iguais para todos?

Coloca-se, então, um desafio para os orientadores profissionais que trabalham ou pretendem trabalhar com os alunos do Ensino Médio público: saber quem é esse jovem, conhecer o mundo do trabalho na atual sociedade capitalista, entender o significado das reais possibilidades de escolha desse jovem e compreender que há algo muito maior que permeia e condiciona a efetivação das escolhas: a realidade sócio-econômica. Essa realidade não determina definitivamente o destino do jovem economicamente desfavorecido, ou seja, existe a possibilidade, ainda que limitada, de efetivação de suas escolhas, mas certamente reduz a probabilidade de atingir suas metas, ou mesmo força a modificação de suas escolhas (que a princípio deveriam ser feitas a partir de suas tendências ou gostos pessoais), negando-as ou adaptando-as para obter maiores chances de se inserir no ensino universitário ou no mundo do trabalho.

Conhecer e compreender a trajetória desses alunos egressos do Ensino Médio público foi o ponto de partida para a estruturação do tema da presente pesquisa, com a finalidade de verificar o que acontece nessa trajetória que resulta em situações de escolha ou não-escolha, sempre estabelecendo relações entre as escolhas (que aparentemente são individuais) e a totalidade representada pelo universo político, econômico e social no qual essas individualidades estão inseridas.

Tal tema estruturou-se a partir da vivência profissional da pesquisadora como psicóloga do Centro de Psicologia Aplicada (CPA) da Universidade Federal de Juiz de Fora e coordenadora de um projeto de extensão na área de orientação profissional, nesta mesma instituição. Durante os 7 anos de realização do projeto, observou-se que cerca de 95% dos participantes eram alunos de escolas particulares, embora o valor cobrado pelo trabalho seja bem inferior ao de consultórios particulares e, ainda, os alunos do sistema público pagam metade do que é cobrado dos orientandos provindos do ensino particular. Esse baixo número de alunos do ensino público (embora o projeto seja bem divulgado nas escolas), juntamente com as entrevistas realizadas durante a participação no projeto com os poucos orientandos de escolas públicas, e as palestras e mini cursos feitos em escolas de ensino médio públicas, possibilitaram a verificação de que, para muitos alunos do ensino público, a possibilidade de escolha profissional sequer chega a ser cogitada, pois vários percalços entremeiam sua trajetória.

Considerando que a efetivação da escolha profissional depende de vários fatores que interferem no percurso educacional e profissional pós-ensino médio, e que o conhecimento de tais fatores é fundamental para a realização de uma orientação profissional mais crítica e consciente, a realização desta pesquisa partiu do seguinte problema: quais fatores influenciaram a trajetória educacional e profissional de egressos do Ensino Médio público do município de Juiz de Fora?

A Orientação Profissional, historicamente, tem servido mais a alunos oriundos da escola particular (que possuem maiores possibilidades de escolha) do que aos da escola pública, visto que, para esses, outros fatores ligados à sua condição de classe interferem em suas trajetórias educacionais e profissionais. Esses fatores, muitas vezes, são desconhecidos pelos orientadores profissionais, que acabam por homogeneizar sua prática. Conhecer os fatores que influenciam a trajetória dos egressos do Ensino Médio público se justifica pelo fato de poder oferecer subsídios para que os orientadores repensem sua atuação no atendimento desses alunos, percebendo os limites da Orientação Profissional e enfrentando os desafios que são colocados a essa prática.

Com o objetivo de examinar os fatores que influenciam a trajetória educacional e profissional de egressos do Ensino Médio público e relacionar esses fatores à efetivação (ou não) de suas escolhas profissionais, este trabalho investigou, através da realização de uma pesquisa de abordagem qualitativa, a trajetória educacional e ocupacional de um grupo de 10 alunos egressos do Ensino Médio de duas escolas públicas do município de Juiz de Fora, que concluíram esse nível de ensino no ano de 1997, ou seja, 7 anos antes da realização dessa pesquisa. A investigação desse percurso de 7 anos deveu-se ao fato de que os sujeitos investigados já teriam condições de discorrer a respeito de sua inserção (ou não) num curso universitário, sua conclusão (ou não), e seu ingresso (ou não) no mercado de trabalho. Ao analisar essa trajetória, foram investigados, através de entrevistas semi-dirigidas com os próprios egressos e seus familiares, os fatores determinantes que levaram esses sujeitos a cursar ou não cursar o ensino superior e a se inserir nas ocupações que atualmente realizam ou realizaram neste período após a conclusão do Ensino Médio.

A abordagem qualitativa foi utilizada com a finalidade de alcançar uma compreensão mais ampla e contextualizada desses fatores, considerando as interações e influência dos mesmos entre si.

Como suporte teórico da presente pesquisa, foram utilizados os trabalhos de Ferretti (1988, 1997) e Pimenta (1981), autores que realizaram uma crítica à orientação profissional tradicional, procurando desvelar o caráter ideológico que tais trabalhos contêm. Recorreu-se, também, aos trabalhos de Bock (2002), Aguiar e Bock (1995) e Lisboa (2002), no sentido de incorporar uma nova proposta de orientação profissional mais crítica, de base sócio-histórica, visto que os autores citados defendem que a escolha (ou não-escolha) profissional é resultado de um processo dialético onde determinantes individuais e sociais influenciam a efetivação ou não das escolhas. Já que essas opções profissionais são entremeadas por determinantes sociais, foi preciso esboçar um panorama do mundo do trabalho atual e de seus determinantes políticos e econômicos (NEFFA, 1998, 2001; HARVEY, 1994), relacionando-os com os objetivos da educação atual. Para tal propósito, recorreu-se a autores como Kuenzer (2001, 2003), Deluiz (1995) e Frigotto (1995) que procuram desvelar os objetivos da educação como reprodutora das relações capitalistas, mas também como possibilidade de ser produtora de indivíduos críticos e conscientes. Por fim, foi preciso contextualizar esse novo cenário, observando-o na realidade dos jovens brasileiros. Autores como Pochmann (2000, 2001) e Cassab (2001) foram fundamentais para a compreensão do perfil do jovem brasileiro, principalmente o pertencente às classes subalternas, e suas reais possibilidades de ascensão educacional e profissional.

Assim, o presente trabalho é composto de 6 capítulos:

O capítulo 1 trata de uma relação entre a educação e o trabalho, mostrando como a educação tem se construído de acordo com os paradigmas de produção, a fim de formar indivíduos adaptados ao mundo do trabalho na sociedade capitalista. Nesse sentido, foram abordadas as novas exigências de qualificação feitas pelo paradigma da acumulação flexível e foi feita uma breve exposição do momento político e econômico da década de 90 no Brasil,

cujos reflexos se prolongam até os dias de hoje, a fim de verificar quais os efeitos do mesmo sobre o mercado de trabalho brasileiro.

O capítulo 2 aborda questões relativas ao Ensino Médio, seus objetivos e sua forma de preparação dos alunos para a inserção no mundo do trabalho. Para isso, foi feita uma análise de toda a legislação educacional referente a esse nível de ensino e também foi feita uma sucinta discussão a respeito da orientação profissional e suas concepções na sociedade brasileira.

O capítulo 3 apresenta um perfil atual do jovem brasileiro, tanto em relação às questões de escolaridade, quanto em relação à sua inserção ocupacional, procurando fazer um paralelo entre a trajetória de jovens pobres e a de jovens favorecidos economicamente.

O capítulo 4 expõe a metodologia utilizada na presente pesquisa. Foram feitas entrevistas com 10 egressos do Ensino Médio público e com seus pais. Foi seguido um roteiro de entrevistas que abordou a trajetória desses egressos durante e após a realização do Ensino Médio, tanto a nível educacional quanto profissional. As entrevistas foram gravadas em fita cassete, posteriormente transcritas e submetidas à análise de conteúdo.

O capítulo 5 apresenta os resultados e discussões, a partir dos dados colhidos nas entrevistas realizadas. Primeiramente, foi realizada uma comparação entre as duas escolas pesquisadas. Depois, foi feito um relato e discussão dos depoimentos de cada entrevistado, procurando apontar seus anseios e dificuldades em relação à sua trajetória. Foram realizadas, ainda, análises categoriais do discurso coletivo dos entrevistados, a partir de alguns temas, quais sejam: I) Trajetória durante a realização do Ensino Médio; II) Escolha profissional; III) Trajetória educacional pós-Ensino Médio; IV) Trajetória profissional pós-Ensino Médio; V) Concepções sobre sua própria trajetória. Por fim, foi feita uma análise categorial do discurso dos pais dos entrevistados, a partir dos seguintes temas: I) Dados demográficos; II) Dados



familiares na atualidade; III) Expectativas em relação ao futuro educacional e profissional do filho.

O capítulo 6 apresenta as conclusões desse trabalho, apontando principalmente para os severos limites impostos, devido à condição de classe, às escolhas profissionais dos egressos do Ensino Médio público e à necessidade de o orientador profissional levar em conta, na sua prática, a questão dos determinantes sociais e econômicos das escolhas.

Através da realização desta pesquisa, espera-se, modestamente, contribuir no avanço da compreensão a respeito das possibilidades de escolha dos alunos egressos do ensino público, oferecendo subsídios para a realização de trabalhos de orientação profissional mais conscientes, assim como contribuir com o debate acerca da complexa relação entre educação e trabalho.

## **1. O MUNDO DO TRABALHO E SUA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO**

Neste capítulo, será discutida a forma como a educação, através do tempo, tem servido aos interesses do capital, com a preocupação de formar sujeitos para se adaptarem ao modo de produção capitalista. Assim, será apresentado o debate sobre a centralidade do trabalho na vida humana, as novas exigências de qualificação para o trabalho feitas pelo novo paradigma capitalista da acumulação flexível e, finalmente, um panorama sobre a realidade política e econômica brasileira a partir da década de 90 e seus efeitos sobre a geração de postos de trabalho no Brasil.

No mundo atual, com o crescente avanço da tecnologia de base microeletrônica e expressiva redução da oferta de empregos, o tema “trabalho” tem sido objeto de inúmeras discussões, tais como a questão da flexibilização das tarefas, das qualificações exigidas e das próprias relações trabalhistas; a mecanização do trabalho, a formação continuada, a relação entre formação geral e específica, além de polarizar duas concepções: uma que não acredita mais no trabalho como categoria central na vida humana, e outra que aposta na centralidade do trabalho como categoria fundamental, desde que esse trabalho propicie uma participação ativa e criativa dos trabalhadores.

Os pressupostos teóricos utilizados na presente pesquisa se apóiam na segunda concepção, pois se acredita que, através da atuação crítica e consciente no mundo do trabalho, o homem poderá desenvolver todas as suas potencialidades, o que poderá concorrer para a realização de uma transformação nas relações sociais de exclusão.

Portanto, a partir da crença na importância fundamental do trabalho na vida humana, e sabendo-se que a preparação para a inserção no mundo do trabalho se dá fundamentalmente através da educação, é importante que se faça um paralelo entre a educação e o trabalho, a fim de verificar como a escola, principalmente a de Ensino Médio, tem atendido às novas exigências de qualificação impostas pelo novo paradigma da Acumulação Flexível, visto que a legislação educacional atual (LDB nº 9394/96, Parâmetros Curriculares Nacionais e Diretrizes Curriculares nacionais para o Ensino Médio) coloca como objetivo principal para este grau de ensino a preparação para o exercício da cidadania e a orientação para o trabalho.

### **1.1. Trabalho e Educação**

Com o advento do capitalismo, o processo de trabalho foi sendo organizado e gerido de forma a propiciar o incremento da produtividade, a redução de custos e a consolidação do regime de acumulação do capital (NEFFA, 1998). Embora os modos de organizar a produção tenham se modificado ao longo do tempo, seu objetivo sempre foi o de adequar as tecnologias, as formas de organização do trabalho e os requerimentos de qualificação do trabalhador ao processo de valorização do capital.

O modelo taylorista-fordista, considerado uma forma de organização científica do trabalho, apresentava as seguintes características, segundo Neffa (1998): divisão pormenorizada do trabalho, hierarquização das funções, extrema especialização, rigidez na produção, divisão social e técnica do trabalho, padronização das tarefas, individualização do trabalho, separação entre trabalho intelectual e manual, entre outras.

Para que esse modelo de organização do trabalho obtivesse sucesso, era preciso “produzir” o perfil do trabalhador adequado a essas atividades. Nesse sentido, a escola teve muito a contribuir. Segundo Kuenzer (2001), a pedagogia nascida do taylorismo-fordismo, principalmente aquela referente aos ensinos médio e profissionalizante, tinha o objetivo de atender à divisão social e técnica do trabalho, em que a divisão entre o trabalho manual e o intelectual era claramente demarcada.

O princípio educativo que determinou o projeto pedagógico taylorista-fordista, ainda dominante em nossas escolas, deu origem às tendências pedagógicas conservadoras em suas distintas manifestações, que sempre se fundaram na divisão entre pensamento e ação, a partir do que se distribuía diferentemente o conhecimento. (KUENZER, 2001, p.55).

Os conteúdos eram rigidamente organizados e a memorização era valorizada, pois o processo produtivo demandava o desempenho de tarefas parciais e repetitivas, não sendo necessário o desenvolvimento de habilidades cognitivas superiores. Segundo a autora, a escola se adequava às exigências do mundo do trabalho organizando o trabalho pedagógico de forma rigidamente hierarquizada e centralizada, para assegurar o pré-disciplinamento necessário à vida social e produtiva.

No entanto, com a crise do paradigma taylorista-fordista de produção, um novo modelo de organização econômica foi surgindo, de modo a dar continuidade ao processo de valorização do capital. Várias são as denominações encontradas na literatura referentes a esse novo modelo: sociedade pós-fordista, sociedade pós-industrial, sociedade do conhecimento, etc. Para a presente pesquisa, optou-se trabalhar com o conceito defendido por David Harvey (1994), por considerá-lo como o que melhor define o modo como a sociedade atual está se organizando: o modelo da Acumulação Flexível. A principal característica desse novo paradigma se expressa pela flexibilidade na produção, nas relações trabalhistas e no consumo. Enfim, na própria forma de valorização do capital.

De acordo com Queiroz (2003), a globalização econômica mudou as regras de competitividade forçando uma transformação nos padrões de produção e comercialização. Isto obrigou as empresas a buscar uma produção qualitativamente eficaz, flexível, com menor custo trabalhista e de capital, o que tornou imprescindível readaptar os sistemas de gestão e organização do trabalho. Esse novo paradigma técnico-econômico se caracteriza, segundo Deluiz (1995) pela produção flexível, despadronizada e diversificada; pela versatilidade na modificação de produtos em função das necessidades do consumidor; pela organização não-hierárquica do trabalho; pela gerência baseada no uso da informação e subordinada a um processo de gestão menos centralizado e mais flexível; além da flexibilização também existente nas relações trabalhistas.

Já que cada modelo de produção demanda determinadas capacidades e habilidades por parte dos trabalhadores, o capital espera que, através da educação, sejam moldados os novos perfis dos trabalhadores para se adaptarem às novas exigências dos mesmos. No atual paradigma, passa-se a exigir um trabalhador de novo tipo, que tenha mais conhecimentos, saiba comunicar-se adequadamente, trabalhe em equipe, adapte-se a situações novas, crie soluções originais e seja capaz de educar-se permanentemente (KUENZER, 2001).

Mas, ao mesmo tempo em que novas demandas de qualificação têm sido colocadas aos trabalhadores, se observa cada vez mais o aumento da exclusão social, do desemprego, do trabalho precário, da violência, da miséria. Diante desse cenário e das diferentes compreensões dos fenômenos advindos da crise do paradigma taylorista/fordista, surge um debate que se baseia em duas correntes de pensamento: uma que indaga se o trabalho é ainda uma categoria fundamental para explicar o desenvolvimento social e que diagnostica o fim da sociedade do trabalho, tendo por defensores Rifkin, Gorz, Schaff, Offe, Habermas, Arendt, Meda, Castel (NEFFA, 2001; ROMERO 1994; FRIGOTTO, 1995) e uma outra corrente que defende a centralidade da categoria trabalho, argumentando que ainda é a posição no processo produtivo que condiciona a participação dos indivíduos na sociedade, onde estão presentes autores como Baethge, Schumann (NEFFA, 2001), Deluiz (1995) e Frigotto (1995), podendo-se incluir nesta última corrente algumas escolas que propõem alternativas à sociedade salarial.

De acordo com as análises de Neffa (2001), os autores que diagnosticam o fim da sociedade do trabalho possuem uma compreensão pessimista em relação ao trabalho no âmbito do sistema capitalista, uma vez que compreendem o trabalhador como inteiramente submetido aos desígnios do capital. Para esses autores, o fim do trabalho é algo que vai acontecer indefectivelmente devido à globalização, à incorporação de novas tecnologias e à reestruturação produtiva, que aumentam rapidamente a produtividade e condenam a maior parte da população ao desemprego. Neffa aponta que essa corrente considera que o moderno conceito de trabalho representa uma categoria sócio-histórica (e não uma categoria antropológica) que foi inventada pelo capitalismo a partir do momento em que a atividade produtiva humana deixou de ser privada e submetida às necessidades naturais. Com o capitalismo, o trabalho como atividade produtiva perdeu seu sentido anterior para converter-se em um simples meio de ganhar um salário. O trabalho desenvolvido segundo a lógica de

valorização do capital não permite a autonomia e por isso o trabalho perde sua centralidade na vida humana.

Segundo Romero (1994), autores como Offe e Habermas acreditam que o espaço onde se dá a participação, a comunicação e a solidariedade entre as pessoas não é mais o mundo do trabalho, mas o mundo vivido. Assim, a autonomia e realização das capacidades humanas ocorreriam nas atividades fora do trabalho. A esfera social e a esfera da cultura seriam as fontes de criatividade e de prazer. Em síntese, as teses que diagnosticam o fim do trabalho apontam para um processo de profunda regressão pelo qual passa o trabalho assalariado (abstrato), devido à desintegração do emprego, à precarização generalizada das formas sociais e organizacionais das relações que sustentam o trabalho e à desvalorização social dos trabalhadores como indivíduos e como classe social (FRIGOTTO, 1995).

Observando a argumentação desses autores apontados por Neffa (2001), percebe-se que há um consenso entre eles quanto ao fim da sociedade do trabalho. Não o trabalho concreto, mas sim o trabalho abstrato, quantificável, que pode ser separado da pessoa que o realiza, suscetível de ser comprado e vendido no mercado de trabalho, ou seja, a forma mercadoria do trabalho. No entanto, é necessário considerar se, realmente, o trabalho abstrato está em extinção, o que parece ser um contra-senso na sociedade capitalista, ou se ele tem assumido outras formas que não o trabalho industrial.

A crise e as mudanças pelas quais o trabalho vem passando, de acordo com Romero (1994) denotam muito mais o fim de uma etapa do capitalismo que correspondia ao fordismo. Dessa forma, o seu fim não resultará no fim do capitalismo, já que este altera sua racionalidade tendo em vista o momento histórico em que se insere, e nem no fim da centralidade do trabalho na sociedade, mas em sua ressignificação.

Nesse sentido, há autores que defendem posicionamentos contrários aos anteriores, sustentando que o trabalho tem uma essência antropológica, que possui uma omnilateralidade, ou seja, tem várias dimensões, que é uma atividade propriamente humana e necessária e que permite a realização com outras pessoas no seio de um coletivo de trabalho. De acordo com Neffa (2001), instituições como o Centro de Jovens Dirigentes da França, escolas como a dos ecologistas, regulacionistas e sociólogos anti-utilitaristas, e autores como os marxistas contemporâneos, consideram que o trabalho não é uma simples categoria histórica, mas é constitutivo da essência humana, da sua condição de ser social e de seu desejo de desenvolvimento pessoal. Ainda dentro da categoria de autores que acreditam na centralidade do trabalho na vida humana, podemos citar Schumann, Baethge, Deluiz e Frigotto, que assinalam novas possibilidades de atuação do trabalhador, caracterizadas por uma participação atuante e criativa no processo de trabalho. Segundo Deluiz (1995), essa corrente de pensamento reafirma o papel do trabalho na vida e no comportamento social dos indivíduos, argumentando que a posição social do homem e sua chance de participação na política e na cultura permanecem ainda essencialmente determinadas por sua posição no sistema produtivo. Além disso, os autores dessa corrente privilegiam o trabalho qualificado como espaço de desenvolvimento da subjetividade do trabalhador, isto é, da possibilidade do indivíduo de realizar-se no trabalho.

Deluiz (1995) considera que, apesar de toda a diferenciação da estrutura social e da crescente diversificação do trabalhador, o trabalho ainda ocupa um papel central na vida dos indivíduos.

O argumento de que a atual revolução microeletrônica levará ao desaparecimento do trabalho tem sido usado desde o século XIX, com os primórdios da revolução tecnológica. Na verdade, os processos de desenvolvimentos sociais têm desmentido



a automatização plena e os objetivos de eliminação total do homem no processo de produção. Os diferentes modos de racionalização da produção, que se revelam nas formas de trabalho flexível (redução da jornada de trabalho semanal, trabalho parcial e outras) são, na verdade, uma nova face do capitalismo industrial e sinalizam não o desaparecimento da sociedade do trabalho, mas a sua capacidade de transformação diante das novas exigências do processo de acumulação capitalista. (DELUIZ, 1995, p. 71).

Frigotto (1995) contesta as teses que pregam o fim da centralidade do trabalho, pois acredita que a crise da forma mercadoria de trabalho não significa o fim da centralidade do trabalho enquanto processo criador do humano na sua dupla dimensão de necessidade e liberdade. Para ele,

não há como negar mudanças profundas no conteúdo, na divisão, na quantidade e qualidade de trabalho demandado no processo produtivo da fase atual do capitalismo. Todavia, parece-nos problemático deduzir da crise do trabalho no interior das relações capitalistas de produção e das mudanças de sua natureza, a perda da centralidade do mesmo na vida humana. (FRIGOTTO, 1995, p. 108).

O presente trabalho, ao se identificar com essa última corrente de pensamento, defende que o trabalho desempenha ainda um papel fundamental para o desenvolvimento do ser humano em toda a sua potencialidade, pois se acredita que o posicionamento social do indivíduo é essencialmente determinado por sua posição no sistema produtivo e que o trabalho ainda permanece como local por excelência do desenvolvimento da subjetividade do homem como trabalhador. Devido a essa importância, a educação assume, como uma de suas funções, o papel de preparar os educandos para vivenciar o mundo do trabalho. Se o atual paradigma coloca para o trabalhador novas exigências de qualificação, e se consideramos que

a educação deva ser omnilateral, uma das dimensões que ela deve alcançar é a qualificação para esse novo mundo do trabalho.

## **1.2. O Paradigma da Acumulação Flexível e as Novas Exigências de Qualificação do Trabalhador: o Papel da Educação**

Desde a década de 80, o mundo é influenciado por uma nova era econômica chamada de globalização, que é, segundo Neffa (1998), uma fase específica do processo de internacionalização do capital, cuja valorização se busca em todas as regiões do mundo onde se encontram os mercados e os recursos. O autor aponta que a globalização é resultado de dois movimentos. Primeiro, a culminância de uma fase historicamente longa de acumulação de capital que se baseia em uma gestão empresarial em escala mundial. Segundo, a emergência de políticas de liberalização, abertura de fronteiras econômicas, privatizações, debilitação do papel do Estado e desmantelamento das conquistas trabalhistas e sociais. A internacionalização da economia pressupõe a adoção de novas tecnologias na organização do trabalho.

Nesse contexto, observa-se no cenário mundial a perda da exclusividade do modelo de crescimento fundamentado na produção em massa, para um outro centrado na acumulação flexível, ou seja, há a quebra da hegemonia da organização taylorista/fordista para a adoção do paradigma da flexibilidade. No quadro seguinte, é possível visualizar as principais diferenças entre os dois paradigmas:

<b>PARADIGMA TAYLORISTA/FORDISTA</b>	<b>PARADIGMA FLEXÍVEL</b>
1- Modelo de desenvolvimento baseado na metal mecânica	1- Modelo de desenvolvimento baseado na microeletrônica
2- Sustenta-se na administração científica de tempos e movimentos centrados no controle do trabalho.	2- Sustenta-se na aplicação da ciência como força produtiva da produção, controle e gestão da produção.
3- Separa concepção, gerência e execução.	3- Integração das diversas etapas do processo produtivo – tendência à homogeneização do trabalho e da produção.
4- Acentuada divisão técnica do trabalho baseada na especialização de máquinas e mão-de-obra	4- Reunifica tarefas parceladas embutindo-as nas máquinas.
5- Parcelamento das ocupações em tarefas – estratégia de desqualificação.	5- Diminuição da divisão técnica do trabalho possibilitada pelos equipamentos que possuem uma base científica comum (microeletrônica na indústria, nos bancos e escritórios).
6- Produção com base em automação rígida de bens padronizados, em grande escala e de baixo custo e produção em massa – a prioridade é a quantidade.	6- Produção com base em automação programável e flexível de produtos diferenciados, diversificados e produzidos com alta qualidade em séries mais restritas para atender demandas cambiantes em quantidade e qualidade – prioridade é a qualidade.
7- Contratação de grande número de trabalhadores não qualificados com ritmo de produção intenso.	7- Contratação relativa de grande número de trabalhadores qualificados, com ritmo de produção intenso, sem mudanças na jornada de trabalho.
8- Organização do trabalho através de rígida hierarquia.	8- Organização do trabalho através de grande flexibilização e descentralização.

Fonte: ROMERO, 2000.

Neffa (1998) aponta as características dessa nova forma de organização que está surgindo:

(...) en lugar de la gigantesca empresa fordista, que produce de manera integrada todos sus insumos, utiliza cadenas de montaje y mecaniza o automatiza sistemáticamente para aumentar la productividad del factor trabajo y produce en series largas productos homogéneos con el fin de lograr economías de escala y bajar los costos unitarios; actualmente se pasaría progresivamente a reducir la talla de las empresas y a constituir redes de coordinación con proveedores y subcontratistas y de cooperación entre empresas innovadoras, para lograr no sólo reducir los costos, sino también mejorar la calidad, incrementar la productividad global y del conjunto de los factores, producir series cortas de productos heterogéneos pero de manera masiva utilizando la especialización flexible, generar nuevos productos y adaptarlos rápidamente y de manera flexible a los cambios en la demanda. (Neffa, 1998, p. 211 e 212.).

Com as inovações tecnológicas e organizacionais advindas do novo paradigma da Acumulação Flexível, novas qualificações têm sido exigidas dos trabalhadores, a fim de que estes se tornem aptos a lidar com essa nova realidade. Assim, a educação vem ganhando nova centralidade, sendo vista como fundamental para se atingir os objetivos de transformação estrutural.

Uma das características do capitalismo é a coexistência de modos de produção diferenciados. Nessa perspectiva, no Brasil não houve uma ruptura total e definitiva do modelo fordista em direção à flexibilização. Pode-se dizer que o nosso país está vivendo um período de adaptação das mudanças ocorridas globalmente nos países centrais, o que leva à escola a responsabilidade de formar esse novo tipo de cidadão e trabalhador exigido pelo capitalismo, adaptado às novas formas de produção.

Segundo Deluiz (1995), o progresso e o uso intensivo da tecnologia baseada na microeletrônica e nos métodos de informação e de automação acarretaram mudanças drásticas no processo produtivo, na organização do trabalho, nas relações sociais e, conseqüentemente, nos níveis de emprego e nas qualificações profissionais. O novo esquema de racionalização baseado na flexibilização da produção se volta para as qualidades específicas do trabalho humano e para a qualificação como importantes forças produtivas.

A nova organização do trabalho exige, assim, um novo perfil de trabalhador que deve, segundo o capital, entre outras, possuir as seguintes competências: habilidades de natureza conceitual e operacional, capacidade de raciocínio abstrato, capacidade de se adequar e operar intelectualmente novas informações e de lidar criativamente com situações novas, capacidade sócio-comunicativa que lhe dê condições de desenvolver trabalho cooperativo em equipe, conhecimentos ampliados que possibilitem a autonomia e a independência profissionais, capacidade de tomar decisões, além do desenvolvimento das competências afetivas vinculadas à capacidade para lidar com a incerteza, com a dinamicidade e com o estresse (Deluiz, 1995; Kuenzer, 2003).

Queiroz (2003) afirma que a atual fase do desenvolvimento do capitalismo, por exigir novas habilidades e capacidades, coloca para a educação o papel de moldar os novos perfis dos trabalhadores para se adaptarem às novas exigências dos modelos de produção. Assim, à educação escolar é atribuída a responsabilidade de preparar os educandos para esse novo mundo do trabalho que se configura através das mudanças que têm sido operacionalizadas nos processos produtivos e, conseqüentemente, na sociedade como um todo.

No entanto, é preciso ter a clareza de que todas as mudanças que ocorrem no mundo do trabalho e, conseqüentemente, nas exigências de qualificação, ocorrem em função da valorização do capital e não da valorização da dimensão humana. Ou seja, quando determinado modelo de produção não está mais oferecendo o lucro esperado, há a necessidade de se buscar outras formas de valorizar o capital.

Kuenzer (2003), em um artigo publicado no Boletim Técnico do SENAC, ao demonstrar a necessária relação entre teoria e prática na educação dos trabalhadores, aponta para o fato de que o capitalismo necessita de um trabalhador com mais qualificação, mas, ao mesmo tempo, busca a adesão do trabalhador:

(...) daí a importância dada ao desenvolvimento de atitudes e comportamentos no âmbito da acumulação flexível, incorporados ao conceito de competência; é preciso desenvolver mecanismos que levem o trabalhador a se dispor a pensar, a favor da acumulação do capital e, portanto, contraditoriamente, a favor da exploração de sua força de trabalho. (KUENZER, 2003, p. 21).

Na mesma linha de pensamento, Frigotto (1995) afirma que o capital depende de trabalhadores com capacidade de análise e abstração e maior qualificação:

(...) estamos diante de um processo em que o capital não prescinde do saber do trabalhador e do saber em trabalho, e é forçado a demandar trabalhadores com um nível de capacitação teórica mais elevado, o que implica mais tempo de escolaridade e de melhor qualidade. Revelam, de outra parte, que o capital, mediante diferentes mecanismos, busca manter tanto a subordinação do trabalhador quanto à “qualidade” de sua formação. (FRIGOTTO, 1995, p. 154, grifos do autor).

Condizente com as novas exigências de qualificação impostas pelo paradigma da Acumulação Flexível, a legislação educacional busca se adaptar, pelo menos teoricamente, a esse novo modelo. Como será visto no capítulo 2, a atual legislação concernente ao Ensino Médio busca proporcionar ao aluno uma formação que atenda às exigências de qualificação colocadas pelo novo mundo do trabalho. No entanto, na prática das salas de aula, é possível perceber que pouco tem sido feito na direção desse novo tipo de formação demandado, tanto pelo capital, que necessita dele para perpetuar sua valorização, quanto pelos trabalhadores, que podem encontrar nessa educação geral de qualidade um espaço de desenvolvimento de suas potencialidades, visando a necessária emancipação humana.

### 1.3. O Cenário Político-Econômico Brasileiro dos Anos 90 e as Limitações

#### Estruturais da Escolha Profissional

A compreensão da “escolha” profissional tomada pelos jovens brasileiros no curso de sua vida estudantil, que, em termos de expectativa social, deveria se concretizar pela inserção desses jovens no mercado de trabalho e/ou num curso superior, é fruto, neste trabalho, da compreensão mais ampla do quadro social, político e econômico brasileiro da década de 90 do século passado. Será dada ênfase, neste capítulo, às condições históricas – definidas pelas relações sociais, econômicas e de poder – do sujeito da escolha (o estudante de Ensino Médio, neste caso), no momento em que este decide sobre sua profissionalização.

A escolha profissional, como toda escolha ou decisão, é um ato histórico, pois, além de ser uma consequência da inserção do sujeito num tempo e num espaço específicos, pode ser também, no caso de sua realização, causa determinante da condição social futura desse sujeito. Ela é, portanto, um ato potencialmente transformador, podendo alterar, significativamente, o curso da história do sujeito da escolha. É na dialética do “ser” (aquilo que o indivíduo é atualmente) e do “vir a ser” (aquilo que ele pretende ser futuramente) que se desenvolve o processo de escolha profissional<sup>1</sup>, onde o “ser” é, sobretudo, um “ser social” em sentido amplo, produto e produtor de sua cultura e das circunstâncias históricas – favoráveis ou desfavoráveis – que o circunscrevem. O poder de escolha ou de decisão, neste caso, é limitado por sua própria condição de “ser social”.

---

<sup>1</sup> Na dialética deste processo decisório, que é a escolha profissional, a antítese “vir-a-ser” nada mais é do que uma construção imaginária e futurista do sujeito da escolha; uma ficção elaborada a partir de elementos sócio-culturais presentes no sujeito e atualizados constantemente pelo mesmo.

Tendo isso em vista, será feita uma reconstituição bem simplificada do cenário econômico e político brasileiro da década de 90, quando as condições sócio-históricas (de exclusão social, principalmente fruto da má distribuição de renda) se impunham imperiosamente no processo da escolha profissional desses jovens, como pretendemos demonstrar neste trabalho.<sup>2</sup>

Numa breve retrospectiva histórica, é possível perceber que, entre 1930 e 1980, quando houve o maior impulso à industrialização nacional, o Brasil viveu um período de crescimento econômico, com taxa média anual de expansão da produção de quase 7%, desempenho este acima da média mundial. Este crescente impulso ao desenvolvimento das forças produtivas, ocorrido pela combinação do projeto de industrialização com forte expansão estatal e ampla internacionalização do mercado interno, se mostrou bastante favorável à maior participação relativa do Brasil na economia mundial. O mesmo não pode ser verificado nos dias de hoje, quando o país conta, desde 1990, com um novo modelo econômico voltado para a maior integração nacional no cenário internacional. (POCHMANN, 2001).

Com o advento da Nova República, em 1985, o combate à inflação, que vinha apresentando taxas crescentes, chegando inclusive à beira de uma hiperinflação, se tornou meta principal na condução da política econômica dos governos que se seguiram. A segunda metade da década de 80 e a primeira da de 90, do Governo Sarney ao de Itamar Franco, foram marcadas por grandes oscilações nas taxas de inflação e de crescimento econômico, além da completa deterioração das contas públicas e, ainda, dos diversos planos econômicos voltados, fundamentalmente, para o controle inflacionário, sem que, no entanto, tivessem produzido

---

<sup>2</sup> Segundo dados expostos no “Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil - 2003” (uma publicação conjunta do PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, e Fundação João Pinheiro), a desigualdade de renda medida pelo índice de Gini aumentou em 3.654 municípios do Brasil na década de 90, sendo que em 23 Unidades da Federação o índice foi pior em 2000 do que em 1991 ([http://www.pnud.org.br/atlas/PR/Press\\_Release\\_1.doc](http://www.pnud.org.br/atlas/PR/Press_Release_1.doc)).



efeitos positivos duradouros<sup>3</sup>. A política de congelamento de preços do Plano Cruzado, por exemplo, embora, num momento inicial, parecesse um sucesso, ao longo prazo produziu um efeito contrário ao desejado. A explosão do consumo, um impacto imediato dessa política, levou à escassez de produtos que, por sua vez, acarretou o aumento do volume de subsídios, das importações e no aparecimento do ágio, o que fazia com que a inflação oficial não correspondesse à realidade. A longa permanência do congelamento teve, como conseqüência, o desaquecimento da economia, com uma profunda desestruturação das condições de oferta. Devido ao aumento das importações, houve um desequilíbrio na Balança Comercial, com perdas expressivas das reservas internacionais, o que levou o Governo Sarney a decretar a moratória, em fevereiro de 1987, tendo por finalidade estancar essa perda de reservas e reiniciar as negociações da dívida externa (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 1996). Com tudo isso, uma fuga maciça de capitais estrangeiros, com a conseqüente redução nos investimentos diretos, foi inevitável, verificando-se uma queda significativa do PIB nos dois anos subseqüentes ao anúncio da moratória. Em 1987, a taxa de crescimento do PIB despencou dos 8,0% relativos a 1986 para 2,9% e, em 1988, para -0,3%, revelando a retração da economia brasileira neste período (BRUM, 1996).

Herdeira da crise inflacionária dos anos 1980 no Brasil, a primeira metade da década de 1990 seria marcada por uma profunda instabilidade política e econômica. Empossado na presidência em março de 1990, Fernando Collor de Mello, diante das denúncias de corrupção em seu governo, sofre o *impeachment* em setembro de 1992. Em ato contrário aos apelos do presidente para que o povo, em sinal de apoio a seu governo, saísse às ruas vestindo ou ostentando faixas e bandeiras em verde e amarelo, no dia 16 de agosto de 1992, multidões de jovens vestidos de preto e com suas caras pintadas, bradando palavras de ordem do tipo “fora Collor” e “*impeachment* já”, nas principais capitais e cidades brasileiras, aproveitaram o

---

<sup>3</sup> Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior (1996) apresentam, de maneira sintética e didática, as intenções, bem como os efeitos e defeitos de suas implementações, de todos estes planos econômicos da Nova República.

ensejo para exigir a queda do presidente. Tal movimentação ficou conhecida como a dos “caras-pintadas” e representou um momento de grande mobilização política por parte dos jovens brasileiros, estando muitas dessas agitações sob a liderança de movimentos estudantis, como a UNE (União Nacional dos Estudantes) e a UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas), e contando com o apoio da União da Juventude Socialista do PC do B (Partido Comunista do Brasil)<sup>4</sup>.

No aspecto econômico, todavia, não obstante o insucesso do Plano Collor no combate à inflação, iniciaram-se, neste período, algumas mudanças estruturais significativas, em virtude, sobretudo, das políticas de abertura comercial e de privatização e do avanço no processo de redefinição do papel do Estado na economia, com este “passando de um Estado-empresário, que procurava impulsionar o desenvolvimento econômico definindo diretamente onde os fatores de produção deveriam ser alocados, para um Estado regulador e fiscal da economia” (PINHEIRO, GIAMBIAGI e GOSTKORZEWICZ, 1999). O mercado, como agente de alocação de recursos, devido a esta reorientação da política econômica dada pelo Governo Collor, passaria a substituir o Estado de maneira mais intensa (com um volume maior de capitais) e extensa (abrangendo os mais diversos setores e sub-setores da economia, inclusive aqueles relacionados à infra-estrutura).

A nova Política Industrial e de Comércio Exterior, instituída em 1990 e que previa uma redução gradual das tarifas de importação, originou um processo acentuado de abertura comercial. Tal medida tinha por escopo a maior inserção do Brasil no contexto de uma nova ordem mundial, onde se evidenciavam os fenômenos da “globalização” e do “Novo Regionalismo”, cuja integração comercial dos países se dava através de acordos bilaterais e

---

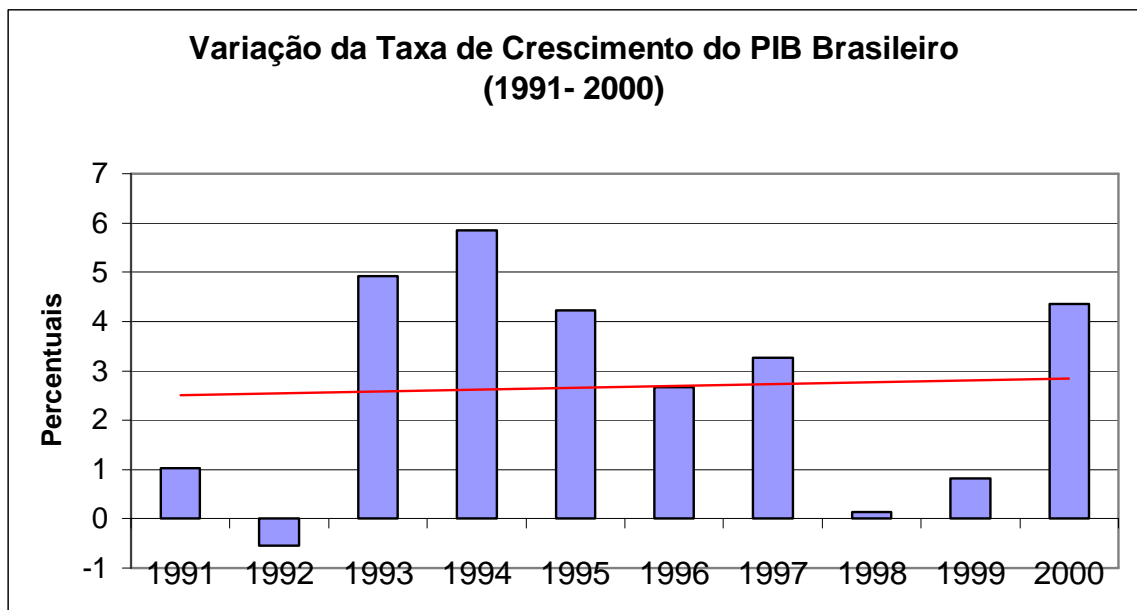
<sup>4</sup> Exemplos do envolvimento dessas entidades no processo de *impeachment* de Collor podem ser vistos em O ESTADO DE SÃO PAULO, Agência Estado Aedata: “700 mil se reúnem pelo *impeachment* no Anhangabaú”, 18-09-1992; e “Novos rebeldes ocupam a avenida Rio Branco e pedem *impeachment*”, 21-08-1992, disponíveis em <http://www.estadao.com.br/ext/diariodopassado/20020918/000225122.htm> e <http://www.estadao.com.br/ext/diariodopassado/20020821/000217041.htm>, respectivamente.

multilaterais (zonas de livre comércio, uniões aduaneiras e mercados comuns). Os resultados quantitativos dessa liberalização, especialmente no que toca à balança comercial, são apresentados por Averbug (1999) da seguinte maneira:

Entre 1988 e 1997, as exportações brasileiras passaram de US\$ 33,8 bilhões para US\$ 53 bilhões, um aumento de 57%, com crescimento médio anual de 4,6%. No mesmo período, as importações quadruplicaram, crescendo em média 15,4% a.a. e atingindo US\$ 61,3 bilhões. Essa assimetria nos ritmos de crescimento levou a uma inversão no sinal do saldo da balança comercial: o superávit de US\$ 19,2 bilhões em 1988 transformou-se no déficit de US\$ 8,4 bilhões em 1997 (AVERBUG, 1999, p. 48-9).

Este processo de abertura comercial, intensificado na década de 90, não trouxe, porém, somente os efeitos positivos elencados pelo autor acima citado, a saber: “grandes benefícios à indústria local, como ganhos de produtividade e competitividade, além da possibilidade de maior crescimento econômico para o país” (AVERBUG, op. cit., p.78). Trouxe também elementos negativos, conforme demonstra o gráfico abaixo. O gráfico 1 mostra a variação do crescimento do PIB (produto interno bruto) brasileiro no período em questão.

## GRÁFICO I



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais (2004).

A suave inclinação da linha de tendência (em vermelho), situada na faixa de valor mínimo de 2% e máximo de 3%, revela um crescimento inexpressivo ou, em outras palavras, uma estagnação da economia na década de 90. Analisando agora somente as barras (em azul) que correspondem às taxas anuais de crescimento, verificamos um movimento do tipo *stop and go* (elevações seguidas de declínios nas taxas percentuais) neste período. De qualquer forma, a maior taxa anual do período (5,8% em 1994) ficou ainda aquém da média histórica (7%, aproximadamente) relativa à fase de substituição de importações ou desenvolvimentismo brasileiro (entre os anos 1930 e 1980).

Quanto à implementação da política de privatizações, esta teve como ponto de partida o Programa Nacional de Desestatização (PND), lançado em 1990 pelo Governo Collor. Contrariando a tendência estatizante implícita na Constituição de 1988, que estabelecia “monopólios públicos nos setores de telefonia, comunicações, petróleo e distribuição de gás e

colocava barreiras à participação estrangeira em mineração e eletricidade” (PINHEIRO, 1999, p. 159-60), o PND iniciou um processo irreversível de privatizações que se estendeu e se intensificou no Governo FHC (1995-2002):

Ao todo foram privatizadas 33 empresas durante os governos Collor e Franco (1990-1994), com receitas totais de US\$ 8,6 bilhões e a transferência para o setor privado de US\$ 3,3 bilhões em dívidas. A quase totalidade dessas empresas estava na indústria de transformação, com as receitas concentradas nos setores siderúrgico, petroquímico e de fertilizantes. As empresas selecionadas para venda nessa fase da privatização tinham em comum o fato de pertencerem a setores relativamente competitivos ou para os quais o processo de liberalização comercial iria criar um ambiente de competição. (...)

A partir de 1995, o alcance da privatização seria enormemente ampliado por meio de dois movimentos quase simultâneos: a decisão de acabar com os monopólios do setor público na área de infra-estrutura e a decisão dos governos estaduais de também desenvolver seus próprios programas de privatização. Ao todo, as 80 privatizações do período 1995-1998 somaram US\$ 60,1 bilhões em receitas e permitiram a transferência de US\$ 13,3 bilhões em dívidas (PINHEIRO, 1999, p.164).

Nota-se, portanto, que estes três fatores – redefinição do papel do Estado frente à economia, abertura comercial e privatizações – estavam interligados e se deram em razão da incapacidade do Estado brasileiro continuar liderando os processos de acumulação e de modernização, devido, sobretudo, à crise fiscal – destacando-se o elevado déficit público – e a sua nova condição de submissão diante da imperiosidade do capital transnacional – bem como do mercado de capitais – e do poder decisório de suas instituições credoras supranacionais na definição das diretrizes e metas de suas políticas econômicas. Sustentadas pelo paradigma da “eficiência”, em contraposição ao da “segurança nacional” – este último, instituído pelos militares – (PINHEIRO, op. cit.), as políticas econômicas relacionadas às privatizações e à abertura comercial, na década de 1990, foram conduzidas, no Brasil, de modo a se adequarem

às regras de ação estabelecidas para os “*technopols* da periferia” no Consenso de Washington<sup>5</sup> – “um plano único de ajustamento das economias periféricas, chancelado, hoje, pelo FMI (Fundo Monetário Internacional) e pelo BIRD (Banco Mundial) em mais de sessenta países de todo mundo” (FIORI, 1994, p. 2), tendo por base um programa de estabilização e reforma econômica para os países em desenvolvimento – e, portanto, dependentes – a ser implementado, de maneira seqüencial, conforme as seguintes fases: a) estabilização macroeconômica – com a geração de um superávit fiscal primário, a revisão das relações fiscais intergovernamentais e a reestruturação dos sistemas de previdência pública; b) “reformas estruturais”; e c) retomada dos investimentos e do crescimento econômico (FIORI, op. cit., p. 2).

O Plano Real se constituiu num exemplo típico de importação e aplicação irrestrita desta receita neo-clássica apreciada e aprovada no Consenso, conforme mostra FIORI, relativizando, assim, a originalidade do plano:

Poucos ainda tem dúvidas de que o Plano Real, a despeito de sua originalidade operacional, integra a grande família dos planos de estabilização discutidos na reunião de Washington onde o Brasil esteve representado pelo ex-Ministro Bresser Pereira. E aí se inscreve não apenas por haver sido formulado por um grupo paradigmático de *technopols*, mas por sua concepção estratégica de longo prazo, anunciada por seus autores, desde a primeira hora, como condição inseparável de seu sucesso a curto prazo: ajuste fiscal, reforma monetária, reformas liberalizantes, desestatizações etc., para que só depois de restaurada uma economia aberta de mercado possa dar-se então a retomada do crescimento ( FIORI, 1994, p. 4).

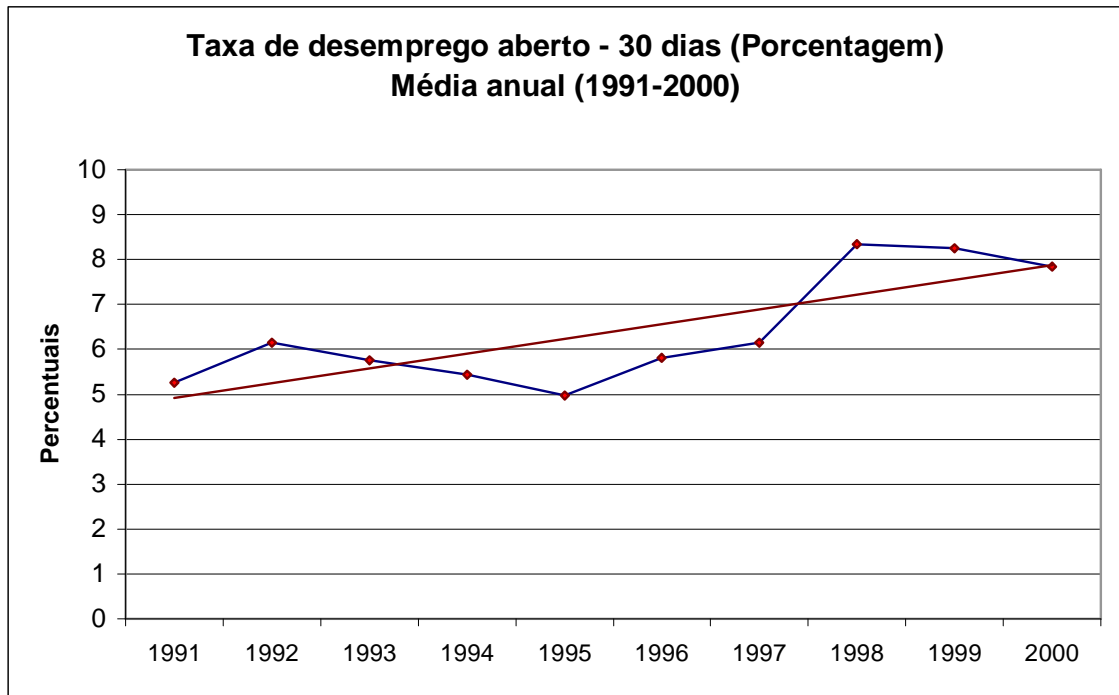
---

<sup>5</sup> Entre os dias quatorze e dezesseis de janeiro de 1993, cerca de cem especialistas – executivos de governo, dos bancos multilaterais e de empresas privadas, economistas, cientistas políticos, acadêmicos – estiveram reunidos, em Seminário Internacional sob o tema “*The Political Economy of Policy Reform*”, no *Institute for International Economics*, em Washington, para discutir, com representantes de onze países da Ásia, África e América Latina, a viabilidade da aplicação, nestas economias periféricas, das regras propostas por John Williamson no documento “*Search of a Manual for Technopols*”, tendo em mira a estabilização destas economias. Williamson havia chamado este programa, alguns anos antes, de *Washington Consensus*. O apelido “*technopols*” foi dado por ele aos “economistas capazes de somar ao perfeito manejo de seu *mainstream* (evidentemente neo-clássico e ortodoxo) a capacidade política de implementar nos seus países a mesma agenda e a mesma agenda política do *consensus*” (FIORI, 1994, p. 1-2).

Como estas medidas ortodoxas são geralmente impopulares por gerarem elevados custos sociais, a preocupação dos integrantes do Consenso esteve voltada, fundamentalmente, para o fator “poder político”. O próprio John Williamson, idealizador do Consenso, admitia, como salienta FIORI (1994, p. 3), “os perversos efeitos sociais e econômicos das medidas de austeridade e liberalização sobre as economias e populações nacionais”. A questão era “como fazer os eleitores aceitarem os desastres sociais provocados em todo lugar pelo programa neoliberal como sendo transitórios ou necessários em nome de um bem maior e de longo prazo”. A condição “favorável” para o sucesso do Plano Real, no aspecto político, foi a catástrofe econômica causada por uma hiperinflação – com os diversos transtornos que lhe são inerentes – advinda, segundo a perspectiva ortodoxa, da falta de vontade política por parte dos governos anteriores de resolver o problema ao longo prazo e tendo que arcar com os inevitáveis custos sociais, ou, em outros termos, de acordo com as leis do “estatuto neoliberal”.

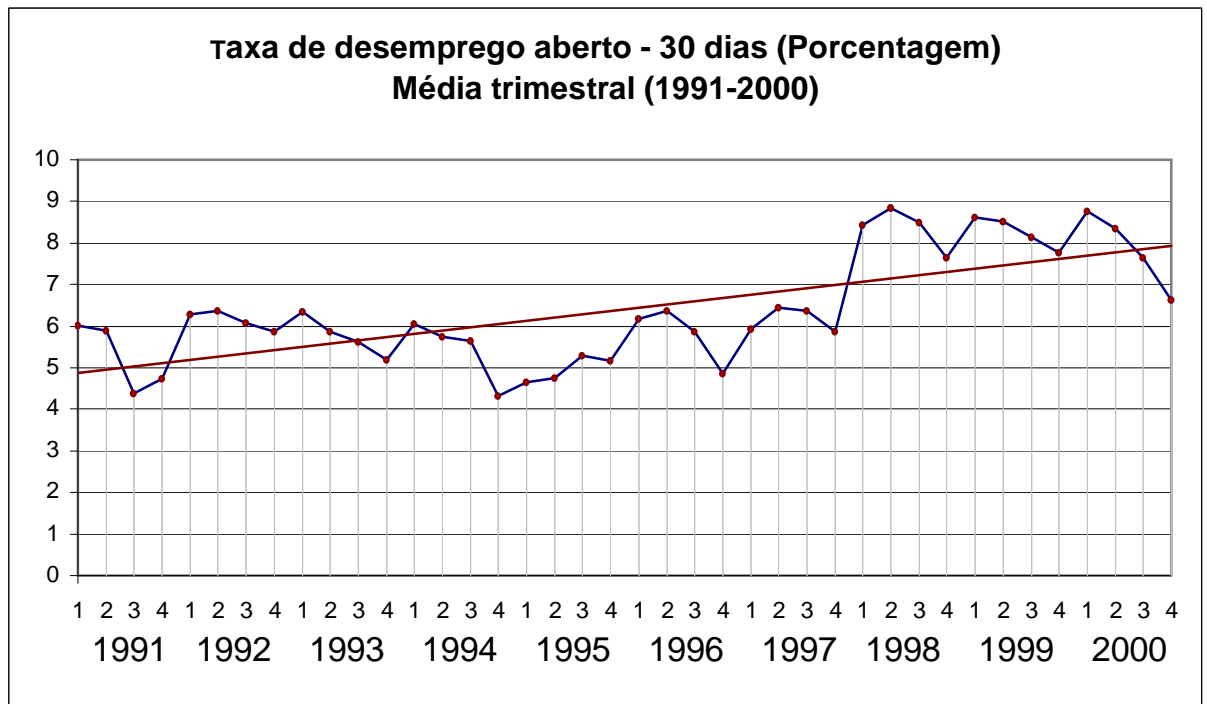
Um destes custos foi, sem dúvida, o desemprego, cuja evolução podemos observar através dos gráficos abaixo.

GRÁFICO 2



FONTE: IBGE, Pesquisa Mensal do Emprego, Regiões Metropolitanas Brasileiras.

GRÁFICO 3



FONTE: IBGE, Pesquisa Mensal do Emprego, Regiões Metropolitanas Brasileiras.



Ambos os gráficos foram gerados a partir da mesma fonte de dados: a Pesquisa Mensal do Emprego realizada pelo IBGE para as regiões metropolitanas brasileiras. A diferença entre eles está no desenho da curva. No segundo caso (da média por trimestre), podemos observar pelos altos e baixos da curva a sazonalidade do emprego: a taxa de desemprego tende a cair, via de regra, mas com exceções, entre os terceiro e quarto trimestres de cada ano, devido ao aquecimento da economia, sobretudo do comércio, em virtude das festividades de final de ano. No entanto, a linha de tendência (em vermelho) é a mesma para ambos. Ela mostra um aumento significativo do desemprego na década de 1990: de 5% em 1991, para 8% em 2000, aproximadamente.

Estes dados rebatem a tese de Moreira e Najberg (1999), segundo a qual o custo-emprego, em razão das políticas de abertura comercial implementadas no Brasil na década de 90, no curto prazo, foi relativamente reduzido, com 1.012.260 postos de trabalhos perdidos (1,7% do pessoal ocupado) para o período de 1990-1997. Sustentados por uma literatura neoliberal, acreditavam os referidos autores que, passado este período de reestruturação da economia, devido a esta transição para um regime de comércio mais aberto, os efeitos negativos sobre o emprego seriam resolvidos segundo a fórmula clássica do “laissez-faire” na realocação dos recursos (capital e trabalho). De fato, para esses autores,

A literatura que trata das experiências concretas de liberalização comercial nos países em desenvolvimento sustenta que a transição para um regime de comércio mais aberto tem impactos positivos sobre o nível de emprego, tendo em vista que os recursos passam a fluir na direção dos setores que usam o trabalho de forma mais intensiva. Admite-se que, no curto prazo, o efeito possa ser negativo, em função da existência de hiato temporal entre a contração dos setores mais competitivos (intensivos em trabalho), mas argumenta-se que essa perda tende a ser mais do que compensada à medida que esse hiato se expira (MOREIRA e NAJBERG, 1999, p. 490).

Estas proposições fazem coro àquelas sugestões oriundas do Consenso de Washington, conforme foi visto há pouco, e que podem ser resumidas nas seguintes palavras: o sacrifício inicial (recessão e desemprego) será recompensado no futuro (crescimento econômico). Passados mais de dez anos, este futuro previsto pelos *technopols* do Consenso ainda não virou presente. Outro problema que foi detectado, que tem mais a ver com a metodologia aplicada pelos referidos autores, é que se privilegia na análise somente o custo-emprego, ou seja, a perda de postos no mercado de trabalho formal. Negligencia-se o fator crescimento populacional e o aumento da massa de jovens em busca do primeiro emprego. As taxas de desemprego envolvem não apenas as perdas de postos de trabalho, mas também a não criação de novos postos.

Este aumento do desemprego, decorrente do baixo crescimento econômico do período em análise, ou, em outros termos, esta redução inevitável da oferta de emprego formal teve, em contrapartida, um crescimento significativo da informalidade<sup>6</sup>, sendo este apenas um aspecto particular do fenômeno mais amplo da exclusão generalizada do mundo do trabalho. Mas não seria esta evolução do desemprego inerente à própria metamorfose do sistema capitalista diante do fenômeno da globalização, que vai se tornando mais evidente na década de 90? Deixando de lado as conjunturas sócio-econômicas nacionais, o aumento do desemprego estrutural não se apresenta, atualmente, como um fenômeno mundial? O que ocorre, também, é que o próprio mundo do trabalho, enquanto sistema de valores, encontra-se em crise, já desde a substituição do modelo taylorista-fordista de produção pelo da acumulação flexível (década de 70)<sup>7</sup>, conforme observa Domingues:

---

<sup>6</sup> Uma crítica bem fundamentada sobre o conceito de “informalidade” pode ser vista em NORONHA (2003). Segundo este autor, “em termos de mercado de trabalho, é razoável supor que o início dos anos de 1990 representou uma ruptura no movimento crescente de formalização do trabalho. Desde então, tem crescido a ‘informalidade’. A proporção de empregados sem carteira cresceu 8,1%: de 20%, em janeiro de 1991, para 28,1%, em janeiro de 2001” (NORONHA, 2003, p. 115).

<sup>7</sup> Para uma discussão mais aprofundada deste processo de transformação do capitalismo (do fordismo à acumulação flexível) vide HARVEY (1994, p. 115-84).

Os avanços tecnológicos, automatizando a produção e com isso reduzindo o número de trabalhadores necessários dentro das empresas e na sociedade em geral, desloca muitos do mundo do trabalho. O desemprego estrutural se estabelece e a identidade dos indivíduos e dos grupos deixa de ser dada por seu pertencimento à classe trabalhadora que, ao contrário do previsto por Marx, encolhe, em vez de aumentar, de tamanho. Sem dúvida, este pode não ser um processo linear nem um futuro imediato. Mas mesmo países como o Brasil, com grande potencial de crescimento e ocupação da fronteira agrícola, padecerão em função das transformações no mundo do trabalho. Dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) indicam que o Brasil terá de crescer ao menos 5% ao ano para manter uma taxa de desemprego abaixo de 7,84%, do contrário a situação se tornará ainda mais dramática” (DOMINGUES, 2001, p. 78).

Diante desse quadro de encolhimento e desvalorização social (por parte dos excluídos) do mundo do trabalho, como fica a questão da escolha profissional, principalmente em relação aos jovens que possuem um histórico familiar de exclusão desse mundo? Hoje, já se fala até em “desvinculação da cidadania social do estatuto do trabalho assalariado”, o que levaria a novas formas de pensar a questão social (DOMINGUES, op. cit.). O quadro fica mais preocupante ainda quando se aborda o problema da criminalidade. Não seria o mundo do crime, também, uma possibilidade da escolha, nesses casos de exclusão? Dependendo do meio social – justamente naqueles em que essa desvalorização do mundo do trabalho se torna mais evidente –, a “profissão” de traficante, por exemplo, pode ter um elevado status, pois confere poder e rendimentos vultosos, principalmente aos líderes de quadrilhas. Para crianças e jovens, inseridas em contextos de exclusão social e violência, o traficante pode significar uma referência de “sucesso profissional”.

Concluindo, a década de 90, tanto no Brasil quanto no mundo inteiro, foi, sem dúvida, um período de grandes transformações políticas, econômicas e sociais. Dada a crise do modelo de estado de bem-estar e dos estados socialistas, o neoliberalismo se apresentou como a ideologia dominante no mundo ocidental, orientando as políticas econômicas e sociais dos estados nacionais. Tal ideologia buscava legitimar a hegemonia do capital em âmbito mundial, derrubando as barreiras protecionistas erguidas, em épocas passadas, pelos estados

nacionais, bem como suas fronteiras culturais. O mundo se viu diante de uma compressão do tempo-espaço de proporções jamais presenciadas na história da humanidade (HARVEY, 1994, p. 257-76). Para a doutrina neoliberal, a globalização aparecia como um fenômeno inevitável e irreversível, cabendo aos estados nacionais e suas diversas culturas se adequarem a essa realidade. No Brasil, os governos Collor e FHC, como foi visto anteriormente, são exemplos dessa adequação. Os efeitos dessas transformações no processo de escolha profissional do jovem brasileiro que cursava o Ensino Médio nesse período é o que se pretende verificar com essa pesquisa.

## **2. O ENSINO MÉDIO E A ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL**

Este capítulo abordará o tema Ensino Médio, principalmente o público, analisando seus objetivos no contexto atual e a legislação referente a ele, procurando revelar a relação que se estabelece entre o Ensino Médio e a preparação para o trabalho. Ainda dentro desse tema, será feita uma breve contextualização da orientação profissional no Brasil, a fim de compreender quais as concepções que orientam sua prática e quais os seus objetivos ao trabalhar com alunos do ensino público.

O Ensino Médio no Brasil tem enfrentado, nos últimos anos, o desafio de adequar-se às novas exigências de formação derivadas das mudanças sociais, econômicas e tecnológicas, como também o de conciliar-se às novas demandas do campo profissional.

Historicamente, as políticas públicas para o Ensino Médio têm se orientado em direção a um duplo caminho, que conduz, ou ao prosseguimento dos estudos ou a uma profissionalização.

Se no ensino profissionalizante a ênfase sempre recaiu na habilitação para uma ocupação específica, no ensino de formação geral pouco se falou a respeito do mundo do trabalho.

A nova legislação que trata do Ensino Médio se propõe a inserir esse tema na formação geral do educando (visto que a aquisição de uma sólida formação básica é considerada, hoje, como fundamental para a inserção produtiva), vinculando, de certa forma, a educação básica ao mundo do trabalho. Esse novo modelo de relação entre educação e trabalho teria como base um novo conceito de qualificação profissional, não mais pautado em habilidades específicas, típicas de uma determinada ocupação, mas sim numa base de educação geral, sólida e ampla que permitisse ao indivíduo acompanhar as mudanças nos processos produtivos (FOGAÇA, 1999). A formação básica para o trabalho é defendida como necessária para se compreender a tecnologia e a produção, com o propósito de preparar recursos humanos adequados à realidade do mundo do trabalho (RAMOS, 2003).

A legislação atual, ao propor a orientação para o trabalho como uma das finalidades do Ensino Médio, ao mesmo tempo em que objetiva adaptar os indivíduos às exigências do mercado de trabalho, contraditoriamente, também pode ser um campo aberto para reflexões mais relevantes que façam com que os indivíduos, ao invés de simplesmente se adaptarem ao mundo do trabalho, como objetos, atuem, como sujeitos, na perspectiva de uma transformação de suas condições sociais.

É importante ressaltar que essa valorização da educação geral através do desenvolvimento de competências e do domínio dos conhecimentos científicos básicos, proposta para o novo Ensino Médio, apesar de não ter o objetivo de preparação para uma profissão específica, vem ao encontro das novas demandas de qualificação da força de trabalho. Devido à introdução de novas tecnologias no processo produtivo, novas qualificações são exigidas para o trabalhador, como capacidade de raciocínio abstrato, pensamento estratégico, criatividade, além de uma considerável competência teórica (DELUIZ, 1995), e essas competências só poderiam ser adquiridas através de uma educação geral de qualidade.

No entanto, se essa qualificação é vista como um fator de aumento e melhoria da produtividade, ao mesmo tempo, uma formação geral e abrangente pode, conforme nos aponta Deluiz (1995), significar um espaço de luta, ampliando os horizontes dos indivíduos na busca do desenvolvimento de uma consciência individual e coletiva.

Considerando os fins dessa pesquisa, resolveu-se delimitar a discussão sobre o Ensino Médio e a orientação profissional à década de 90, época em que os jovens pesquisados cursavam esse grau de ensino.

### **2.1. A Legislação Referente ao Ensino Médio**

No início da década de 90, já vigorava no país a atual Constituição Brasileira, promulgada em 1988, apresentando como objetivo geral da educação o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho.

No entanto, até metade da referida década, ainda vigorava a lei 5692/71 que versava sobre a reforma do ensino de 1º e 2º graus. A preocupação com a educação para o trabalho era uma constante na referida lei, visto que, à época de sua promulgação, em 1971, o país passava pela euforia da classe média com o “milagre econômico”<sup>8</sup>. Em seu artigo 1º, lia-se: “O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação

---

<sup>8</sup> Período que vai de 1968 a 1973, quando o Brasil apresentou taxas de crescimento anual médio de 11%, ou seja, um expressivo crescimento econômico, num curto espaço de tempo.

necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania”.

O 2º grau tornou-se compulsoriamente profissionalizante, ou seja, todo aluno que cursasse o Ensino Médio teria necessariamente que fazer um curso técnico que o habilitasse em alguma profissão específica. Segundo Romanelli (1990), a profissionalização compulsória no 2º grau, além de servir à qualificação da mão-de-obra que o modelo econômico vigente necessitava, também foi instituída devido à crise da Universidade (aumento constante dos excedentes dos vestibulares e pressão por mais vagas). Se o 2º grau fosse capaz de proporcionar uma formação profissional, antes de ingressar na Universidade, o candidato potencial a ela ingressaria na força de trabalho e se despreocuparia de continuar lutando pela aquisição de uma profissão que, na maioria dos casos, só era obtida através do curso superior. A profissionalização de nível médio era vista como uma exigência que teria como resultado selecionar os mais capazes para a Universidade, dar ocupação aos menos capazes e, ao mesmo tempo, conter a demanda de educação superior.

No entanto, à época em que os jovens pesquisados cursaram o Ensino Médio, a profissionalização já não era mais compulsória, visto que, em 1982 foi promulgada a lei 7044, que retirou o caráter de obrigatoriedade da profissionalização de 2º grau, substituindo a “qualificação para o trabalho” por “preparação para o trabalho”. Isso representou, segundo Ghiraldelli Júnior (1992), o reconhecimento público da falência da política educacional da ditadura.

A Constituição de 1988 abriu espaço para a elaboração de uma nova lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Os princípios que regem a educação, enunciados no texto constitucional, foram ajustados, na sua aplicação, a situações reais, que se constituíram na matéria-prima da Lei 9394/96.



Em 30 de dezembro de 1996, após oito anos de inúmeras discussões no Congresso Nacional, a LDBEN 9394/96 é sancionada. É importante destacar que a lei aprovada contrapôs-se à tendência, defendida pelo fórum de educadores, que apontava para uma outra perspectiva para o Ensino Médio, tendo por base a concepção de politecnia. A acolhida do substitutivo Darcy Ribeiro, mais adequado aos interesses político-econômicos do momento, resultou na atual LDB, onde se introduz o capítulo da Educação profissional, que fornece os elementos legais para produzir a separação entre Ensino Médio e Ensino Técnico, presentes no decreto 2208/97. A atual LDB caracteriza o Ensino Médio como uma etapa final de uma educação de caráter geral. Na perspectiva da nova lei, este nível de ensino deve vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social (art. 1º, inciso 2º). Este nível de ensino passa a ter característica de terminalidade com objetivo de consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no ensino fundamental; aprimorar o educando como pessoa humana, possibilitar o prosseguimento dos estudos; garantir preparação básica para o trabalho e a cidadania (art. 35).

A leitura dessa legislação nos aponta para um Ensino Médio que ofereça, ao invés da formação voltada para a profissionalização, a aquisição de conhecimentos básicos e competências relacionadas ao pleno exercício da cidadania e da inserção produtiva. Assim, o Ensino Médio não visa mais preparar para o exercício de uma profissão específica, mas sim fazer com que o educando tenha uma sólida formação básica que o habilite em conhecimentos científicos e o prepare para sua inserção no mundo do trabalho.

A LDB 9394/96 (SOUZA e SILVA, 1997) aponta como objetivo da educação o preparo do educando para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. A LDB, inclusive, cita que os conteúdos curriculares da educação básica observarão, entre suas diretrizes, a orientação para o trabalho (art. 27, III).

Especificamente sobre o Ensino Médio, a LDB indica como uma de suas finalidades, a preparação básica para o trabalho, de modo que o educando seja **capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação** (art. 35, II, grifos nossos). Segundo SOUZA e SILVA (1997), preparar o educando para o trabalho, no contexto dessa LDB, não se trata de formar um técnico, e sim de

dotar o educando de conhecimentos básicos sobre as profissões e suas chances mercadológicas. (...) Valerá mais como instrumento de definição vocacional do educando e de sua orientação para o trabalho(...). Por outro lado, deve essa preparação básica instrumentar o educando, de molde a **possibilitar-lhe uma fácil readaptação nas mudanças provocadas pela evolução tecnológica**. (SOUZA e SILVA, 1997, p. 60, grifos nossos).

Esse enfoque, que considera a orientação para o trabalho simplesmente como um auxílio para que o indivíduo se adapte ao mundo do trabalho, é muito limitado em sua concepção, pois não coloca para o educando a possibilidade de questionar esse mundo no qual será inserido. A orientação para o trabalho não deve servir para transformar o aluno em um objeto que se amolde às exigências de qualificação para o trabalho na atual sociedade capitalista, mas sim deve contribuir para a sua emancipação. A escola deve, sim, preparar os educandos para o mercado de trabalho, pois se o indivíduo qualificado já encontra dificuldades para nele se inserir, aquele que não possui a qualificação exigida provavelmente não conseguirá uma colocação neste mercado cada vez mais concorrido. No entanto, essa preparação deve se dar no sentido de fazer o educando refletir, questionar e se conscientizar a respeito do significado do trabalho numa sociedade capitalista, e não simplesmente fazer com que o indivíduo a ele se adapte sem perceber as reais intenções que estão por trás de toda e qualquer exigência de qualificação.

Vejam os que dizem os outros documentos.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (1999) indicam que a formação do aluno deve visar a aquisição de conhecimentos básicos, a preparação científica e a capacidade de utilizar as diferentes tecnologias relativas à área de atuação.

Segundo os PCNEM, um dos fatores que determinaram o repensar sobre as diretrizes que orientam o Ensino Médio foi o fator econômico, que se define pela ruptura tecnológica característica da chamada Terceira Revolução Industrial, na qual os avanços da microeletrônica têm um papel preponderante. De fato, os novos paradigmas de produção apresentam para a educação a obrigação de repensar suas estratégias de formação a fim de preparar os jovens para as novas exigências do mundo do trabalho.

A questão da preparação básica para o trabalho está presente em todo o conteúdo dos PCNEM, que colocam muito claramente a necessidade do desenvolvimento de competências tanto para o exercício da cidadania quanto para o desempenho de atividades profissionais. Segundo o documento, “o desenvolvimento das competências cognitivas e culturais exigidas para o pleno desenvolvimento humano passa a **coincidir com o que se espera na esfera da produção**” (p. 12, grifos nossos). A organização curricular sugerida nos PCNEM deve ser comprometida com o novo significado do trabalho no contexto da globalização e com a pessoa humana que se apropriará desses conhecimentos para se aprimorar no mundo do trabalho e na prática social. E aponta que a educação geral é imprescindível para a preparação para o trabalho. Essa educação geral, que, segundo os PCNEM, permite buscar informação, gerar informação, usá-la para solucionar problemas concretos na produção de bens ou na gestão e prestação de serviços, é a preparação básica para o trabalho. Na verdade, qualquer competência requerida no exercício profissional, seja ela psicomotora, socioafetiva ou cognitiva, é um afinamento das competências básicas (p. 30).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, inseridas nas Bases Legais dos PCNEM, colocam a necessidade de oferecer alternativas de educação e preparação profissional para facilitar escolhas de trabalho dos educandos. As DCNEM afirmam que a preparação do educando para o trabalho deve ser básica, ou seja, aquela que deve ser base para a formação de todos e para todos os tipos de trabalho, e não formação para uma profissão específica.

Por ser básica, **terá como referência as mudanças nas demandas do mercado de trabalho**, daí a importância da capacidade de continuar aprendendo; não se destina apenas àqueles que já estão no mercado de trabalho ou que nele ingressarão à curto prazo; nem será preparação para o exercício de profissões específicas ou para a ocupação de postos de trabalho determinados. Assim entendida, a preparação para o trabalho – fortemente dependente da capacidade de aprendizagem – destacará a relação da teoria com a prática e a compreensão dos processos produtivos enquanto aplicações das ciências, em todos os conteúdos curriculares (p. 58, grifos nossos).

O trabalho é visto com um dos principais contextos nos quais a capacidade de continuar aprendendo deve se aplicar, a fim de que **“o educando possa adaptar-se às condições em mudança na sociedade**, especificamente no mundo das ocupações” (p. 74, grifos nossos).

Segundo as DCNEM, o trabalho é o contexto mais importante da experiência curricular no Ensino Médio, pois na medida em que o Ensino Médio é parte integrante da Educação Básica e que o trabalho é o princípio organizador do currículo, muda inteiramente a noção tradicional de educação academicista. O trabalho já não é mais limitado ao ensino profissionalizante. Ao contrário, as DCNEM apontam que, nas sociedades contemporâneas, todos, independentemente de sua origem ou destino socioprofissional, devem ser educados na perspectiva do trabalho enquanto uma das principais atividades humanas, enquanto campo de

preparação para escolhas profissionais futuras, enquanto processo de produção de bens, serviços e conhecimentos, enquanto espaço de exercício da cidadania.

Cabe questionar de que cidadania está se falando. Pode-se considerar como cidadania a capacidade de se adaptar ao mercado de trabalho? Cidadania supõe participação e não adestramento e submissão. Segundo Outhwaite e Bottomore (1996), o conceito de cidadania no século XX se transformou

na idéia de maior participação popular nos negócios do governo (...). Uma participação desse tipo, porém, depende de forma crucial do aumento dos direitos sociais para proporcionar um nível geral suficiente de bem-estar econômico, lazer e educação, e sem dúvida também de novas formulações do que venha a ser o bem comum. (OUTHWAITE e BOTTOMORE, 1996, p. 73).

Segundo Ramos (2003), a concepção do trabalho como princípio educativo sob a ótica do capital faz com que se perceba a concepção de cidadania presente na legislação educacional atual:

Diante da instabilidade social contemporânea, a cidadania não é resgatada como valor universal, mas como a cidadania possível, conquistada de acordo com o alcance dos próprios projetos individuais e segundo os valores que permitam uma sociabilidade pacífica e adequada aos padrões produtivos e culturais contemporâneos. Posta sob a ótica dos sujeitos, porém, o conceito de cidadania deve se alargar para o plano dos direitos, como valor universal consolidado nas práticas sociais solidárias. (RAMOS, 2003, p. 6).

O Plano Nacional de Educação (PNE) também propõe para o Ensino Médio a função de preparar jovens e adultos para os desafios da modernidade, permitindo “a aquisição de competências relacionadas ao pleno exercício da cidadania e da inserção produtiva” (PNE, 2000, p. 32).

A preparação básica para o trabalho, propagada pelos documentos oficiais analisados, enfoca a preparação geral do educando para a inserção no complexo mundo do trabalho. Esta visão de preparação para o trabalho contida nesses documentos trouxe grandes avanços qualitativos em relação aos seus objetivos, visto que, no contexto atual, se torna extremamente importante que os educandos sejam preparados para sua inserção nesse novo mundo do trabalho, marcado por um processo de mudanças advindas das inovações tecnológicas, mudanças essas que acabaram por determinar grandes alterações nos requerimentos de qualificação, exigindo o desenvolvimento de habilidades intelectuais e domínio de conhecimentos científicos básicos. Entretanto, apesar desse avanço, pode-se perceber que essa legislação, de certa forma, também está comprometida com a conservação das relações sociais excludentes, visto que sua preparação básica para o trabalho visa mais adaptar os indivíduos às novas exigências do mercado de trabalho, do que propor uma reflexão crítica a respeito dos fatores condicionantes da inserção produtiva dos indivíduos. Não se pode, conforme aponta Ramos (2003), conceber a educação como forma de propiciar aos jovens da classe trabalhadora melhores condições de adaptação ao meio. Embora a educação contribua para uma certa conformação do homem à realidade material e social que ele enfrenta, ela deve possibilitar a compreensão dessa mesma realidade com o fim de dominá-la e transformá-la.

## 2.2. O Ensino Médio Público

Embora a discussão sobre as novas propostas para o Ensino Médio se refiram tanto à esfera pública quanto à privada, será no ensino público que seus efeitos deverão merecer maior atenção.

Parte significativa da escola média privada, objetivando atender cada vez mais os segmentos mais favorecidos economicamente, vem concentrando seus esforços no oferecimento de um ensino básico e propedêutico de qualidade, visto que sua clientela visa, sobretudo, o ingresso em um curso superior.

Com relação ao ensino público, numerosas discussões têm sido levantadas a respeito da falta de qualidade do ensino, do descompromisso do governo, da precariedade das suas condições de funcionamento, da falta de material, da baixa remuneração de seus docentes e da falta de motivação, interesse e capital cultural de seus alunos.

Vivendo em um mundo cada vez mais competitivo, onde o ensino superior é privilégio de poucos e as ocupações exigem constantemente maiores qualificações, como garantir a todos os egressos do Ensino Médio as mesmas oportunidades? Quem não tem condições financeiras de arcar com os custos do ensino privado acaba tendo que se sujeitar à precária situação do ensino público (isso quando consegue permanecer nele) e, assim, as desigualdades sociais se mantêm e acentuam as desiguais oportunidades.

Neste cenário, cabem aos jovens egressos do Ensino Médio público basicamente duas alternativas: ingressar na universidade privada que, com algumas raras exceções, é considerada de baixa qualidade educacional (e por isso mesmo apresenta maiores chances de

ingresso via vestibular pouco concorrido), ou ingressar no mercado de trabalho, provavelmente em ocupações mal remuneradas devido à baixa exigência de escolaridade. Se, nos dias de hoje, o fato de possuir um diploma universitário não representa nenhuma garantia de emprego futuro, qual será o destino daqueles que sequer conseguem entrar na universidade, seja na pública (cuja relação candidato/vaga praticamente expulsa aqueles que não foram muito bem preparados) ou na particular (o fato de ter que arcar com os custos das mensalidades ou ter que conciliar trabalho e estudo acaba resultando em centenas de desistências)?

Há, ainda, o caso daqueles poucos jovens oriundos do ensino público que conseguem ingressar na universidade pública, no curso escolhido, e aí a teoria meritocrática entra em ação para explicar esse sucesso, derivado do esforço individual. Perversa teoria que, ao atribuir o sucesso ao mérito pessoal, às características individuais atribui o fracasso. A realidade sócio-econômica simplesmente não é levada em consideração. Whitaker (1998) reconhece que, para alguns poucos jovens, a ascensão social é possível. Afinal, segundo a autora, a ideologia das oportunidades iguais para todos tem que exibir alguns vitoriosos advindos das classes subalternas, que serão apresentados como exemplares. Enquanto isso, milhões de jovens que nada conseguiram se conformarão com seus subempregos, seus baixos salários, sua falta de escolarização, julgando-se culpados pela sua condição, já que não teriam se esforçado suficientemente. Na sociedade de classes, esse aspecto da ideologia não mudou: o pobre é sempre o culpado pela sua pobreza. E, assim, mesmo com todas as mudanças sugeridas ao novo Ensino Médio, continua girando a mesma roda que “inclui os incluídos” e “exclui os já excluídos” por sua condição de classe.



### 2.3. A Orientação Profissional e Suas Concepções: da Utopia à Realidade

Neste cenário de profundas desigualdades, o orientador profissional que se propõe a trabalhar com os alunos oriundos do Ensino Médio público deve ter clareza a respeito dos fatores que condicionam as escolhas profissionais. Para isso, é fundamental compreender as concepções que as teorias da Orientação Profissional têm a respeito da sociedade, dos determinantes pessoais e sócio-econômicos das trajetórias educacionais e profissionais, das reais possibilidades de escolha e do mundo do trabalho como um todo.

Antes de qualquer coisa, entretanto, é preciso deixar claro qual é a concepção de “escolha” que este trabalho adota. Tomou-se emprestado de Ferretti (1988) a discussão sobre a conceituação de escolha. O ser humano não é totalmente livre para realizar suas escolhas, já que essas são restritas por diferentes determinações e, por isso, são limitadas.

Ao contrário do que vulgarmente se imagina, as opções, quaisquer que sejam, não ocorrem num contexto de plena liberdade. (...) O que pode existir em maior ou menor proporção são graus de liberdade para que as decisões sejam tomadas. Esses graus de liberdade têm múltipla determinação (idade, sexo, disponibilidade de informação, por exemplo), sendo mais amplas e freqüentemente mais decisivas (mas nem por isso, mais transparentes), as determinações decorrentes da condição de classe e das normas e costumes vigentes no contexto onde se situa o indivíduo para quem se coloca a necessidade de realizar opções. (...) No limite, quando os graus de liberdade em relação aos vários determinantes de uma escolha são extremamente restritos, tem-se praticamente uma situação de não-escolha. (FERRETTI, 1988, p. 142 –3)

Assim, a questão da escolha não se coloca como algo aberto, livre e ilimitado, mas como algo concreto, real, circunscrito e limitado pelos mais diversos determinantes (pessoais,

sociais e econômicos) a que o sujeito que escolhe possa estar submetido. No entanto, se aqui se fala sobre graus de liberdade, é porque se acredita que o ser humano engendra possibilidades de escolha, ainda que limitadas; ou seja, ele não é simplesmente produto passivo das determinações a que está sujeito.

Feitas essas breves considerações, pode-se agora analisar as concepções que a orientação profissional, no decorrer do tempo e no dias de hoje, possui a respeito da escolha profissional.

Historicamente, a Orientação Profissional (OP) tem direcionado suas preocupações ao objetivo de adequar as escolhas ocupacionais dos indivíduos, considerando seu desempenho profissional futuro em benefício próprio e da sociedade, ou melhor, da produtividade (FERRETTI, 1988).

John Crites (FERRETTI, 1988; 1997; PIMENTA, 1981; BOCK, 2002) realizou uma classificação das teorias em OP que foi muito utilizada por autores brasileiros. Segundo ele, as teorias em OP se dividem em: teorias não-psicológicas (que entendem que a escolha profissional do indivíduo é causada por elementos externos a ele, como as leis do mercado, a economia ou o padrão cultural das famílias); teorias psicológicas (que analisam os determinantes internos do indivíduo como explicativos da escolha) e teorias gerais (que tentam entender a escolha profissional determinada ora por aspectos psicológicos, ora por aspectos sócio-econômicos, mas não formulam novas abordagens, simplesmente justapõem as anteriores) (BOCK, 2002).

No Brasil, as teorias psicológicas foram as que encontraram maior repercussão, e a prática da OP se baseou quase que totalmente em seus pressupostos. Ferretti (1988) chama a atenção para o fato de que essa ênfase no enfoque psicológico, que marcou a produção teórica na área de OP, impediu-a de perceber a multiplicidade de determinações da escolha profissional.

Pimenta (1981) elaborou um cuidadoso estudo da OP no Brasil através da leitura da legislação educacional, partindo das leis orgânicas de ensino que representavam a reforma de alguns ramos de ensino iniciada em 1942 pelo então Ministro da Educação Gustavo Capanema. A partir dessa análise histórica, a autora identificou o enfoque psicologista que impregnou a OP no Brasil, deixando perceber como ela foi utilizada como instrumento para a manutenção de uma estrutura capitalista de classes sociais.

A primeira vez que se encontra referência à orientação educacional (OE), segundo Pimenta (1981) é na lei Orgânica (no Brasil, a orientação profissional constituiu-se como uma área da orientação educacional). Na lei orgânica do ensino secundário, a orientação educacional enfatizava a orientação de estudos, cabendo destacar o artigo 81: “É função da Orientação Educacional (...) cooperar no sentido de que cada aluno se encaminhe convenientemente nos estudos e na escolha de sua profissão, ministrando-lhe esclarecimentos e conselhos (...). Na lei orgânica do ensino comercial, usa-se pela primeira vez a expressão Orientação Profissional (OP), como se lê no artigo 39: “Far-se-á nos estabelecimentos de ensino comercial a orientação educacional e profissional”. No artigo 40, lê-se: “É função da orientação educacional e profissional (...) velar no sentido de que cada aluno (...) se encaminhe com acerto na escolha ou nas preferências da sua profissão”. No ensino agrícola, repete-se as mesmas funções que a OP realiza no ensino comercial.

Durante o Estado Novo é promulgado o decreto-lei nº 4048/42, que cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e, após o Estado Novo, os decretos 8621 e 8622/46, que criam o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Esses serviços são criados para a preparação rápida de mão-de-obra, pois o sistema educacional não possuía a infra-estrutura necessária à implantação, em larga escala, do ensino profissional. Será nas escolas SENAI que a OE, principalmente a OP, se consolidará com a criação do Serviço de Orientação Profissional. O Estado cria os cursos industriais procurando ir ao

encontro dos interesses e das necessidades das empresas privadas, se propondo a assumir o treinamento da força de trabalho que elas necessitavam. A OP psicometrista de então estava ali, pronta para identificar as habilidades e aptidões do indivíduo. E o fazia no enfoque estrito da Psicologia, sem considerar as interferências que a classe social à qual o indivíduo pertence tem sobre suas aptidões e habilidades. As escolas técnicas eram consideradas as únicas vias de ascensão permitidas ao operário, mas, na realidade, essa ascensão não acontecia, pois os diferentes ramos de ensino, não tendo equivalência, impediam os egressos das escolas industriais de cursarem o ensino superior. A lei Orgânica, criando as escolas técnicas, configurou-se como mais uma das medidas tomadas pelo governo para o atendimento (aparente) das aspirações populares à educação, mas, de fato, manteve e acentuou a divisão de classes.

Seguindo sua análise, Pimenta (1981) cita a Lei de Diretrizes e Bases de 1961 (lei nº 4024/61), dizendo que esta menciona a OP explícita e implicitamente. Explicitamente, em seu artigo 38, afirma que serão observadas algumas normas na organização do ensino de grau médio, entre elas, a instituição da orientação educativa e vocacional em cooperação com a família. Implicitamente, depreende-se de vários artigos a OP e até mesmo do todo da lei, como está escrito no Parecer nº 18/62:

Toda a LDB se poderia chamar vocacional no sentido mais amplo do termo, no sentido de que procura adaptar-se ao meio (art. 20 a), ao sexo, à idade (art. 26 § único) e às necessidades e possibilidades locais (art. 44 § 2º). Para bem aplicar esta adaptação, requer que haja na organização do ensino de grau médio a orientação educacional e vocacional (art. 38, V). (PIMENTA, 1981, p. 83)

Em outro parágrafo do mesmo parecer, lê-se:

Como são inúmeras as tendências e vocações dos alunos, deveriam ser inúmeras também as possibilidades de opção dentro da atividade escolar, mas a lei reconhece sensatamente, que nem sempre é possível na prática esta riqueza em colégios pequenos e em lugares de poucos recursos. (PIMENTA, 1981, p.83).

Pimenta (op. cit.) coloca que esse discurso revela, de um lado, a eficácia da OP psicometrista desenvolvida no período anterior e, de outro, a consciência do caráter elitista das escolas. A autora aponta a crença no caráter inato das aptidões e o caráter elitista da escola.

Valorizam-se as diferenças individuais, mas sabe-se de antemão que não será possível atendê-las; o que ocorrerá, sim, será a diferença de qualidade entre as escolas ricas e pobres. Como as escolas ricas são freqüentadas pelos filhos das classes economicamente ricas, vale dizer que será a serviço destas que a orientação vocacional será colocada” (PIMENTA, 1981, p. 84).

No contexto da LDB, a OE é um instrumento para adaptar os métodos de ensino e atividades escolares às peculiaridades dos grupos, e adaptar o ensino às aptidões e, principalmente, as aptidões ao ensino.

Por fim, deve-se notar a ênfase à tarefa psicológica da Orientação Educacional e Vocacional. No caso da OE, o conhecimento das ‘peculiaridades dos grupos, as características de sexo e idade’ estão a sugerir o conhecimento da psicologia do adolescente. No caso da OV, a identificação das aptidões está posta em toda a sua dimensão psicológica (PIMENTA, 1981, p. 85 e 86).

Ou seja, a OP se concentrava em trabalhar as características individuais, não levando em conta o contexto social mais amplo onde tais características são desenvolvidas.

Posteriormente, ao analisar a lei 5692/71, Pimenta (op. cit.) cita o art. 10 do Cap. I (Do Ensino de 1º e 2º graus), que institui obrigatoriamente a orientação, incluindo aconselhamento vocacional, em cooperação com os professores, a família e a comunidade. Se a lei 5692/71 vai enfatizar o ensino profissionalizante, como foi visto anteriormente, a OE passa a cumprir o que dela se espera: que desenvolva a OV. A decisão aparece, não como um problema nela mesma, mas como consequência do rumo que toma a OE, de ajustar-se ao ensino profissionalizante que, por sua vez, busca ajustar-se à exigência do mercado de trabalho, que é a formação de mão-de-obra especializada. Assim, a OP se ajusta bem ao objetivo da legislação: ajuda o indivíduo a escolher, dentre a oferta que o mercado lhe faz, a profissão na qual melhor se realize. Não é colocado em questão se este contexto pode ser modificado, e nem tampouco a quem ele serve. Pimenta (1981) ressalta que, ao valer-se somente da fundamentação psicológica da decisão, a OP cria no indivíduo a impressão de que é ele quem decide; ela o engana, pois se ele fracassa, a culpa é dele. A OP, assim, assume uma falsa neutralidade, pois não reconhece que a decisão tem uma implicação sócio-econômica que precisa ser explicitada.

Até essa época, a OP era, em geral, sistematizada nas últimas séries do colegial, utilizando-se testes psicológicos (abordagem psicométrica ou estatística) e procedendo-se à informação profissional.

A partir da década de 70, com a chegada do psicólogo argentino Rodolfo Bohoslavsky, o Brasil começa a ter contato mais aprofundado com um outro tipo de abordagem dentro da OP: a modalidade clínica. Nesse sentido, pode-se dizer que houve um grande avanço nas concepções da OP, visto que começou-se a olhar criticamente para a OP estatística (que

visava, através dos testes, medir aptidões e interesses a fim de adaptar os indivíduos às profissões que mais se ajustassem às suas possibilidades), passando-se, paulatinamente, a conhecer e utilizar a OP clínica, que utiliza-se, fundamentalmente, de técnicas de entrevista e dinâmicas de grupo.<sup>9</sup>

Bohoslavsky (1993) diferenciava as duas modalidades com bastante clareza. Segundo ele, a modalidade estatística considera que o jovem não tem condições de chegar a uma decisão por si mesmo. O interesse do jovem é desconhecido pelo mesmo, mas pode ser mensurável. As carreiras requerem aptidões específicas que são mensuráveis e estáveis. As profissões e a realidade sócio-cultural pouco se modificam. Já a modalidade clínica acredita que o jovem pode chegar a uma decisão se conseguir elaborar os conflitos e ansiedades que experimenta em relação ao futuro. As carreiras requerem potencialidades que não são específicas, não podem ser medidas e modificam-se no transcurso da vida. A realidade sócio-cultural muda incessantemente, surgindo novas carreiras e campos de trabalho.

No entanto, mesmo constituindo um avanço nas teorias em OP, a modalidade clínica continuou (e continua ainda hoje, na prática de muitos orientadores profissionais) enfatizando mais os aspectos individuais da escolha, deixando em segundo plano a análise mais ampla dos determinantes sócio-econômicos. Ou seja, o enfoque estritamente psicologista ainda influencia o trabalho de muitos orientadores profissionais no Brasil.

Celso Ferretti (1997) aponta que esse enfoque é desenvolvido segundo uma ideologia liberal que privilegia o individualismo, a liberdade e a igualdade. O individualismo prega que os indivíduos têm atributos diferentes e que cabe a eles desenvolvê-los. Se eles permanecem estacionários, a responsabilidade é exclusivamente deles. O princípio da liberdade presume

---

<sup>9</sup> Embora hoje em dia a modalidade clínica seja amplamente difundida e realizada em nosso país, não podemos dizer que a abordagem estatística tenha sido totalmente abolida, pois ainda encontramos muitos orientadores que a utilizam em sua prática, isoladamente, ou mesclada com algumas concepções da modalidade clínica.

que um indivíduo seja tão livre quanto qualquer outro para atingir uma posição social vantajosa. O princípio da igualdade caracteriza-se por sustentar que todos os indivíduos têm iguais oportunidades, perante a lei, de conseguir seu progresso pessoal e posição social vantajosa. Mesmo pobre, se tiver talento, pode ascender socialmente. Segundo a concepção liberal, a igualdade de todos perante as oportunidades e a liberdade de realizarem escolhas profissionais juntando suas características individuais com as necessidades do mercado de trabalho, permitiriam a progressiva estruturação da sociedade democrática. No entanto, são poucos privilegiados que se beneficiam dessa situação. Para a grande maioria, os princípios do individualismo, da liberdade e da igualdade não permitem eliminar a principal barreira que se coloca para eles: a econômica.

Segundo Ferretti (op. cit.), a orientação profissional de enfoque liberal, ao fazer crer que o sucesso e o fracasso escolar e profissional resultam do desenvolvimento adequado das aptidões, acaba obscurecendo a compreensão dos fatores fundamentais, na estrutura social, que impedem a realização de seu pressuposto. Na verdade, os fatores restritivos mais graves da escolha profissional referem-se à própria condição de vida dos jovens oriundos das classes subalternas, que obrigam uma sujeição às oportunidades que se oferecem.

“Não dispondo de referenciais de análise mais amplos, os jovens oriundos das classes sociais subalternas ficam sem condições de desvendar as verdadeiras origens dos obstáculos que lhes são antepostos, assumindo, então, a culpa de sua não-superação”. (FERRETTI, 1997, p. 43).

Segundo Lisboa (2002), a visão mais comum da orientação profissional no contexto brasileiro é a de ajuda na escolha de uma profissão, com vistas à satisfação individual, procurando conciliar os desejos pessoais com a realidade do mundo do trabalho. “O enfoque principal, portanto, é centrado no indivíduo que escolhe. Cabe perguntar: quem é esse



indivíduo? Pode ele realmente escolher? O que ele escolhe?” (LISBOA, 2002, p. 43). A autora responde a essas perguntas colocando que tem alguma possibilidade de escolha, em grande proporção, o jovem de região urbana, de classe média e alta, aluno de escola particular. Se existe possibilidade de escolha, essa chance de escolher ocorre entre possibilidades bastante limitadas, assim como é limitado aquilo que o indivíduo escolhe.

O que normalmente não tem sido considerado pela sociedade e, inclusive, pelos profissionais da área, é a questão do conhecimento mais aprofundado do que realmente vem ocorrendo, no que se refere ao mundo do trabalho presente e futuro, com base na análise histórica e econômica dessa realidade, ou seja, preocupações em conhecer o que determina a maior ou menor possibilidade ou chance de inserção do orientando no contexto profissional, premissa para uma busca mais eficaz quanto aos caminhos a seguir. (LISBOA, 2002, p. 44).

Entretanto, nas últimas décadas, observa-se que, cada vez mais, os teóricos da OP vêm apresentando discussões que giram em torno do desvelamento da ideologia subjacente aos trabalhos de OP (como os já citados Celso Ferretti e Selma Garrido Pimenta) e propondo novas formas de realizar, na prática, essa OP mais crítica e consciente, como é o caso do próprio Ferretti em sua obra “Uma Nova proposta de Orientação Profissional” (1997) e de Sílvia Bock (2002), com a abordagem sócio-histórica da OP.

Com relação à classificação de Crites apontada anteriormente a respeito das teorias em OP, Bock (2002), ao considerá-la carente de substrato mais rigoroso, uma vez que implica uma dissociação entre indivíduo e sociedade (obrigando a uma tomada de posição sobre qual seria o aspecto mais determinante na escolha profissional), propõe uma nova classificação das teorias, analisando-as sob o prisma das concepções subjacentes de indivíduo e de sociedade

em que se baseiam. O autor, então, classifica as teorias em: tradicionais, críticas e para além da crítica.

As teorias tradicionais seriam aquelas fundamentadas na ideologia liberal. A concepção de aproximação do indivíduo com as profissões se dá por meio do “modelo de perfis”, que considera que a melhor escolha é aquela que consegue um casamento perfeito entre o perfil ocupacional e o perfil pessoal. Todas as teorias denominadas por Crites de psicológicas apóiam-se nesse modelo. Na visão liberal das teorias tradicionais, a sociedade é concebida como

um conjunto de camadas sociais sobrepostas e ordenadas em forma de pirâmide que possibilita ascenso ou descenso social. A escolha profissional é anunciada como um dos fatores fundamentais para o deslocamento social (para cima ou para baixo, de acordo com a qualidade da decisão) e, por isso, a orientação profissional far-se-ia necessária, isto é, ajudaria o indivíduo a localizar ou descobrir sua “vocação” para ter chances de “subir na vida”. (BOCK, 2002, p. 49).

Na visão tradicional ou liberal, portanto, o indivíduo tem em suas mãos a possibilidade de ultrapassar os obstáculos colocados pela realidade, e tem, por isso, total responsabilidade sobre seu “sucesso” ou seu “fracasso”.

As teorias críticas, segundo Bock (2002), seriam aquelas surgidas no Brasil no final da década de 70 e início da de 80, que examinaram as teorias tradicionais, apontando seu caráter ideológico e desvelando as concep es de ser humano e de sociedade nelas contidas. Os principais representantes das teorias críticas em OP são Celso Ferretti e Selma Garrido Pimenta, cujas idéias principais já foram anteriormente expostas. Ferretti (1997) constata que a sociedade concreta não oferece igualdade real de condi es, que não há liberdade de escolha e que a individualidade, em termos de aptidões e talentos, também   questionável. Para o autor,

a orientação acaba reforçando os princípios do liberalismo, pois admite implicitamente que existem falhas no processo de escolhas profissionais, que estas falhas são do indivíduo. (...) As opções inadequadas são de responsabilidade individual e devem ser creditadas unicamente ao indivíduo que escolhe. Ao atuar dessa forma, a orientação profissional acaba comprometendo-se duplamente: de um lado, por não examinar as causas últimas e por aceitá-las como naturais, mistifica os fatores da realidade que constituem obstáculos ou impedimentos às escolhas individuais. De outro lado, ajuda a manter as discriminações sociais, por admitir, sem questionamento, o potencial individual deixando, ao mesmo tempo, de abrir crítica às condições de vida que influenciaram marcadamente esse potencial. (FERRETTI, 1997, p. 43 e 44)

Pimenta (1981), ao examinar as teorias tradicionais, percebe, como já discutido anteriormente, que as mesmas propõem-se a explicar a escolha profissional apenas no aspecto psicológico, sem se ater à compreensão do contexto social e econômico onde essa escolha é realizada. A psicologia científica do início do século passado, segundo BOCK (2002), ao tentar descobrir os mais ou menos aptos a trilhar carreiras de sucesso, acaba perpetuando a ideologia liberal que sustenta o capitalismo, ao canalizar para o indivíduo todas as responsabilidades pelo seu progresso, deixando de lado a estrutura social, isto é, encobrindo injustiças e a exploração inerentes do modo de produção.

Além disso, a perspectiva tradicional tende, segundo seus críticos, a naturalizar os fenômenos que são históricos, o que vem na direção de uma visão conservadora da realidade, que busca manter as desigualdades sociais em função dos privilégios alcançados pelas classes dirigentes.

A idéia de perfis pregada pelas teorias tradicionais, segundo Bock (2002), se refere ao modelo taylorista/fordista de organização da produção. O modelo de perfis ajusta-se plenamente à idéia do trabalho parcelar e fragmentado. Os perfis profissiográficos montados buscam identificar as habilidades e conhecimentos necessários para o desempenho de

determinada função específica dentro da divisão técnica do trabalho. Mas, como a organização taylorista/fordista do trabalho vem sofrendo modificações e sendo paulatinamente substituída pelo modelo da Acumulação Flexível, também tem sido modificada a idéia do perfil profissiográfico tradicional, pois o trabalho agora deve ser polivalente, multifuncional e qualificado. Além de ser competente tecnicamente falando, o profissional tem que desenvolver novas habilidades, agora atitudinais e comportamentais.

Para ser empregável, o indivíduo tem que ser polivalente. O desemprego é algo que o trabalhador deve resolver. De novo, ele é responsabilizado pela sua própria mazela e deve, caso queira voltar a trabalhar, melhorar sua competência. Esse é o perfil dos tempos da globalização e neoliberalismo. O discurso atual não abandona a concepção de perfis, mas acrescenta exigências. (...) Ou seja, o capital precisa da definição dos perfis, agora sob novos moldes, para continuar se reproduzindo. (BOCK, 2002, p. 58 e 59).

Segundo a perspectiva crítica, a visão tradicional percebe o indivíduo como ser autônomo em relação à sociedade. Já para as teorias críticas, é a estrutura social e econômica que explica o posicionamento da pessoa na sociedade.

As Teorias “Para Além da Crítica” pretendem superar a dicotomia entre o indivíduo e a sociedade. Segundo Bock (2002), essas teorias caminham para a compreensão do indivíduo como ator e ao mesmo tempo autor de sua individualidade. Dentro das teorias “Para Além da Crítica”, se encontra a proposta realizada por Bock: a abordagem sócio-histórica da OP. Esta abordagem concorda com a denúncia que os autores das teorias críticas fazem a respeito da abordagem tradicional. No entanto, não reconhece como meramente ideológica a possibilidade de escolha das classes subalternas.

Ao contrário, entende-se que nisso reside a possibilidade de mudança, de alteração histórica, ao reconhecer que os indivíduos podem, de certo modo, intervir sobre as condições sociais, por meio de ações pessoais e/ou coletivas. Não se pretende, com isso, resgatar a concepção liberal de homem; da mesma forma, não se assume que se superarão todos os obstáculos colocados pela realidade por mera vontade pessoal, mas que as pessoas podem lutar para mudar as concepções em que vivem, tanto individual, quanto coletivamente. O desafio deste trabalho constitui-se na construção de uma abordagem na área de orientação profissional que entenda o indivíduo em sua relação com a sociedade, superando visões que o colocam como mero reflexo da sociedade, ou como totalmente autônomo a ela. (BOCK, 2002, p. 69).

Segundo essa abordagem, o ser humano desenvolve suas habilidades, sua personalidade, suas atitudes na relação com o outro, e esta relação está mediada pela sociedade. Aguiar e Bock (1995) afirmam que a abordagem sócio-histórica caminha na direção de negar a existência de uma natureza humana, no sentido de que o desenvolvimento do homem seja algo já contido nele, que desabrocha no decorrer da vida. Para as autoras, o que existe é **Condição Humana**.

O homem tem necessidades e, por ser um ser inacabado, os comportamentos que satisfazem essas necessidades são construídos. (...) O homem constrói, conjuntamente com outros homens, em relações sociais mediadas pela linguagem, as formas de satisfação de suas necessidades. Essas são as condições humanas. O homem é para nós um ser rico em possibilidades. Seus limites e condições estarão dados pela sociedade – cultura e relações sociais. (...) Um homem em movimento e em processo de construção de seu mundo e de si próprio. (AGUIAR & BOCK, 1995, p. 15 e 16).

Assim, o processo de OP de base sócio-histórica visa realizar intervenções planejadas que centram sua atenção na aquisição de conhecimentos pelos orientandos e na reflexão sobre si e

sobre seus valores, para que desenvolvam a consciência dos determinantes da escolha, organizando e ampliando suas concepções e crenças, visando à opção profissional consciente.

Portanto, conhecer os determinantes da escolha, ou os fatores que influenciam na concretização ou não de escolha, torna-se fundamental para que o trabalho de OP tenha um significado de reflexão e conscientização, e não apenas possua um caráter adaptativo.

### **3. PERFIL DO JOVEM BRASILEIRO NO TRABALHO E NA EDUCAÇÃO**

Este capítulo pretende discutir o perfil atual do jovem brasileiro, tanto em relação à sua escolarização quanto à sua inserção no mercado de trabalho.

Discutir o perfil do jovem brasileiro se faz necessário para se ter uma visão mais clara dos caminhos, desafios e possibilidades que a atual conjuntura lhes oferece.

Antes de qualquer coisa, é importante ressaltar que a noção de juventude, enquanto um momento do desenvolvimento da vida dos sujeitos, é uma construção histórica e cultural. Ser jovem é uma condição transitória, uma passagem sinalizada não só por algumas características físicas, mas também por atributos que são históricos e socialmente construídos. De acordo com Cassab (2001), em cada período histórico e nas diferentes formações sociais, as concepções e funções atribuídas aos jovens serão bastante variadas. “Além dessa diversidade, no interior da própria formação social, haverá diferenças a partir da posição que o jovem ocupa nas relações sociais” (CASSAB, 2001, p. 64).

Assim, para que se compreenda as diferenças de concepção sobre juventude dentro de uma mesma sociedade e de uma mesma época (no caso da presente pesquisa, discute-se a sociedade brasileira atual), é preciso que se atente para o fato de que existem múltiplas formas de inserção dos jovens a partir de suas origens e posição de classe.

O jovem pobre certamente não possuirá características idênticas aos jovens favorecidos economicamente, visto que as desigualdades sociais sempre se refletirão em desigualdade de oportunidades, desigualdades estas que este capítulo, utilizando-se de dados estatísticos, pretende apontar.

Vamos aqui tomar por base a classificação de juventude utilizada pelo IBGE<sup>10</sup>, compreendida entre os 15 e os 24 anos de idade. A utilização desta faixa etária também é significativa para essa pesquisa, pois representa, pelo menos teoricamente, a fase em que o jovem estaria iniciando o Ensino Médio até o período em que poderia estar concluindo o ensino superior e se inserindo no mercado de trabalho. Além do mais, quase todos os jovens participantes desta pesquisa tiveram suas trajetórias analisadas dentro dessa faixa etária.

Pochmann (2000) considera limitado analisar a situação do jovem através da faixa etária usual de 15 a 24 anos, visto que, devido às profundas desigualdades econômicas, é muito freqüente, por exemplo, o ingresso no mercado de trabalho ocorrer antes dos 15 anos de idade. Além disso, não se pode considerar mais que a fase da juventude seja uma intermediação entre a escola e o trabalho. Primeiro, porque hoje a educação deve ser continuada e, segundo, porque há milhares de jovens que trabalham e estudam ao mesmo tempo. No entanto, o autor aponta que a percepção sobre a mudança do jovem no Brasil ainda não é possível de ser identificada através dos estudos e dos dados empíricos existentes e que, por causa dessa limitação, a análise deve ser realizada através da faixa etária de 15 a 24 anos, que é a utilizada usualmente para definir juventude. O censo demográfico de 2000, realizado pelo IBGE, demonstra que, para este ano, o número de jovens no Brasil era de 34.081.330, representando aproximadamente 20% da população total.

---

<sup>10</sup> Para maiores detalhes, cf: IBGE – População Jovem no Brasil. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/populacao-jovem-brasil/populacaojovem.pdf>



De acordo com os dados coletados por Pochmann (2000), o Brasil assume a quinta posição em termos do volume de jovens em todo o mundo, perdendo apenas para a China, Índia, Indonésia e EUA. Os jovens com idade entre 15 e 24 anos representam um pouco menos de 1/5 do total da população brasileira. Têm-se observado, segundo o autor, uma redução na participação relativa dos jovens no total da população brasileira.

### **3.1. Perfil Educacional**

Atualmente, observa-se nos discursos de políticos e educadores, e na própria legislação educacional, uma grande expectativa na escolarização como forma de superação das desigualdades. A educação tende a ser cada vez mais associada ao requisito necessário de inserir efetivamente o jovem na sociedade, oferecendo-lhe melhores oportunidades no mercado de trabalho.

De acordo com dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2003), que faz uma comparação entre a situação de frequência no Ensino Médio no Brasil no ano de 1991 e em 2000, em 1991 o percentual de adolescentes de 15 a 17 anos que estavam freqüentando o Ensino Médio era de 15,73%. Em 2000, esse percentual sobe para 34,53%.

Essa significativa elevação das matrículas no Ensino Médio reflete a motivação do jovem em ocupar durante mais tempo de vida a escola de nível médio, principalmente devido às maiores exigências de qualificação feitas pelo mercado de trabalho. Após o acesso mais generalizado ao ensino básico, o país começa a dar passos concretos rumo à melhoria do

acesso do jovem no Ensino Médio. O ensino superior, no entanto, segue distante da maior parte dos jovens do país.

Segundo os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), o número total de matrículas no Ensino Médio no Brasil subiu de 7.769.199 em 1999 para 9.072.942 em 2003.

O Censo Demográfico 2000, realizado pelo IBGE, revela que, das 8.302.699 pessoas que freqüentavam o Ensino Médio na época, 6.943.088 estavam na faixa dos 15 aos 24 anos de idade. Comparado com o total da população nesta faixa etária, verifica-se que apenas 20,38% deles freqüentam o Ensino Médio. Isso é muito pouco, especialmente quando se considera a acelerada elevação do grau de escolaridade exigida pelo mercado de trabalho. Ainda dentro dessa faixa etária, 1.742.599 freqüentavam o ensino superior, 5,12% da população total de jovens. Pode-se perceber, portanto, que, embora o percentual de freqüência ao Ensino Médio tenha se elevado significativamente, ainda há um longo caminho a percorrer no sentido da universalização desse nível de ensino.

Com relação ao tipo de estabelecimento de ensino, dados do INEP revelam que, em 1999, o número total de matrículas no Ensino Médio privado era de 1.224.364 e no ensino público era de 6.544.835. Em 2003, esse número diminuiu em relação ao ensino privado (1.127.517) e aumentou significativamente no ensino público (7.945.425). Embora as instituições de Ensino Médio privadas sejam consideradas de melhor qualidade do que as públicas, essa diferença pode dever-se ao fato de que a perda do poder aquisitivo da classe média brasileira tenha feito com que alguns alunos oriundos dessa classe migrassem para a escola pública. Pode também significar que as pessoas com renda mais baixa estão tendo maior acesso ao Ensino Médio, além do fato de que os adultos também têm procurado o Ensino Médio em função das exigências do mercado de trabalho.

Com relação ao turno, o INEP demonstra que, em 1999, a matrícula total no período diurno era de 3.533.566 sendo que, destes, 961.257 (27,2%) são de escola privada e 2.572.309 (72,8%), de escola pública. No período noturno, a matrícula total era de 4.235.633, sendo que 263.107 (6,2%) na escola privada e 3.972.526 (93,8%) na escola pública.

Já no ano de 2003, a matrícula total no turno diurno era de 4.813.625, sendo que 1.026.707 (21,3%) estavam em escolas privadas e 3.786.918 (78,7%) em escolas públicas. No período noturno, a matrícula total era de 4.259.317 alunos, sendo que 100.810 (2,4%) em instituições privadas e 4.158.507 (97,6%) em instituições públicas.

Esses dados nos permitem fazer várias análises. Com relação à evolução de 1999 para 2003, percebe-se que o número de matrículas no Ensino Médio aumentou, tanto no período diurno quanto no noturno.

O maior número de alunos da escola privada concentra-se no período diurno, enquanto na escola pública ocorre o inverso, com predominância de alunos do noturno. Este fato pode indicar que a maior parte da clientela do Ensino Médio público necessita trabalhar durante o dia, restando-lhe o período da noite para os estudos. Já a clientela da escola particular, não necessitando, em sua maioria, de trabalhar para ajudar nas despesas da casa – pois pode contar com a ajuda familiar tanto para sua sobrevivência quanto para custear seus estudos – opta pelo ensino diurno. Mais uma vez, as diferenças de renda vão se refletir nas diferenças de oportunidade que os jovens possuem de alcançar ascensão educacional e profissional. Estudando em escola particular e no período diurno, o jovem de classe média possui mais tempo para se dedicar aos estudos numa escola que prepara o aluno para se inserir num curso superior. Com maior tempo de escolarização, as chances de se conseguir um bom emprego são muito maiores. Já o jovem da escola pública, trabalhando o dia inteiro e estudando à noite, tem um rendimento escolar inferior, sendo que poucos são os privilegiados que conseguem

atingir o nível superior. Quando atingem, em sua maioria vão para as faculdades particulares, que oferecem maiores facilidades de ingresso e, por isso mesmo, um ensino considerado de pior qualidade. As chances de obter um bom emprego, para esses jovens, tornam-se, então, bem mais reduzidas.

Além disso, há de se considerar as elevadas taxas de reprovação e abandono durante o Ensino Médio. Segundo dados do PNE (2000), na coorte 91 - 94, o número de alunos que concluíram o Ensino Médio foi de 43,8% em relação ao montante que ingressou na primeira série deste nível de ensino. É possível fazer uma correlação entre os dados sobre abandono escolar e participação no mercado de trabalho. Necessitando trabalhar cada vez mais cedo para contribuir no sustento de sua família, o jovem – principalmente o oriundo das camadas mais pobres da população – muitas vezes abandona os estudos devido à dificuldade em conciliá-lo com a realização de um trabalho. Como aponta Ferretti (1988), as dificuldades de acesso e permanência na escola são, em geral, determinadas pela condição de pertencimento à classe subalterna, e são agravadas pela inserção precoce nas atividades ocupacionais a que essa mesma condição de classe obriga.

Ficam evidentes, assim, as desvantagens que esses jovens possuem em relação aos segmentos mais favorecidos economicamente. Se a inserção no mercado de trabalho significar o abandono da escola, diminuem ainda mais suas chances de inserções mais favoráveis.

### 3.2. Perfil Ocupacional

Com relação à inserção do jovem no mercado de trabalho, Pochmann (2000) aponta que, a partir da década de 70, ocorreram alterações substanciais na transição do sistema educativo (inatividade) para o aparelho produtivo (atividade). A taxa de inatividade dos jovens caiu 32% entre 1980 e 1998, enquanto a taxa de atividade aumentou em 39,9% no mesmo período.

A expansão da taxa de atividade da população juvenil indica uma pressão constante e adicional de oferta de mão-de-obra de maior faixa etária sobre o mercado de trabalho. Possivelmente, a piora nas condições de vida das famílias diante da crise no mercado de trabalho nos anos 90, com mais desemprego, geração de postos de trabalho precários e com baixos salários aos adultos, tenha influenciado o jovem a tentar contribuir na complementação da renda familiar. (...) Com isso, boa parte do jovem brasileiro terminou afastada das oportunidades geradas pelas escolas, pois com menor tempo livre dirigido à educação, tornou mais difícil o seu ingresso no mercado de trabalho e, conseqüentemente, a sua ascensão profissional. (POCHMANN, 2000, p.24).

O funcionamento do mercado de trabalho é bastante desfavorável ao jovem que, diante da constante presença de um excedente de mão-de-obra, encontra as piores condições de competição em relação aos adultos, tendo de assumir, por vezes, funções de qualidade inferior.

Segundo dados do IBGE, do total de jovens ocupados no Brasil, 86% ganham menos de 3 salários mínimos mensais. Destes, quase 40% encontram-se submetidos a jornadas de trabalho superiores a 44 horas semanais.

Conforme foi discutido na seção 1.3, sobre o cenário político-econômico brasileiro dos anos 90, nesta época o mercado de trabalho brasileiro começou a apresentar uma dinâmica mais excludente, com o aumento do desemprego e da informalidade. Segundo um estudo realizado pela Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura de São Paulo, a respeito do jovem brasileiro e sua inserção no mercado de trabalho, realizado em 2003, esse processo não atingiu de maneira uniforme os vários segmentos populacionais. Os jovens, as mulheres, os negros e as pessoas com mais de 40 anos foram os mais afetados por essa nova dinâmica do mercado de trabalho.

Portanto, a maior parte dos novos problemas do jovem no mercado de trabalho emerge das profundas transformações ocorridas na economia brasileira dos anos 90. Durante o período da industrialização nacional, entre 1930 e 1980, houve a forte expansão do emprego assalariado, sobretudo com carteira assinada. A partir de 1990, o Brasil começou a regredir nas formas de contratação da mão-de-obra. De acordo com Pochmann (2000), a combinação do desemprego e do desassalariamento (perda de participação relativa do emprego assalariado no total da ocupação) consolidou um cenário extremamente desfavorável a toda população ativa, mas atingiu mais duramente segmentos mais frágeis como jovens, mulheres e idosos. Tudo isso tem ocorrido coincidentemente com o novo modelo econômico de inserção passiva na economia mundial. Durante o período de 1986 e 1998, o volume de postos de trabalho cresceu a uma taxa média anual de 0,8%, o equivalente à geração acumulada de apenas 2,3 milhões de vagas de jovens, apesar de 4,3 milhões deles terem ingressado no mercado de trabalho. Isto porque dentre as ocupações geradas para os jovens nos anos 90, o que mais se destaca são os trabalhos por conta própria. Neste período, essas ocupações aumentaram 51%, enquanto que o emprego assalariado para os jovens foi reduzido em 22,8%. No fim do século 20, a cada 10 jovens ocupados, 4 eram autônomos e 6 assalariados, sendo 4 sem carteira e dois com carteira. Essas novas formas de trabalho flexível tornam a situação ocupacional do

jovem muito frágil, pois ele fica desassistido de programas de proteção e valorização do trabalho, com rendimento instável.

Já não há dúvidas de que as diferenças de renda no Brasil possibilitam aos jovens oportunidades muito diferenciadas. De acordo com a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD/IBGE) para o ano de 2001, entre os jovens ricos há predominância do trabalho assalariado (77,1%). Dentro desse universo, quase dois terços possuem carteira assinada. Uma realidade muito diferente se observa quando se trata de jovens provenientes de famílias pobres. Dentre eles, apenas 41,4% têm trabalho assalariado e, desses, 74,3% não têm carteira assinada. Esse é um dado extremamente importante, pois uma carteira assinada implica em um conjunto de direitos que não estão disponíveis para os que não a tem. Assim, ao não ter melhor oportunidade, os jovens pobres continuam sofrendo as agruras que a baixa renda impõe aos que dela sofrem.

Segundo dados da PNAD/IBGE (2001), cerca de 3,7 milhões de jovens encontravam-se sem trabalho, representando 47% do total de desempregados no Brasil. Do total da população brasileira jovem – que em 2001 contabilizava 33 milhões de pessoas – um em cada dois jovens não tinha emprego. A pesquisa demonstra que o desemprego entre os jovens pobres é significativamente maior (26,2%) do que entre os jovens ricos, que sofrem com uma taxa de 11,6%.

Pochmann (2000) alerta que existe uma crescente instabilidade do padrão de inserção ocupacional do jovem diante da baixa capacidade da economia brasileira gerar postos de trabalho mais qualificados e em grande quantidade. Os empregos criados, além de insuficientes, são geralmente precários. Em geral, observa-se no Brasil a substituição de trabalhadores com menos escolaridade por outros com maior nível educacional. No entanto, a expulsão do trabalhador de baixa escolaridade não se deve necessariamente ao novo conteúdo

de trabalho (vide seção sobre os novos requisitos de qualificação), mas à possibilidade de contratar pessoas mais qualificadas, mantendo ou até diminuindo o salário anteriormente pago.

É verdade que existem atualmente políticas públicas voltadas para o trabalho do jovem, como, por exemplo, o programa Primeiro Emprego, do Governo Federal. Isso revela a concepção de sociedade preocupada em apoiar determinados segmentos etários no mercado de trabalho.

Pochmann (op. cit.) destaca a existência de duas escolas distintas na definição de estratégia de geração e manutenção do primeiro emprego. A primeira seria realizada no plano microeconômico, cujas ações se concentram no funcionamento do mercado, predominando as políticas do trabalho voltadas à geração de emprego com redução do custo do trabalho e flexibilização das regras de contratação, com ênfase também na qualificação e formação profissional. O autor aponta que a oferta de cursos de qualificação e treinamento (teoria do capital humano) e a abertura de linhas de crédito para o desenvolvimento de negócio próprio (auto-emprego) direcionam as ações governamentais no campo da empregabilidade, com a finalidade ideológica, tanto da redução do custo de formação do trabalhador por parte da empresa, quanto do favorecimento de ações individuais (deixando de ser um problema de ordem pública), onde o comportamento de cada um é que pode ou não definir o êxito ocupacional.

(...) o mercado de trabalho é entendido como independente do funcionamento da economia, cabendo exclusivamente ao indivíduo adaptar-se ao contexto dos empregos existentes, assim como procurando favorecer do seu próprio esforço e postura qualitativa, como forma de superação da concorrência em relação aos outros. Nesse caso, a vítima do desemprego é identificada como responsável pelo próprio desemprego. (POCHMANN, 2000, p. 64).



No âmbito macroeconômico, o nível de emprego do jovem tende a estar subordinado à dinâmica geral da economia. Assim, o volume da ocupação total depende do investimento e do gasto público, pois com maior expansão econômica, maior tende a ser o conjunto de ocupações abertas aos jovens. Portanto, segundo Pochmann (op. cit.), **a perspectiva de coordenação entre as políticas macroeconômicas (fiscal, monetária, comercial, tecnológica, etc) e as políticas sociais (educação, saúde, transporte, habitação, etc) é fundamental para romper com a visão predominante sob o papel compensatório e condicionado das políticas do trabalho para o jovem.** (Grifos nossos).

O esboço delineado anteriormente permite visualizar em que lugar se encontram os jovens na sociedade brasileira de hoje, revelando a grande defasagem de oportunidades existentes para os jovens pobres.

As dificuldades sócio-econômicas que vêm se agravando, principalmente a partir da década de 90, juntamente com o aumento do desemprego, têm levado a população jovem a desafios constantes, capazes de serem vencidos satisfatoriamente por somente uma pequena parcela dos jovens brasileiros.

É possível verificar como os jovens vêm tendo que assumir prematuramente atividades geradoras de renda, o que muitas vezes os afasta das possibilidades abertas por uma escolarização mais prolongada. E aí surge uma questão importante, pois se todo o discurso dos políticos e educadores – e da própria legislação educacional – é para o estudo, a prioridade é para o trabalho.

A estrutura social do país, movida por enorme desigualdade econômica e marcada pelos indicadores de pobreza, analfabetismo e violência, além do caminho seguido pela economia nacional, tem colocado mais dificuldades que facilidades aos jovens brasileiros. Torna-se cada vez mais fundamental o fortalecimento dos alicerces estruturais que possibilitam o jovem

ultrapassar as barreiras atuais, através da distribuição de renda, do crescimento econômico socialmente justo e das condições educacionais.

#### **4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Na presente investigação considerou-se importante possuir uma visão mais aprofundada a respeito da trajetória dos sujeitos. Por isto, optou-se pela abordagem qualitativa que, de acordo com Bogdan e Biklen (1994), procura investigar o fenômeno em toda a sua complexidade, com a preocupação de compreender os significados, os conceitos que os sujeitos investigados têm a respeito de sua trajetória educacional e profissional. O objetivo foi o de entender o que os sujeitos pensam, qual a sua perspectiva, interpretação e percepção a respeito dos fatores atuantes em suas trajetórias nos últimos 7 anos.

No âmbito da abordagem qualitativa, o método escolhido foi o de Estudo de Caso, visando investigar mais aprofundadamente a percepção dos sujeitos entrevistados. A opção foi feita em função da necessidade de se construir uma visão abrangente e contextualizada acerca dos fatores que influenciam a trajetória pessoal dos alunos oriundos da escola pública.

#### **4.1. A Escolha dos Sujeitos Participantes da Pesquisa**

Para a escolha dos sujeitos, procurou-se entrar em contato com duas escolas públicas de Ensino Médio da cidade de Juiz de Fora, a fim de se ter acesso aos dados referentes aos alunos que concluíram o Ensino Médio no ano de 1997, ou seja, 7 anos antes da realização desta pesquisa. A investigação desse percurso de 7 anos deveu-se ao fato de que os sujeitos investigados já teriam condições de discorrer a respeito de sua inserção (ou não) num curso universitário, sua conclusão (ou não), e seu ingresso (ou não) no mercado de trabalho.

O fato de se trabalhar com duas escolas se explica pela intenção de fazer uma comparação entre escolas públicas, uma inserida num bairro reconhecidamente de baixa renda e outra cuja clientela poderia ter um poder aquisitivo maior, a fim de verificar se este fato influenciaria ou não na trajetória dos seus egressos.

Para a escolha das escolas a serem pesquisadas, recorreu-se à tabela 1, com dados do Censo Demográfico 2000 do IBGE, a respeito do valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas com rendimento responsáveis por domicílios particulares permanentes, segundo os bairros de Juiz de Fora. A intenção foi de pesquisar uma escola pública de Ensino Médio situada no bairro cujo rendimento médio mensal declarado fosse o mais baixo, e uma outra escola situada no bairro cujo rendimento citado fosse o mais alto, a fim de fazer uma posterior comparação das respostas dos sujeitos de cada escola.

Tabela 1 - Valor do rendimento nominal médio mensal, das pessoas com rendimento, responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, segundo os bairros de Juiz de Fora

<b>Censo Demográfico 2000</b>		
Bairros de Juiz de Fora	Pessoas com rendimento responsáveis pelos domicílios particulares permanentes	Valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas com rendimento, responsáveis pelos domicílios particulares permanentes (R\$)
Juiz de Fora.....	125 998	949,51
<b>Ordem</b>	<b>Bairros</b>	
1	Vila Olavo Costa.....	968 298,05
2	Sagrado Coração de Jesus.....	501 307,10
3	Reprêsa.....	157 329,76
4	Santa Rita de Cássia.....	1 373 356,60
5	Santa Efigênia.....	1 458 369,55
6	Sem especificação.....	4 238 374,54
7	Jardim Natal.....	1 377 398,81
8	Barão do Retiro.....	1 784 432,73
9	São Geraldo.....	477 432,77
10	Santa Cruz.....	3 928 439,78
11	Ipiranga.....	3 804 445,96
12	Santo Antônio do Paraibuna.....	2 171 446,32
13	Jóquei Clube.....	1 190 449,01
14	São Benedito.....	3 806 449,58
15	Linhares.....	2 865 465,56
16	Muçunge da Grama.....	2 365 470,56
17	Vila Ideal.....	1 483 490,76
18	Barreira do Triunfo.....	577 503,56
19	Meggliolário.....	1 913 510,16
20	Ozanan.....	411 511,64
21	Granjas Bethânia.....	765 516,88

22	Martelos.....	1 105	535,86
23	Progresso.....	4 509	536,48
24	Esplanada.....	847	540,92
25	Dom Bosco.....	1 157	561,15
26	Vila Furtado de Menezes.....	699	568,87
27	Francisco Bernardino.....	2 136	569,77
28	Benfica.....	4 531	602,43
29	Santa Luzia.....	3 721	622,16
30	São Dimas.....	52	635,73
31	Bomba de Fogo.....	473	647,18
32	Costa Carvalho.....	2 040	649,07
33	Monte Castelo.....	1 450	653,01
34	Barbosa Lage.....	3 221	655,26
35	Centenário.....	338	666,70
36	Nova Era.....	2 047	679,23
37	Eldorado.....	1 757	681,59
38	Industrial.....	893	691,30
39	Borboleta.....	1 317	695,14
40	São Pedro.....	2 844	695,43
41	Santa Cecília.....	934	703,62
42	Nossa Senhora de Lourdes.....	2 024	706,42
43	Graminha.....	593	713,37
44	Floresta.....	247	735,40
45	Teixeiras.....	1 415	740,50
46	Bonfim.....	725	753,68
47	Grajaú.....	1 796	754,94
48	Cerâmica.....	931	761,12
49	Vale dos Bandeirantes.....	3 117	774,03
50	Vitorino Braga.....	1 186	826,00
51	Cesário Alvim.....	351	840,28
52	Carlos Chagas.....	441	879,12
53	Botanagua.....	417	891,71
54	Santa Terezinha.....	2 661	898,34
55	Poço Rico.....	976	974,74
56	Nova Califórnia.....	46	1 008,85
57	Manoel Honório.....	1 923	1 033,10
58	São Bernardo.....	1 052	1 078,05
59	Mundo Novo.....	993	1 099,71
60	Fábrica.....	1 240	1 124,07
61	Remonta.....	96	1 183,56
62	Novo Horizonte.....	430	1 263,03
63	Mariano Procópio.....	677	1 339,49

64	Morro da Glória.....	1 190	1 407,51
65	Aeroporto.....	286	1 517,17
66	Cruzeiro de Santo Antônio.....	180	1 521,29
67	Jardim Glória.....	1 010	1 554,89
68	Jardim Paineiras.....	1 179	1 628,78
69	Santa Catarina.....	537	1 664,79
70	Bairu.....	1 318	1 667,42
71	Alto dos Passos.....	1 497	1 818,46
72	Salvaterra.....	62	1 851,52
73	São Mateus.....	5 919	1 948,45
74	Centro.....	7 951	2 057,08
75	Cascatinha.....	1 509	2 083,77
76	Grambery.....	1 560	2 250,49
77	Vale do Ipê.....	453	2 485,43
78	Boa Vista.....	467	2 575,48
79	Jardim Santa Helena.....	1 798	2 776,54
80	Jardim Bonclima.....	161	3 063,52
81	Bom Pastor.....	1 714	3 077,74
82	Morro do Imperador.....	188	3 725,13

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Segundo a tabela 1, o bairro cujo valor do rendimento nominal médio mensal é o mais baixo é a Vila Olavo Costa. Como neste bairro não existe escola pública de Ensino Médio, optou-se pela escola do bairro mais próximo (Furtado de Menezes) que atende aos moradores da Vila Olavo Costa. Assim, foi escolhida a escola Alfa. Ainda segundo a mesma tabela, os bairros cujo valor do rendimento nominal médio mensal são os mais altos seguiram a seguinte classificação: 1- Morro do Imperador, 2- Bom Pastor, 3- Jardim Bonclima, 4- Jardim Santa Helena, 5- Boa Vista, 6- Vale do Ipê, 7- Grambery, e 8- Cascatinha. Como não existem escolas públicas de Ensino Médio em nenhum desses bairros, optou-se pela escolha do bairro classificado em 9º lugar, o Centro, de onde veio a escolha da escola Beta, uma das escolas públicas mais bem conceituadas da cidade.

A partir da escolha das escolas, procurou-se entrar em contato com os diretores das mesmas, explicando-lhes os objetivos da pesquisa e solicitando-lhes uma lista com os nomes dos alunos que concluíram o Ensino Médio nestas escolas no ano de 1997.

De posse dessas listas, procedeu-se à tentativa de contato com os sujeitos, que foram escolhidos aleatoriamente e, após uma exaustiva tentativa de localizá-los – visto que muitos já não residiam nos locais indicados nos registros das escolas e já não possuíam o mesmo número de telefone – conseguiu-se contactá-los para o início da pesquisa empírica. Foram escolhidos, de acordo com as tentativas de contato, 5 sujeitos da escola Alfa e 5 sujeitos da escola Beta, para a realização da pesquisa.

#### 4.1.1. Caracterização dos Sujeitos

A tabela 2 apresenta dados que caracterizam os sujeitos da pesquisa.

Tabela 2 – Caracterização dos sujeitos: Idade/ sexo/ escola em que concluiu o Ensino Médio/ grau de escolaridade dos pais.

	<b>Nome*</b>	<b>Idade</b>	<b>Sexo</b>	<b>Escola</b>	<b>Escolaridade Pai</b>	<b>Escolaridade Mãe</b>
1	Adriana	26	F	Beta	Superior incompleto	Fundamental completo
2	Glauco	25	M	Beta	Fundamental incompleto 4ª série	Fundamental incompleto 4ª série
3	Fabiano	25	M	Beta	Não soube responder	Fundamental incompleto 4ª série



4	Leonardo	24	M	Beta	Fundamental Completo	Fundamental incompleto 4ª série
5	Regina	24	F	Beta	Sem escolarização	Fundamental incompleto 3ª série
6	Élcio	35	M	Alfa	Fundamental incompleto 7ª série	Fundamental incompleto 4ª série
7	Marcos	26	M	Alfa	Fundamental incompleto 4ª série	Fundamental incompleto 5ª série
8	Elisângela	24	F	Alfa	Fundamental incompleto 4ª série	Fundamental incompleto 4ª série
9	Valéria	26	F	Alfa	Fundamental completo	Fundamental incompleto 7ª série
10	Márcia	33	F	Alfa	Fundamental incompleto 2ª série	Fundamental incompleto 2ª série

\* Para preservar a identidade dos entrevistados, foram colocados nomes fictícios.

Os sujeitos encontram-se em idades que variam de 24 a 35 anos, embora todos tenham concluído o Ensino Médio no mesmo ano.

Metade dos entrevistados é do sexo masculino e a outra metade do sexo feminino. Todos os pais e mães sequer chegaram ao Ensino Médio, com exceção de um pai, que chegou a iniciar o curso superior, mas não o concluiu. A maioria dos pais e mães (60%) estudou apenas até a 4ª série ou menos, e um deles, sequer chegou a frequentar a escola. Um dos entrevistados não soube responder a respeito da escolaridade de seu pai, visto que não o conheceu – segundo seu relato, ele é órfão e foi criado por uma mulher solteira, já falecida, a quem considera como sua mãe.

## 4.2. Procedimento de Levantamento dos Dados

O contato inicial com os sujeitos foi feito por telefone. Após isso, o entrevistador compareceu à residência ou ao local de trabalho dos sujeitos escolhidos e realizou uma entrevista semi-estruturada através de um questionário (previamente testado e avaliado) com respostas abertas (Anexo A) que procurou contemplar os pontos mais importantes de suas trajetórias ocupacionais e educacionais.

As entrevistas semi-estruturadas, segundo Laville e Dionne (1999) representam uma série de perguntas abertas, feitas verbalmente, em uma ordem prevista, mas na qual o entrevistador pode acrescentar perguntas de esclarecimento, o que de fato ocorreu em todas as entrevistas, visto que a riqueza dos comentários dos entrevistados nem sempre era contemplada pelas perguntas previamente formuladas. É importante ressaltar que, em alguns casos, foi necessária a realização de mais de uma entrevista, a fim de esclarecer pontos que não foram suficientemente abordados nas primeiras entrevistas. Era também intenção do pesquisador realizar entrevistas com familiares, empregadores e professores desses sujeitos, a fim de possuir uma compreensão mais ampliada a respeito de todo o seu percurso educacional e profissional durante os 7 anos investigados. No entanto, como a maioria dos entrevistados não estava trabalhando no momento (ou trabalhava por conta própria) e não tinha conseguido ingressar no ensino superior, não foi possível realizar as entrevistas com professores e empregadores.

Os pais também foram entrevistados, o que acrescentou uma riqueza maior à compreensão da situação dos sujeitos. As entrevistas com os pais também foram semi-

estruturadas através de questionário com perguntas abertas (Anexo B) e realizadas na residência dos mesmos.

O roteiro de entrevista utilizado para os alunos do Ensino Médio público estruturou-se a partir de 6 temáticas:

Dados demográficos: neste item, entraram questões como a idade, o grau de escolaridade dos pais e ano de entrada no Ensino Médio.

Trajatória durante a realização do Ensino Médio: dentro dessa temática, procurou-se investigar o que faziam os sujeitos da pesquisa enquanto ainda eram estudantes do Ensino Médio, tanto em relação à sua vida acadêmica, quanto em relação à sua vida profissional.

Escolha profissional: aqui, procurou-se investigar questões relativas à escolha profissional que os sujeitos realizaram logo após concluído o Ensino Médio, tais como os fatores que influenciaram essa escolha, mudança de opção e realização de Orientação Profissional.

Trajatória educacional pós-Ensino Médio: nesta temática, foram investigadas questões relativas ao prosseguimento dos estudos após a conclusão do Ensino Médio, os fatores que influenciaram neste prosseguimento ou no não-prosseguimento, a efetivação ou não das escolhas realizadas (em termos de ensino superior), além da realização de outros cursos de qualificação profissional.

Trajatória profissional pós-Ensino Médio: a realização de trabalho (formal ou informal), o desemprego e a efetivação ou não das escolhas realizadas em termos do tipo de trabalho que gostariam de realizar, são questões investigadas neste item.

Concepções sobre sua própria trajetória: dentro dessa temática, procurou-se investigar a percepção que os sujeitos têm a respeito de sua trajetória passada, presente e futura, tanto em relação ao aspecto educacional quanto profissional, procurando analisar a que estes sujeitos atribuem a sua condição atual e o que consideram necessário para obterem condição de vida melhor.

Com relação ao roteiro de entrevista dos familiares, utilizou-se 3 temáticas:

Dados demográficos: neste item, investigou-se o grau de instrução do familiar entrevistado (pai ou mãe), a ocupação atual e o número de filhos.

Dados familiares na atualidade: aqui, buscou-se investigar como está estruturada a família atualmente, em termos de obtenção de rendimentos e também da escolaridade e ocupação dos irmãos dos sujeitos entrevistados.

Expectativas em relação ao futuro educacional e profissional do filho: neste último item, procurou-se investigar a percepção dos pais com relação à trajetória educacional e profissional dos filhos e suas concepções a respeito do que os filhos deveriam fazer para ter um futuro melhor.

Todas as entrevistas foram gravadas com o consentimento dos sujeitos e, posteriormente, transcritas para a realização da análise dos dados.

### 4.3. Procedimento de Análise dos Dados

Para a análise dos dados, utilizou-se a técnica da Análise de Conteúdo, tendo por aporte o material transcrito a partir dos depoimentos registrados. Segundo Bardin (1979), a Análise de Conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, utilizada para estudar e analisar material qualitativo, buscando-se a melhor compreensão de um discurso, além de relacionar suas características gramaticais às ideológicas e teóricas, podendo, a partir daí, extrair os aspectos relevantes para a pesquisa em questão.

A maioria dos procedimentos de análise qualitativa organiza-se em torno de categorias, podendo esta ser considerada uma forma geral de conceito. Na análise de conteúdo, as categorias são classes que reúnem um grupo de elementos (unidades de registro) em razão de características comuns, permitindo-se reunir maior número de informações à custa de uma esquematização e, assim, relacionar classes de fenômenos para ordená-los.

Foi realizada uma análise de conteúdo do tipo “Temática-Estrutural”, que seria uma categorização e contagem de frequência de certos conteúdos que aparecem na comunicação.

Assim, a análise de conteúdo temática-estrutural passou por duas fases de procedimentos. Primeiramente, foi efetuada a análise vertical, onde foram focalizados os trechos significativos das entrevistas de cada um dos entrevistados, para, em seguida, proceder à categorização dos relatos (Anexos C e D). A partir de tal procedimento, foi realizada a análise horizontal das entrevistas, primeiramente separando a categorização por escola (Anexos E e F) e depois juntando as duas escolas (Anexo G), avaliando a tendência geral dos egressos a respeito de cada subtemática estudada, e também a de seus pais (Anexo H), ou seja, foi feita uma análise de frequência.

Para melhor entendimento dos quadros disponíveis nos Anexos C, D, E, F, G e H e melhor análise e discussão das categorias encontradas, foi feita uma separação das temáticas e seus respectivos subtemas. Utilizou-se o símbolo “→” para indicar uma categoria criada a partir do discurso dos entrevistados. Para melhor qualificar as categorias criadas e detalhar um pouco mais as análises, foram criadas subcategorias indicadas pelo símbolo “•”. Nos casos em que ainda foi necessário especificar um pouco mais as subcategorias, utilizou-se o símbolo “◆”.

Foi realizada, ainda, a análise dos relatos de cada participante, relacionando os temas para uma melhor visualização e entendimento de cada entrevista.

A partir daí, passou-se à interpretação dos resultados.

## **5. APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS**

Neste capítulo são apresentados e analisados os dados coletados a partir das entrevistas com os egressos do Ensino Médio público e com seus familiares. É importante ressaltar que os resultados aqui apresentados reportam a uma situação específica e a uma realidade particular. Portanto, o objetivo desta pesquisa não é o de generalizar os resultados e tratá-los como dados estáticos. Além disso, foi utilizada uma metodologia específica, que não pode ser considerada a única forma de apreensão de informações a respeito do tema.

### **5.1. Caracterização das Escolas**

Antes de iniciar a análise do conteúdo das entrevistas, é importante que se caracterize cada uma das escolas cujos egressos foram entrevistados, a fim de que se possa ter uma visão geral do local onde esses jovens realizaram o curso de nível médio.

A escola Alfa, localizada em um dos bairros mais pobres da cidade de Juiz de Fora, oferece ensino fundamental nos turnos da manhã e tarde, e ensino fundamental (a partir da 5ª

série) e médio no turno da noite. Pode ser considerada de porte médio (12 salas de aula funcionando em cada turno) e seu mobiliário é antigo e muitas vezes depredado. Oferece poucos recursos didáticos (como retroprojektor e vídeo) e não possui nenhum computador. A grande maioria de seus alunos reside no próprio bairro e nos arredores.

A escola Beta, localizada no centro da cidade de Juiz de Fora, oferece educação infantil, ensino fundamental e médio no turno da manhã; educação infantil e ensino fundamental à tarde; e ensino fundamental (a partir da 5ª série) e médio à noite. É uma escola de grande porte (com uma média de 30 salas de aula funcionando em cada turno) e passou por uma reforma recentemente, o que dá ao prédio um aspecto bem agradável. O mobiliário é antigo, mas, em sua maioria, bem conservado. Há uma boa disponibilidade de recursos audiovisuais, incluindo computadores. Por se localizar no centro da cidade, recebe alunos dos mais variados bairros de Juiz de Fora.

#### 5.1.1. Diferenças entre as Escolas

A partir da categorização vertical (Anexo C) e também da categorização horizontal realizada por escola (Anexos E e F), foi possível fazer uma pequena análise das diferenças apresentadas pelos alunos de cada escola, com o objetivo de perceber se existe algum determinante que seja relativo à escola pela qual passaram os entrevistados.

Pode-se perceber que os dois únicos entrevistados que conseguiram ingressar num curso superior são oriundos da escola Beta. No entanto, entre os alunos dessa escola, apenas um considera que a mesma lhe ofereceu preparação para o vestibular, enquanto que na escola



Alfa, 3 egressos consideram que a mesma lhes ofereceu preparação. É importante lembrar que, pelo fato da escola Beta se localizar no centro da cidade, seus alunos são moradores dos mais variados bairros de Juiz de Fora, incluindo aí bairros considerados pobres e bairros de classe média. Comparando este dado com as respostas dos entrevistados da escola Beta a respeito de sua percepção sobre o nível sócio-econômico dos alunos dessa escola (três responderam “classe média” e dois “todas as classes”), é possível supor que a escola Beta recebe alunos oriundos tanto da classe baixa como da classe média. Talvez pelo fato de seus alunos terem a oportunidade de conviver com muitas pessoas que, devido à sua condição de classe, tiveram oportunidade de se preparar e de prestar um vestibular, eles tenham uma percepção maior a respeito do fato de que o ensino da escola média, principalmente a pública, não é suficiente para preparar os alunos para o ingresso em um curso superior e que, na maioria das vezes, é necessário um complemento dos estudos especificamente voltados para o vestibular, função esta assumida pelos cursinhos pré-vestibulares. Tanto é, que três dos entrevistados da escola Beta fizeram cursinho. Com relação à escola Alfa, a maioria de seus alunos (e a totalidade dos entrevistados) mora no bairro onde ela se localiza ou nas adjacências, local reconhecidamente habitado por pessoas pertencentes às camadas populares. Além disso, as respostas dos entrevistados da escola Alfa a respeito de sua percepção sobre o nível sócio-econômico dos alunos desta escola apontam para a “classe média-baixa” (2 entrevistados) e “classe baixa” (3 entrevistados). Como a maioria dos entrevistados dessa escola considera que a mesma ofereceu preparação para o vestibular, embora nenhum deles tenha conseguido ingressar num curso superior, é possível supor que o fato desses alunos estudarem nesta escola praticamente a vida toda e não terem, por isso, outros parâmetros de comparação, e, ainda, terem tido a oportunidade de estudar até o final do Ensino Médio (coisa que, provavelmente, muitos de seus vizinhos e familiares não tiveram), faz com que eles percebam a escola como tendo boa qualidade.

É importante ressaltar que, quando perguntados a respeito das razões que os fizeram estudar naquela escola, os ex-alunos da escola Beta responderam, em sua maioria, que foi devido ao fato de que não possuíam recursos financeiros para pagar uma escola particular (mostrando, assim, que reconhecem que a escola particular é de melhor qualidade e que, se pudessem, estudariam nela), e também devido ao fato de já estudarem nesta escola. A escola Beta é extremamente concorrida em termos de vagas e a entrada na escola é realizada por sorteio, geralmente nas primeiras séries do ensino fundamental e da educação infantil. Quem já é estudante da escola tem a vaga garantida para o próximo ano. Quem pretende ingressar nessa escola, precisa contar com a sorte. Já na escola Alfa, 100% dos entrevistados indicaram a proximidade da residência como razão principal para estudarem nesta escola, indicando, inclusive, questões econômicas, como o fato de não terem que pagar passagem de ônibus para chegar até a escola. Neste caso, podemos deduzir que o fato de estudar na escola Beta supõe que houve uma certa “escolha” de escola, ou seja, dentre todas as escolas públicas de Ensino Médio da cidade de Juiz de Fora, os entrevistados (ou seus familiares) decidiram pelo estudo na escola Beta, embora também tivessem que contar com a sorte, pois muitos são os alunos que tentam estudar na referida escola, mas não conseguem a vaga. Na escola Alfa, entretanto, não é possível falar em “escolha”, visto que o critério principal, até por questões econômicas, era a proximidade da residência, e a escola Alfa é a única que oferece Ensino Médio nas redondezas do bairro onde se situa.

Interessante notar que todos os entrevistados da escola Beta trabalhavam durante a realização do Ensino Médio, o que leva a crer que a maioria desses egressos não fazia parte dos alunos de melhor poder aquisitivo da escola. Já na escola Alfa, dois dos cinco entrevistados não trabalhavam durante o Ensino Médio, fazendo crer que não eram extremamente pobres, principalmente por suas alegações: “*Não precisava trabalhar porque meus pais trabalhavam e sustentavam a casa*” (Marcos), “*Meu pai nunca deixou*” (Valéria).

Com relação às escolhas profissionais, os alunos da escola Beta escolheram cursos mais concorridos e que oferecem certo status profissional, como medicina (2), informática (2) e Administração de Empresas (1). Dois dos alunos da escola Alfa escolheram cursos de licenciatura – História e Matemática – cursos menos concorridos e de pouco status profissional. No entanto, as três entrevistadas do sexo feminino da escola Alfa escolheram o curso de psicologia, que está, desde a sua criação em 1992, entre os três cursos mais concorridos da UFJF. Entretanto, duas delas sequer tentaram o vestibular, e a terceira, após duas tentativas de ingresso no referido curso sem sucesso, mudou de opção e prestou vestibular para o curso de Serviço Social, bem menos concorrido, mas também não obteve aprovação.

Na escola Alfa, dois entrevistados realizaram cursinho pré-vestibular, alegando a falta de preparo dada pela escola de Ensino Médio. Desses dois, apenas uma tentou vestibular, durante 3 anos consecutivos para a universidade pública, mas não obteve aprovação. Primeiramente ela fez cursinho particular (pois ganhou um desconto de 50% no valor da mensalidade) e depois passou para o cursinho popular (gratuito). A outra ainda não fez vestibular, pois começou a fazer o cursinho este ano, já que foi aberto um cursinho popular em seu bairro. Dois alunos da escola Alfa realizaram vestibular. Um deles foi a supracitada entrevistada que prestou vestibular 3 vezes para a UFJF, e o outro foi um entrevistado que não realizou cursinho pré-vestibular (alegando falta de condição financeira), mas também fez 3 tentativas de exame vestibular, sem obter sucesso em nenhuma delas. Interessante notar que os dois entrevistados que fizeram vestibular tentaram, nos dois primeiros anos, para a primeira opção (ou seja, para o curso que realmente queriam fazer). Conscientes de sua dificuldade em conseguir entrar para esses cursos, mudaram de opção para cursos menos concorridos na 3ª tentativa. Não obtiveram aprovação, mas ainda têm o desejo de realizar curso superior. Os demais alunos da escola Alfa que não fizeram exame vestibular alegam, principalmente, a

falta de preparo e a falta de recursos financeiros para pagar um cursinho que os preparasse. Assim, nenhum dos entrevistados da escola Alfa realizou curso superior.

Dos entrevistados da escola Beta, 3 realizaram cursinho pré-vestibular, alegando também a falta de preparo dado pela escola de Ensino Médio. Desses, dois fizeram vestibular. Um deles fez 6 tentativas de ingresso no curso mais concorrido da UFJF (medicina), mas não obteve aprovação. O outro passou no vestibular para o curso menos concorrido da UFJF na época (física) na primeira tentativa, mas depois abandonou o curso, pois considera que fez a “escolha” errada. O terceiro entrevistado da escola Beta que fez cursinho não realizou exame vestibular, pois não se considerou suficientemente preparado. É importante destacar que os 3 fizeram cursinho pré-vestibular particular. Dois deles pagaram o cursinho com o próprio salário e o outro recebeu ajuda financeira do pai. Dos outros dois entrevistados que não realizaram cursinho, uma alegou falta de condição financeira para pagar o cursinho e, assim, não se sentindo suficientemente preparada, também não realizou vestibular. A outra, mesmo não tendo realizado cursinho, prestou vestibular uma única vez para uma faculdade particular de Juiz de Fora (cuja relação candidato/vaga é bem inferior à da UFJF), obteve aprovação e hoje está cursando Administração de Empresas, curso que paga com seu próprio salário. De todos os entrevistados, é a única que cursa atualmente ensino superior. Assim, pode-se verificar que os entrevistados da escola Beta levaram uma certa vantagem em relação aos da escola Alfa, visto que dois dos alunos da primeira conseguiram ingressar num curso superior. Embora os entrevistados das duas escolas alegassem falta de preparo, os egressos da escola Beta foram os que tiveram maior oportunidade de suprir essa falta, tanto com relação à condição de pagar um cursinho pré-vestibular particular, quanto ao fato de poder arcar com os custos de uma faculdade privada.

Com relação à realização de outros cursos de qualificação profissional, não houve diferença entre as escolas, visto que todos os entrevistados realizaram os referidos cursos, alegando, principalmente, a obtenção de qualificação para a realização de um trabalho.

Não será analisada, aqui, a trajetória profissional dos entrevistados, visto que o objetivo desta seção é verificar a diferença existente entre os alunos das duas escolas em termos de trajetória educacional.

Para finalizar, será analisada a concepção que os entrevistados têm sobre a influência do ensino público na sua trajetória. A maioria dos entrevistados da escola Alfa (3) considera que o fato de terem estudado em escola pública não fez nenhuma diferença em sua trajetória, alegando que o ensino público e o particular são equivalentes e, principalmente, apontando a sua responsabilidade pessoal, independente do fato de terem feito ensino público. Outro entrevistado considera que houve influência positiva, frisando a qualidade da escola Alfa, e um outro alega que houve influência negativa, ressaltando a falta de qualidade do ensino público. O resultado na escola Beta foi muito parecido, com 3 entrevistados dizendo que não houve influência, devido principalmente à responsabilidade pessoal sobre a sua própria trajetória. Desses 3, um também acha que, por outro lado, houve uma certa influência negativa, responsabilizando os professores pela baixa qualidade do ensino público. Houve ainda um outro egresso que considerou a influência negativa, pelo mesmo motivo alegado pelo entrevistado supracitado. E o último entrevistado da escola Beta considera que a influência foi positiva, ressaltando a qualidade do ensino da referida escola. É interessante notar como em ambas as escolas, a percepção individualista está presente nos depoimentos dos entrevistados, o que aponta para uma falta de visão macro, já que a maior responsabilidade pelo sucesso pessoal é atribuída ao indivíduo (o próprio sujeito ou o professor), retirando, assim, a responsabilidade da escola pública – e conseqüentemente do poder público – pela qualidade do ensino e conseqüente sucesso ou fracasso profissional.

Através dessa análise foi possível verificar que houve uma diferença muito pequena entre as trajetórias dos egressos das duas escolas pesquisadas. Isso pode ser explicado pelo fato de que a escola Beta atende a alunos de melhor poder aquisitivo do que a escola Alfa. A localização central da escola Beta, sua infra-estrutura diferenciada e o fato de que a quase totalidade dos seus professores sejam concursados (efetivos), faz com que a busca pela escola venha não só dos segmentos mais pobres da população, mas também da classe média de Juiz de Fora. E o contrário também é verdadeiro. Ao ter como alunos os filhos das classes média-baixa e média, a escola também se constrói e se constitui para servir a esses alunos.

Apesar de não ser possível a generalização dessa análise, os dados obtidos possibilitam supor que a maior diferença entre as escolas não está na diferença de rendimento escolar de seus alunos (isso é consequência e não causa), mas sim no tipo de aluno que ela atende, o que faz com que seja oferecida uma boa escola aos mais favorecidos economicamente e, ao contrário, uma escola pobre para os alunos pobres. A partir dessas observações, pode-se concluir que, apesar de as duas escolas pertencerem a um mesmo sistema de ensino (estadual), elas apresentam diferenças (embora muito pequenas) no tipo de ensino que oferecem.

## 5.2. A Trajetória de Cada um dos Entrevistados

Antes de iniciar a análise das entrevistas, apontando o discurso coletivo que se manifesta ao fazer uma análise horizontal, passa-se a relatar agora os dados apresentados por cada entrevistado, a fim de conhecer também a singularidade de cada participante e suas concepções a respeito de suas trajetórias. Acredita-se que, dessa forma, seja possível compartilhar e conhecer um pouco mais sobre as diferenças e semelhanças em seus discursos, bem como os caminhos e descaminhos dessas trajetórias.

### Entrevistado 1

Adriana é casada, tem 26 anos e é a única entrevistada que faz curso superior. Ela está no primeiro período do curso de Administração de Empresas de uma faculdade particular de Juiz de Fora, cujo vestibular ela considerou muito fácil, tanto que não precisou fazer cursinho pré-vestibular. Foi sua primeira tentativa de entrar em um curso superior. Não tentou vestibular para a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), única universidade pública da cidade, pois não se considerava preparada. Ela é um dos poucos entrevistados que possuem emprego formal. Trabalha como recepcionista em um consultório médico e lá realiza algumas funções administrativas como cuidar das finanças e do banco de dados. Isso fez com que ela se interessasse pela área da Administração de Empresas. Paga a faculdade com o seu salário. Não realizou escolha profissional ao concluir o Ensino Médio, pois estava cansada e só queria trabalhar. Durante o Ensino Médio, que foi feito no turno da noite, na escola Beta, Adriana trabalhava como secretária.

Hoje se diz satisfeita com seu atual emprego e acha fundamental a realização de um curso superior, principalmente porque a concorrência no mercado de trabalho é grande e o fato de ter curso superior dá maior suporte para exercer uma profissão. Pode-se perceber, aí, a crença no fato de que o ensino superior oferece maiores e melhores oportunidades de trabalho. Não considera que a escola Beta ofereceu preparação para o vestibular. Considerou o ensino fraco, não tanto pelo fato de a escola ser pública, mas pelo fato de ter estudado à noite, pois ela acha que o ensino noturno é de pior qualidade que o diurno.

Como todos os outros entrevistados, realizou curso de qualificação profissional, na área de informática, alegando que é essencial para o seu trabalho. Com relação aos fatores responsáveis pela ascensão educacional e profissional, ela considera dois principais: boa qualidade do ensino básico, e o esforço pessoal. *“Uma boa qualidade de ensino desde a idade mínima, que é 4 anos, acho. O ensino fundamental principalmente, ele ajuda bastante. E a pessoa ser esforçada, né, querer estudar, ter vontade, acho que é isso”*.

Seus pais são os que possuem maior escolaridade em comparação aos outros entrevistados. A mãe tem ensino fundamental completo e o pai tem superior incompleto. A mãe, apesar de trabalhar por conta própria, tem uma renda que considera razoável, visto que possui o seu próprio salão de beleza. Diferentemente de quase todos os outros entrevistados, possui uma irmã que cursa ensino superior, numa outra faculdade particular. A mãe, quando entrevistada, falou de sua decepção a respeito do fato de Adriana não ter tentado vestibular logo que terminou o Ensino Médio, visto que considera a realização de um curso superior fundamental, devido também à grande concorrência no mercado de trabalho. *“Hoje se você não tiver curso superior não tem porta aberta, né? Aliás, tem que ter um superior e muito bom, né? Porque você está competindo com muita gente, tem que ser o melhor”*. Para a mãe, a continuação dos estudos era prioridade, embora a conciliação entre trabalho e estudo fosse considerada o ideal.



## Entrevistado 2

Glauco tem 25 anos e ainda mora com os pais. Sempre trabalhou no comércio, inclusive na época em que fazia Ensino Médio, mas atualmente está desempregado; foi demitido por corte de custos. Foi aluno do turno noturno da escola Beta, a qual considerava ótima escola, inclusive dando-lhe boa preparação para o vestibular. Apesar disso, fez cursinho pré-vestibular durante vários anos, porque considerava que ele próprio não conseguiria estudar sozinho. Seu sonho sempre foi fazer medicina, tanto é que tentou durante seis anos o vestibular para o curso de medicina da UFJF. Passou para a 2ª fase 5 vezes, mas não conseguiu aprovação em nenhuma delas. Interessou-se pela área devido a um professor de biologia que teve no Ensino Médio, que despertou nele o interesse pelo corpo humano, além do fato de poder ajudar as pessoas e salvar vidas. Está a procura de emprego entregando currículos no comércio. Não considera fundamental a realização de um curso superior pois, segundo ele, dependendo do trabalho a ser realizado, a prática e a experiência, são mais importantes do que a teoria.

Realizou dois cursos de qualificação profissional: vendas e informática, os dois para obter um melhor desempenho no trabalho. Para a obtenção de ascensão educacional e profissional, considera que o mais importante é ter uma condição financeira favorável que o oportunize a continuar os estudos.

Seus pais possuem o ensino fundamental incompleto (até a 4ª série). Seu pai é pedreiro (autônomo) e sua mãe aposentada. Nenhum de seus dois irmãos realizou curso superior. Seu pai, quando entrevistado, disse que tentou ajudá-lo no que foi possível para a realização de um curso superior, mas que seu desejo era que ele conseguisse um bom emprego. Disse que gostaria muito que o filho fizesse curso superior, pois ganharia mais sabedoria e opção dentro

do mercado de trabalho, mas isso só se tiver condição financeira para tal ou, nas suas palavras: “*vontade a gente tem, mas poder não é querer, né?*”.

### Entrevistado 3

Fabiano tem 25 anos e foi aluno da escola Beta, no turno da noite, pois trabalhava durante o dia como Office boy. Assim como Adriana, Fabiano considerou o ensino da escola Beta fraco, principalmente por ser noturno. Sua escolha profissional ao concluir o Ensino Médio era fazer faculdade de informática, sonho que não se concretizou. Ele sequer tentou o vestibular, por se considerar despreparado. Comentou sobre a dificuldade em conciliar trabalho com estudo. Ele chegou a fazer um cursinho pré-vestibular (que pagou com o seu salário), mas também achou que o cursinho não lhe deu preparação suficiente, principalmente porque ele não tinha tempo de estudar em casa.

Atualmente trabalha por conta própria, como professor particular de teclado. Está muito satisfeito com seu trabalho, mas ainda permanece a vontade de fazer o curso superior de informática.

Fez curso de qualificação profissional, mas, diferente de todos os outros entrevistados, não fez curso de informática, mas sim de música, no conservatório estadual.

Não considera fundamental a realização de um curso superior, visto que o mercado de trabalho está restrito para todas as pessoas, independente de seu nível de escolarização. Acha que o fato de ter feito ensino público influenciou negativamente a sua trajetória, principalmente por causa da baixa qualidade dos professores. Por outro lado, retira a responsabilidade da escola e a coloca em si mesmo. “*O que faz a gente ter sucesso no ensino somos nós, os alunos*”. Para a obtenção de ascensão educacional e profissional, acha que é

fundamental o investimento do governo, principalmente na abertura de mais cursos e vagas no ensino superior, e também a sua dedicação pessoal.

Fabiano é órfão e sua mãe de criação já é falecida. Não tem irmãos. Assim, não foi possível realizar entrevista com seus familiares.

#### Entrevistado 4

Leonardo tem 24 anos e foi aluno do turno noturno da escola Beta. Trabalhava durante a realização do Ensino Médio com a mesma profissão que tem hoje: técnico em manutenção de computadores. Não considera que a escola Beta tenha lhe dado preparação para o vestibular, precisando, por isso, fazer cursinho pré-vestibular. Foi o único entrevistado que conseguiu ingressar na UFJF, porém para um dos cursos menos concorridos: física. Segundo ele, foi um grande erro que cometeu, pois sua vontade era de realizar o curso de informática, mas como achou que não estava preparado o suficiente, tentou vestibular para um curso menos concorrido. *“Eu queria fazer vestibular prá informática e tentei prá física, que é o maior erro que eu cometi na minha vida. (...) porque eu fui de encontro contra a minha real vocação. A minha real vocação é para informática, porque eu trabalho com isso aqui, com informática, desde 14 anos de idade, você entendeu? Aí fui fazer uma faculdade que não tinha nada a ver com a minha área de trabalho, entendeu? (...) Como eu não estava estudando nada, eu falei assim: pô, eu vou tentar o vestibular mais fácil que tinha, então eu olhei lá qual que era a menor relação candidato-vaga. (...) então, eu fui lá e fiz”*. Não gostou do curso de Física, principalmente dos professores, e, depois de dois anos, acabou abandonando-o. Atualmente é sócio de uma loja de *Lan Games* (trabalha por conta própria) e faz manutenção em computadores. Está muito satisfeito com seu trabalho, pois está fazendo o que gosta. Não

gostaria de estar trabalhando em algo diferente. Fez vários cursos de qualificação profissional dentro da área da informática.

Com relação ao fato de considerar fundamental a realização de um curso superior, Leonardo diz que, por um lado, sim, pois é hoje em dia uma exigência do mercado de trabalho. Por outro lado, acha que não, pois considera que, para alguns trabalhos, a experiência vale mais do que o conhecimento teórico. Ele considera que o fato de ter sido aluno do ensino público pode ter influenciado negativamente a sua trajetória, principalmente pela baixa qualidade dos professores e pelo fato da escola não preparar o aluno para o ingresso num curso superior. Para ele, é preciso que haja maior qualidade dos professores, maior investimento do governo e também maior dedicação pessoal, para que ele obtenha ascensão educacional e profissional.

Seu pai possui o ensino fundamental completo e sua mãe, ensino fundamental incompleto (até a 4ª série). Ele ainda mora com os pais e um de seus irmãos fez curso superior de economia na UFJF e trabalha atualmente nesta área. Uma irmã é dona de casa e o outro irmão tentou realizar vestibular várias vezes, mas não passou.

A mãe, que é dona de casa, ao ser entrevistada, disse que tinha vontade que o filho realizasse ensino superior, inclusive dando prioridade ao prosseguimento dos estudos, ao invés da inserção imediata no mercado de trabalho. Ela alega que o fato de possuir curso superior abre maiores oportunidades de trabalho. *“Eu acho que a pessoa com diploma na mão já tá difícil, sem diploma, então... tem que ter o diploma prá ver se consegue alguma coisa melhor”*.

## Entrevistado 5

Regina tem 24 anos, é casada, mãe de uma filha, e foi a única entrevistada que realizou o Ensino Médio diurno, embora trabalhasse na época como empregada doméstica. Estudou na escola Beta, mas não considera que a escola lhe preparou para o vestibular. Assim, nunca chegou a fazer vestibular, alegando ainda a falta de condição financeira para pagar um cursinho pré-vestibular. Sua escolha profissional ao concluir o Ensino Médio era a Medicina, escolha que não se efetivou. No entanto, acha que ainda é muito nova e que pode ainda vir a realizar o curso desejado, mas não agora. Realizou vários cursos de qualificação profissional, como curso de recepcionista, datilografia e informática, para tentar conseguir um emprego melhor.

Atualmente não trabalha fora, é dona de casa. O marido sustenta a casa. Não está a procura de emprego, pois tem que cuidar de sua filha pequena e também porque deseja abrir um negócio próprio, provavelmente uma lanchonete no bairro onde mora.

Não acha que o fato de ter feito ensino público influenciou na sua trajetória. Ela atribui toda a responsabilidade pela sua trajetória a ela mesma, à falta de dedicação e esforço pessoal. Não considera fundamental a realização de um curso superior porque existem outras opções de trabalho que não dependem do ensino superior. *“Eu creio que o curso superior, ele pode ser fundamental para quem tem todas as condições para fazê-lo, entendeu? Mas prá quem não tem, geralmente tem que optar por outros lados”*. Assim, aponta também que a condição financeira determina a possibilidade de realização de ensino superior. Apesar de possuir essa interpretação, ainda assim coloca como responsabilidade pessoal a possibilidade de ascensão educacional e profissional, dizendo que depende da pessoa se qualificar para obter sucesso.

Seu pai é analfabeto e sua mãe só fez o ensino fundamental até a 3ª série, pois trabalhavam na roça e não tinham condição de estudar. Regina tem 8 irmãos. Todos

trabalham, mas nenhum conseguiu fazer curso superior. Inclusive ela é a que tem maior escolaridade na sua família. A mãe, que é dona de casa, ao ser entrevistada, afirmou que acha importante a realização de um curso superior devido ao fato de oferecer maiores oportunidades de trabalho. Disse que queria que a filha fizesse curso superior, mas não foi possível devido à condição financeira. *“Vontade eu tinha muita, mas a gente não tinha condições de realizar esse sonho”*. A mãe achava mais importante que ela estudasse do que trabalhasse, mas novamente a falta de condições financeiras impediu que isso se concretizasse. *“Eu preferia que ela estudasse. (...) porque assim ela tinha condições de conseguir alguma coisa melhor na vida, melhorar de vida, mas ela teve que trabalhar e então ficava muito difícil trabalhar e estudar”*.

#### Entrevistado 6

Élcio é casado, tem dois filhos, foi estudante do Ensino Médio noturno da escola Alfa (que só possui EM noturno) e é o mais velho dos entrevistados: tem 35 anos. Durante a realização do Ensino Médio, Élcio era militar e atualmente é funcionário público municipal concursado, exercendo a função de marceneiro. Ao concluir o Ensino Médio, pretendia se dedicar aos estudos, mas não conseguiu, pois precisava trabalhar. *“A minha intenção era passar realmente a estudar e a prosseguir os estudos, né? Mais tarde eu esbarrei com algumas dificuldades que, tipo, precisava trabalhar e aí ficou mais difícil prá mim conseguir realizar o sonho que era fazer a faculdade, mas esse aí é o meu objetivo ainda”*. Considera que a escola Alfa lhe deu uma boa preparação para o vestibular e não realizou cursinho pré-vestibular porque não tinha condição financeira de arcar com os custos. Sua escolha profissional ao concluir o Ensino Médio era fazer o curso de História, pois se identifica muito com a área. Tentou vestibular duas vezes para História na UFJF, mas não foi aprovado.

Achando que o curso de Geografia seria menos concorrido que História (o que de fato não ocorreu), tentou vestibular pela terceira vez para o curso de Geografia da UFJF, mas também não obteve aprovação. Atribui a ele próprio a responsabilidade pela sua falta de êxito. *“Se eu não consegui foi talvez por falta de esforço meu. Se eu tivesse esforçado um pouco mais...”*. O interessante é que ele tem consciência da vida difícil que leva, sabe que o fato de trabalhar durante o dia em um serviço pesado como a marcenaria o deixa muito desgastado, mas ainda assim não atribui seu “fracasso” à sua condição de vida, mas sim a sua falta de dedicação pessoal. *“Na verdade nem é falta de tempo. Tempo a gente é que tem que fazer. Realmente é um pouco de, como é que eu vou falar, um pouco de relaxamento com a gente mesmo. Trabalho de dia, chego em casa cansado, aí a gente não tem mais paciência de pegar caderno, você fica meio estafado, né? Dá uma estafa na gente, aí fica meio cansativo”*.

Realizou curso de qualificação profissional numa escola particular de Juiz de Fora. Fez o curso técnico em informática, devido a uma bolsa integral que a prefeitura oferece a seus funcionários. No entanto, não concluiu o curso, pois para isso é necessário que ele realize estágio, mas o fato de trabalhar o dia todo o impediu de realizar o estágio. Gostaria de estar atuando na área da informática, pois, segundo ele, o serviço é menos cansativo. Inclusive ele alega que conhece bem o trabalho nesta área, faz manutenção em computadores de amigos, mas não pode ter um emprego na área, pois não tem o diploma de técnico em informática.

Acha que o fato de ter sido aluno do ensino público influenciou positivamente a sua trajetória, visto que, no ensino fundamental, como não havia escola pública em seu bairro, estudou em escola particular e, fazendo uma comparação entre as duas, considera que a pública possui melhor qualidade. Inclusive utiliza, em sua comparação, o argumento que o ensino superior público é bem mais conceituado que o particular. *“No período que eu estudei até a 8ª série eu não aprendi tanto igual eu vim a aprender no ensino público. E a gente vê isso também nas faculdades públicas, até o nível de você passar na prova é diferente, né?”*

*Você vê que a exigência de uma prova na faculdade particular é menor que numa faculdade pública. A faculdade em si, a federal, tem um melhor ensino. Por isso é que eu acho que eles não deveriam acabar com essas faculdades, igual a gente ouviu boatos que eles estão querendo privatizar tudo. (...) O que eu vi, eu estudei no particular e estudei no público. E na experiência que eu tive, o público realmente é superior ao ensino particular”.*

Não considera fundamental a realização de ensino superior, pois acha que o trabalho que realiza atualmente é suficiente para o sustento de sua família, visto que, como ele próprio argumenta, seu objetivo não é de ficar rico, mas sim continuar a criação de sua família. O que o faz desejar cursar ensino superior é o fato de poder dar exemplo aos seus filhos de alguém que não tinha condição financeira, mas que lutou e conseguiu alcançar seu objetivo.

Para obtenção de ascensão educacional e profissional considera fundamental que ele tenha um melhor preparo para fazer curso superior, mas reconhece que as atuais condições financeiras não lhe permitem pagar um cursinho pré-vestibular, e sem isso, não consegue estudar sozinho, pois chega em casa muito cansado.

Seu pai estudou até a 7ª série e sua mãe até a 4ª série. Os dois já são falecidos e seus irmãos não moram em Juiz de Fora. Por esse motivo, não foi realizada entrevista com os familiares de Élcio.

#### Entrevistado 7

Marcos tem 26 anos, é solteiro, mora com a mãe e os irmãos e realizou Ensino Médio noturno na escola Alfa. Não trabalhava durante a realização do Ensino Médio, pois seu pai tinha condição financeira de sustentar a família. Assim que terminou o Ensino Médio fez a opção de cursar matemática no ensino superior. No entanto, um acontecimento mudou todos



os seus planos. O falecimento de seu pai, que era o provedor da casa, fez com que Marcos, por ser o filho mais velho, assumisse a responsabilidade de sustento de sua família. Começou então a trabalhar como auxiliar de serviços gerais em um supermercado, depois foi promotor de vendas e depois passou a ser auxiliar de escritório (profissão em que atua até hoje) e assim não teve tempo nem condição financeira para arcar com os custos de um cursinho pré-vestibular. Apesar de considerar que a sua escola deu uma boa preparação para o vestibular, não se sentia preparado o suficiente e, por isso, não chegou a fazer vestibular. *“Na época, eu achei que eu não estava 100% preparado para poder prestar vestibular, apesar de que eu até fiz a minha inscrição, cheguei a ganhar a isenção de matrícula, mas na hora “h” eu fraquejei e não fui”*. Está satisfeito com seu trabalho atual, pois diz que não é um trabalho muito cansativo como os que realizava anteriormente, mas gostaria de trabalhar como professor e, para isso, seria necessário o curso superior. Tem planos para fazer cursinho pré-vestibular no próximo ano. Fez vários cursos de qualificação profissional na área da informática (Básico, intermediário, Web Design, Linux e programação), pois considera que é uma área que está em ascensão e que todos os empregadores hoje exigem esse conhecimento. Inclusive, só conseguiu seu emprego atual porque sabia trabalhar com o computador.

Ele considera fundamental a realização de um curso superior, pois o mercado de trabalho exige o diploma, e só o Ensino Médio não é suficiente, como era antigamente, para conseguir um bom emprego. Não acha que o fato de ter sido aluno do ensino público fez diferença na sua trajetória, pois considera que o ensino público e o particular são equivalentes. Acha que uma boa qualidade da educação básica, inclusive preparando os alunos desde cedo para a escolha da profissão, seria o fator mais importante para a obtenção de ascensão educacional e profissional.

O grau de instrução de seus pais é o ensino fundamental incompleto. Seu pai, já falecido, estudou até a 4ª série e sua mãe até a 5ª série. Tem mais dois irmãos, que não chegaram a

fazer ensino superior. A mãe, que é manicure e cabeleireira autônoma (atende a domicílio), quando entrevistada, falou de seu sentimento de culpa pelo fato do Marcos ter parado de estudar, visto que, em sua concepção, era muito mais importante que ele continuasse os estudos do que trabalhasse. *“Eu às vezes até me sinto um pouco, entendeu, com sentimento de culpa dele ter parado devido às circunstâncias da minha vida e eu é que teria que ter dado, entendeu, e não consegui. Eu queria muito que ele continuasse fazer o que tinha que fazer, porque prá ele seria muito bom demais. (...) A situação financeira infelizmente não me permitiu isso. Ele teve que começar a trabalhar prá ajudar dentro de casa, principalmente depois que eu fiquei viúva, né?”*. Para a mãe, é fundamental a realização de um curso superior porque oferece maiores possibilidades de conseguir um bom emprego.

#### Entrevistado 8

Elisângela tem 24 anos, é solteira e mora com os pais. Fez Ensino Médio noturno na escola Alfa, que considera uma boa escola e que lhe deu preparação para o vestibular. Durante a realização do Ensino Médio, trabalhou como balconista em uma farmácia e como operária em uma fábrica. Atualmente está desempregada (foi demitida), mas está à procura de emprego devido à necessidade financeira. Sua escolha profissional ao concluir o Ensino Médio, como a de todos os entrevistados do sexo feminino da escola Alfa, era de fazer o curso de Psicologia, pela vontade de ajudar as pessoas. No entanto, nunca chegou a fazer vestibular, pois não se sentia preparada e não tinha condição financeira para pagar um cursinho pré-vestibular. Pretende fazer vestibular o ano que vem, pois agora está fazendo um cursinho popular, gratuito. Realizou curso de qualificação profissional na área de informática, pois acha que o mercado de trabalho hoje exige esse tipo de conhecimento.

Considera fundamental a realização de um curso superior, tanto pelo lado da satisfação pessoal, quanto pela questão da exigência do mercado de trabalho. Em seu discurso, fica muito clara a responsabilidade pessoal que assume diante de sua trajetória. Acha que o fato de ter sido aluna do ensino público não fez diferença em sua trajetória, pois acha que o indivíduo é o próprio responsável pelo seu sucesso ou fracasso. *“Eu acho que a partir do momento em que você tem um objetivo, eu acho que você tem que correr atrás daquilo e, com certeza, não é porque você estudou numa escola pública que você vai ser menos do que o que estudou numa escola particular. Isso jamais. É correr atrás que, com certeza, você consegue. O tipo de escola ajuda um pouco, mas o indivíduo, com certeza, é prioridade. Ele tem que correr atrás mesmo, senão fica complicado. (...) De repente eu poderia ter estudado numa escola particular e estar do mesmo jeito que eu estou hoje. Acho que vai partir da pessoa. Ela tem que correr atrás, tem que estudar mesmo, senão não tem jeito, mesmo com escola particular”*. Com relação aos fatores responsáveis pela obtenção de ascensão educacional e profissional, ela considera que a busca pela qualificação pessoal é o fundamental. *“Eu acho que é estar sempre tentando desempenhar o máximo possível, estar sempre estudando, sempre se atualizando, isso é importante”*.

Seus pais possuem ensino fundamental incompleto (até a 4ª série). Sua mãe é dona de casa e o seu pai é aposentado. Ela tem mais um irmão que também tem Ensino Médio completo, mas não chegou a fazer ensino superior. Ele é militar (cabo do exército). Seu pai, quando entrevistado, disse que nunca teve nenhuma expectativa de que a Elisângela realizasse ensino superior, porque não tinha condição financeira para isso, mas se sente muito orgulhoso pelo fato dela ter o Ensino Médio completo, ressaltando o esforço pessoal da filha e a ajuda de Deus. *“Eu nunca tive como fazer com que ela realizasse, com que ela chegasse até o ponto que chegou com o estudo dela. Mas com o esforço dela e naquilo que a gente pôde ajudar, Deus ajudou que ela conseguiu o 2º grau completo”*. Ele acha que para ela seria mais

importante continuar os estudos, mas a falta de condição financeira fez com que ela necessitasse trabalhar e tivesse que abandonar a idéia de prosseguimento dos estudos. *“Eu até achava que ela deveria continuar estudando, porque na verdade as conseqüências da situação financeira que não ajudou. Apertou um pouco, fez com que ela parasse naquele momento em que ela formou. Então ela falou assim: pai, eu tinha vontade de fazer faculdade, mas como é muito difícil, a gente tem que pagar, fica caro, então não tem como”*. O pai considera que o fato de ela vir a cursar ensino superior vai ajudá-la a conseguir um emprego melhor e ter uma vida mais digna.

#### Entrevistado 9

Valéria tem 26 anos, é casada, tem uma filha pequena, mas ainda mora com os pais, a única irmã e o marido, que é caminhoneiro e só fica em casa nos finais de semana. Fez o Ensino Médio noturno na escola Alfa, mas considera que a escola não lhe deu preparação para o vestibular. Valéria estudou todo o ensino fundamental no Colégio São José do Instituto Vianna Júnior, uma escola particular de Juiz de Fora, pois ela tinha uma bolsa integral dada pelo proprietário do colégio. Depois que ele faleceu, ela perdeu a bolsa e teve que fazer o Ensino Médio na escola Alfa, pois era a escola pública mais próxima de sua casa. Este fato fez com que ela se sentisse muito desanimada com relação aos estudos, pois gostava muito de estudar no Vianna Júnior e não gostou de estudar na escola Alfa, tanto é que ela apresentou uma reprovação no Ensino Médio e, quando questionada a respeito do motivo da reprovação, ela responde que foi por *“bagunça mesmo”*. Durante toda a entrevista ela faz comparações entre a escola de ensino fundamental e a escola Alfa, dizendo, inclusive, que o que ela aprendeu no Ensino Médio da escola Alfa, ela já havia aprendido no ensino fundamental da escola particular. A entrevistada não trabalhou durante a realização do Ensino Médio, pois,

segundo ela, seu pai nunca deixou. Sua escolha profissional, assim como a de todas as entrevistadas do sexo feminino da escola Alfa, era fazer Psicologia, alegando que sempre gostou da área, sempre quis fazer esse curso. No entanto, não chegou a fazer vestibular, nem cursinho pré-vestibular, porque depois de ter perdido a bolsa na escola particular, ela desanimou de estudar. Inclusive, mesmo querendo fazer Psicologia, se ela continuasse na escola particular ia prestar vestibular para o curso de Direito, visto que o Vianna Júnior só oferece curso superior de Direito e Economia. *“Depois que eu fiz o 2º grau no (escola Alfa) eu desanimei de estudar. Nem tive vontade mais. (...) Por falta de vontade mesmo. Porque eu gostava muito de lá do Vianna, aí quando eu tive que largar prá ir lá prá cima eu fiquei meio desanimada. Eu pretendia ficar lá, fazer vestibular. Eu ia até fazer o curso de direito, mas contra a minha vontade. (...) Porque eu tinha bolsa até formar”*.

Atualmente, ela não trabalha, pois tem que cuidar da filha pequena, mas está à procura de emprego, pois, segundo ela, só o salário dos pais e do marido não tem sido suficiente. Realizou curso de qualificação profissional na área de informática para satisfação pessoal. Ela considera fundamental a realização de um curso superior porque acha que só com o Ensino Médio é muito difícil conseguir emprego e que o curso superior abre maiores possibilidades de trabalho. Valéria considera que o fato de ter sido aluna do ensino público influenciou negativamente a sua trajetória, pois como ela estudou durante muito tempo em uma escola particular, ela sentiu muita diferença quando entrou para a escola pública, que considerou muito fraca. Para ela, o importante para alcançar ascensão educacional e profissional é ter bons professores e uma boa formação escolar, além de estudar ou trabalhar em algo que goste, que lhe dê satisfação pessoal.

Seu pai tem o ensino fundamental completo e sua mãe estudou até a 7ª série. Sua outra irmã tem 11 anos e está na 4ª série. A mãe, que está aposentada por motivos de saúde, quando entrevistada, disse que tinha o sonho de ver sua filha com diploma de ensino superior, mas

que infelizmente ela não teve condições de pagar os estudos dela. A mãe considera que o fato da filha não ter curso superior dificulta a obtenção de emprego, pois o mercado de trabalho hoje exige o curso superior. Para a mãe, era mais importante que a filha continuasse os estudos do que se inserisse no mercado de trabalho, mas a falta de condição financeira impediu que ela prosseguisse nos estudos. *“Se eu pudesse, hoje em dia ela estaria formada. Infelizmente não deu, né? Mais importante é estudar. Depois que formar pode se sustentar, mas eu acho importante o estudo. (...) Mas eu, no caso se eu pudesse, ela não trabalharia não, só estudaria. Infelizmente não deu, né?”*.

#### Entrevistado 10

Márcia tem 33 anos, é solteira, mora com os pais e os 5 irmãos e estudou no Ensino Médio noturno da escola Alfa. Na época em que fazia Ensino Médio trabalhava como empregada doméstica, trabalho este que realizou desde os 11 anos de idade, devido à necessidade de contribuir com as despesas de casa. Considera que a escola Alfa não lhe ofereceu preparação para o vestibular, devido à falta de qualidade dos professores e também à falta de incentivo para a realização de um curso superior. Sua escolha profissional ao concluir o Ensino Médio era Psicologia, porque, segundo ela, é um curso mais voltado para área de Ciências Humanas, de comunicação, e que ela se identifica com essa área. Fez cursinho pré-vestibular particular durante um ano, pois conseguiu um desconto de 50% na mensalidade e pagava com o próprio salário. Depois passou a fazer o cursinho popular, gratuito, que ela faz até hoje. A justificativa para a realização do cursinho era o fato de a escola Alfa não ter dado preparação suficiente e ela precisava de uma preparação melhor para passar no vestibular. Realizou vestibular 3 vezes: duas vezes para Psicologia (não obteve aprovação) e uma vez para Serviço Social que, segundo ela, é muito parecido com Psicologia e bem menos

concorrido, mas também não foi aprovada. Todas as tentativas de vestibular foram para a UFJF, porque não tinha condições financeiras de pagar uma faculdade particular. Segundo ela, não obteve sucesso no vestibular porque hoje todos os cursos são muito concorridos e também por falta de dedicação pessoal. De todos os entrevistados, Márcia foi a única que passou por um programa de Orientação Profissional (OP). A escola de Ensino Médio não ofereceu esse serviço, mas ela teve oportunidade de participar no cursinho popular. Pelo seu relato, é possível perceber que se tratou da modalidade estatística de OP, pois ela apenas respondeu a um questionário e sequer teve uma entrevista de devolução com o psicólogo. Segundo ela, foi o diretor do cursinho que entregou o resultado e passou as informações. O resultado divulgado apresentou várias áreas em que ela podia prestar vestibular, incluídas aí a Psicologia e o Serviço Social.

Atualmente ela trabalha como balconista em uma padaria do seu bairro. Está satisfeita pelo fato de estar empregada, mas não está muito satisfeita com o tipo de trabalho realizado nem com a remuneração. Disse que gostaria de realizar outro tipo de serviço, mas parece conformada com sua situação atual. *“Olha, satisfeita, satisfeita... não. Graças a Deus que eu estou trabalhando, né? Porque a gente sabe que está muito difícil emprego, mas a gente almeja sempre o melhor prá gente, né? Eu quero o melhor prá mim, entendeu? Mas devido às minhas necessidades do momento, prá mim, tá bom. Em termos de remuneração, o meu patrão é bastante compreensivo, sabe? Então melhorou um pouco, mas a gente sempre quer um pouco mais, né? Mas, tá bom.”* Disse que gostaria de trabalhar em repartição pública, em cargo administrativo concursado. *“Já tentei concurso público, entendeu, mas não consegui. Eu acho que falta da minha parte mais dedicação, sabe? E também devido à concorrência, porque sempre o melhor é o mais concorrido, né?”*

Após o Ensino Médio, realizou curso de qualificação profissional na área de informática, porque considera que, hoje em dia, quem não sabe trabalhar com informática não consegue

emprego. Para ela, a realização de um curso superior é fundamental, tanto pelo lado da satisfação pessoal quanto pela maior facilidade em conseguir um emprego. Não considera que o fato de ter sido aluna de escola pública fez diferença na sua trajetória, pois considera que o sucesso educacional é responsabilidade do aluno e não da escola. Considera que, para a obtenção de ascensão educacional e profissional, é necessário um maior preparo e qualidade dos professores, dedicação pessoal e oportunidade.

Seus pais têm ensino fundamental incompleto (menos que a 4ª série). Nenhum dos 5 irmãos realizou curso superior. Uma das irmãs tem o Ensino Médio completo (técnico em enfermagem) e trabalha em um hospital. Outra irmã é operária numa fábrica de sapatos. Os outros três não trabalham: um é estudante, o outro está desempregado e a outra é dona de casa.

O pai dela, que é funcionário municipal aposentado (pedreiro), quando entrevistado, disse que gostaria que a filha realizasse curso superior, mas que isso dependia da vontade dela e da condição financeira. *“Com certeza eu queria, mas tudo depende da boa vontade dela, né? Ela é muito esforçada. Ela venceu mais pela boa vontade e pelo esforço, porque Deus ajuda, mas a gente tem que fazer a parte da gente. Então ela é uma menina muito esforçada. (...) Mas, você sabe, hoje tudo depende da condição financeira, né?”*. Segundo o pai, continuar os estudos é importante, mas ela tem que estar trabalhando para poder custear seus estudos, pois ele não tem condição financeira para isso. Ele não acha que se a filha vier a fazer curso superior, irá conseguir um emprego melhor. Coloca que o futuro depende da própria filha e da sorte e que o fato de ter curso superior não é garantia para obtenção de emprego. *“Eu acho que se ela aprender e tal, poderia ajudar, mas garantia não é. Porque você sabe que hoje tem muitas pessoas aí que são formadas e têm dificuldades, dificuldade de serviço. Não é garantia. (...) curso superior eu acredito que depende dela fazer e depende da sorte também de conseguir um emprego. Porque hoje você sabe que não está fácil, né? Emprego não tá*



*fácil, tá difícil mesmo. O governo tá em dificuldade, né? O governo tem boa vontade mas, você precisa ver que essa geração, essa mocidade hoje, da sua idade assim, todos estão sem emprego, a maioria está sem emprego. Então fica difícil. Mas, tudo depende da sorte. Para Deus, nada é impossível.”.*

Pode-se observar através dos relatos acima, que cada entrevistado apresenta características próprias e percepção acerca de sua trajetória educacional e profissional. Porém, existem muitas semelhanças em seus discursos e em suas trajetórias, principalmente no que se refere às dificuldades encontradas devido à sua condição de classe. São essas diferenças e semelhanças que serão analisadas a seguir.

### **5.3. Análise do conjunto dos depoimentos dos egressos do Ensino Médio público**

Neste tópico, será realizada uma análise do conjunto dos relatos dos entrevistados, a fim de ter uma visão geral das entrevistas. Serão apresentados, desta forma, os temas abordados disponíveis nos quadros de categorização horizontal, localizados no Anexo G do presente trabalho. Procurou-se trabalhar com os temas de forma a articulá-los com o referencial teórico do trabalho e analisar alguns pontos importantes para a compreensão dos fatores determinantes das trajetórias educacionais e profissionais dos egressos do Ensino Médio público.

Antes de qualquer coisa, é importante salientar que, embora os entrevistados aparentem pertencer à classe social subalterna, considera-se que os mesmos são, de certa forma, “privilegiados” (no sentido de que são sobreviventes de um processo de escolarização perverso que tudo faz para excluí-los), visto que pertencem àquela pequena parcela da população jovem que consegue concluir o Ensino Médio, como foi visto no capítulo 3.

A análise tomará como base a entrevista dos egressos do Ensino Médio público e depois passar-se-á à análise do discurso dos familiares, objetivando ter uma visão mais completa a respeito da trajetória desses egressos.

### 5.3.1. Trajetória Durante a Realização do Ensino Médio

O primeiro objeto desta análise trata da trajetória dos entrevistados durante a realização do Ensino Médio. Com relação ao turno em que frequentaram o Ensino Médio, dos 10 entrevistados, apenas um realizou Ensino Médio diurno. Este realizou a opção pelo diurno, pois considera que esse turno tem melhor qualidade de ensino. Apesar desse entrevistado trabalhar durante o período em que cursou o Ensino Médio, seu horário de trabalho era bastante flexível, o que lhe possibilitou a escolha do turno. Com relação aos demais, já não podemos inferir que houve escolha do turno. A escola Alfa só oferecia Ensino Médio noturno e os outros egressos da escola Beta trabalhavam durante o horário diurno. Segundo dados do PNE (2000), a realização do Ensino Médio no turno da noite muitas vezes indica um ingresso adiantado no mercado de trabalho por parte dos jovens brasileiros.

Apenas dois entrevistados relataram que tiveram uma repetência no Ensino Médio, dado que não pode ser considerado significativo, visto que a justificativa para a repetência do primeiro se refere ao fato de ter trocado de turno (do diurno para o noturno), o que fez com que o ano em questão (1ª série do EM) ficasse tumultuado. O outro entrevistado, desanimado por ter saído de uma escola que gostava (pois perdeu a bolsa que recebia) e ter ido para a escola Alfa, não se interessou pelos estudos no referido ano (1ª série). Assim, os dados revelam que, no geral, os entrevistados foram dedicados aos estudos e concluíram o Ensino Médio sem grandes obstáculos no percurso educacional.

A maioria dos entrevistados trabalhava enquanto realizava o Ensino Médio, e a razão mais citada foi a necessidade de trabalhar para auxiliar nas despesas de casa e para a própria sobrevivência. Aqui, novamente se nota que a “escolha” não fez parte de suas trajetórias, pois a decisão de trabalhar não ocorreu, no geral, por opção, mas sim por necessidade financeira, como apontam os entrevistados: *“Desde os 11 anos que eu trabalho, entendeu? Na minha casa... devido às condições, né? Então sempre precisou de ajudar, de ter mais uma participação”* (Márcia). *“Não tinha como eu manter o estudo sem trabalhar, eu precisava trabalhar”* (Glauco). Dos alunos trabalhadores, apenas um trabalhava por conta própria e o restante possuía emprego formal, embora em funções que exigiam pouca qualificação, como empregada doméstica, balconista, *Office boy*, etc. Interessante notar que, enquanto eram alunos do Ensino Médio, ou seja, teoricamente só possuíam o ensino fundamental completo, essas funções desempenhadas eram, de certa forma, condizentes com seu grau de escolaridade. No entanto, após terem o Ensino Médio completo, pouca coisa mudou em relação ao tipo de função desempenhada. Mesmo com maior escolarização, os trabalhos que desempenham hoje, em sua maioria, não exigem tal escolarização para o desempenho da função. Assim, um grau de escolarização mais elevado não lhes proporcionou ascensão social.

Este fato será discutido mais tarde, quando será abordado o tema da trajetória profissional pós-Ensino Médio.

Quando perguntados sobre a preparação dada para o vestibular pela escola de Ensino Médio, a maioria dos entrevistados considerou que a escola não ofereceu preparação, alegando principalmente a baixa qualidade do ensino público. O depoimento de Regina ilustra bem esta questão: *“Eu até inclusive não fiz o vestibular, crendo que eu precisaria de um cursinho complementar, e como a escola, no caso, eu achava que a base era pouca, eu nem tentei o vestibular por não ter condições financeiras de poder pagar o curso”*. Se a escola de Ensino Médio, que é, para muitos alunos, a única oportunidade de estudarem os conteúdos do vestibular, não estiver oferecendo esta preparação, a desvantagem entre esses alunos e aqueles que estudam em escolas que preparam para o vestibular ou têm a possibilidade de pagar um cursinho, se torna gritante. Aqui cabe uma discussão sobre os verdadeiros objetivos do Ensino Médio. Se a legislação educacional prega como objetivo do atual Ensino Médio oferecer uma educação geral de qualidade, ou o conteúdo do vestibular está além dessa educação geral, ou as escolas não estão de fato cumprindo seu objetivo. Se possuir uma educação geral de qualidade é pré-requisito para o prosseguimento dos estudos, as escolas que não oferecem esse ensino já estão excluindo aqueles alunos que não têm condições financeiras de arcar com uma preparação paga.

É fato que a educação superior ainda oferece muito menos vagas do que a sua demanda, ficando obviamente fora de seus limites mais da metade dos alunos que a ela se candidatam. Programas do governo como o oferecimento de cotas para negros ou para alunos de escola pública, tentam remediar o problema no topo da pirâmide, ao invés de realizar uma verdadeira revolução em sua base, fazendo com que a educação básica ofereça qualidade suficiente para que todos tenham oportunidades iguais de ingresso no ensino superior. Outro exemplo que ilustra a falta de qualidade do Ensino Médio público é o programa do governo federal

PROUNI, que oferece bolsas integrais ou parciais a alunos de escolas públicas que fizeram o ENEM (exame nacional do Ensino Médio) e que pretendem fazer faculdade particular. Grande parte dessas bolsas não foram distribuídas (sobraram bolsas!), visto que o pré-requisito para consegui-las era ter acertado no mínimo 45% das questões do ENEM, ou seja, o ponto de corte estava abaixo dos 50% de acertos, e mesmo assim muitos candidatos não conseguiram sequer o mínimo. Se o ENEM representa um diagnóstico da situação dos alunos do Ensino Médio, pode-se concluir que este não está preparando seus alunos para o prosseguimento dos estudos, o que leva milhares de jovens a perderem as oportunidades que o ensino superior pode lhes trazer. A condição de classe, aqui, é determinante, pois os alunos que têm condições de arcar com uma preparação extra à dada pelas escolas de Ensino Médio, representada pelos cursinhos pré-vestibulares, certamente estarão em grande vantagem perante àqueles que só contam com a preparação oferecida pela escola. Onde entra, então, a possibilidade de escolha desses alunos? Nem mesmo o tipo de escola onde realizaram o Ensino Médio lhes foi possível escolher.

Kuenzer (2000) aponta que as novas determinações do mundo social e produtivo colocam dois novos desafios para o Ensino Médio: a sua democratização e a formulação de outra concepção, que articule formação científica e sócio-histórica à formação tecnológica, para superar a ruptura historicamente determinada entre uma escola que ensine a pensar e uma escola que ensine a fazer. Segundo a autora, essa nova concepção só será plenamente possível em uma sociedade em que todos desfrutem igualmente das mesmas condições de acesso aos bens materiais e culturais socialmente produzidos. Ou seja,

(...) em uma sociedade na qual os jovens possam exercer o *direito à diferença*, sem que isso se constitua em *desigualdade*, de tal modo que as escolhas por determinada trajetória educacional e profissional não seja socialmente determinada pela origem

de classe. Ou, exemplificando, que a decisão de não cursar o nível superior corresponda ao desejo de desempenhar uma outra função que exija qualificação mais rápida, mas que seja igualmente valorizada socialmente, de modo a propiciar trabalho e vida digna. Isso exigiria que, potencialmente, existisse trabalho digno e oportunidades educacionais para todos em todos os níveis. (KUENZER, 2000, p. 35-36, grifos da autora)

E esta é uma possibilidade que não se concretiza em uma sociedade capitalista, que cria uma grande massa de excluídos como resultado de seu próprio caráter concentrador. Para Kuenzer, no limite, a efetiva democratização da educação só seria possível com a efetiva democratização da sociedade, em outro modo de produção, em que todos os bens materiais e culturais estejam disponíveis a todos os cidadãos. Mas, mesmo dentro da sociedade capitalista, o Ensino Médio não pode se eximir de trabalhar com essa realidade: um imenso contingente de jovens que se diferenciam por condições de existência e perspectivas de futuro desiguais. Nesse quadro, a autora sugere que se formulem diretrizes que priorizem uma formação científico-tecnológica e sócio-histórica para todos, no sentido da construção de uma igualdade que não está dada no ponto de partida e que, por esta mesma razão, exige mediações diferenciadas no próprio Ensino Médio para atender às demandas de uma população diferenciada e desigual.

Os entrevistados da presente pesquisa indicaram, como principais razões para a realização do Ensino Médio na respectiva escola, a falta de recursos financeiros para pagar uma escola particular (reconhecendo, assim, que o ensino da escola particular é, muitas vezes, melhor do que o da escola pública), o fato de já estudarem nesta escola, e a proximidade da residência, alegando inclusive que, por isso, não teriam gastos, nem mesmo com o transporte. Portanto, não se pode dizer que esses alunos “escolheram” a escola em que estudaram. Simplesmente aceitaram estudar naquela onde era possível.

### 5.3.2. Escolha Profissional

Ao ser discutido o tema da escolha profissional, alguns fatores importantes precisam ser apontados para a sua configuração. Nenhuma das escolas pesquisadas ofereceu nenhum tipo de orientação profissional (OP). A única entrevistada que disse que passou por um processo de OP, relatou que este foi realizado no cursinho popular que ela frequenta, através do preenchimento de um questionário. O psicólogo, segundo seu relato, não realizou entrevistas de devolução e foi o diretor do cursinho que apresentou o “resultado”. Identificou-se, assim, uma prática de OP de modalidade estatística, prática esta ainda muito utilizada na cidade de Juiz de Fora. No entanto, nas escolas públicas da cidade, não se encontram práticas sistematizadas de OP. A prática de OP nas escolas poderia auxiliar os alunos a refletir sobre seu futuro profissional, propiciando um espaço de discussão a respeito do trabalho, preparando o aluno para uma inserção, consciente e crítica no mundo do trabalho. A ausência desse tipo de discussão dentro da escola pode fazer com que seus alunos saiam despreparados para a construção de estratégias que lhes permitam enfrentar criticamente as dificuldades e buscar novos caminhos na concretização de seus projetos de vida. Alguns relatos dos entrevistados ilustram essas dificuldades: *“Ah, minha cabeça tava uma zona naquela época. Eu queria fazer vestibular prá Informática e tentei prá Física, que é o maior erro que eu cometi na minha vida”* (Leonardo). *“(...) faltou também mais informação sobre o vestibular, mais investimento nisso, entendeu?”* (Leonardo). *“Se a escola oferecesse informação sobre os estudos futuros, as pessoas iriam chegar no Ensino Médio já preparadas, já sabendo a profissão que ia seguir, coisa que não ocorre. Geralmente a pessoa só no último ano, tá no 3º científico, que vai querer fazer, vai escolher a profissão. Isso que eu acho que teria que mudar um pouco prá poder ajudar”* (Marcos). Refletir sobre o mundo das profissões,

conforme aponta Whitaker (1998), implica fornecer ao jovem não só o verdadeiro conteúdo das profissões, mas também implica discutir a maneira como elas se articulam ao modo de produção e ao momento histórico que o país está atravessando.

Todas as escolhas profissionais realizadas pelos entrevistados diziam respeito à realização de um curso superior: Administração de Empresas, Medicina, Informática, História, Matemática, Psicologia. Entretanto, apenas uma se concretizou. Adriana passou agora para o 2º período de Administração de Empresas em uma faculdade particular. Para os outros, a realização de um curso superior é ainda um sonho distante, visto que, a partir da opção realizada, vários foram os determinantes que desviaram o sonho de sua concretização, determinantes esses que serão discutidos no decorrer desta análise.

As razões alegadas para as escolhas realizadas se pautaram, em sua maioria, no aspecto mais romântico, mais utópico das profissões. “(...) *é uma profissão assim bastante edificante no lado humano*” (Regina). “*Eu gosto de história, de conhecer as coisas que ocorreram, ajuda a gente a entender melhor as coisas que há de vir, né?*” (Élcio). “*A matemática era a matéria que eu tinha mais facilidade de assimilar (...) acho que também o professor, porque ele era, eu tinha uma boa relação com o professor*” (Marcos). “*Eu gosto de poder ouvir as pessoas, de poder estar do lado delas quando elas precisarem, ajudar elas*” (Elisângela). “*Sei lá, sempre gostei*” (Valéria). Apesar das “escolhas” terem sido feitas, em sua maioria, pela questão da identificação pessoal – o que é muito necessário e desejável – pouco se falou a respeito das reais condições de trabalho desses profissionais, da questão do mercado de trabalho e das reais possibilidades de efetivação dessas escolhas. Isso pode dever-se à idealização das profissões de nível superior, advindas principalmente dos meios de comunicação de massa (a que quase todo jovem tem acesso) e à uma distância da realidade dessas profissões, visto que muitos jovens pobres não têm, entre os seus parentes ou conhecidos mais próximos, alguém que tenha cursado ensino superior. A OP, se realizada nas



escolas com a proposta de discutir o mundo do trabalho, poderia ser uma das tentativas de conscientizar esses jovens a respeito de suas idealizações, estereótipos e falsas informações sobre as profissões. No entanto, da forma como vem sendo realizada, a OP torna-se um “luxo” das classes mais favorecidas, que ocuparão efetivamente os postos de trabalho mais elevados na sociedade, em termos de *status* e de rendimentos.

Ainda com relação às escolhas realizadas, é importante destacar que a maioria dos entrevistados do sexo feminino (3 num total de 5) escolheu fazer o curso de Psicologia, tendo por referência para a escolha o fato de poder ajudar as pessoas, ou seja, a questão do “cuidado”. Aqui cabe uma pequena consideração a respeito das relações de gênero e sua influência na escolha das profissões. Embora grandes avanços tenham ocorrido com relação ao papel social da mulher no mercado de trabalho, ainda se percebe a atribuição da função de cuidar para o sexo feminino, através da construção do imaginário a respeito das profissões consideradas tipicamente femininas. Em outras palavras, há a incorporação da idéia de que a profissão feminina é a do cuidado, levando à construção de um rótulo, de um preconceito, que também se torna um fator limitador das escolhas. As relações entre gênero e realização de uma profissão não são naturais, mas socialmente construídas, o que nos remete a um determinante cultural das escolhas profissionais.

Ao investigar se houve mudança de opção com relação à primeira escolha profissional realizada, 4 dos entrevistados responderam que sim. Um deles alegou mudança de interesse pessoal, mas todos os outros se referiram à mudança de opção como uma forma de ter maiores chances de inserção na universidade. Todas as referidas mudanças ocorreram de um curso mais concorrido no vestibular para um curso menos concorrido, demonstrando, assim, que as “escolhas” realizadas através da identificação pessoal tiveram que ser forçosamente substituídas por outros cursos de mais “fácil” acesso, para que pudessem, pelo menos, ter a oportunidade de cursar ensino superior. Ainda assim, nenhum deles conseguiu passar no

vestibular. Interessante notar que um dos ex-alunos que não realizou mudança de opção, realizou o vestibular para o mesmo curso durante 6 anos seguidos, não obtendo, também, sucesso no vestibular. Assim, pode-se inferir, para o caso dos entrevistados dessa pesquisa, que a “escolha” profissional não se efetivou, já que vários determinantes, entre eles o que aqui se considera o mais importante, que é a questão econômica, impediram a concretização de sonhos. Mesmo para aqueles que se utilizaram de estratégias para conseguir ingressar no ensino superior, como a mudança de opção para um curso menos concorrido (modificando, assim, suas primeiras “escolhas”), não conseguiram sucesso em sua empreitada. Onde se insere, então, a “escolha” profissional? Qual dos entrevistados teve realmente a possibilidade de realizar uma escolha? Talvez a única a que a palavra “escolha” se aplique tenha sido Adriana, que tem pelo menos a condição financeira de arcar com os custos de uma faculdade particular. Mas, mesmo para ela, é complicado falar em escolha plena, visto que, segundo ela própria relatou, a única razão de estar cursando Administração de Empresas numa faculdade particular é o fato de saber-se despreparada para enfrentar o vestibular da UFJF: *“eu queria mesmo era fazer na federal. Todo mundo que eu conheço fala que o curso lá é um dos melhores do Brasil. Mas eu não estava preparada, não tinha condições de passar por causa da minha preparação. Aí eu tentei na Universo; mesmo sem estudar e passei.”*. Bock (1986), ao tratar da questão da possibilidade de escolha, aponta para o fato de que existem determinantes econômicos e sociais poderosos, que acabam levando o indivíduo por determinados caminhos, sem que ele tenha grandes condições de interferir nisso. “A maioria da população brasileira não escolhe sua profissão, na medida em que a questão fundamental é a busca da sobrevivência física, e a questão de uma possível *realização pessoal* não se coloca”. (BOCK, 1986, p. 174, grifos do autor). No entanto, o autor reconhece que, mesmo limitada, existe uma certa possibilidade de escolha, já que o homem é, por um lado, determinado pela estrutura social e, por outro, ele também determina esta mesma estrutura.

Ao apresentar a visão sócio-histórica da escolha – abordagem adotada nesta pesquisa – Bock (2002) discute a questão da liberdade de escolha:

De acordo com a classe social de origem do indivíduo, ele tem mais ou menos liberdade para decidir, porém sempre será multideterminada. Assim, para as pessoas das classes mais privilegiadas, há determinação social; portanto não se trata de liberdade absoluta. Da mesma forma, para os indivíduos das classes subalternas, há possibilidade de intervenção sobre sua trajetória; portanto não há determinação social absoluta. Na perspectiva sócio-histórica, não se reconhece como meramente ideológica a possibilidade de escolha das classes subalternas. Ao contrário, entende-se que nisso reside a possibilidade de mudança, de alteração histórica, ao reconhecer que os indivíduos podem, de certo modo, intervir sobre as condições sociais, por meio de ações pessoais ou coletivas. Não se pretende, com isso, resgatar a concepção liberal de homem; da mesma forma, não se assume que se superarão todos os obstáculos colocados pela realidade por mera vontade pessoal, mas que as pessoas podem lutar para mudar as condições em que vivem, tanto individual quanto coletivamente. (BOCK, 2002, p. 69)

As “escolhas” realizadas pelos entrevistados dessa pesquisa, de fato, foram extremamente limitadas, mas, de certa forma, pode-se perceber que todos agiram no sentido da conquista de suas escolhas, mesmo que muitas delas não tenham sido concretizadas. A maioria dos entrevistados não desistiu de seus projetos e essa escolha pode, ainda, vir a ser efetivada.

### 5.3.3. Trajetória Educacional Pós-Ensino Médio

Analisando a trajetória educacional dos egressos após a conclusão do Ensino Médio, verificou-se que metade dos entrevistados realizou cursinho pré-vestibular. O motivo mais

alegado para tal foi a falta de preparação oferecida pela escola de Ensino Médio. A outra metade que não realizou cursinho, não alegou falta de vontade de fazer curso superior, mas, sim, a falta de condição financeira para arcar com os custos de um cursinho pré-vestibular. Portanto, todos os entrevistados tinham o desejo de ingressar no ensino superior, mas a sua condição de classe mais uma vez foi determinante para que esse desejo não se cumprisse. Apenas uma das entrevistadas alegou não necessitar do cursinho, já que foi aprovada sem a realização deste para uma faculdade particular. Todos os outros afirmaram a necessidade de realização de um estudo complementar ao do Ensino Médio – função esta desempenhada pelo cursinho – para obtenção de aprovação no vestibular. Assim, percebe-se que a escola de Ensino Médio não tem oferecido preparação para o ingresso em um curso superior, o que é um contra-senso, visto que, segundo a LDB 9394/96, um dos objetivos do Ensino Médio é o de aprofundar os conhecimentos adquiridos no ensino fundamental e possibilitar o prosseguimento dos estudos (art. 35). Obviamente, os alunos do ensino privado também recorrem a esta preparação extra oferecida pelos cursinhos, o que sugere que as escolas de Ensino Médio, em geral, não têm cumprido sua função estipulada pela legislação educacional. No entanto, esses alunos acabam levando vantagem em relação aos alunos do ensino público: primeiro porque muitas das escolas particulares oferecem o que se chama de Ensino Médio integrado, ou seja, oferecem o Ensino Médio concomitante ao cursinho, incluindo, aí, simulados de vestibulares junto com as provas regulares. Isso não acontece nas escolas públicas. Em segundo lugar, porque grande parte das famílias desses alunos têm condição financeira de arcar com os custos de um cursinho pré-vestibular (que geralmente é bastante caro) e, mesmo que o filho não consiga passar no vestibular na sua primeira tentativa, ainda podem continuar arcando com esses custos nos anos subseqüentes, o que é muito raro de acontecer com alunos de baixa renda. Ainda há a opção dos cursinhos populares oferecidos geralmente pelas universidades públicas ou governos estaduais ou municipais. Apesar de ser

uma oferta bastante louvável, os cursinhos populares também têm as suas desvantagens, visto que grande parte do professorado não possui sequer o curso superior completo, visto que muitos professores são ainda estudantes de graduação. Enquanto não houver uma verdadeira reestruturação do ensino público, desde as suas bases, oferecendo realmente aos alunos de baixa renda um ensino de qualidade, estes terão poucas chances de competir com os alunos melhor preparados. E serão estes que estarão ocupando as vagas das universidades públicas que, na verdade, deveriam ser oferecidas para todos, através da igualdade de oportunidades. No entanto, devido às desiguais condições de competição, os mais pobres encontram-se em franca desvantagem na competição por vagas nas instituições públicas. E o resultado disso continua o mesmo: exclusão, para aqueles a quem a falta de oportunidades já os fez excluídos.

É importante salientar também que, embora a qualidade do ensino médio, sobretudo o público, esteja muito aquém do desejável, a necessidade do cursinho pré-vestibular não diz respeito só a este fato. Aqui também entra o alto grau de seletividade das instituições públicas de ensino superior, cuja expansão da oferta de vagas foi contida por muitos anos e, por isso, não acompanhou o crescimento da demanda por ensino superior público. Isso fez com que o vestibular se tornasse, além de um elemento de avaliação, também um elemento de eliminação.

Metade dos entrevistados não realizou exame vestibular. A principal causa apontada foi a falta de preparo, seguida da falta de condição financeira de pagar um cursinho, o que também reflete a falta de preparo, como foi discutido no parágrafo acima. Da outra metade que realizou exame vestibular, apenas dois conseguiram aprovação. Adriana está atualmente cursando Administração de Empresas em uma faculdade particular e Leonardo foi aprovado para o curso de Física da UFJF, chegou a cursar dois anos, mas abandonou o curso por falta de afinidade com a área de atuação, já que o principal motivo de sua escolha pelo curso de Física foi o fato de ser o menos concorrido da Federal. Os entrevistados que foram reprovados

apontaram duas causas principais para a reprovação. A primeira diz respeito à grande concorrência existente para ingressar nos cursos da UFJF (o que mais uma vez remete à questão da preparação, visto que só os mais bem preparados conseguem as tão almejadas vagas). Whitaker (1998) chama a atenção para o fato de que o vestibular, hoje, é uma barreira bastante rígida que serve para distribuir os privilegiados, já selecionados pelas escolas de ensino fundamental e médio. A segunda causa apontada foi a falta de dedicação pessoal. Torna-se importantíssimo discutir este último item, visto que os jovens têm atribuído a si próprios a culpa pelo seu fracasso, apesar de estarem inseridos num modelo capitalista excludente que faz com que os membros de sua classe tenham poucas oportunidades de alcançarem o sucesso. Em nenhum momento eles questionam esse modelo e sua perversidade na seleção dos “mais aptos”, “mais inteligentes”, “mais bem preparados”, “mais adequados”. Se por um lado eles percebem que só os “melhores” obtêm êxito, por outro, eles não se incluem nessa categoria. E por quê? Porque a sociedade capitalista em que vivem lembra-lhes a todo momento que o indivíduo é o responsável pela sua própria trajetória, seja ela de sucesso ou fracasso, eximindo-se, assim, de sua responsabilidade nesse processo e fazendo as pessoas crêem que o modelo capitalista é o ideal, desde que você possa desfrutar do que ele oferece, ou seja desde que você se esforce. É, portanto, um modelo sedutor, pois mostra a todos o quanto seria bom se pudessem alcançar tudo o que ele tem a oferecer, mas sua sedução é perversa, pois a muito poucos ele possibilita a oportunidade de conseguir. Ferretti (1997), ao apontar os axiomas básicos do liberalismo – individualismo, liberdade e igualdade – afirma que esses princípios levam o indivíduo erroneamente a crer que seu sucesso ou fracasso dependem exclusivamente de sua dedicação pessoal. O princípio do individualismo prega que os indivíduos têm atributos diferentes e que cabe a eles desenvolvê-los. Se o indivíduo desenvolve-se ou não, a responsabilidade é exclusivamente dele.

Por esse raciocínio, o individualismo não só admite como justifica as desigualdades sociais, uma vez que se todos os indivíduos não possuem as mesmas aptidões, e se todos não as desenvolvem igualmente ou no mesmo ritmo, nada mais natural que alguns ocupem posições mais baixas que outros na estrutura social. (FERRETTI, 1997, p. 32).

O princípio da liberdade presume que um indivíduo seja tão livre quanto outro para atingir uma posição social vantajosa, e tenha total liberdade para escolher dentre todas as opções que a sociedade oferece. Isso faz com que os indivíduos acreditem que está em suas próprias mãos a construção de seu futuro. E o princípio da igualdade pressupõe que todas as pessoas têm iguais oportunidades, perante a lei, de conseguir seu progresso pessoal. Com esses princípios, a ideologia liberal passa para os indivíduos a ela submetidos uma noção de que estão vivendo numa sociedade plenamente democrática, visto que, segundo essa concepção, todos têm igualdade perante as oportunidades educacionais e liberdade de optarem pelos caminhos educacionais e profissionais que desejarem. Assim, não existiriam barreiras objetivas ao progresso individual.

Todavia, o exame da nossa realidade concreta mostrará facilmente que as oportunidades de usufruir das agências educacionais e seus serviços são desiguais em termos de quantidade e qualidade; a educação escolar está estruturada de modo a premiar as habilidades e competências cujo desenvolvimento depende de condições objetivas que não prevalecem para os indivíduos das classes subalternas; a permanência ou não na escola, a partir da capacidade de aprender, é mais efeito do que causa da posição que o indivíduo ocupa na sociedade. (FERRETTI, 1997, p. 37)

Imerso numa sociedade onde predomina a ideologia liberal com sua falsa aparência de democracia, o jovem oriundo dos segmentos sócio-econômicos mais baixos acaba por se

responsabilizar exclusivamente pelo seu destino e por se culpabilizar pela não superação dos obstáculos, visto que, segundo essa ideologia, o mérito ou demérito de cada um constitui o critério básico de mobilidade social.

E o papel da escola em tudo isso? Será que ela ainda existe somente para servir aos interesses do capital e reproduzir as desigualdades sociais? Não é objetivo da mesma formar cidadãos críticos e conscientes? Diante das respostas dos nossos entrevistados fica difícil afirmar que ela esteja cumprindo esse papel.

Diante deste cenário, que mostra a necessidade de cada indivíduo se responsabilizar pela sua trajetória (cada um por si), de ter empregabilidade, de ter competitividade no mercado de trabalho, os entrevistados desta pesquisa se mostraram bastante atuantes. Todos eles realizaram, além do ensino básico regular, outros cursos de qualificação profissional. A alegação para a realização de tais cursos girou em torno da inserção e manutenção no mercado de trabalho: “qualificação para trabalhos futuros”, “exigência do mercado de trabalho”, “exigência de qualificação para exercer o trabalho atual”, “melhorar a atuação no trabalho atual”, foram as razões mais apontadas para a realização de cursos de qualificação profissional. Aqui aparece muito claramente uma das questões centrais apontadas pela legislação educacional: a relação entre educação e trabalho. Esta relação confirma, conforme depoimentos dos entrevistados, a crença dos mesmos no que a legislação aponta: uma formação mais abrangente é determinante na obtenção de melhores postos no mercado de trabalho.

Houve uma grande variedade nas respostas com relação aos cursos realizados: música, vendas, eletrônica, datilografia, recepcionista. No entanto, é interessante notar que dos 10 entrevistados, 9 realizaram curso na área da informática. A revolução microeletrônica e tecnológica pela qual a sociedade capitalista passa, praticamente “obriga” a todos que querem



se inserir no mercado de trabalho que tenham conhecimentos de informática. O computador está presente, hoje, desde os trabalhos mais simples até os mais complexos, e quem não possui tais conhecimentos terá que enfrentar o desafio que Pochmann (2000) chama de analfabetismo das inovações tecnológicas e informacionais. O autor salienta que, neste caso, as exigências educacionais são bem maiores, pois não estão simplesmente associadas a meros indicadores quantitativos de escolaridade e que a obtenção dessa almejada qualidade exige um esforço singular de toda a sociedade, especialmente das autoridades.

#### 5.3.4. Trajetória Profissional Pós-Ensino Médio

Com relação ao tema 4 da presente pesquisa – a trajetória profissional pós-Ensino Médio – verificou-se que, atualmente, 6 entrevistados estão trabalhando e 4 estão desempregados. Dos egressos que trabalham atualmente, é possível observar que quase todos estão exercendo funções que estão abaixo do seu nível de escolaridade (Ensino Médio completo): marceneiro, balconista, recepcionista, professor particular de teclado – o que não exige escolarização formal – e sócio de uma loja de manutenção de computador, cujos conhecimentos, o próprio entrevistado admite, foram adquiridos por conta própria: *“muitas das coisas que eu sei eu aprendi sozinho. Por exemplo, eu trabalho com Corel Draw e Page Maker. Eu aprendi sozinho, entendeu? Então a maioria dos cursos, vamos dizer assim, enfim, eu sentei e resolvi, eu sentei e falei: eu vou aprender isso. E aprendi”*. (Leonardo). Portanto, fazendo uma comparação com os trabalhos que realizavam durante o Ensino Médio e os que realizam hoje, não é possível dizer que o aumento de sua escolarização serviu para que pudessem trabalhar em serviços que exigem maior qualificação e que, portanto, seriam mais bem remunerados.

É importante lembrar que esses jovens realizaram o Ensino Médio na década de 90, época em que houve uma estagnação da economia com a conseqüente redução da oferta de empregos, o que fez com que eles tivessem que se sujeitar a qualquer emprego que surgisse. O impacto das políticas econômicas dos anos 90 se faz presente até os dias de hoje, como nos mostram as altas taxas de desemprego, principalmente entre os jovens brasileiros. Os entrevistados desempregados foram categóricos em afirmar a dificuldade em conseguir emprego, embora tenham experiência e escolaridade, conforme aponta Elisângela: *“Eu acabei de sair da firma, fui demitida faz um mês, e agora, atualmente, eu estou procurando, mas tá muito difícil”*. Os que estão empregados, se encontram, em sua maioria, em trabalhos mal remunerados. Pochmann (2000) aponta para o fato de que, no Brasil, tem se observado a substituição de trabalhadores com menos escolaridade por outros com maior nível educacional. Entretanto, isso não se deve, necessariamente, ao novo conteúdo do trabalho que exige pessoas mais escolarizadas, mas sim à possibilidade de contratar pessoas mais qualificadas com menor salário. O aumento na qualificação, então, não tem proporcionado oportunidades de ascensão profissional. As exigências de qualificação aumentam, até porque o grande número de desempregados faz com que o pessoal qualificado aceite trabalhos pouco qualificados, mas a função e a remuneração permanecem as mesmas (quando não diminuem).

No entanto, para a maioria dos entrevistados, o trabalho aparece em seus depoimentos como possuidor de grande importância (centralidade) na vida humana.

### 5.3.5. Concepções Sobre sua Própria Trajetória

A análise das concepções dos entrevistados sobre a sua própria trajetória evidenciou alguns aspectos interessantes.

Quando perguntados se estão satisfeitos com o trabalho atual, os que se disseram satisfeitos apresentaram respostas muito variadas: alguns consideraram o retorno financeiro satisfatório, outro falou a respeito de seu trabalho não ser tão pesado quanto os realizados anteriormente, deixando inclusive tempo livre para estudar, e uma outra, apesar de não estar totalmente realizada, se diz satisfeita simplesmente pelo fato de estar empregada: *“Graças a Deus que eu estou trabalhando, né? Porque a gente sabe que está muito difícil emprego, mas a gente almeja sempre o melhor prá gente, né? Eu quero o melhor prá mim, entendeu? Mas devido às minhas necessidades do momento, prá mim tá bom”* (Márcia). É possível, assim, verificar que a satisfação está muito mais voltada para o fato de se ter um emprego, ou do emprego não ser tão penoso, do que com a função realizada. Entretanto, a maioria respondeu que possui identificação pessoal com a área de atuação. Este é um fato interessante de ser analisado, visto que quase todos os que deram esta resposta gostariam de estar trabalhando em algo diferente. Mais uma vez, retoma-se a questão da “escolha”. Dos 6 entrevistados que gostariam de realizar outro tipo de trabalho, 4 alegaram gosto pessoal por outra área, ou seja, se pudessem realmente escolher, fazer o gostariam, certamente estariam trabalhando em outra coisa. Para os outros dois, a situação é ainda mais complicada. Alegam que desejariam trabalhar em qualquer coisa, devido à dificuldade financeira. Quando perguntados em que gostariam de estar trabalhando, a resposta dos dois foi idêntica: *“Olha, do jeito que a situação está, em qualquer coisa”* (Glauco e Elisângela).

Será analisada, agora, a concepção que os entrevistados têm sobre a importância de realização de um curso superior. Esta pergunta foi feita com o intuito de saber se os entrevistados atribuem o sucesso profissional (seu e das outras pessoas) à realização de um curso superior, ou se consideram que existem outros meios de obter esse sucesso. As respostas ficaram bem divididas. 5 entrevistados responderam que consideram fundamental, 4 não consideram fundamental e um outro disse que, por um lado acha que é fundamental por causa da exigência do mercado de trabalho, mas por outro lado, considera que o conhecimento adquirido na prática é, por vezes, mais importante do que o conhecimento teórico adquirido num curso superior. Todos os entrevistados que consideram que a realização do curso superior é fundamental, justificaram sua resposta baseados no mercado de trabalho: oferece maiores oportunidades de trabalho, exigência do mercado de trabalho e oferece maior qualificação para exercer um trabalho, foram as justificativas mais apontadas. A fala de dois entrevistados representa bem a opinião desse grupo: *“Hoje em dia, quando você vai procurar um emprego, a primeira coisa que eles vêem é o ensino superior, porque antigamente era o ensino médio. O pessoal queria o 2º grau, que você conseguia emprego. Hoje em dia, não. Tá muito concorrido com relação a isso. É essencial você ter um ensino superior prá poder suprir esse mercado que está com uma exigência muito grande”* (Marcos). *“Hoje tudo tá pedindo. Às vezes você nem precisa exercer aquele curso que você fez, porque a gente vê que tem muita gente que fez curso superior e não exerce. Mas eu acho que o fato de você já ter diploma, já ter como comprovar que você tem o curso superior, acho que é mais fácil, as portas se abrem mais prá você”* (Márcia).

A concepção de que a realização de um curso superior é fundamental para a obtenção de melhores empregos advém de suas próprias percepções a respeito da inserção no mercado de trabalho. As altas taxas de desemprego que assolam o país fazem com que as exigências de qualificação sejam cada vez mais altas e, portanto, quanto mais qualificado o indivíduo for,

maiores serão suas chances nesse mercado tão concorrido. No entanto, a própria questão do desemprego também faz com que alguns entrevistados não considerem fundamental a realização de um curso superior. Contraditório? Talvez não. A percepção dos egressos de que muitos profissionais de nível superior estão desempregados, e também que existem outras opções profissionais que não exigem conhecimento de nível superior, inclusive colocando o conhecimento adquirido na prática mais importante do que o simples conhecimento teórico, faz com que alguns entrevistados suponham que a realização de um curso superior não seja fundamental: *“Às vezes o curso superior vai dar prá você teoria e nem sempre é o que precisa, precisa mais prática. (...) Então o curso superior não me daria tanta vantagem quanto minha experiência vai me dar”* (Glauco). *“Hoje em dia, o mercado de trabalho está muito, vamos falar assim, apertado, vamos falar assim, né? Prá quem tem curso superior e prá quem não tem. Então um curso superior não quer dizer que você vai ter realização no mercado de trabalho”* (Fabiano). *“Tem certas áreas que você não precisa do curso superior prá trabalhar, entendeu? Por exemplo, no meu caso, eu não tenho curso superior. Bom, eu te garanto que se eu pegar algum aluno da faculdade lá do curso de ciências da computação e botar prá fazer o que eu faço, ele não faz, entendeu?”* (Leonardo). *“Eu creio que o curso superior, ele pode ser fundamental para quem tem todas as condições para fazê-lo, entendeu? Mas prá quem não tem, geralmente tem que optar por outros lados”* (Regina). Fundamental ou não, o fato é que a discussão em torno da realização de um curso superior girou sempre em torno da questão do mercado de trabalho e da inserção profissional, o que é essencial para todas as pessoas, principalmente para aquelas a quem impera a necessidade de trabalhar por questão de sobrevivência. Somente duas pessoas responderam ressaltando a questão da satisfação pessoal, não sem deixar de citar também a importância para o mercado de trabalho. Aqui, novamente se nota a importância da relação educação/trabalho, tão propagada pela legislação educacional, apesar de, na realidade concreta, apresentar muitas limitações.

Ao serem perguntados sobre os fatores que consideram necessários para a obtenção de ascensão educacional e profissional, as respostas foram bastante variadas: qualidade do ensino básico, qualidade dos professores, preparo para a realização do vestibular, fazer o que gosta, etc. Mas, a maioria dos entrevistados colocou em si próprio a responsabilidade pela sua ascensão educacional e profissional. Qualificação Pessoal e Esforço e Dedicção pessoal foram as respostas mais ouvidas. Percebe-se, assim, que o discurso liberal meritocrático é incorporado pelas pessoas como se fosse algo natural e não uma produção histórica que tem por finalidade maior servir aos interesses do capital. Esses resultados são semelhantes aos encontrados por Ferretti (1988) em sua pesquisa sobre trajetórias ocupacionais de trabalhadores das classes subalternas. Segundo o autor, seus entrevistados têm, em relação à ascensão ocupacional, uma concepção marcada pelas crenças liberais burguesas. De um lado, o projeto de ascensão é sempre individual, e não um projeto de classe, ou um projeto político, embora atenda aos interesses econômicos e políticos do capital. Por outro lado, é um projeto que se assenta na crença em uma sociedade aberta e igualitária. Se a sociedade é considerada aberta, permitindo a ascensão, e se os projetos são individuais, então a ascensão real é apenas fruto do esforço pessoal que cada um deve realizar. Assim, os indivíduos incorporam, a nível ideológico, os preceitos liberais-burgueses associados ao trabalho livre e pautam por eles sua trajetória educacional e profissional. Entretanto, nos discursos dos entrevistados da presente pesquisa, é possível observar, ainda que diluída e pouco precisa, uma certa percepção de que o sucesso, para ser alcançado, depende de fatores outros que não estão diretamente sob sua responsabilidade: condição financeira favorável, investimento do governo, informação profissional e oportunidade. Estas foram algumas categorias que apareceram nas respostas dos entrevistados. Ainda não se percebe um questionamento mais amplo sobre o tipo de sociedade em que vivem e suas conseqüências sobre suas vidas, mas pode-se verificar que não são sujeitos passivos que aceitam de maneira acrítica as condições em que vivem.

Para finalizar, foi perguntado aos egressos se acham que o fato de terem feito Ensino Médio em escola pública influenciou a sua trajetória. Dois deles acharam que influenciou positivamente, ressaltando a qualidade da escola. Três consideraram que influenciou negativamente, apontando principalmente a falta de qualidade dos professores e do próprio ensino público. Os outros consideraram que o fato de terem estudado em escola pública não fez diferença na sua trajetória, alegando, principalmente, que a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso não é da escola onde se estuda, mas é pessoal. A fala de duas entrevistadas é muito significativa nesse sentido: *“Não só por ser um curso do ensino público, porque se eu tivesse talvez me esforçado como eu já vi pessoas que se esforçaram, eu tenho que reconhecer isso, se eu tivesse me esforçado mais, buscado outros meios, não só esperando de um cursinho, talvez eu teria conseguido, sabe? Mas me faltou disposição prá isso”* (Regina). *“Eu acho que a partir do momento em que você tem um objetivo, eu acho que você tem que correr atrás daquilo e, com certeza, não é porque você estudou numa escola pública que você vai ser menos do que o que estudou numa escola particular. Isso jamais. É correr atrás que, com certeza, você consegue. O tipo de escola ajuda um pouco, mas o indivíduo, com certeza, é prioridade. Ele tem que correr atrás mesmo, senão fica complicado. (...) de repente, eu poderia ter estudado numa escola particular e estar do mesmo jeito que eu estou hoje. Acho que vai partir da pessoa. Ela tem que correr atrás, tem que estudar mesmo, senão não tem jeito, mesmo com escola particular”* (Elisângela). Mais uma vez percebe-se que os entrevistados têm a tendência em colocar exclusivamente sobre si próprios a responsabilidade pela sua trajetória. Embora alguns ainda apontem que, se a escola possuísse mais qualidade, sua trajetória poderia ter sido diferente, a maioria ainda sente que poderia ter feito mais no sentido de obter sucesso educacional e profissional, mesmo sabendo que o contexto em que vivem, resultado principalmente de sua condição de classe, é extremamente desfavorável no

oferecimento de oportunidades para que concorram em pé de igualdade com os mais favorecidos economicamente.

#### **5.4. Análise do Conjunto dos Depoimentos dos Familiares a Respeito da Trajetória de seus Filhos**

Com a intenção de ter uma visão mais abrangente acerca da trajetória dos egressos do Ensino Médio público, foram feitas entrevistas também com seus familiares, o que se justifica pelo fato de tentar compreender a realidade dessas famílias e as concepções que as mesmas têm a respeito dos fatores que foram determinantes na trajetória de seus filhos. Serão apresentados, desta forma, os temas abordados disponíveis nos quadros de categorização horizontal, localizados no Anexo H do presente trabalho.

É importante ressaltar que apenas 8 pais foram entrevistados, visto que dois dos entrevistados têm os pais já falecidos.

##### **5.4.1. Dados Demográficos**

A análise foi iniciada pelos dados demográficos (Tabela 3), visto que se considerou esses dados importantes para a compreensão da situação da família.



Tabela 3: Caracterização dos pais entrevistados: grau de instrução, ocupação e quantidade de filhos.

	<b>Entrevistado</b>	<b>Grau de Instrução</b>	<b>Ocupação atual</b>	<b>Nº de filhos</b>
1	Mãe da Adriana	Fundamental Completo	Cabeleireira	3
2	Pai do Glauco	Fundamental Incompleto (até a 4ª série)	Pedreiro	3
3	Mãe do Leonardo	Fundamental Incompleto (até a 4ª série)	Dona de Casa	4
4	Mãe da Regina	Fundamental Incompleto (até a 4ª série)	Dona de Casa	9
5	Mãe do Marcos	Fundamental Incompleto (entre a 5ª e a 7ª série)	Cabeleireira	3
6	Pai da Elisângela	Fundamental Incompleto (até a 4ª série)	Aposentado	2
7	Mãe da Valéria	Fundamental Incompleto (entre a 5ª e a 7ª série)	Afastada por motivo de saúde	2
8	Pai da Márcia	Fundamental Incompleto (até a 4ª série)	Aposentado	6

De acordo com a Tabela 3, percebe-se que a maioria dos pais entrevistados tem o ensino fundamental incompleto (até a 4ª série) e alegaram, para tal, a falta de oportunidade de continuar os estudos, embora considerem a escolarização extremamente importante. Dois deles têm o ensino fundamental incompleto (entre a 5ª e a 7ª série) e apenas a mãe de Adriana tem o ensino fundamental completo. Percebe-se, portanto, que todos os filhos têm grau de escolaridade superior ao de seus pais, visto que todos possuem Ensino Médio completo. Isso pode demonstrar que, por um lado, hoje estão sendo oferecidas muito mais oportunidades de estudo (incluindo um maior número de vagas na rede pública) e, por outro, há um movimento de valorização da educação enquanto qualificação para o mercado de trabalho (mesmo para trabalhos pouco qualificados), fazendo com que cada vez mais pessoas procurem a educação escolar.

Todos os pais possuem ocupações pouco ou nada rentáveis, o que faz com que a maioria necessite da ajuda de outro familiar, muitas vezes o próprio filho entrevistado, para complementar a renda familiar. O número de filhos varia entre 2 e 9.

#### 5.4.2. Dados Familiares na Atualidade

Ao analisar o tema 2 – Dados familiares na atualidade – verificou-se que 6 dos egressos entrevistados ainda residem na casa de seus pais. Os que não residem com os pais, ou são casados ou têm os pais falecidos. A composição das famílias é bem variada. Em duas delas, vivem a mãe e os filhos. Em todas as outras, vivem o pai, a mãe e um ou mais filhos, sendo que em duas delas também residem outros parentes como um cunhado e um genro dos pais entrevistados. Em apenas 3 residências há uma única pessoa responsável pelo sustento da casa (pai ou mãe). Em todas as outras, mais de uma pessoa auxilia na renda familiar, muitas vezes incluindo o próprio filho entrevistado.

Com o objetivo de verificar a estratégia familiar (principalmente dos pais) a respeito da trajetória dos filhos, buscou-se investigar também a vida educacional e profissional dos irmãos dos entrevistados. Com relação à ocupação atual, 3 dos irmãos dos entrevistados são estudantes: um do ensino fundamental, um do Ensino Médio e um do ensino superior. Este último é irmão da única entrevistada que está atualmente cursando ensino superior (Adriana), estudante também de faculdade particular, o que leva a crer que esta família, além de incentivar os filhos no prosseguimento dos estudos, teve condições financeiras para arcar com os custos desse prosseguimento. No entanto, a maioria absoluta dos irmãos é só trabalhadora,

em empregos que variam de economista, professor de informática, operário, auxiliar de enfermagem, militar, etc. Quatro são donas de casa e um está desempregado. A mãe de Regina (que tem 9 filhos) disse que todos os seus filhos trabalham, mas não soube dizer a ocupação. Somando o total de irmãos dos entrevistados (24), alguns um pouco mais novos que os entrevistados e outros um pouco mais velhos – podendo, então, categorizá-los como jovens ou jovens-adultos – o fato de só 3 estarem estudando pode revelar uma necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho (já que a maioria é trabalhadora) e conseqüente abandono ou não-prosseguimento dos estudos devido à dificuldade de conciliação trabalho-estudo.

Ao serem questionados a respeito da realização de curso superior pelos outros filhos, somente dois pais responderam que sim. Uma é a mãe de Adriana, cuja outra filha faz faculdade particular de Comunicação Social, conforme citado acima. A outra é a mãe de Leonardo que tem um filho formado em Ciências Econômicas pela UFJF, inclusive, atuando na área atualmente. É importante ressaltar que esses dois entrevistados citados (Adriana e Leonardo) são egressos da escola Beta e foram os únicos que conseguiram entrar num curso superior, embora Leonardo o tenha abandonado dois anos depois. Este dado permite inferir que essas duas famílias, de certa forma, traçaram uma estratégia que permitiu o prosseguimento dos estudos dos filhos, além, é claro, de possuírem condições financeiras para a concretização desse objetivo. Os outros 6 pais entrevistados não têm nenhum filho que realizou curso superior. Dessa forma, dos 24 irmãos, 22 não fizeram curso superior. Desses, apenas dois ainda não tem idade para tal. A maioria dos outros é trabalhadora e não pôde conciliar trabalho com estudo. A justificativa dada pela mãe de Regina representa bem esse dado: *“Porque eles também passavam por dificuldades e precisavam trabalhar”*. Apenas um dos irmãos que não fizeram curso superior tentou vestibular, mas não passou. A maioria dos irmãos tem baixa escolaridade: *“Os meus filhos quase que fizeram só o 4º ano”* (pai da

Márcia). Apenas um egresso tem um irmão com maior escolaridade que a sua: Leonardo tem um irmão com curso superior completo. De todas as outras famílias, os egressos são os filhos que possuem maior escolarização na família. Esse dado permite reafirmar uma colocação feita no início do item 5.3: que os jovens participantes dessa pesquisa são privilegiados se comparados com seus familiares e com os jovens de sua idade pertencentes à mesma classe social. Pertencimento este, dentro da sociedade capitalista, que restringe drasticamente as oportunidades educacionais, restringindo, em consequência, as oportunidades profissionais.

#### 5.4.3. Expectativas em Relação ao Futuro Educacional e Profissional do Filho

A primeira subtemática do tema 3 se trata da expectativa dos pais em relação ao fato do filho cursar ensino superior. Dos 8 pais entrevistados, 7 disseram que tinham essa expectativa. No entanto, a maioria ressaltou que não tinha condições financeiras para concretizá-la: *“Vontade eu tinha muita, mas a gente não tinha condições de realizar esse sonho”* (Mãe da Regina). *“Bom, eu tive alguns investimentos, tive esperança, mas infelizmente as condições não me deixaram, entendeu? (...) A situação financeira infelizmente não me permitiu isso. Ele teve que começar a trabalhar prá ajudar dentro de casa, principalmente depois que eu fiquei viúva, né?”* (Mãe do Marcos). *“Eu tinha esperança dela formar, mas infelizmente não deu, né? Porque na época eu estava sozinha, aí não deu prá pagar os estudos dela, mas infelizmente não deu. (...) Infelizmente eu não tive a oportunidade de estudar, mas eu quero isso pras minhas filhas, sabe, porque hoje em dia uma pessoa que não tem estudo não vai longe. Tem que ter um curso de informática, tem que batalhar mesmo prá estudar porque isso é essencial. Estudo é essencial”* (Mãe da Valéria). *“Com certeza eu queria, mas tudo depende*

*da boa vontade dela, né? Ela é muito esforçada. Ela venceu mais pela boa vontade e pelo esforço, porque Deus ajuda, mas a gente tem que fazer a parte da gente. (...) Mas, você sabe, hoje tudo depende da condição financeira, né?”* (Pai da Márcia). A partir dos relatos, é possível verificar a importância que os pais dão à continuidade dos estudos. Eles têm consciência que o fato de possuir maior escolaridade faz com que os filhos tenham melhores oportunidades de trabalho. No entanto, também sabem que a falta de condições financeiras foi o maior empecilho para a concretização de suas expectativas. A condição de classe na sociedade capitalista, então, aparece como um fator determinante no percurso educacional dos entrevistados. O único pai que afirmou que não tinha expectativa que a filha fizesse curso superior (pai da Elisângela), também se justifica pela falta de condições financeiras: *“Não. (...) eu nunca tive como fazer com que ela realizasse, com que ela chegasse até o ponto que chegou com o estudo dela. Mas, com o esforço dela e naquilo que a gente pôde ajudar, Deus ajudou que ela conseguiu o 2º grau completo”*. Este pai reconhece também a importância do estudo, inclusive com muito orgulho pelo fato de a filha ter completado o Ensino Médio. Mas nunca teve expectativa de que ela realizasse curso superior, pois já sabia, de antemão, que, devido às condições financeiras, seria um sonho praticamente impossível de realizar.

É importante salientar que, com relação às possibilidades / impossibilidades de seus filhos cursarem ensino superior, dois pais manifestaram, como uma das explicações para o fato, a questão da vontade divina. Nessa incorporação da idéia de que deus é o principal provedor de oportunidades, observa-se um processo de naturalização de questões que, na verdade, são culturais.

Ainda dentro desse tema, foi perguntado aos pais se, para eles, era mais importante que o filho continuasse os estudos depois de concluído o Ensino Médio, ou que ele se inserisse no mercado de trabalho. Um dos pais respondeu que a inserção profissional é mais importante do que a educacional, visto que a necessidade de sobrevivência é prioridade. Dois pais

responderam que o ideal seria conciliar a inserção educacional e profissional, inclusive apontando a necessidade de trabalhar para continuar estudando: *“Se ela quiser estudar, ela tem que ter um emprego prá manter, não é verdade? Porque senão fica difícil, né? Porque a gente não pode manter ela, não tem como né? Mas seria importantíssimo se ela pudesse continuar os estudos. Eu acho muito importante, mas tem que manter o emprego também, né?”* (Pai da Márcia). Apesar desses pais considerarem o prosseguimento dos estudos muito importante, ressaltam que somente isso não é suficiente, visto que o trabalho diz respeito à própria manutenção. É uma questão de sobrevivência. Contudo, a maioria dos pais considera que a inserção educacional pós-Ensino Médio é mais importante do que a profissional. Mas é interessante perceber que, mesmo para esses pais, a inserção educacional só se prioriza pelo aumento da possibilidade de inserção profissional, visto que consideram o estudo como o fator que oferece maiores oportunidades de trabalho. Em sua pesquisa com trabalhadores das classes subalternas, Ferretti (1988) aponta que os trabalhadores entrevistados davam mais ênfase ao conhecimento adquirido na prática, ou então, ao saber que se refere às necessidades profissionais imediatas, do que à educação escolar mais prolongada. No entanto, quando a questão dos estudos refere-se aos filhos, o discurso dos trabalhadores foi bem parecido com o encontrado com os pais entrevistados na presente pesquisa. *“Neste caso, a tendência é a de perceberem a freqüência à escola pela ótica da melhoria de condições ocupacionais futuras, reproduzindo a crença generalizada na escola como canal de ascensão profissional e social”* (FERRETTI, 1988, p. 100).

Ressentidos pelo fato de os filhos não terem continuado os estudos, esses pais procuram justificar este fato apontando que as condições financeiras e a necessidade de trabalhar impediram o prosseguimento dos estudos. *“Eu preferia que ela estudasse. (...) porque assim ela tinha condições de conseguir alguma coisa melhor na vida, melhorar de vida, mas ela teve que trabalhar e então ficava muito difícil trabalhar e estudar”* (Mãe da Regina). *“Eu, às*

*vezes, até me sinto um pouco, entendeu, com sentimento de culpa dele ter parado devido às circunstâncias da minha vida e eu é que teria que ter dado, entendeu, e não consegui”* (Mãe do Marcos). *“Eu até achava que ela deveria continuar estudando, porque na verdade as conseqüências da situação financeira que não ajudou. Apertou um pouco, fez com que ela parasse naquele momento em que ela formou. Então ela falou assim: pai, eu tinha vontade de fazer faculdade, mas como é muito difícil, a gente tem que pagar, fica caro, então não tem como”* (Pai da Elisângela). *“Eu, no caso, se eu pudesse, ela não trabalharia não, só estudaria. Infelizmente não deu, né?”* (Mãe da Valéria). Assim, a maioria dos pais reconhece a importância dos estudos, inclusive para uma inserção profissional mais vantajosa, mas admitem que a necessidade financeira foi determinante para que os filhos parassem de estudar. Então, o prosseguimento ou não dos estudos não foi uma questão de “escolha”, mas sim resultado, mais uma vez, de sua condição de classe dentro da sociedade capitalista.

O último item analisado foi a importância que os pais dão à realização de um curso superior para obtenção de emprego. Dos 8 pais, apenas 1 não considera importante a realização de um curso superior. Segundo ele, o fato do indivíduo possuir ensino superior (ES) não representa garantia de emprego, visto que o desemprego está presente em todos os níveis de escolaridade. Sete pais consideram que o fato de cursar ES ajuda na obtenção de melhores empregos. A razão mais apontada foi que o diploma de ensino superior oferece maiores oportunidades de trabalho. Alguns, inclusive citaram que o ES é, hoje, uma exigência do mercado de trabalho: *“Hoje se você não tiver curso superior não tem porta aberta, né? Aliás, tem que ter um superior e muito bom, né? Porque você está competindo com muita gente, tem que ser o melhor”* (Mãe da Adriana). *“Eu acho que a pessoa com diploma na mão já tá difícil, sem diploma, então... tem que ter o diploma prá ver se consegue alguma coisa melhor”* (mãe do Leonardo). *“Eu acho que ela não ter faculdade atrapalha que ela tenha um bom emprego sim. (...) porque pode ver no jornal aí, hoje em dia o 2º grau não é nada. A*

*peessoa tem que ter um curso superior*” (Mãe da Valéria). Portanto, os pais consideram fundamental a realização de um curso superior, principalmente para o mercado de trabalho, atribuindo, inclusive, a não realização, pelo filho, de ES, o fato dele não ter um emprego melhor. Embora milhares de jovens no Brasil com diploma de ES estejam desempregados ou trabalhando em funções que não exigem o curso superior, este ainda é visto como ponte para a obtenção de melhores e mais bem remunerados trabalhos. Neste sentido, Whitaker (1998) chama a atenção para os mitos relativos à educação que precisam ser discutidos. Um deles é a idéia, muito presente na população, de que a educação escolarizada garante a ascensão social. A autora aponta que essa idéia não é totalmente falsa para certos momentos históricos. Quando há uma economia em expansão, realmente há ascensão social porque as pessoas são chamadas a preencher novas e elevadas funções nas estruturas em formação no mundo empresarial. Mas, quando a economia pára de crescer, a saturação do mercado de trabalho enrijece o sistema e, então, entra em cena o desemprego, como foi salientado na seção 1.3 sobre o cenário político-econômico brasileiro dos anos 90. Não se pode dizer, portanto, que para os jovens do Brasil de hoje basta ter um diploma universitário para se obter o emprego sonhado. O quadro que se delineia hoje é grave: jovens recém-formados, desorientados e buscando outras alternativas, muitas vezes fora de sua área de formação.

Como apontado no início da interpretação dos resultados, esta pesquisa não apresenta uma formulação conclusiva sobre o tema, principalmente pela complexidade do tema proposto e, ainda, pelos vários e possíveis aspectos que podem estar relacionados ao tema. Deixa-se claro, portanto, que esta é uma, e não a única forma de interpretação sobre o problema da escolha profissional dos jovens oriundos do ensino público. Muitos trabalhos, de diversas ordens, têm sido desenvolvidos na área da escolha profissional. Espera-se que o presente trabalho possa contribuir para um maior conhecimento sobre o tema. Esta pesquisa



possibilitou algumas discussões e conclusões acerca da questão da escolha profissional do jovem oriundo do ensino público, como será apresentado a seguir.

## CONCLUSÃO

Os dados analisados nesta dissertação através de entrevistas com egressos do Ensino Médio público, possibilitaram que se chegasse a algumas conclusões acerca de sua trajetória educacional e profissional, e de seu processo de escolha.

Foi possível observar que a escolha do jovem se dá a partir de um contexto sócio-econômico, político e cultural específico, em outras palavras, de um círculo espacial e temporal determinado, historicamente construído, de estruturas e conjunturas peculiares. Em determinados contextos desfavoráveis, aquilo que o orientador profissional ou o pesquisador interpretam como “escolha” ou “opção” do indivíduo pode, na realidade, ser uma falta de escolha ou de opção, uma reação àquilo que é imposto pela “lógica do mercado”, pela conjuntura econômica e pela estrutura sócio-política, posto que aqueles que estão numa posição social privilegiada para escolher, com um alto grau de liberdade, a sua profissão, constituem, pelo menos em nossa sociedade, uma minoria.

Como foi possível observar através da análise das trajetórias dos egressos do Ensino Médio público, a necessidade de sobrevivência determinou várias de suas ações. Entre elas, pode-se citar: começar a trabalhar muito cedo, interromper os estudos para se dedicar ao trabalho, trabalhar e estudar ao mesmo tempo, aceitar trabalhos mal remunerados e pouco

qualificados, desistir de cursar ensino superior, etc. Portanto, a questão da “escolha”, nesses casos, foi extremamente limitada por questões bem mais abrangentes, como a realidade sócio-econômica, com pouquíssimo espaço para a efetivação de fatores subjetivos, como o gosto pessoal ou o desejo de realizar este ou aquele curso ou trabalho.

Ainda durante a realização do Ensino Médio, foram poucas as oportunidades de escolha. O trabalho, na maior parte dos casos, foi realizado por imposição da necessidade de sobrevivência. A preparação dada pela escola de Ensino Médio que lhes foi possível cursar (e não que escolheram cursar) ficou aquém das exigências para o prosseguimento dos estudos. A falta de recursos financeiros impediu a maioria de complementar essa preparação.

Especificamente analisada, a escolha profissional se mostrou drasticamente restrita. A impossibilidade de participar de um programa de orientação profissional que lhes oportunizasse discutir a questão da inserção produtiva numa sociedade capitalista restringiu as chances de analisar mais criticamente suas “escolhas” profissionais. Estas foram realizadas, muitas vezes, baseadas numa visão estereotipada e idealizada das profissões. Houve, posteriormente, algumas mudanças de opção, mais no sentido de uma maior facilidade de ingresso em um curso superior do que no real desejo de realizar o curso “escolhido”, o que permite concluir que as opções profissionais foram realizadas muito mais em função das condições estruturais, como o pertencimento às classes subalternas e a conseqüente falta de oportunidades reais, do que do desejo de realizar uma profissão específica.

Em relação à trajetória educacional pós-Ensino Médio, especificamente à questão do prosseguimento dos estudos, poucas foram as expectativas que se concretizaram. A maioria delas foi completamente frustrada. A condição de classe, nesses casos, se não foi totalmente determinante, foi a causa principal dessa não concretização das “escolhas”. Mal preparados para ultrapassar a difícil barreira do vestibular, o ingresso em um curso superior foi privilégio

de poucos. No entanto, a maioria dos egressos se responsabiliza por não ter obtido ascensão educacional. A questão da responsabilidade individual é muito presente nos depoimentos dos entrevistados. Ao incorporarem o discurso ideológico liberal do individualismo, deixam de perceber os fatores macro que condicionam as suas escolhas. Nesse sentido, a presente pesquisa confirma as teses de Ferretti e Pimenta que, já nos anos 80, apontavam para a existência desse discurso que responsabiliza o indivíduo pelo seu sucesso ou fracasso profissional, característico do ideário liberal. Mas, mesmo que muitos culpem a si mesmos pela falta de esforço pessoal, foi possível notar que todos lutaram para alcançar seus objetivos. Tentativas diversas de aprovação no vestibular, conciliação do trabalho com os estudos, procura de empregos melhores, realização de cursos de qualificação profissional, são apenas alguns exemplos de que esses egressos, de fato, tentaram, através de suas ações, obter ascensão educacional e profissional.

Pode-se dizer, então, que esses egressos tiveram atitudes deliberadas no sentido de alcançar seus sonhos. Embora as determinações econômicas tenham estabelecido severos limites às trajetórias dos entrevistados, pôde-se notar que um certo grau de escolha, dentro das reduzidas possibilidades de que dispunham, foi relativamente alcançado.

A trajetória profissional pós-Ensino Médio também foi marcada por situações de não escolha (FERRETTI, 1998). Alguns estão desempregados e com dificuldade de se reinserirem no mercado de trabalho. Os que estão empregados se encontram, em sua maioria, em trabalhos mal remunerados, afirmando que gostariam de estar trabalhando em algo diferente. Portanto, não se pode afirmar que os entrevistados realizaram verdadeiras escolhas profissionais, mas optaram dentre as alternativas que lhes eram possíveis, o que representa um leque muito estreito de opções.

A análise a respeito das concepções dos entrevistados sobre a sua própria trajetória indicou que os entrevistados mantinham percepções bastante limitadas a respeito dos fatores que influenciaram suas trajetórias, porque elas foram formuladas a partir de informações insuficientes, não inseridas num contexto explicativo mais amplo. Novamente as atribuições individualistas ao fracasso ou ao sucesso foram predominantes. Não se observa, nos depoimentos dos entrevistados, uma consciência de classe. As soluções individuais são as mais apontadas. Mas, como as características individuais raramente são responsáveis absolutas pelo ascenso ou descenso profissional numa sociedade capitalista como esta em que se vive, os fatores macro – como os políticos, sociais e econômicos – continuarão a ser determinantes das trajetórias dos sujeitos, principalmente aqueles pertencentes às classes subalternas, para os quais o termo “escolha” deve ser sempre relativizado.

Nessa trajetória marcada por situações de escolha e não-escolha, as maiores determinações foram, de fato, aquelas representadas pela condição sócio-econômica, que impediu que vários projetos se efetivassem. Se é fato que as trajetórias educacionais e profissionais são, em grande parte, socialmente determinadas pela origem de classe, elas não podem, portanto, ser tomadas unicamente como resultados de escolhas subjetivamente realizadas de acordo com projetos de vida.

O orientador profissional comprometido com os ideais de uma sociedade verdadeiramente justa e igualitária não pode perder de vista essas determinações, que muitas vezes limitam de tal modo o grau de liberdade do indivíduo, que as suas reais possibilidades de escolha se tornam quase nulas. Conhecer o mundo do trabalho, a realidade social, política e econômica em que os orientandos estão inseridos e compreender que a escolha profissional possui graus de liberdade e que, portanto, não é o indivíduo o único responsável por sua trajetória, é extremamente necessário para que o orientador profissional construa sua prática

com um sentido de reflexão e conscientização a respeito dos determinantes das inserções ocupacionais de seus orientandos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL – 2003. PNUD/ IPEA – disponível em: [http://www.pnud.org.br/atlas/PR/Press\\_Release\\_1.doc](http://www.pnud.org.br/atlas/PR/Press_Release_1.doc)

AVERBUG, André. Abertura e Integração Comercial Brasileira na Década de 90. *In*: GIAMBIAGI, Fábio; MOREIRA, Maurício Mesquita (Orgs.). **A Economia Brasileira nos anos 90**. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BOCK, Ana Mercês Bahia; AGUIAR, Wanda Maria Junqueira. Por Uma prática Promotora de Saúde em Orientação Vocacional. *In*: BOCK, A. M. B. et al. **A Escolha Profissional em Questão**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1995. p. 9 – 22.

BOCK, Sílvio Duarte. **Trabalho e Profissão**. *In*: Psicologia no Ensino de 2º grau: uma proposta emancipadora. Conselho Regional de Psicologia /06 e Sindicato dos Psicólogos de São Paulo. São Paulo: Edicon, 1986.

BOCK, Sílvio Duarte. **Orientação Profissional: A Abordagem Sócio-Histórica**. São Paulo: Cortez, 2002.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação Qualitativa em Educação: Uma Introdução à Teoria e aos Métodos**. Porto, Portugal: Porto Editora, 1994.

BOHOSLAVSKY, Rodolfo. **Orientação Vocacional: A Estratégia Clínica**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais Para o Ensino Médio**. Brasília: MEC/SEMTEC, 1999. Disponível em <<http://www.mec.gov.br/semtec/ftp/BasesLegais.doc>> Acesso em: 04/05/04.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: MEC, 2000. Disponível em: <<http://mec.gov.br/acs/pdf/pne.pdf>>. Acesso em: 04/05/04.

BRASIL. **Matrículas no Ensino Médio**. Brasília: INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Disponível em: <<http://www.edudatabrasil.inep.gov.br>>. Acesso em 23/10/04.

BRASIL. **Pesquisa Nacional de Amostra por domicílios para o ano de 2001**. Brasília: IBGE. Disponível em: <[www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2001/sintese2001.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2001/sintese2001.pdf)>. Acesso em: 13/08/04.

BRUM, Argemiro Jacob. **O Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. 16.ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

CASSAB, Maria Aparecida Tardin. **Jovens Pobres e o Futuro: A Construção da Subjetividade na Instabilidade e na Incerteza**. Niterói: Intertexto, 2001.

DELUIZ, Neise. **O Modelo das Competências Profissionais no Mundo do Trabalho e na Educação: Implicações Para o Currículo**. Disponível em: <<http://www.senac.br/informativo/BTS/273/boltec273b.htm>> Acesso em: 03/03/04.

DELUIZ, Neise. **Formação do Trabalhador: Produtividade e Cidadania**. Rio de Janeiro: Shape Ed., 1995.

DOMINGUES, José Maurício. **Sociologia e modernidade: para entender a sociedade contemporânea**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERRETTI, Celso João. **Opção Trabalho: Trajetórias ocupacionais de Trabalhadores de Classes Subalternas**. São Paulo: Cortez: 1988.

FERRETTI, Celso João. **Uma Nova Proposta de Orientação Profissional**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1997.

FIORI, José Luis. **Debate sobre o ponto crítico/ consenso de Washington x Apartheid Social**. Rio de Janeiro: UERJ/IMS, 1994. (Série Estudos em Saúde Coletiva, n. 90)

FOGAÇA, Azuete. Educação e Qualificação profissional nos anos 90: O Discurso e o Fato. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Marisa R. T. (Org). **Política e Trabalho na Escola: Administração dos Sistemas Públicos de Educação Básica**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a Crise do Capitalismo Real**. São Paulo: Cortez, 1995.



GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 1992.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. **Economia Brasileira Contemporânea** – Para Cursos de Economia e Administração. São Paulo: Atlas, 1996.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança social. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1994.

KUENZER, Acácia Zeneida (org). **Ensino Médio**: Construindo uma Proposta Para os que Vivem do Trabalho. São Paulo: Cortez, 2001.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Competência como Práxis**: Os Dilemas da Relação entre Teoria e Prática na Educação dos Trabalhadores. In: Boletim Técnico do SENAC. v. 29, n.1, pg. 17 a 27. Rio de Janeiro: jan/abr. 2003

LAVILLE, C.; DIONNE, J. A Construção do Saber: **Manual de Metodología da Pesquisa em Ciências Humanas**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LISBOA, Marilu Diez. Orientação Profissional e Mundo do Trabalho: Reflexões Sobre uma Nova Proposta Frente a um Novo Cenário. In: LEVENFUS, Rosane Schotgues; e SOARES, Dulce Helena Penna. **Orientação Vocacional Ocupacional**: Novos Achados Teóricos, Técnicos e Instrumentais para a Clínica, a Escola e a Empresa. Porto Alegre: Artmed, 2002.

MOREIRA, Maurício Mesquita; NAJBERG, Sheila. O Impacto da Abertura Comercial sobre o Emprego: 1990-1997. In: GIAMBIAGI, Fábio; MOREIRA, Maurício Mesquita (Orgs.). **A Economia Brasileira nos anos 90**. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

NEFFA, Júlio César. **Los Paradigmas Productivos Taylorista y Fordista y su crisis: una contribución a su estudio, desde el enfoque de la “Teoría de la regulación”**. Buenos Aires: Lumen, 1998.

NEFFA, Julio César. El Futuro del Trabajo, El Trabajo del Futuro. In: TOLEDO, Enrique De la Garza; NEFFA, Julio César (orgs). **El Futuro del Trabajo, El Trabajo del Futuro**. Buenos Aires: Clacso, 2001.

NORONHA, Eduardo G. **“Informal”, ilegal, injusto**: percepções do mercado de trabalho no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 18 nº. 53, outubro de 2003. (SciELO)

OUTHWAITE, Willian e BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1996.

PIMENTA, Selma Garrido. **Orientação Vocacional e Decisão** – Estudo Crítico da Situação no Brasil. São Paulo: Loyola, 1981.

PINHEIRO, Armando Castelar. Privatização no Brasil: Por quê? Até onde? Até Quando? *In*: GIAMBIAGI, Fábio; MOREIRA, Maurício Mesquita (Orgs.). **A Economia Brasileira nos Anos 90**. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

PINHEIRO, Armando Castelar; GIAMBIAGI, Fabio; GOSTKORZEWICZ, Joana. O Desempenho Macroeconômico do Brasil nos Anos 90. *In*: GIAMBIAGI, Fábio; MOREIRA, Maurício Mesquita (Orgs.). **A Economia Brasileira nos Anos 90**. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

POCHMANN, Márcio. **A Batalha pelo Primeiro Emprego**. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.

POCHMANN, Márcio. **O Emprego na Globalização: A Nova Divisão Internacional do Trabalho e os Caminhos que o Brasil Escolheu**. São Paulo: Boitempo, 2001.

QUEIROZ, Maria Teresa Sokolowski. Desafios à Educação num Mundo Globalizado. *In*: **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. ANPAE: Piracicaba. v.19, n.1, jan/jun 2003.

RAMOS, Marise. **O “Novo” Ensino Médio à Luz de Antigos Princípios: Trabalho, Ciência e Cultura**. Boletim Técnico do SENAC, Volume 29 – número 2 – maio/agosto 2003. Disponível em: <<http://www.senac.br/informativo/bts>>. Acesso em: 17/12/04.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1990.

ROMERO, Carlos Cortez. **O Futuro da Sociedade do Trabalho e Propostas para a Educação**. *In*: Boletim Técnico do SENAC. 20(3). Set/dez. 1994.

ROMERO, Carlos Cortez. **Novos Tempos, Novos Desafios**. Mimeo, 2000.

SÃO PAULO. Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura de São Paulo. **O Jovem Brasileiro e sua Inserção no Mercado de trabalho**. Disponível em: <[http://www.trabalhosp.prefeitura.sp.gov.br/images/upload/2004\\_04\\_29/Jovem\\_e\\_Mercado\\_Trabalho.pdf](http://www.trabalhosp.prefeitura.sp.gov.br/images/upload/2004_04_29/Jovem_e_Mercado_Trabalho.pdf)>. Acesso em: 15/09/04.

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira, e SILVA, Eurides Brito da. **Como Entender e Aplicar a Nova LDB**. São Paulo: Pioneira, 1997.

WHITAKER, Dulce. **Escolha da Carreira e Globalização**. São Paulo: Moderna, 1998.

## **ANEXOS**

ANEXO A: Questionário

ANEXO B: Questionário - Familiares

ANEXO C: Categorização Vertical das Entrevistas

ANEXO D: Categorização Vertical das Entrevistas - Familiares

ANEXO E: Categorização Horizontal das Entrevistas - Escola Alfa

ANEXO F: Categorização Horizontal das Entrevistas - Escola Beta

ANEXO G: Categorização Horizontal das Entrevistas - Escolas Alfa e Beta

ANEXO H: Categorização Horizontal das Entrevistas - Familiares

## **ANEXO A: QUESTIONÁRIO**

### **1) Dados Demográficos**

- 1- Qual a sua idade?
- 2- Qual o grau de escolaridade de seus pais?
- 3- Em que ano você entrou no ensino médio?

### **2) Trajetória durante a realização do ensino médio**

- 4- Você cursou ensino médio diurno ou noturno? Por quê?
- 5- Teve alguma repetência no ensino médio? Quantas e em que série? Por quê?
- 6- Você trabalhava durante a realização do ensino médio? Por quê? Em qual ocupação?
- 7- Você considera que a escola que você estudou te deu uma boa preparação para o vestibular?
- 8- Como era a clientela dessa escola em termos sócio-econômicos?
- 9- Por que você fez ensino médio nesta escola?

### **3) Escolha Profissional**

- 10- Você participou de algum programa de Orientação Profissional? Como foi realizado? Considera que te ajudou?
- 11- Qual era a sua escolha profissional ao concluir o ensino médio? Por que você escolheu esse curso? Mais algum fator influenciou na escolha desse curso?
- 12- Em caso de mudança de opção em relação à pergunta 11: O que fez você mudar de opção?

### **4) Trajetória Educacional Pós-Ensino Médio**

- 13- Você fez cursinho pré-vestibular? Por quê? Durante quanto tempo? Como pagou o cursinho?
- 14- Você fez vestibular? Em caso negativo: por quê? Em caso positivo: Para qual curso? Para quais universidades fez vestibular (públicas ou privadas)?
- 15- Você passou no vestibular? Em caso negativo: Por que você acha que não passou no vestibular? Fez outras tentativas? Para o mesmo curso ou mudou de opção? Por quê?
- 16- Você trabalhava quando fazia o curso superior? Em quê? Em caso negativo, tinha outros tipos de ajuda financeira? (bolsas, ajuda de parentes, descontos, etc.)
- 17- Você cursou a faculdade até a sua conclusão? Em caso positivo: como se manteve durante a realização do curso? Está atuando na área em que se formou? Em caso negativo: por que abandonou a faculdade?
- 18- Você realizou algum outro curso de qualificação profissional após o término do ensino médio? Por quê?

### **5) Trajetória Profissional Pós-Ensino Médio**

- 19- Você trabalha atualmente? Em que?
- 20- Se você não trabalha: não trabalha por quê?
- 21- Está à procura de emprego?

### **6) Concepções Sobre sua Própria Trajetória**

- 22- Está satisfeito com seu trabalho atual (em relação à função desempenhada e em relação à remuneração)? Por quê?
- 23- Gostaria de estar trabalhando em algo diferente? Em quê? Por que não está?
- 24- Você considera fundamental a realização de um curso superior? Por quê?

- 25- O que você acha necessário para que você obtenha ascensão educacional e profissional?
- 26- Você acha que o fato de você ter sido aluno do ensino público fez diferença na sua trajetória, ou se você tivesse feito ensino médio particular a sua trajetória teria sido diferente? Em caso positivo: para melhor ou para pior? Por quê?

## **ANEXO B: QUESTIONÁRIO – Familiares**

### **1) Dados Demográficos**

- 27- Qual o seu grau de instrução?
- 28- Em que você trabalha? Há quanto tempo?
- 29- Quantos filhos você tem?

### **2) Dados Familiares na Atualidade**

- 30- Seu filho ainda mora com você?
- 31- Quem são as pessoas que vivem na casa? Quem são as pessoas responsáveis pelo sustento da casa?
- 32- O que os outros irmãos fazem? Os outros irmãos realizaram curso superior?

### **3) Expectativas em Relação ao Futuro Educacional e Profissional do Filho**

- 33- Você tinha alguma expectativa ou realizou algum investimento para que seu filho chegasse ao ensino superior? Por quê?
- 34- Para você, era mais importante que seu filho continuasse os estudos depois de concluído o ensino médio, ou que ele se inserisse no mercado de trabalho? Por quê?
- 35- Você acha que o fato de seu filho cursar (ou vir a cursar) ensino superior vai ajudá-lo a conseguir um emprego melhor do que se não cursasse? Por quê?

**ANEXO C: Categorização Vertical das Entrevistas**

## Entrevista 1 - ADRIANA

<b>TEMA 1: Trajetória durante a realização do Ensino Médio (EM)</b>	
<b>SUBTEMAS E CATEGORIAS</b>	<b>TRECHOS DA ENTREVISTA</b>
1.1) Escolha do turno → Noturno • Opção de trabalhar durante o dia.	PORQUE EU COMECEI A TRABALHAR.
1.2) Repetência no EM → Sim • Troca de turno.	PORQUE EU TROQUEI DE HORÁRIO. EU ESTUDAVA DE MANHÃ E DEPOIS FUI PASSAR PRÁ NOITE E FOI UM ANO MEIO CONFUSO, AÍ NÃO DEU, EU NÃO TIVE NOTA PRÁ PASSAR.
1.3) Trabalho durante a realização do EM → Sim • Opção Pessoal.	EU NÃO PRECISAVA TRABALHAR, MAS FOI POR OPÇÃO MESMO, PORQUE ERA UMA OPORTUNIDADE BOA E EU RESOLVI ACEITAR.
1.4) Tipo de Trabalho realizado durante o EM → Trabalho Formal • Recepcionista.	EU ERA ESTAGIÁRIA NA OAB, FAZIA SERVIÇO DE RECEPÇÃO.
1.5) Percepção sobre a preparação dada para o vestibular pela escola de EM → Não ofereceu preparação. • Má qualidade do ensino.	NÃO, ELA ERA MEIO FRACA.
1.6) Percepção sobre o nível sócio-econômico dos alunos da escola de EM → Classe Média.	ERA MAIS PRÁ MÉDIA, ASSIM, NÍVEL MÉDIO.
1.7) Razões para a realização do EM nesta escola → Falta de recursos financeiros para pagar uma escola particular.	PORQUE EU NÃO TINHA CONDIÇÕES DE PAGAR UM COLÉGIO PARTICULAR.
<b>TEMA 2: Escolha Profissional</b>	
2.1) Participação em programa de orientação profissional → Não	NÃO.
2.2) Escolha Profissional ao concluir o EM → Não realizou escolha ao concluir o EM → Administração de Empresas.	EU NÃO PRETENDIA FAZER FACULDADE, EU PRETENDIA PARAR. AÍ COM O PASSAR DO TEMPO EU RESOLVI FAZER ADMINISTRAÇÃO.
2.3) Razões para a escolha realizada → Identificação com o trabalho realizado	PORQUE EU COMECEI A TRABALHAR NUMA CLÍNICA, MEXIA UM POUCO COM A ÁREA DE FINANÇAS, AÍ ME INCENTIVOU A FAZER O CURSO SUPERIOR.
2.4) Mudança de opção em relação à primeira escolha realizada	NÃO HOUE MUDANÇA DE OPÇÃO, ESTA FOI A MINHA PRIMEIRA OPÇÃO.

→ Não	
<b>TEMA 3: Trajetória Educacional Pós- Ensino Médio</b>	
3.1) Realização de cursinho pré-vestibular → Não • Falta de Tempo • Passou no vestibular de uma faculdade particular.	PORQUE EU NÃO TINHA TEMPO DE ESTUDAR, NÉ, PORQUE EU TRABALHAVA ATÉ MUITO TARDE E DEPOIS EU RESOLVI FAZER, TENTAR NA FACULDADE PARTICULAR E PASSEI LOGO NO PRIMEIRO VESTIBULAR E NÃO FIZ O CURSINHO.
3.2) Realização de exame vestibular → Sim. • Administração de Empresas	SIM. (...) ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS.
3.3) Tipo de instituição onde realizou vestibular → Privada. • Falta de preparação para ingressar numa universidade federal	UNIVERSO (PRIVADA). EU QUERIA MESMO ERA FAZER NA FEDERAL. TODO MUNDO QUE EU CONHEÇO FALA QUE O CURSO LÁ É UM DOS MELHORES DO BRASIL. MAS EU NÃO ESTAVA PREPARADA, NÃO TINHA CONDIÇÕES DE PASSAR POR CAUSA DA MINHA PREPARAÇÃO. AÍ EU TENTEI NA UNIVERSO, MESMO SEM ESTUDAR, E PASSEI.
3.4) Resultado do vestibular → Aprovado.	SIM. ESTOU FAZENDO O 1º PERÍODO, TERMINEI O 1º PERÍODO AGORA.
3.5) Número de tentativas de aprovação no vestibular → Uma.	NÃO FIZ OUTRAS TENTATIVAS.
3.6) Ingresso em curso superior → Sim.	SIM.
3.7) Manutenção financeira durante a realização do curso superior → Através do próprio trabalho.	PAGO A MENSALIDADE COM O MEU SALÁRIO DO CONSULTÓRIO.
3.8) Conclusão de curso superior → Não. • Em curso	NÃO. ESTOU FAZENDO O 1º PERÍODO, TERMINEI O 1º PERÍODO AGORA.
3.9) Realização de outros cursos de qualificação profissional → Sim • Informática	SIM. FIZ O CURSO DE INFORMÁTICA BÁSICO.
3.10) Razões para realização de outros cursos de qualificação profissional. → Exigência de qualificação para exercer o trabalho	FIZ POR CAUSA DO EMPREGO PORQUE PRECISA APRENDER, PORQUE É TUDO INFORMATIZADO.
<b>TEMA 4: Trajetória Profissional Pós-Ensino Médio</b>	
4.1) Realização de trabalho atualmente → Sim • Recepcionista.	SIM. RECEPÇÃO DE UM CONSULTÓRIO MÉDICO.
4.2) Procura de Emprego → Não.	NÃO.



• Já está trabalhando	
<b>TEMA 5: Concepções Sobre sua Própria Trajetória</b>	
5.1) Satisfação com o trabalho atual → Sim • Identificação pessoal com a área de atuação	PORQUE EU GOSTO DE LIDAR COM O PÚBLICO E EU GOSTO DESSA ÁREA DE LIDAR COM OS PACIENTES, ESSA COISA ASSIM.
5.2) Desejo de realizar outro tipo de trabalho → Não • Espera se graduar para trocar de emprego.	NO MOMENTO EU NÃO PRETENDO TROCAR NÃO, SÓ DEPOIS DE FORMADA MESMO.
5.3) Concepção sobre a importância de realização de um curso superior → Considera fundamental • Oferece maiores oportunidades de trabalho • Oferece maior qualificação para exercer um trabalho.	PORQUE EU ACHO QUE A CONCORRÊNCIA NO MERCADO É GRANDE, E ELE TE DÁ MAIS SUPORTE PARA EXERCER A PROFISSÃO DO QUE UM CURSO TÉCNICO.
5.4) Concepção sobre os fatores necessários para obtenção de ascensão educacional e profissional → Qualidade do ensino básico. → Esforço e dedicação pessoal.	UMA BOA QUALIDADE DE ENSINO DESDE A IDADE MÍNIMA, QUE É 4 ANOS, ACHO. O ENSINO FUNDAMENTAL, PRINCIPALMENTE, ELE AJUDA BASTANTE. E A PESSOA SER ESFORÇADA, NÉ, QUERER ESTUDAR, TER VONTADE, ACHO QUE É ISSO.
5.5) Concepção sobre a influência do ensino público na sua trajetória. → Não influenciou. • Outros fatores influenciaram: ◆ Qualidade dos professores ◆ Turno noturno	EU ACHO QUE NÃO FEZ DIFERENÇA PELO FATO DO ENSINO SER PÚBLICO, EU ACHO QUE EU NÃO TIVE SORTE COM OS PROFESSORES, PORQUE MINHA IRMÃ ESTUDOU NO MESMO COLÉGIO QUE EU, MAS ELA TEVE PROFESSORES DIFERENTES E FOI EM UMA DATA DIFERENTE DA QUE EU FIZ. PODE SER TAMBÉM PORQUE ELA NÃO CURSOU O CURSO NOTURNO, ELA SEMPRE ESTUDOU DE MANHÃ, E EU NOTEI ASSIM, A DIFERENCIAÇÃO NO ENSINO.

## Entrevista 2 - GLAUCO

TEMA 1: Trajetória durante a realização do Ensino Médio (EM)	
SUBTEMAS E CATEGORIAS	TRECHOS DA ENTREVISTA
1.1) Escolha do turno → Noturno. • Necessidade de trabalhar durante o dia.	BOM, NOTURNO. PORQUE EU PRECISAVA TRABALHAR, TRABALHAVA NO COMÉRCIO.
1.2) Repetência no EM → Não	NÃO.
1.3) Trabalho durante a realização do EM → Sim. • Necessidade de trabalhar.	SIM. NÃO TINHA COMO EU MANTER O ESTUDO SEM TRABALHAR, EU PRECISAVA TRABALHAR.

1.4) Tipo de Trabalho realizado durante o EM → Trabalho formal • Caixa operador.	TRABALHAVA NO COMÉRCIO COMO CAIXA OPERADOR.
1.5) Percepção sobre a preparação dada para o vestibular pela escola de EM → Ofereceu preparação. • Qualidade da escola	DEU. NA ÉPOCA A ESCOLA (BETA) ERA MUITO BOA, NÃO SEI COMO TÁ HOJE.
1.6) Percepção sobre o nível sócio-econômico dos alunos da escola de EM → Todas as classes.	TINHA TODO O TIPO DE CLASSE ECONÔMICA, TEVE TANTO GENTE MUITO MAIS POBRE DO QUE EU, COMO GENTE MUITO MAIS RICA QUE EU.
1.7) Razões para a realização do EM nesta escola → Já estudava nesta escola	BOM, EU COMECEI A ESTUDAR LÁ NA 5ª SÉRIE, NA 5ª SÉRIE EM 90, E CONTINUEI LÁ.
<b>TEMA 2: Escolha Profissional</b>	
2.1) Participação em programa de orientação profissional → Não.	NÃO.
2.2) Escolha Profissional ao concluir o EM → Medicina.	OLHA, EU FIZ SEIS VEZES VESTIBULAR PARA MEDICINA.
2.3) Razões para a escolha realizada → Identificação com o professor → Identificação com a disciplina	EU ACHO QUE É, FOI DEVIDO AO MEU PROFESSOR DE BIOLOGIA, A FORMA QUE ELE EXPLICAVA A MATÉRIA, EU FUI INTERESSANDO, FUI INTERESSANDO PELO CORPO HUMANO, INTERESSANDO, INTERESSANDO, FOI QUE EU VI QUE EU TINHA VONTADE DE FAZER.
2.4) Mudança de opção em relação à primeira escolha realizada → Não.	NÃO.
<b>TEMA 3: Trajetória Educacional Pós- Ensino Médio</b>	
3.1) Realização de cursinho pré-vestibular → Sim. • Dificuldade em estudar sozinho.	FIZ. PORQUE SE NÃO FOSSE O CURSINHO, EM CASA, SOZINHO, EU NÃO IA ESTUDAR. EU IA LÁ PORQUE, PRÁ ME OBRIGAR A ESTUDAR EM CASA, PORQUE SOZINHO... EU FIZ NO CAVE, FIZ NO META, FIZ NO CAES, FIZ NUM MONTE DE LUGAR. NÃO FOI NO ANO QUE EU TERMINEI O 2º GRAU QUE EU FIZ O VESTIBULAR. FOI NO ANO SEGUINTE E EU SEI QUE, EU ME CONHEÇO, EU NÃO IRIA ESTUDAR, ENTÃO EU TIVE QUE FAZER O CURSINHO.
3.2) Realização de exame vestibular → Sim. • Medicina.	SIM. (...) MEDICINA.
3.3) Tipo de instituição onde realizou vestibular → Pública. • Falta de condições financeiras para pagar faculdade particular.	SÓ PRÁ UNIVERSIDADE FEDERAL. NÃO FIZ PRÁ PARTICULAR PORQUE É MUITO CARO O CURSO E NÃO POSSO PAGAR (RISOS).

3.4) Resultado do vestibular → Reprovado. • Concorrência	NÃO PASSEI. SIM, EU PASSEI PRA SEGUNDA FASE 5 VEZES. (...) AH, OLHA, EU NÃO LEMBRO DIREITO, EU SEI QUE A ÚLTIMA VEZ QUE EU FIZ EU FIQUEI 3 PONTOS ACIMA DO PONTO DE CORTE, MAS EU ZEREI A PROVA DE FÍSICA. DAÍ EU FALEI “AH EU NÃO QUERO MAIS FAZER”. É MUITA CONCORRÊNCIA..
3.5) Número de tentativas de aprovação no vestibular → Seis.	OLHA, EU FIZ SEIS VEZES VESTIBULAR PARA MEDICINA.
3.6) Ingresso em curso superior → Não.	NÃO.
3.7) Manutenção financeira durante a realização do curso superior → Não realizou curso superior.	
3.8) Conclusão de curso superior → Não realizou curso superior.	
3.9) Realização de outros cursos de qualificação profissional → Sim. • Vendas • Informática	SIM. FIZ CURSO DE VENDAS E O CURSO COMPLETO DE INFORMÁTICA.
3.10) Razões para realização de outros cursos de qualificação profissional. → Melhorar a atuação no trabalho → Exigência de qualificação para exercer o trabalho	BOM, O DE VENDAS PORQUE EU TRABALHAVA COM VENDAS E EU TÔ SEMPRE FAZENDO, SEMPRE PRECISANDO MELHORAR. E DE INFORMÁTICA PORQUE EU TRABALHEI NO CAIXA E QUANDO EU COMECEI ERA UM TIPO DE CAIXA, DEPOIS MUDOU E EU TINHA QUE SABER MEXER EM COMPUTADOR E TIVE QUE FAZER O CURSO, E APROVEITEI E FIZ COMPLETO.
<b>TEMA 4: Trajetória Profissional Pós-Ensino Médio</b>	
4.1) Realização de trabalho atualmente → Não. • Dificuldade em conseguir emprego.	NÃO. EU NÃO CONSEGUI ARRUMAR EMPREGO AINDA.
4.2) Procura de Emprego → Sim. • Entregando currículos. • Necessidade de trabalhar	SIM, TÔ. (...) PORQUE EU PRECISO TRABALHAR PRÁ AJUDAR EM CASA. AS COISAS AQUI TÃO MUITO DIFÍCEIS. (...) AH, TÔ ENTREGANDO CURRÍCULOS. (...) LOJAS, MERCADO, TODO TIPO DE COMÉRCIO.
<b>TEMA 5: Concepções Sobre sua Própria Trajetória</b>	
5.1) Satisfação com o trabalho atual → Não está trabalhando atualmente.	
5.2) Desejo de realizar outro tipo de trabalho → Sim	OLHA, DO JEITO QUE A SITUAÇÃO ESTÁ, EM QUALQUER COISA.

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Qualquer trabalho, devido à dificuldade financeira.</li> </ul>	
<p>5.3) Concepção sobre a importância de realização de um curso superior → Não considera fundamental.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Considera o conhecimento prático mais importante que o teórico.</li> </ul>	<p>HUM... FUNDAMENTAL NÃO. (...) ÀS VEZES O CURSO SUPERIOR VAI DAR PRA VOCÊ TEORIA E NEM SEMPRE É O QUE PRECISA, PRECISA MAIS PRÁTICA. IGUAL NO MEU CASO, QUE QUERIA ESTUDAR MEDICINA. SE EU FORMASSE AGORA, EU NÃO SEI COMO EU IA MONTAR CONSULTÓRIO PRÁ MIM. OU IA TRABALHAR NO SUS E NÃO GANHAR NADA OU ENTÃO IA FICAR FAZENDO UMA OUTRA COISA, PORQUE MONTAR CONSULTÓRIO PRÁ MIM EU NÃO IA TER COMO MONTAR. ENTÃO O CURSO SUPERIOR NÃO ME DARIA TANTA VANTAGEM QUANTO MINHA EXPERIÊNCIA VAI ME DAR.</p>
<p>5.4) Concepção sobre os fatores necessários para obtenção de ascensão educacional e profissional → Condição financeira favorável.</p>	<p>BOM, EU PRECISARIA DE UM POUCO MAIS DE DINHEIRO, PRÁ EU PODER GUARDAR O DINHEIRO E PODER FAZER FACULDADE TRANQUILO, SEM MEDO DE TER QUE TRANCAR MATRÍCULA DEPOIS, DE TER PERDIDO TEMPO.</p>
<p>5.5) Concepção sobre a influência do ensino público na sua trajetória. → Positiva.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Qualidade da escola de EM</li> </ul>	<p>EU ACHO QUE O ENSINO QUE EU TIVE FOI MUITO BOM, A ESCOLA ERA BOA, ME DEU BASE PRA CONTINUAR.</p>

## Entrevista 3 - FABIANO

<b>TEMA 1: Trajetória durante a realização do Ensino Médio (EM)</b>	
<b>SUBTEMAS E CATEGORIAS</b>	<b>TRECHOS DA ENTREVISTA</b>
<p>1.1) Escolha do turno → Noturno</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Necessidade de trabalhar durante o dia.</li> </ul>	<p>NOTURNO. (...) POR CAUSA DO TRABALHO. EU COMECEI A TRABALHAR, AÍ TIVE QUE PASSAR PRA NOITE.</p>
<p>1.2) Repetência no EM → Não</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Dependência em uma matéria.</li> </ul>	<p>NÃO FOI BEM REPETÊNCIA, FOI DEPENDÊNCIA, NÉ? (...) PEGUEI DEPENDÊNCIA EM GEOGRAFIA NO PRIMEIRO ANO DO ENSINO MÉDIO.</p>
<p>1.3) Trabalho durante a realização do EM → Sim</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Necessidade de trabalhar.</li> </ul>	<p>SIM. (...) AH! COMO É QUE EU VOU FALAR? A NECESSIDADE MESMO, NÉ?</p>
<p>1.4) Tipo de Trabalho realizado durante o EM → Office boy</p>	<p>OFFICE BOY.</p>
<p>1.5) Percepção sobre a preparação dada para o vestibular pela escola de EM → Não ofereceu preparação.</p>	<p>NEM TANTO. (...) ACHAVA, POR ESTUDAR À NOITE, O ENSINO MEIO FRACO. (...) OS PROFESSORES NÃO DAVAM A MATÉRIA</p>

• Má qualidade do ensino.	COMPLETA, GERALMENTE FALTAVA, NE, ENTÃO ACHAVA MEIO FRACO.
1.6) Percepção sobre o nível sócio-econômico dos alunos da escola de EM → Classe Média.	ERA MAIS FAIXA DE CLASSE MÉDIA PRA, CLASSE MÉDIA, NÉ? CLASSE MÉDIA.
1.7) Razões para a realização do EM nesta escola → Já estudava nesta escola	PORQUE EU COMECEI A ESTUDAR NESTA ESCOLA DESDE O PRÉ, ENTÃO, EU CONTINUEI, NÉ?
<b>TEMA 2: Escolha Profissional</b>	
2.1) Participação em programa de orientação profissional → Não.	NÃO.
2.2) Escolha Profissional ao concluir o EM → Informática.	TRABALHAR COM INFORMÁTICA.
2.3) Razões para a escolha realizada → Identificação com a área de realização	EU SEMPRE GOSTEI DE MEXER COM INFORMÁTICA.
2.4) Mudança de opção em relação à primeira escolha realizada → Não.	NÃO.
<b>TEMA 3: Trajetória Educacional Pós- Ensino Médio</b>	
3.1) Realização de cursinho pré-vestibular → Sim. • Falta de preparo dado pela escola de EM	FIZ ESSE ANO, NÉ? ANO PASSADO, QUER DIZER. (...) PORQUE EU TAVA QUERENDO FAZER, PRESTAR VESTIBULAR E NÃO TINHA BASE PRA PASSAR, PORQUE O ENSINO NA ESCOLA (BETA) ERA MEIO FRACO.
3.2) Realização de exame vestibular → Não. • Falta de preparo.	NÃO. (...) PORQUE EU NÃO ME SENTI PREPARADO. EU ACHEI QUE O CURSINHO NÃO ME DEU TANTA BASE.
3.3) Tipo de instituição onde realizou vestibular → Não realizou vestibular.	NÃO.
3.4) Resultado do vestibular → Não realizou vestibular.	
3.5) Número de tentativas de aprovação no vestibular → Não realizou vestibular.	
3.6) Ingresso em curso superior → Não	
3.7) Manutenção financeira durante a realização do curso superior → Não realizou curso superior.	
3.8) Conclusão de curso superior → Não realizou curso superior.	
3.9) Realização de outros cursos de qualificação profissional → Sim • Música.	SIM, FIZ CURSO DE MÚSICA, DE PIANO. APRENDI ATRAVÉS DO CONSERVATÓRIO E AULAS PARTICULARES.

<p>3.10) Razões para realização de outros cursos de qualificação profissional.  → Satisfação pessoal  → Qualificação para trabalhos futuros.</p>	<p>PORQUE EU SEMPRE GOSTEI DE MÚSICA E FOI TAMBÉM UMA OPORTUNIDADE DE EU TER UMA PROFISSÃO.</p>
<p><b>TEMA 4: Trajetória Profissional Pós-Ensino Médio</b></p>	
<p>4.1) Realização de trabalho atualmente  → Sim  • Trabalho por conta própria:  ◆ Professor particular</p>	<p>SIM. (...) SOU PROFESSOR DE MÚSICA. (...) TRABALHO POR CONTA PRÓPRIA, DOU AULA PARTICULAR DE TECLADO NA CASA DO ALUNO.</p>
<p>4.2) Procura de Emprego  → Não  • Já está trabalhando</p>	<p>NÃO.</p>
<p><b>TEMA 5: Concepções Sobre sua Própria Trajetória</b></p>	
<p>5.1) Satisfação com o trabalho atual  → Sim  • Identificação pessoal com a área de atuação  • Retorno financeiro satisfatório.</p>	<p>MUITO SATISFEITO. (...) PORQUE É UMA ÁREA QUE EU GOSTO DE TRABALHAR E VEJO BONS RESULTADOS, TANTO FINANCEIRAMENTE QUANTO PROFISSIONALMENTE.</p>
<p>5.2) Desejo de realizar outro tipo de trabalho  → Sim  • Gosto pessoal por outra área.</p>	<p>BOM, GOSTARIA. (...) NA PARTE DE INFORMÁTICA TAMBÉM. EU GOSTARIA DE PERMANECER NESTA ÁREA E TRABALHAR NA PARTE DE INFORMÁTICA TAMBÉM. (...) PORQUE COMO EU FALEI EU SEMPRE GOSTEI DE INFORMÁTICA.</p>
<p>5.3) Concepção sobre a importância de realização de um curso superior  → Não considera fundamental  • Mercado de trabalho restrito para todos os níveis de escolarização.</p>	<p>BOM, SE FOSSE FALAR ANTIGAMENTE EU ACHARIA QUE SERIA, MAS HOJE EM DIA, NÃO. (...) PORQUE HOJE EM DIA O MERCADO DE TRABALHO ESTÁ MUITO, VAMOS FALAR ASSIM, APERTADO, VAMOS FALAR ASSIM, NÉ? PRA QUEM TEM CURSO SUPERIOR E PRA QUEM NÃO TEM. ENTÃO UM CURSO SUPERIOR NÃO QUER DIZER QUE VOCÊ VAI TER REALIZAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO.</p>
<p>5.4) Concepção sobre os fatores necessários para obtenção de ascensão educacional e profissional  → Investimento do governo  → Esforço e dedicação pessoal.</p>	<p>EU ACHO QUE INVESTIMENTO, NÉ? NA ÁREA. (...) EU ACHO QUE INVESTIMENTO FINANCEIRO E PESSOAL. POR EXEMPLO, NA MINHA ÁREA, POR EXEMPLO, EM JUIZ DE FORA NÃO TEM POR EXEMPLO UMA FACULDADE DE MÚSICA, NÉ? ENTÃO PRECISARIA INVESTIMENTO DO GOVERNO NO CASO FINANCEIRO PRÁ PODER TRAZER ESSES CURSOS, NÉ, E PESSOAL MEU EM DEDICAR A ESSE CURSO.</p>
<p>5.5) Concepção sobre a influência do ensino público na sua trajetória.</p>	<p>POR UM LADO, EU ACHO QUE NÃO, PORQUE O QUE FAZ A GENTE TER</p>

<p>→ Negativa</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Qualidade dos professores</li> </ul> <p>→ Não influenciou.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Responsabilidade pessoal.</li> </ul>	<p>SUCESSO NO ENSINO SOMOS NÓS OS ALUNOS, NÉ, MAS CLARO QUE O PROFESSOR TAMBÉM INFLUENCIA MUITO. POR OUTRO LADO, AQUILO QUE EU FALEI NO INÍCIO QUE ALGUNS PROFESSORES NÃO DAVAM A MATÉRIA COMPLETA, ENTÃO, POR EXEMPLO, NO CURSO QUE EU FIZ NO COMPACTO TEM MUITA MATÉRIA QUE EU NUNCA VI NA MINHA VIDA. ENTÃO, EU ACHO QUE NESSE PONTO EU ACHO QUE INFLUENCIOU.</p>
---	--

## Entrevista 4 - LEONARDO

<b>TEMA 1: Trajetória durante a realização do Ensino Médio (EM)</b>	
SUBTEMAS E CATEGORIAS	TRECHOS DA ENTREVISTA
<p>1.1) Escolha do turno</p> <p>→ Noturno</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Opção de trabalhar durante o dia.</li> </ul>	<p>A MAIOR PARTE EU FIZ NOTURNO.(...) PORQUE EU COMECEI A TRABALHAR E AÍ EU FIZ À NOITE. (...) NÃO ERA QUESTÃO NEM TANTO DE NECESSIDADE, ERA MAIS QUESTÃO DE EU GANHAR O MEU DINHEIRO, TER A MINHA INDEPENDÊNCIA,</p>
<p>1.2) Repetência no EM</p> <p>→ Não</p>	<p>NÃO, NENHUMA.</p>
<p>1.3) Trabalho durante a realização do EM</p> <p>→ Sim</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Opção Pessoal.</li> </ul>	<p>TRABALHAVA. (...) PRA CONSEGUIR MINHA INDEPENDÊNCIA PESSOAL. NÃO ERA QUESTÃO NEM TANTO DE NECESSIDADE, ERA MAIS QUESTÃO DE EU GANHAR O MEU DINHEIRO, TER A MINHA INDEPENDÊNCIA, EM VEZ DE FICAR VINCULADO AO MEU PAI.</p>
<p>1.4) Tipo de Trabalho realizado durante o EM</p> <p>→ Trabalho por conta própria.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Técnico em manutenção de computador</li> </ul>	<p>EU ERA TÉCNICO EM MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES.</p>
<p>1.5) Percepção sobre a preparação dada para o vestibular pela escola de EM</p> <p>→ Não ofereceu preparação.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Má qualidade do ensino.</li> </ul>	<p>COM CERTEZA NÃO. (...) MUITO FRACO O ENSINO, MUITO FRACO MESMO. TANTO QUE EU SAÍ DE LÁ, FREQUENTEI UM ANO DE CURSINHO.</p>
<p>1.6) Percepção sobre o nível sócio-econômico dos alunos da escola de EM</p> <p>→ Todas as classes.</p>	<p>É UM GRANDE PARADOXO. TINHA GENTE POBRE, MAS TINHA GENTE RICA TAMBÉM. PORQUE O QUE EU OBSERVAVA LÁ É QUE MUITOS ALUNOS QUE ESTUDAVAM LÁ TINHAM CONDIÇÕES DE ESTAR EM COLÉGIOS PARTICULARES E ESTAVAM FREQUENTANDO A ESCOLA PÚBLICA (...) AH, PORQUE EU VIA LÁ, TINHA MUITA</p>

	GENTE ASSIM, TINHA CARAS, TINHAM ALUNOS QUE IAM DE CARRO PRÁ AULA, TINHA ALUNOS QUE O PAI IA LEVAR E BUSCAR TODO DIA EM CARRÕES, ENTENDEU? ENTÃO MUITOS A GENTE OBSERVAVA QUE REALMENTE TINHAM CONDIÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS DE ESTAR FREQUENTANDO UMA ESCOLA MELHOR.
1.7) Razões para a realização do EM nesta escola → Proximidade da residência	EU... NÃO TENHO NENHUMA RAZÃO ESPECÍFICA. (...) EU ACHO QUE A MAIOR INFLUÊNCIA NA ESCOLHA DELA FOI QUE FICAVA MAIS PERTO DA MINHA CASA.
<b>TEMA 2: Escolha Profissional</b>	
2.1) Participação em programa de orientação profissional → Não.	NÃO.
2.2) Escolha Profissional ao concluir o EM → Informática.	AH, MINHA CABEÇA TAVA UMA ZONA NAQUELA ÉPOCA. EU QUERIA FAZER VESTIBULAR PRÁ INFORMÁTICA E TENTEI PRÁ FÍSICA, QUE É O MAIOR ERRO QUE EU COMETI NA MINHA VIDA.
2.3) Razões para a escolha realizada → Identificação com o trabalho realizado → Vocação	A MINHA REAL VOCAÇÃO É PARA INFORMÁTICA, PORQUE EU TRABALHO COM ISSO AQUI, COM INFORMÁTICA, DESDE 14 ANOS DE IDADE, VOCÊ ENTENDEU?
2.4) Mudança de opção em relação à primeira escolha realizada → Sim. • Falta de preparo para o vestibular da 1ª opção.	EU QUERIA FAZER VESTIBULAR PRÁ INFORMÁTICA E TENTEI PRÁ FÍSICA, QUE É O MAIOR ERRO QUE EU COMETI NA MINHA VIDA. (...) COMO EU NÃO ESTAVA ESTUDANDO NADA, EU FALEI ASSIM: PÔ, EU VOU TENTAR O VESTIBULAR MAIS FÁCIL QUE TINHA, ENTÃO EU OLHEI LÁ QUAL QUE ERA A MENOR RELAÇÃO CANDIDATO-VAGA. EU ESTAVA ESTUDANDO POUCO, NÉ, POUCO NÃO, EU NÃO ESTUDAVA, NÉ? ENTÃO, EU FUI LÁ E FIZ. APESAR DO QUE EU PASSEI MUITO BEM PRÁ QUEM FEZ FÍSICA. EU PASSEI COM UMA NOTA QUE EU TERIA PASSADO EM QUALQUER OUTRO CURSO LÁ, QUALQUER OUTRO CURSO ASSIM, DENTRO DA ÁREA DE EXATAS EU TERIA PASSADO EM QUALQUER UM.
<b>TEMA 3: Trajetória Educacional Pós- Ensino Médio</b>	
3.1) Realização de cursinho pré-vestibular → Sim. • Falta de preparo dado pela escola de EM	FIZ. (...) AH, PORQUE PRA TER UMA BASE MELHOR, NÉ, PORQUE COM A BASE QUE EU TINHA LÁ NA ESCOLA (BETA), SEM CHANCE.



<p>3.2) Realização de exame vestibular → Sim. • Física</p>	<p>FIZ. (...) FÍSICA.</p>
<p>3.3) Tipo de instituição onde realizou vestibular → Pública. • Falta de condições financeiras para pagar faculdade particular. • Único local que oferecia o curso desejado.</p>	<p>SÓ PRA FEDERAL, PORQUE O CURSO QUE EU QUERIA SÓ TINHA LÁ E PORQUE É DE GRAÇA. NÃO DÁ PRÁ PAGAR FACULDADE PARTICULAR.</p>
<p>3.4) Resultado do vestibular → Aprovado</p>	<p>PASSEI.</p>
<p>3.5) Número de tentativas de aprovação no vestibular → Uma.</p>	<p>NÃO, SÓ FIZ ESSA VEZ.</p>
<p>3.6) Ingresso em curso superior → Sim</p>	<p>EU ENTREI NA TURMA DE 99.</p>
<p>3.7) Manutenção financeira durante a realização do curso superior → Através do próprio trabalho. → Recebimento de bolsa estudantil.</p>	<p>SIM, TRABALHAVA. (...) EU DAVA AULA DE FÍSICA E MATEMÁTICA. (...) EU TRABALHEI EM CURSINHO DURANTE UM ANO E MEIO. NO MÁXIMUS VESTIBULARES, HOJE EU ACHO QUE ELE ATÉ FECHOU. (...) EU TINHA UMA BOLSA, ERA UMA ESPÉCIE DE CURSO DE CAPACITAÇÃO. PORQUE EU TRABALHAVA NO CPD DA UNIVERSIDADE NA ÉPOCA, AÍ FOI QUE EU VOLTEI A TRABALHAR COM INFORMÁTICA DE NOVO. EU APRENDI MUITA COISA LÁ.</p>
<p>3.8) Conclusão de curso superior → Não • Falta de identificação com os professores</p>	<p>NÃO. EU FIZ DOIS ANOS. (...) PORQUE EU NÃO SUPORTO AQUELE CURSO MAIS. NÃO SUPORTO. SÓ DE PENSAR EM TER QUE PARAR LÁ EM CIMA NA UNIVERSIDADE PRA OLHAR PRA CARA DAQUELES PROFESSORES QUE SÃO EXTREMAMENTE, EXTREMAMENTE ARROGANTES E NÃO SÃO PROFESSORES, ELES SÃO ADESTRADORES. AQUILO É LITERALMENTE UM ABATEDOURO.</p>
<p>3.9) Realização de outros cursos de qualificação profissional → Sim • Informática • Eletrônica → Aprendeu por conta própria</p>	<p>AH, FIZ, EU FIZ. EU NÃO LEMBRO SE FOI DURANTE OU DEPOIS. EU FIZ DURANTE, FIZ DEPOIS. ENTÃO, ASSIM, FICA DIFÍCIL TE PRECISAR QUAIS CURSOS FORAM, MAS EU FIZ SIM. (...) HÁ DEZ ANOS ATRÁS EU COMECEI A TRABALHAR COM MANUTENÇÃO DE COMPUTADOR. AÍ EU RESOLVI TRABALHAR COM... RESOLVI APRENDER UM POUCO MAIS, COMECEI A FAZER CURSO DE INFORMÁTICA E DE ELETRÔNICA PRA PODER ENTENDER O</p>

	<p>FUNIONAMENTO. (...) AGORA, MUITAS DAS COISAS QUE EU SEI, EU APRENDI SOZINHO. POR EXEMPLO, EU TRABALHO COM COREL DRAW E PAGE MAKER. EU APRENDI SOZINHO, ENTENDEU? ENTÃO A MAIORIA DOS CURSOS, VAMOS DIZER ASSIM, ENFIM, EU SENTEI E RESOLVI, EU SENTEI E FALEI: EU VOU APRENDER ISSO. E APRENDI.</p>
<p>3.10) Razões para realização de outros cursos de qualificação profissional. → Melhorar a atuação no trabalho → Satisfação pessoal</p>	<p>AH, PORQUE EU ME INTERESSEI, POR EXEMPLO, EU COMECEI A TRABALHAR COM ISSO HÁ DEZ ANOS ATRÁS EU COMECEI A TRABALHAR COM MANUTENÇÃO DE COMPUTADOR. AÍ EU RESOLVI TRABALHAR COM... RESOLVI APRENDER UM POUCO MAIS, COMECEI A FAZER CURSO DE INFORMÁTICA E DE ELETRÔNICA PRA PODER ENTENDER O FUNCIONAMENTO, ENTENDEU? E FOI ASSIM.</p>
<b>TEMA 4: Trajetória Profissional Pós-Ensino Médio</b>	
<p>4.1) Realização de trabalho atualmente → Sim • Trabalho por conta própria: ◆ Sócio de loja de manutenção de computador</p>	<p>TRABALHO. (...) SOU TÉCNICO EM MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES. (...) EU TENHO UMA LOJA, NÉ, EU SOU SÓCIO DENTRO DESSA LOJA, A GENTE TRABALHA COM MANUTENÇÃO, LAN GAMES, TEM ACESSO À INTERNET. (...) AINDA NÃO (tem carteira assinada), MAS A GENTE ESTÁ RESOLVENDO ISSO TAMBÉM. PRIMEIRO A GENTE TÁ BOTANDO A LOJA PRA FUNCIONAR DIREITO.</p>
<p>4.2) Procura de Emprego → Sim • Aumentar a renda</p>	<p>DE REPENTE SIM, NÉ? PRA COMPLEMENTAR, COMO EU TAVA FALANDO OUTRO DIA COM UM AMIGO MEU, QUERO ENGORDAR MEU PORQUINHO. ELE TÁ MAIS OU MENOS, TEM QUE DAR UM ENGORDADINHA BOA NELE AINDA, ENTÃO, DE REPENTE, SE SURGIR UMA OPORTUNIDADE LEGAL QUE DER PRA MIM CONCILIAR OS DOIS, NÃO TEM PROBLEMA, EU VOU.</p>
<b>TEMA 5: Concepções Sobre sua Própria Trajetória</b>	
<p>5.1) Satisfação com o trabalho atual → Sim • Identificação pessoal com a área de atuação • Retorno financeiro satisfatório.</p>	<p>EXCELENTE. (...) PORQUE EU TÔ TRABALHANDO COM O QUE EU GOSTO, TÔ VENDENDO QUE É UMA COISA MINHA, QUE É UM, COMO É QUE EU VOU TE DIZER? QUE EU TÔ INVESTINDO NUMA COISA QUE REALMENTE EU VOU DAR LUCRO (...) ENTÃO EU TÔ VENDENDO QUE</p>

	AQUI O MEU INVESTIMENTO AQUI VAI TER RETORNO PRA MIM E NÃO VOU TER QUE FICAR DEPENDENTE, RETORNO DE TABELA. AQUI O QUE DER AQUI É MEU. É MEU ASSIM, DENTRO DA PARCELA QUE A GENTE TEM DE SOCIEDADE.
<p>5.2) Desejo de realizar outro tipo de trabalho → Não</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Está satisfeito com o trabalho atual.</li> </ul>	EU NÃO ME IMAGINO NÃO TRABALHANDO MAIS COM INFORMÁTICA. EU PEGUEI GOSTO DE NOVO, NÉ?
<p>5.3) Concepção sobre a importância de realização de um curso superior → Considera fundamental</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Oferece maior qualificação para exercer um trabalho.</li> <li>• Exigência do mercado de trabalho → Não considera fundamental</li> <li>• Considera o conhecimento prático mais importante que o teórico.</li> </ul>	SIM E NÃO. (...) SIM, PORQUE O MERCADO TE EXIGE. O QUANTO MAIS CAPACITADO, O QUANTO MAIS APRIMORADO O PROFISSIONAL MELHOR. E NÃO PORQUE DEPENDENDO TEM CERTAS ÁREAS QUE VOCÊ NÃO PRECISA DO CURSO SUPERIOR PRA TRABALHAR, ENTENDEU? POR EXEMPLO, NO MEU CASO, EU NÃO TENHO CURSO SUPERIOR. BOM, EU TE GARANTO QUE SE EU PEGAR ALGUM ALUNO DA FACULDADE LÁ DO CURSO DE CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO E BOTAR PRÁ FAZER O QUE EU FAÇO, ELE NÃO FAZ, ENTENDEU? ENTÃO É UMA FACA DE DOIS GUMES. É LÓGICO, EU VOU FAZER UMA FACULDADE SIM, NÃO SEI QUANDO, NÃO SEI, PORQUE EU TENHO OUTROS PROJETOS ANTES DE FAZER A FACULDADE.
<p>5.4) Concepção sobre os fatores necessários para obtenção de ascensão educacional e profissional → Qualidade dos professores do ensino superior → Esforço e dedicação pessoal. → Investimento do governo</p>	OLHA, PROFISSIONAL, EU ACHO QUE JÁ TÁ BEM ENCAMINHADO, EU JÁ TENHO, JÁ TÔ ADQUIRINDO DENTRO DO..., POR EXEMPLO, A GENTE JÁ FEZ UM TREINO DE DESENVOLVIMENTO AQUI, NO CASO AQUI PRA LOJA, PORQUE A GENTE AQUI NÃO VISA O DESENVOLVIMENTO DE UM OU DE OUTRO, MAS O DESENVOLVIMENTO DOS TRÊS, PORQUE SOMOS TRÊS AQUI. ENTÃO, A GENTE JÁ FEZ UM PLANO DE DESENVOLVIMENTO PRA CÁ. ENTÃO A GENTE TÁ BOTANDO ESSE PLANO EM PRÁTICA. AGORA, EDUCACIONAL, EU ACHO QUE SERIA DAR UMA MELHORADA, PORQUE ASSIM, A UNIVERSIDADE FEDERAL É BOA? É, É MUITO BOA, TEM ÓTIMOS PROFESSORES, MAS TEM PROFESSORES TAMBÉM QUE NÃO PRESTAM. EU TIVE DURANTE DOIS ANOS, DENTRO DO DEPARTAMENTO DE FÍSICA, 21 PROFESSORES. DESSES 21, SÓ

	<p>UM SALVA, QUE É PROFESSOR. PORQUE O RESTO OLHA PRA VOCÊ E ACHA QUE VOCÊ JÁ TEM MESTRADO E QUE VOCÊ ESTÁ FAZENDO DOUTORADO, E DÁ AULA COMO SE ESTIVESSE DANDO AULA PRA ALUNO DE DOUTORADO. ENTÃO, NÃO TÁ NEM AÍ SE VOCÊ ENTENDEU OU NÃO. (...) ENTÃO EXIGEM UM NÍVEL MUITO ALÉM DO QUE A EXPLICAÇÃO DELES. PORQUE TEM PROFESSORES QUE NÃO SABEM DAR AULA. O CARA CHEGA LÁ E COMEÇA A LER UM LIVRO. COMEÇA A LER O LIVRO: E AÍ, ENTENDERAM? NEGO TÁ VIAJANDO, VAI FALAR QUE NÃO ENTENDEU O QUÊ? NEM SABE O QUÊ QUE NÃO ENTENDEU. NÃO SABE, SE BOBEAR NÃO SABE NEM ONDE É QUE ELE TÁ, DEPOIS DO CARA FICAR DUAS HORAS NA SUA CABEÇA LÁ, É, PROPAGAÇÃO DE ONDA NO MEIO, O CARA NÃO ENTENDEU NADA. E TEM A QUESTÃO PESSOAL TAMBÉM. AH, EU ACHO QUE É A QUESTÃO DO APRIMORAMENTO, ENTENDEU? (...) POR EXEMPLO, SEMANA PASSADA EU COMPREI UMA REVISTA DE LINUX, QUE É UM OUTRO SISTEMA OPERACIONAL. COMECEI A LER UM LIVRO DE LINUX. EU TÔ FAZENDO, EU PRETENDO FAZER UM CURSO DE CERTIFICAÇÃO DA MICROSOFT ATÉ O FINAL DO ANO, FAZER UM CURSO DE CERTIFICAÇÃO DO LINUX TAMBÉM PRA MIM PODER TÁ ATUANDO NA ÁREA. (...) ISSO SEM FALAR NA QUESTÃO DOS POLÍTICOS, NÉ? TEM MUITA COISA A SER FEITA. (...) O QUE FALTA PRA TUDO É A MOLA MESTRA, QUE É O DINHEIRO. SE TIVESSE MAIS VERBA ELES PODERIAM ESTAR FAZENDO MUITO MAIS.</p>
<p>5.5) Concepção sobre a influência do ensino público na sua trajetória. → Negativa</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Qualidade dos professores</li> <li>• Falta de informação sobre o ingresso em curso superior</li> </ul>	<p>EU ACHO QUE NÃO É O ALUNO QUE FAZ A ESCOLA, MAS SIM A ESCOLA QUE FAZ O ALUNO. (...) PRA PIOR, PORQUE A QUALIDADE DOS PROFESSORES ERA FRACA E FALTOU TAMBÉM MAIS INFORMAÇÃO SOBRE O VESTIBULAR, MAIS INVESTIMENTO NISSO, ENTENDEU?</p>

## Entrevista 5 - REGINA

TEMA 1: Trajetória durante a realização do Ensino Médio (EM)	
SUBTEMAS E CATEGORIAS	TRECHOS DA ENTREVISTA
1.1) Escolha do turno → Diurno • Melhor qualidade de ensino	DIURNO. (...) PORQUE É MELHOR. (...) O ENSINO DO DIURNO É MELHOR DO QUE O NOTURNO, TEM MAIS QUALIDADE. O NOTURNO É MAIS LARGADO.
1.2) Repetência no EM → Não	NÃO.
1.3) Trabalho durante a realização do EM → Sim • Necessidade de trabalhar.	NOS DOIS PRIMEIROS ANOS SIM, NO ÚLTIMO NÃO. (...) POR NECESSIDADE DA MINHA FAMÍLIA E PESSOAL MESMO.
1.4) Tipo de trabalho realizado durante o EM → Trabalho Formal • Empregada Doméstica.	EU TRABALHAVA COMO DOMÉSTICA.
1.5) Percepção sobre a preparação dada para o vestibular pela escola de EM → Não ofereceu preparação. • Má qualidade do ensino.	ACHO QUE NÃO. (...) PORQUE O VESTIBULAR, EU ATÉ INCLUSIVE NÃO FIZ O VESTIBULAR CRENDO QUE EU PRECISARIA DE UM CURSINHO COMPLEMENTAR, E COMO A ESCOLA, NO CASO, EU ACHAVA QUE A BASE ERA POUCA, EU NEM TENTEI O VESTIBULAR POR NÃO TER CONDIÇÕES FINANCEIRAS DE PODER PAGAR O CURSO.
1.6) Percepção sobre o nível sócio-econômico dos alunos da escola de EM → Classe Média.	EU CREIO QUE SÃO, ASSIM, DE BOA CONDIÇÃO, CLASSE MÉDIA.
1.7) Razões para a realização do EM nesta escola → Falta de recursos financeiros para pagar uma escola particular. → Inexistência de escola pública no bairro onde reside.	OLHA, PORQUE PELO FATO DE EU TER MUDADO DE BAIRRO, E NO MEU BAIRRO NÃO TER, NO NOVO BAIRRO NÃO TER ESCOLA COM ENSINO MÉDIO, EU TERIA QUE OPTAR POR UMA ESCOLA PARTICULAR E EU NÃO TINHA CONDIÇÃO DE PAGAR. ENTÃO, EU FIQUEI ATÉ OS TRÊS PRIMEIROS MESES SEM CONSEGUIR UMA VAGA EM OUTRA ESCOLA, PORQUE NA ESCOLA (BETA), QUE É NO CENTRO, SERIA POR SORTEIO. E COMO, NO CASO, EU, UM DIA,... EU PASSANDO LÁ, EU DECIDI VER SE HAVIA ALGUMA DESISTÊNCIA, EU CONSEGUI A VAGA, AÍ EU COMECEI A ESTUDAR A PARTIR DE FINAL DE MARÇO, MAIS OU MENOS.
TEMA 2: Escolha Profissional	
2.1) Participação em programa de orientação profissional → Não.	NÃO.
2.2) Escolha Profissional ao concluir o EM	EU TINHA VONTADE DE FAZER

→ Medicina.	MEDICINA, COM A ESPECIALIDADE EM PEDIATRIA.
2.3) Razões para a escolha realizada → Identificação com a área de realização → Retorno financeiro	AH, PORQUE EU ME IDENTIFICO COM CRIANÇAS E EU ACHO A MEDICINA UMA BOA PROFISSÃO, UMA PROFISSÃO, ALÉM DE TER UM BOM RETORNO FINACEIRO, TAMBÉM É UMA PROFISSÃO, ASSIM, BASTANTE EDIFICANTE NO LADO HUMANO.
2.4) Mudança de opção em relação à primeira escolha realizada → Não.	
<b>TEMA 3: Trajetória Educacional Pós- Ensino Médio</b>	
3.1) Realização de cursinho pré-vestibular → Não. • Falta de condição financeira	NÃO. (...) PORQUE, COMO EU DISSE, EU NÃO TINHA CONDIÇÃO DE PAGAR UM CURSINHO PRÉ-VESTIBULAR, ENTÃO EU NEM FIZ O VESTIBULAR, NO CASO.
3.2) Realização de exame vestibular → Não. • Falta de preparo • Falta de condição financeira de pagar um cursinho.	NÃO. (...) PORQUE EU NÃO TINHA CONDIÇÃO DE PAGAR O CURSINHO PRÉ-VESTIBULAR E EU NÃO ME SENTIA PREPARADA O SUFICIENTE PRÁ PODER TENTAR SEM O CURSINHO.
3.3) Tipo de instituição onde realizou vestibular → Não realizou vestibular.	
3.4) Resultado do vestibular → Não realizou vestibular.	
3.5) Número de tentativas de aprovação no vestibular → Não realizou vestibular.	
3.6) Ingresso em curso superior → Não	
3.7) Manutenção financeira durante a realização do curso superior → Não realizou curso superior.	
3.8) Conclusão de curso superior → Não realizou curso superior.	
3.9) Realização de outros cursos de qualificação profissional → Sim • Informática • Datilografia • Recepcionista	EU FIZ ALGUNS CURSOS DURANTE, COMO EU FIZ O CURSO DE DATILOGRAFIA, DE INFORMÁTICA, EU FIZ CURSO DE RECEPCIONISTA, FORAM ESSES CURSOS QUE EU FIZ.
3.10) Razões para realização de outros cursos de qualificação profissional. → Qualificação para trabalhos futuros.	JUSTAMENTE PRÁ TENTAR CONSEGUIR UM EMPREGO MELHOR.
<b>TEMA 4: Trajetória Profissional Pós-Ensino Médio</b>	
4.1) Realização de trabalho atualmente → Não • Cônjuge satisfaz as necessidades financeiras.	NÃO. SOU DONA DE CASA. (...) PORQUE EU CASEI, NÉ, DEPOIS DESSE PERÍODO E, POR ENQUANTO, EU AINDA NÃO TIVE

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cuida de filho pequeno.</li> </ul>	<p>NECESSIDADE DE TRABALHAR AGORA DEPOIS DE CASADA, PORQUE EU TENHO UMA FILHA PEQUENA, MAS EU PRETENDO VOLTAR A TRABALHAR, MAS ABRINDO UM NEGÓCIO PRÓPRIO.</p>
<p>4.2) Procura de Emprego → Não</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Quer abrir negócio próprio</li> <li>• Falta de qualificação</li> <li>• Falta de experiência</li> </ul>	<p>NÃO. (...) PORQUE EU, NO CASO, QUERO ABRIR AGORA, O MEU PRÓXIMO OBJETIVO É ABRIR UMA EMPRESA PRÁ MIM MESMA TRABALHAR (...) JÁ QUE EU NÃO TENHO UMA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COMPLETA, ENTENDEU, É MUITO DIFÍCIL CONSEGUIR UM SERVIÇO HOJE EM DIA NO COMÉRCIO, PORQUE UMA HORA NECESSITA DE ESCOLARIDADE, QUE EU ATÉ TENHO PRA TRABALHAR NO COMÉRCIO, MAS TAMBÉM NECESSITA DE EXPERIÊNCIA E EXPERIÊNCIA EU NÃO TENHO MUITA. ENTÃO, POR ISSO QUE EU OPTEI POR ISSO.</p>
<p><b>TEMA 5: Concepções Sobre sua Própria Trajetória</b></p>	
<p>5.1) Satisfação com o trabalho atual → Não está trabalhando atualmente.</p>	
<p>5.2) Desejo de realizar outro tipo de trabalho → Não está trabalhando atualmente.</p>	
<p>5.3) Concepção sobre a importância de realização de um curso superior → Não considera fundamental</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Existência de outras opções profissionais</li> </ul>	<p>FUNDAMENTAL, NÃO. (...) PORQUE A PESSOA TERIA OUTRAS OPÇÕES, NE? É, EU CREIO QUE O CURSO SUPERIOR, ELE PODE SER FUNDAMENTAL PARA QUEM TEM TODAS AS CONDIÇÕES PARA FAZÊ-LO, ENTENDEU? MAS PRA QUEM NÃO TEM, GERALMENTE TEM QUE OPTAR POR OUTROS LADOS.</p>
<p>5.4) Concepção sobre os fatores necessários para obtenção de ascensão educacional e profissional → Qualificação pessoal</p>	<p>OLHA, QUALIFICAÇÃO DENTRO DAQUILO QUE EU QUEIRA FAZER, INDEPENDENTE DO QUE SEJA. AINDA QUE NÃO SEJA ATRAVÉS DE UMA ESCOLA, DE UM ESTUDO, EU ACHO QUE DEPENDE DE UMA QUALIFICAÇÃO DENTRO DAQUILO QUE EU QUEIRA FAZER.</p>
<p>5.5) Concepção sobre a influência do ensino público na sua trajetória. → Não influenciou.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Responsabilidade pessoal.</li> </ul>	<p>NÃO. EU CREIO QUE NÃO. NÃO SÓ POR SER UM CURSO DO ENSINO PÚBLICO, PORQUE SE EU TIVESSE TALVEZ ME ESFORÇADO COMO EU JÁ VI PESSOAS QUE SE ESFORÇARAM, EU TENHO QUE RECONHECER ISSO, SE EU TIVESSE ME ESFORÇADO MAIS, BUSCADO OUTROS MEIOS, NÃO SÓ ESPERANDO DE UM CURSINHO, TALVEZ EU TERIA CONSEGUIDO, SABE? MAS ME FALTOU</p>

DISPOSIÇÃO PRÁ ISSO.

## Entrevista 6 - ÉLCIO

<b>TEMA 1: Trajetória durante a realização do Ensino Médio (EM)</b>	
SUBTEMAS E CATEGORIAS	TRECHOS DA ENTREVISTA
1.1) Escolha do turno → Noturno • A escola só oferece EM noturno	NOTURNO. FALTA DE OPÇÃO. O 2º GRAU NA ESCOLA SÓ TEM NOTURNO.
1.2) Repetência no EM → Não	NÃO.
1.3) Trabalho durante a realização do EM → Sim • Necessidade de trabalhar.	SIM. (...) SOU CASADO. TEM QUE GANHAR A VIDA, NÉ?
1.4) Tipo de Trabalho realizado durante o EM → Trabalho formal • Militar	NESSE PERÍODO, QUANDO EU COMECEI, EU TAVA NO EXÉRCITO. FIQUEI 9 ANOS COMO MILITAR.
1.5) Percepção sobre a preparação dada para o vestibular pela escola de EM → Ofereceu preparação. • Qualidade da escola • Não passou no vestibular por responsabilidade pessoal	COM CERTEZA. A ESCOLA (ALFA) É MUITO BOA, ELA DEU UMA BOA BASE. SE EU NÃO CONSEGUI FOI TALVEZ POR FALTA DE ESFORÇO MEU. SE EU TIVESSE ESFORÇADO UM POUCO MAIS... NÃO SÓ POR PARTE DOS PROFESSORES. O MATERIAL EM SI QUE ERA DADO NA ESCOLA, QUE EU ACREDITO QUE AINDA É DADO PORQUE EU TENHO MEUS FILHOS QUE ESTUDAM AQUI, É MUITO BOM.
1.6) Percepção sobre o nível sócio-econômico dos alunos da escola de EM → Classe Média - baixa	CLASSE MÉDIA-BAIXA, DE MÉDIA PRÁ BAIXO.
1.7) Razões para a realização do EM nesta escola → Proximidade da residência	PORQUE ERA PRÓXIMO À MINHA RESIDÊNCIA, TINHA FACILIDADE DE LOCOMOÇÃO, NÃO GASTAVA VALE-TRANSPORTE E TUDO.
<b>TEMA 2: Escolha Profissional</b>	
2.1) Participação em programa de orientação profissional → Não.	NÃO.
2.2) Escolha Profissional ao concluir o EM → História	EU TINHA INTENÇÃO DE FAZER HISTÓRIA.
2.3) Razões para a escolha realizada → Identificação com a disciplina → Identificação com a área de realização	EU ME IDENTIFICO COM ELE, EU GOSTO DE HISTÓRIA, DE CONHECER AS COISAS QUE OCORRERAM, AJUDA A GENTE A ENTENDER MELHOR AS COISAS QUE HÁ DE VIR, NÉ? A RELIGIÃO TAMBÉM. EU E MINHA FAMÍLIA SOMOS RELIGIOSOS E É UMA ÁREA QUE ATRAI A GENTE, COISAS DA RELIGIÃO QUE OCORRERAM NO



	PASSADO E QUE NÓS GOSTARÍAMOS DE CONHECER.
2.4) Mudança de opção em relação à primeira escolha realizada → Sim. • Maior facilidade em passar no vestibular	MUDEI PARA GEOGRAFIA PORQUE NA 2ª VEZ QUE EU FIZ HISTÓRIA, GEOGRAFIA NÃO TEVE A PRIMEIRA FASE E EU ACHEI QUE TALVEZ DA PRÓXIMA VEZ NÃO TERIA TAMBÉM A PRIMEIRA FASE, AÍ EU FARIA A SEGUNDA FASE DIRETO. JUSTAMENTE POR TEMPO. NA VERDADE, NEM É FALTA DE TEMPO. TEMPO A GENTE É QUE TEM QUE FAZER. REALMENTE É UM POUCO DE, COMO É QUE EU VOU FALAR, UM POUCO DE RELAXAMENTO COM A GENTE MESMO. TRABALHO DE DIA, CHEGO EM CASA CANSADO, AÍ A GENTE NÃO TEM MAIS PACIÊNCIA DE PEGAR CADERNO, VOCÊ FICA MEIO ESTAFADO, NÉ? DÁ UMA ESTAFA NA GENTE, AÍ FICA MEIO CANSATIVO. FOI POR ISSO QUE EU OPTEI FAZER GEOGRAFIA, PENSANDO NA POSSIBILIDADE DE NÃO HAVER PRIMEIRA FASE.
<b>TEMA 3: Trajetória Educacional Pós- Ensino Médio</b>	
3.1) Realização de cursinho pré-vestibular → Não. • Falta de condição financeira	NUNCA FIZ. (...) CONDIÇÕES MESMO, NÉ? BAIXA RENDA.
3.2) Realização de exame vestibular → Sim. • História • Geografia	JÁ PARTICIPEI DE 3 PROCESSOS SELETIVOS. (...) EU FIZ DUAS VEZES PARA HISTÓRIA E UMA VEZ PRA GEOGRAFIA.
3.3) Tipo de instituição onde realizou vestibular → Pública. • Falta de condições financeiras para pagar faculdade particular.	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (...) SÓ NA FEDERAL DE JUIZ DE FORA, NUNCA TENTEI EM PARTICULAR. (...) PORQUE NÃO TINHA CONDIÇÕES DE PAGAR UMA PARTICULAR.
3.4) Resultado do vestibular → Reprovado • Falta de dedicação pessoal	NUNCA. (...) EU NÃO ALCANCEI O LIMITE MÍNIMO DE PONTOS EXIGIDO. DE REPENTE, SE EU TIVESSE ME ESFORÇADO MAIS...
3.5) Número de tentativas de aprovação no vestibular → Três.	JÁ PARTICIPEI DE 3 PROCESSOS SELETIVOS. (...) EU FIZ DUAS VEZES PARA HISTÓRIA E UMA VEZ PRA GEOGRAFIA.
3.6) Ingresso em curso superior → Não	NUNCA.
3.7) Manutenção financeira durante a realização do curso superior → Não realizou curso superior.	
3.8) Conclusão de curso superior	

→ Não realizou curso superior.	
3.9) Realização de outros cursos de qualificação profissional → Sim • Informática	EU FIZ O DE INFORMÁTICA PORQUE EU GANHEI A BOLSA, BOLSA INTEGRAL, NÃO PAGUEI NADA, NÉ? E FOI ATÉ UMA DOAÇÃO DA PREFEITURA. ELES FAZEM ISSO PORQUE PARECE QUE O COLÉGIO PIO XII TEM UMA VERBA QUE ELES DEVEM À PREFEITURA, ENTÃO ELES DOAM BOLSA PRA ALUNOS DA PREFEITURA E EU CONSEGUI OBTER UMA DESSAS BOLSAS LÁ. POR ISSO EU FIZ O CURSO E ATÉ GOSTEI DO CURSO E É UMA ÁREA QUE ME ATRAI. A INFORMÁTICA ME ATRAI.
3.10) Razões para realização de outros cursos de qualificação profissional. → Qualificação para trabalhos futuros.	PRA VER SE CONSEGUIA UM EMPREGO MELHOR. NA PREFEITURA MESMO ABRE CONCURSO E EU POSSO FAZER CONCURSO INTERNO E MUDAR DE SETOR. PORQUE A ÁREA DE CARPINTARIA É UM SERVIÇO PESADO, NÉ? E A IDADE VAI PEGANDO... JÁ NA ÁREA TÉCNICA, MEXER COM COMPUTADOR... EMBORA HÁ ALGUM PESO, MAS NÃO É TANTO IGUAL À ÁREA DE CARPINTARIA.
<b>TEMA 4: Trajetória Profissional Pós-Ensino Médio</b>	
4.1) Realização de trabalho atualmente → Sim • Emprego formal: ◆ Marceneiro	TRABALHO COM MARCENARIA. (...) ATUALMENTE EU ESTOU TRABALHANDO NA PREFEITURA. (...) FIZ CONCURSO PÚBLICO, E A BASE DE ENSINO QUE EU TIVE NO (ESCOLA ALFA) ME DEU, GRAÇAS A DEUS, A OPORTUNIDADE DE TER SIDO SELECIONADO EM PRIMEIRO LUGAR NO CONCURSO.
4.2) Procura de Emprego → Não • Já está trabalhando.	NÃO. JÁ ESTOU EMPREGADO.
<b>TEMA 5: Concepções Sobre sua Própria Trajetória</b>	
5.1) Satisfação com o trabalho atual → Sim • Identificação pessoal com a área de atuação → Não. • Baixa remuneração	ESTOU COM O TRABALHO, PORQUE EU GOSTO. COM A REMUNERAÇÃO NEM TANTO.
5.2) Desejo de realizar outro tipo de trabalho → Sim • Gosto pessoal por outra área. • Tipo de trabalho menos cansativo.	EU FIZ ESSE ANO PASSADO UM CURSO PROFISSIONALIZANTE DE TÉCNICO DE COMPUTADOR, NO PIO XII E GOSTARIA ATÉ DE ATUAR NESSA ÁREA, PORQUE É UMA ÁREA QUE EU GOSTO E O SERVIÇO NÃO É TÃO PESADO.
5.3) Concepção sobre a importância de realização de um curso superior	TAMBÉM NÃO. (...) PRA MIM EU NÃO CONSIDERO FUNDAMENTAL PORQUE EU

<p>→ Não considera fundamental</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O trabalho exercido satisfaz suas necessidades</li> </ul>	<p>TENHO UMA PROFISSÃO. ELA NÃO É ASSIM, NO MOMENTO, BASTANTE RENDATIVA, ELA NÃO ME DÁ MUITA RENDA, MAS EU CONSIGO CONTINUAR A CRIAÇÃO DA MINHA FAMÍLIA E TER O SUFICIENTE. EU NÃO TENHO UM OBJETIVO, UM DESEJO DE SER RICO, DE TER UMA POSSE. POR ISSO EU NÃO QUE EU NÃO CONSIDERO ASSIM TÃO FUNDAMENTAL, PRÁ MIM, NO MOMENTO.</p>
<p>5.4) Concepção sobre os fatores necessários para obtenção de ascensão educacional e profissional</p> <p>→ Esforço e dedicação pessoal.</p> <p>→ Condição financeira favorável.</p> <p>→ Preparo para realização de vestibular</p>	<p>EU PRECISARIA REALMENTE DE UM PREPARO MELHOR PRÁ MIM FAZER A FACULDADE. ISSO DAÍ PRÁ MIM NO MOMENTO, EM TERMOS DE RENDA, DE REMUNERAÇÃO, EU NÃO CONSIGO PAGAR UM CURSINHO. EM CASA É MUITO DIFÍCIL ESTUDAR, VOCÊ CHEGA CANSADO, MUITO DIFÍCIL. QUEM ESTUDA SABE, É UMA VIDA MUITO PESADA DE FAZER. ENTÃO, MESMO QUE VOCÊ PEGUE ALGUMAS AULAS NUM COLÉGIO, MESMO QUE VOCÊ ESTEJA ALI DE CORPO PRESENTE, MAS CANSADO, O QUE VOCÊ TÁ VENDENDO, VOCÊ GRAVA. VOCÊ CONSEGUE GRAVAR AQUILO. EM CASA NÃO. E OUTRA COISA: SE NÃO HÁ QUEM ENSINE, NÃO HÁ QUEM APRENDA. TEM QUE HAVER UM INSTRUTOR PRÁ PODER ALGUÉM, NÉ, PRÁ PODER TER APRENDIZADO TEM QUE TER UM PROFESSOR PRA ENSINAR. EM CASA NINGUÉM APRENDE, NÃO TEM COMO APRENDER EM CASA, É MUITO DIFÍCIL. (...)JUSTAMENTE POR TEMPO. NA VERDADE NEM É TEMPO. TEMPO A GENTE É QUE TEM QUE FAZER. REALMENTE É UM POUCO DE, COMO É QUE EU VOU FALAR, UM POUCO DE RELAXAMENTO COM A GENTE MESMO. TRABALHO DE DIA, CHEGO EM CASA CANSADO, AÍ A GENTE NÃO TEM MAIS PACIÊNCIA DE PEGAR CADERNO, VOCÊ FICA MEIO ESTAFADO, NÉ? DÁ UMA ESTAFA NA GENTE, AÍ FICA MEIO CANSATIVO.</p>
<p>5.5) Concepção sobre a influência do ensino público na sua trajetória.</p> <p>→ Positiva.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Qualidade da escola de EM</li> </ul>	<p>NO PERÍODO QUE EU ESTUDAVA NA 8ª SÉRIE, NÃO EXISTIA ENSINO PÚBLICO NO BAIRRO, ELE ERA SEMPRE PARTICULAR. ENTÃO EU SEMPRE PAGUEI ENSINO ATÉ A 8ª SÉRIE. ESSA FOI UMA DAS DIFICULDADES QUE EU TIVE DE ALCANÇAR, TALVEZ HOJE EU PODERIA</p>

	<p>TER JÁ UM DIPLOMA. ENTÃO, DURANTE ESSE PERÍODO QUE ERA PAGO O ENSINO, E ATRAVÉS DO ENSINO PÚBLICO HOJE EU ALCANCEI MUITO MAIS CONHECIMENTO DO QUE NO ENSINO PARTICULAR. NO PERÍODO QUE EU ESTUDEI ATÉ A 8ª SÉRIE EU NÃO APRENDI TANTO IGUAL EU VIM A APRENDER NO ENSINO PÚBLICO. E A GENTE VÊ ISSO TAMBÉM NAS FACULDADES PÚBLICAS, ATÉ O NÍVEL DE VOCÊ PASSAR NA PROVA É DIFERENTE, NÉ? VOCÊ VÊ QUE A EXIGÊNCIA DE UMA PROVA NA FACULDADE PARTICULAR É MENOR QUE NUMA FACULDADE PÚBLICA. A FACULDADE EM SI, A FEDERAL, TEM UM MELHOR ENSINO. POR ISSO É QUE EU ACHO QUE ELES NÃO DEVERIAM ACABAR COM ESSAS FACULDADES IGUAL A GENTE OUVI BOATOS QUE ELES ESTÃO QUERENDO PRIVATIZAR TUDO. O QUE EU VI, EU ESTUDEI NO PARTICULAR E ESTUDEI NO PÚBLICO. E NA EXPERIÊNCIA QUE EU TIVE, O PÚBLICO REALMENTE É SUPERIOR AO ENSINO PARTICULAR.</p>
--	--

## Entrevista 7 - MARCOS

<b>TEMA 1: Trajetória durante a realização do Ensino Médio (EM)</b>	
<b>SUBTEMAS E CATEGORIAS</b>	<b>TRECHOS DA ENTREVISTA</b>
1.1) Escolha do turno → Noturno • A escola só oferece EM noturno	NOTURNO. PORQUE SÓ TINHA NOTURNO NA ÉPOCA.
1.2) Repetência no EM → Não	NÃO.
1.3) Trabalho durante a realização do EM → Não • Não necessitava trabalhar.	NÃO. NÃO TRABALHAVA, SÓ ESTUDAVA MESMO. (...) MINHA FAMÍLIA ME DAVA CONDIÇÕES PARA ISSO. NÃO PRECISAVA TRABALHAR PORQUE MEUS PAIS TRABALHAVAM E SUSTENTAVAM A CASA.
1.4) Tipo de trabalho realizado durante o EM → Não trabalhava.	NÃO TRABALHAVA, SÓ ESTUDAVA MESMO.
1.5) Percepção sobre a preparação dada para o vestibular pela escola de EM → Ofereceu preparação. • Qualidade da escola	EU CREIO QUE SIM. DEU SIM. É UMA ESCOLA BOA. APESAR DE EU NÃO TER FEITO O VESTIBULAR, MAS A PREPARAÇÃO FOI BOA SIM. (...) PORQUE INCLUSIVE OUTROS ALUNOS QUE ESTUDARAM COMIGO, A MAIORIA FEZ VESTIBULAR E A MAIORIA PASSOU.

1.6) Percepção sobre o nível sócio-econômico dos alunos da escola de EM → Classe baixa	OLHA, ERAM PESSOAS DE BAIXA RENDA, NÉ? A MAIORIA DE BAIXA RENDA.
1.7) Razões para a realização do EM nesta escola → Proximidade da residência	PORQUE ERA MAIS PRÓXIMO DA MINHA CASA, ENTENDEU, E FACILITAVA COM RELAÇÃO A ISSO.
<b>TEMA 2: Escolha Profissional</b>	
2.1) Participação em programa de orientação profissional → Não.	NÃO.
2.2) Escolha Profissional ao concluir o EM → Matemática	NA ÉPOCA EU QUERIA FAZER MATEMÁTICA.
2.3) Razões para a escolha realizada → Identificação com o professor → Identificação com a disciplina	A MATEMÁTICA ERA A MATÉRIA QUE EU TINHA MAIS FACILIDADE DE ASSIMILAR. (...) ACHO QUE TAMBÉM O PROFESSOR, PORQUE ELE ERA, EU TINHA UMA BOA RELAÇÃO COM O PROFESSOR.
2.4) Mudança de opção em relação à primeira escolha realizada → Sim. • Mudança de interesse pessoal.	AGORA PENSO EM FAZER FILOSOFIA, PORQUE EU TENHO LIDO ALGUMA COISA E TENHO ME INTERESSADO POR ESSA ÁREA.
<b>TEMA 3: Trajetória Educacional Pós- Ensino Médio</b>	
3.1) Realização de cursinho pré-vestibular → Não. • Falta de condição financeira	NÃO, NÃO CHEGUEI A FAZER. (...) PORQUE GERALMENTE CURSINHO É PAGO, E COMO NA ÉPOCA EU NÃO TRABALHAVA, ENTÃO NÃO TINHA COMO MEUS PAIS BANCAREM PRA MIM. EU FIQUEI SÓ ESTUDANDO MESMO NORMAL E COMO EU ACHEI QUE EU ESTAVA UM POUCO, VAMOS DIZER, EU NÃO ESTAVA 100% PRONTO PRA FAZER O VESTIBULAR, EU NÃO PRESTEI.
3.2) Realização de exame vestibular → Não. • Falta de preparo.	NÃO. (...) PORQUE NA ÉPOCA EU ACHEI QUE EU NÃO ESTAVA 100% PREPARADO PARA PODER PRESTAR VESTIBULAR, APESAR DE QUE EU ATÉ FIZ A MINHA INSCRIÇÃO, CHEGUEI A GANHAR A ISENÇÃO DE MATRÍCULA, MAS NA HORA "H" EU FRAQUEJEI E NÃO FUI.
3.3) Tipo de instituição onde realizou vestibular → Não realizou vestibular.	
3.4) Resultado do vestibular → Não realizou vestibular.	
3.5) Número de tentativas de aprovação no vestibular → Não realizou vestibular.	
3.6) Ingresso em curso superior → Não	

3.7) Manutenção financeira durante a realização do curso superior → Não realizou curso superior.	
3.8) Conclusão de curso superior → Não realizou curso superior.	
3.9) Realização de outros cursos de qualificação profissional → Sim • Informática	OLHA, EU FIZ FOI ESSES CURSOS DE INFORMÁTICA. EU FIZ O CURSO BÁSICO DE INFORMÁTICA, DEPOIS O INTERMEDIÁRIO. FIZ WEB DESIGN, FIZ LINUX, TÔ FAZENDO AGORA PROGRAMAÇÃO.
3.10) Razões para realização de outros cursos de qualificação profissional. → Qualificação para trabalhos futuros.	PORQUE ERA UMA ÁREA QUE EU ACREDITAVA, QUE HOJE EM DIA ESTÁ EM ASCENÇÃO E É O QUE O PESSOAL PROCURA. QUANDO EU FUI PROCURAR TRABALHO DE AUXILIAR DE ESCRITÓRIO, ELES PEDIRAM CURSO DE INFORMÁTICA. ENTÃO HOJE EM DIA VOCÊ TEM QUE TER ISSO. SE TIVESSE ISSO NAS ESCOLAS TAMBÉM IA FACILITAR MUITO.
<b>TEMA 4: Trajetória Profissional Pós-Ensino Médio</b>	
4.1) Realização de trabalho atualmente → Sim • Emprego formal: ◆ Auxiliar de escritório	TRABALHO. (...) EU SOU AUXILIAR DE ESCRITÓRIO NO MOMENTO.
4.2) Procura de Emprego → Não • Já está trabalhando.	NO MOMENTO NÃO PORQUE ESTOU TRABALHANDO.
<b>TEMA 5: Concepções Sobre sua Própria Trajetória</b>	
5.1) Satisfação com o trabalho atual → Sim • Trabalho não é pesado • Deixa tempo livre para estudar	ESTOU. ESTOU SIM. (...) PORQUE EU JÁ TIVE VÁRIOS TRABALHOS, ENTENDEU? EU TRABALHEI COM PROMOTORIA DE VENDAS, JÁ TRABALHEI TAMBÉM NO BAHAMAS COMO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, E TUDO ERA SERVIÇO PESADO. AGORA, NO MOMENTO, EU TÔ NUM SERVIÇO UM POUCO MAIS LEVE, QUE TÁ ME DANDO TEMPO PRA EU ESTUDAR, IGUAL EU FIZ VÁRIOS CURSOS DE INFORMÁTICA, ENTENDEU? ISSO TÁ FACILITANDO MUITO E É UM TRABALHO QUE EU TÔ GOSTANDO POR CAUSA DISSO.
5.2) Desejo de realizar outro tipo de trabalho → Sim • Gosto pessoal por outra área.	SIM, EU ACHO QUE A GENTE SEMPRE TEM QUE BUSCAR ALGO MELHOR PRA GENTE, NÉ? (...) OLHA, EU TAVA PENSANDO EM ANO QUE VEM FAZER UM CURSINHO PRA FAZER VESTIBULAR. EU TAVA QUERENDO FAZER A PARTE DE FILOSOFIA, QUE É

	<p>UMA PARTE QUE AGORA EU COMECEI A ME INTERESSAR UM POUCO MAIS. E EU QUERIA TRABALHAR, LECIONAR.</p>
<p>5.3) Concepção sobre a importância de realização de um curso superior  → Considera fundamental</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Oferece maiores oportunidades de trabalho</li> <li>• Exigência do mercado de trabalho</li> </ul>	<p>EU CREIO QUE SIM, FUNDAMENTAL. (...) HOJE EM DIA, QUANDO VOCÊ VAI PROCURAR UM EMPREGO, A PRIMEIRA COISA QUE ELES VÊM É O ENSINO SUPERIOR, PORQUE ANTIGAMENTE ERA O ENSINO MÉDIO. O PESSOAL QUERIA O 2º GRAU, QUE VOCÊ CONSEGUIA EMPREGO. HOJE EM DIA, NÃO. TÁ MUITO CONCORRIDO COM RELAÇÃO A ISSO. É ESSENCIAL VOCÊ TER UM ENSINO SUPERIOR PRÁ PODER SUPRIR ESSE MERCADO QUE ESTÁ COM UMA EXIGÊNCIA MUITO GRANDE.</p>
<p>5.4) Concepção sobre os fatores necessários para obtenção de ascensão educacional e profissional  → Qualidade do ensino básico.  → Informação Profissional</p>	<p>EU CREIO QUE TEM QUE SER REALIZADO A PARTIR DE BAIXO. NÃO É SÓ O ENSINO MÉDIO. PORQUE TEM PESSOAS QUE CHEGAM NO ENSINO MÉDIO E TEM QUE REAPRENDER TUDO DE NOVO DA 8ª SÉRIE, DA 7ª SÉRIE. ENTÃO PRECISA DE UMA FORÇA UM POUCO MAIOR COM RELAÇÃO AO ENSINO FUNDAMENTAL, QUE A GENTE VÊ QUE IA MELHORAR MUITO MAIS. SE A ESCOLA OFERECESSE INFORMAÇÃO SOBRE OS ESTUDOS FUTUROS, AS PESSOAS IRIAM CHEGAR NO ENSINO MÉDIO JÁ PREPARADAS, JÁ SABENDO A PROFISSÃO QUE IA SEGUIR, COISA QUE NÃO OCORRE. GERALMENTE A PESSOA SÓ NO ÚLTIMO ANO, TÁ NO 3º CIENTÍFICO, QUE VAI QUERER FAZER, VAI ESCOLHER A PROFISSÃO. ISSO QUE EU ACHO QUE TERIA QUE MUDAR UM POUCO PRA PODER AJUDAR.</p>
<p>5.5) Concepção sobre a influência do ensino público na sua trajetória.  → Não influenciou.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Equivalência entre ensino público e privado.</li> </ul>	<p>NÃO, ACREDITO QUE TERIA SIDO A MESMA. PORQUE COM RELAÇÃO AO ENSINO MÉDIO NÃO TEM MUITA DIFERENÇA DA ESCOLA PÚBLICA PRA ESCOLA PARTICULAR. E COMO NÃO TEM DIFERENÇA, O ENSINO É QUASE O MESMO, OS PROFESSORES QUE DÃO AULA NA ESCOLA PÚBLICA SÃO OS MESMOS QUE DÃO AULA NAS PARTICULARES OU EM CURSINHOS, E SÃO PROFESSORES EXCELENTES. ENTÃO EU NÃO ACREDITO QUE SERIA DIFERENTE.</p>

## Entrevista 8 - ELISÂNGELA

<b>TEMA 1: Trajetória durante a realização do Ensino Médio (EM)</b>	
<b>SUBTEMAS E CATEGORIAS</b>	<b>TRECHOS DA ENTREVISTA</b>
1.1) Escolha do turno → Noturno • Necessidade de trabalhar durante o dia. • A escola só oferece EM noturno	NOTURNO. (...) PORQUE EU TRABALHAVA DURANTE O DIA. E LÁ NO (ESCOLA ALFA) SÓ TINHA DE NOITE O 2º GRAU.
1.2) Repetência no EM → Não	NÃO.
1.3) Trabalho durante a realização do EM → Sim • Necessidade de trabalhar.	TRABALHAVA. (...) PORQUE EU PRECISAVA.
1.4) Tipo de Trabalho realizado durante o EM → Trabalho formal • Balconista • Operária.	EU TRABALHAVA EM FARMÁCIA E TRABALHEI TAMBÉM EM FÁBRICA NESSE PERÍODO.
1.5) Percepção sobre a preparação dada para o vestibular pela escola de EM → Ofereceu preparação. • Qualidade da escola • Qualidade dos professores.	SIM, CONSIDERO. A ESCOLA ERA BOA, TINHA BONS PROFESSORES.
1.6) Percepção sobre o nível sócio-econômico dos alunos da escola de EM → Classe baixa	NA ÉPOCA, AH, SEI LÁ, EU ACHO QUE É MAIS PRÁ BAIXA.
1.7) Razões para a realização do EM nesta escola → Proximidade da residência → Qualidade da escola	PORQUE É MAIS PRÓXIMO DA MINHA CASA E TAMBÉM PELO ENSINO NÃO SER TÃO RUIM, TER UM ENSINO BOM.
<b>TEMA 2: Escolha Profissional</b>	
2.1) Participação em programa de orientação profissional → Não.	NÃO.
2.2) Escolha Profissional ao concluir o EM → Psicologia	EU TINHA VONTADE E AINDA TENHO DE SER PSICÓLOGA.
2.3) Razões para a escolha realizada → Identificação com a área de realização	EU ACHO QUE EU ME IDENTIFICO UM POUCO COM ISSO. EU GOSTO DE PODER OUVIR AS PESSOAS, DE PODER ESTAR DO LADO DELAS QUANDO ELAS PRECISAREM, AJUDAR ELAS, ENTENDEU, ASSIM MENTALMENTE E FISICAMENTE. EU ACHO QUE EU ME IDENTIFICO COM ISSO.
2.4) Mudança de opção em relação à primeira escolha realizada → Não.	
<b>TEMA 3: Trajetória Educacional Pós- Ensino Médio</b>	
3.1) Realização de cursinho pré-vestibular	COMECEI A FAZER ESSE ANO, CURSINHO



<p>→ Sim.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Gratuidade do cursinho</li> <li>• Falta de preparo dado pela escola de EM</li> </ul>	<p>PÚBLICO, É A PRIMEIRA VEZ QUE EU FAÇO. (...) DESDE ABRIL DESSE ANO. (...)PRA TER MAIS BASE PRA FAZER O VESTIBULAR, EU NÃO TINHA BASE. E TAMBÉM PORQUE EU NÃO PAGO, ELE É GRATUITO, É DA FACULDADE FEDERAL.</p>
<p>3.2) Realização de exame vestibular</p> <p>→ Não.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de preparo.</li> <li>• Falta de condição financeira de pagar um cursinho.</li> </ul>	<p>NÃO. (...) PORQUE ATÉ ENTÃO EU NÃO ESTAVA PREPARADA. SÓ AGORA QUE EU COMECEI A FAZER ESSE CURSINHO QUE É POPULAR.</p>
<p>3.3) Tipo de instituição onde realizou vestibular</p> <p>→ Não realizou vestibular.</p>	
<p>3.4) Resultado do vestibular</p> <p>→ Não realizou vestibular.</p>	
<p>3.5) Número de tentativas de aprovação no vestibular</p> <p>→ Não realizou vestibular.</p>	
<p>3.6) Ingresso em curso superior</p> <p>→ Não</p>	
<p>3.7) Manutenção financeira durante a realização do curso superior</p> <p>→ Não realizou curso superior.</p>	
<p>3.8) Conclusão de curso superior</p> <p>→ Não realizou curso superior.</p>	
<p>3.9) Realização de outros cursos de qualificação profissional</p> <p>→ Sim</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Informática</li> </ul>	<p>SÓ DE INFORMÁTICA.</p>
<p>3.10) Razões para realização de outros cursos de qualificação profissional.</p> <p>→ Exigência do mercado de trabalho</p>	<p>AH, PORQUE HOJE EM DIA NO MERCADO DE TRABALHO O QUE MAIS PRECISA É ISSO, NÉ? E COMPUTADOR HOJE EM DIA É AVANÇADO, ONDE VOCÊ VAI É COMPUTADORIZADO, ENTÃO ACHEI QUE ISSO FOSSE IMPORTANTE PRÁ MIM.</p>
<b>TEMA 4: Trajetória Profissional Pós-Ensino Médio</b>	
<p>4.1) Realização de trabalho atualmente</p> <p>→ Não</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Demissão recente</li> <li>• Dificuldade em conseguir emprego.</li> </ul>	<p>NÃO, INFELIZMENTE NÃO. (...) EU ACABEI DE SAIR DA FIRMA, FUI DIMITIDA FAZ UM MÊS, E AGORA, ATUALMENTE, EU ESTOU PROCURANDO, MAS TÁ MUITO DIFÍCIL.</p>
<p>4.2) Procura de Emprego</p> <p>→ Sim</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Necessidade de trabalhar.</li> </ul>	<p>ESTOU, MAS TÁ DIFÍCIL. (...) PORQUE EU PRECISO TRABALHAR.</p>
<b>TEMA 5: Concepções Sobre sua Própria Trajetória</b>	
<p>5.1) Satisfação com o trabalho atual</p> <p>→ Não está trabalhando atualmente.</p>	
<p>5.2) Desejo de realizar outro tipo de trabalho</p> <p>→ Sim</p>	<p>OLHA, DO JEITO QUE A SITUAÇÃO ESTÁ, EM QUALQUER COISA.</p>

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Qualquer trabalho, devido à dificuldade financeira.</li> </ul>	
<p>5.3) Concepção sobre a importância de realização de um curso superior → Considera fundamental</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Satisfação Pessoal</li> <li>• Exigência do mercado de trabalho</li> </ul>	<p>ACHO QUE SIM. (...) EU ACHO QUE PELO QUE EU ESTUDEI AQUI NO COLÉGIO, PELO MEU APRENDIZADO, TENHO FORÇA DE VONTADE, POR ISSO. (...) PELO LADO PESSOAL, MAS PARA O MERCADO É IMPORTANTE TAMBÉM.</p>
<p>5.4) Concepção sobre os fatores necessários para obtenção de ascensão educacional e profissional → Esforço e dedicação pessoal.</p>	<p>EU ACHO QUE É ESTAR SEMPRE TENTANDO DESEMPENHAR O MÁXIMO POSSÍVEL, ESTAR SEMPRE ESTUDANDO, SEMPRE SE ATUALIZANDO, ISSO É IMPORTANTE.</p>
<p>5.5) Concepção sobre a influência do ensino público na sua trajetória. → Não influenciou.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Responsabilidade pessoal.</li> </ul>	<p>EU ACHO QUE A PARTIR DO MOMENTO EM QUE VOCÊ TEM UM OBJETIVO, EU ACHO QUE VOCÊ TEM QUE CORRER ATRÁS DAQUILO E, COM CERTEZA, NÃO É PORQUE VOCÊ ESTUDOU NUMA ESCOLA PÚBLICA QUE VOCÊ VAI SER MENOS DO QUE O QUE ESTUDOU NUMA ESCOLA PARTICULAR. ISSO JAMAIS. É CORRER ATRÁS QUE, COM CERTEZA, VOCÊ CONSEGUE. O TIPO DE ESCOLA AJUDA UM POUCO, MAS O INDIVÍDUO, COM CERTEZA, É PRIORIDADE. ELE TEM QUE CORRER ATRÁS MESMO, SENÃO FICA COMPLICADO. (...) TALVEZ SIM, MAS DE REPENTE EU PODERIA TER ESTUDADO NUMA ESCOLA PARTICULAR E ESTAR DO MESMO JEITO QUE EU ESTOU HOJE. ACHO QUE VAI PARTIR DA PESSOA. ELA TEM QUE CORRER ATRÁS, TEM QUE ESTUDAR MESMO, SENÃO NÃO TEM JEITO, MESMO COM ESCOLA PARTICULAR.</p>

## Entrevista 9 - VALÉRIA

<b>TEMA 1: Trajetória durante a realização do Ensino Médio (EM)</b>	
<b>SUBTEMAS E CATEGORIAS</b>	<b>TRECHOS DA ENTREVISTA</b>
<p>1.1) Escolha do turno → Noturno</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A escola só oferece EM noturno</li> </ul>	<p>NOTURNO, PORQUE AQUI SÓ TINHA 2º GRAU DE NOITE.</p>
<p>1.2) Repetência no EM → Sim</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Responsabilidade pessoal</li> </ul>	<p>TIVE. (...) UMA VEZ NO 2º ANO. (...) BAGUNÇA MESMO.</p>
<p>1.3) Trabalho durante a realização do EM → Não</p>	<p>NÃO. (...) PORQUE NÃO, MEU PAI NUNCA DEIXOU.</p>

• Falta de permissão familiar	
1.4) Tipo de trabalho realizado durante o EM → Não trabalhava.	
1.5) Percepção sobre a preparação dada para o vestibular pela escola de EM → Não ofereceu preparação. • Má qualidade do ensino.	O VIANNA SIM, O (ESCOLA ALFA), NÃO. (...) PORQUE PRIMEIRO EU ESTUDEI NO VIANNA, E QUANDO EU FUI PRO (ESCOLA ALFA) NO 2º GRAU, TUDO O QUE EU JÁ TINHA APRENDIDO NO VIANNA EU TAVA APRENDENDO AQUI NO (ESCOLA ALFA). O ENSINO AQUI É MUITO FRACO.
1.6) Percepção sobre o nível sócio-econômico dos alunos da escola de EM → Classe Média – baixa	ERA BAIXA PRA MÉDIA.
1.7) Razões para a realização do EM nesta escola → Falta de recursos financeiros para pagar uma escola particular. → Proximidade da residência	PORQUE É MAIS PRÓXIMO DA MINHA CASA E PORQUE EU PERDI A BOLSA QUE EU TINHA NO VIANNA E AÍ NÃO PODIA PAGAR E FUI PRO (ESCOLA ALFA).
<b>TEMA 2: Escolha Profissional</b>	
2.1) Participação em programa de orientação profissional → Não.	NÃO.
2.2) Escolha Profissional ao concluir o EM → Psicologia	PSICOLOGIA.
2.3) Razões para a escolha realizada → Identificação com a área de realização	SEI LÁ, EU SEMPRE GOSTEI. (...) DESDE QUANDO EU COMECEI, EU QUERIA FAZER PSICOLOGIA.
2.4) Mudança de opção em relação à primeira escolha realizada → Não.	
<b>TEMA 3: Trajetória Educacional Pós- Ensino Médio</b>	
3.1) Realização de cursinho pré-vestibular → Não. • Perda do ânimo em estudar depois que trocou a escola particular pela pública	NÃO. (...) É PELO O QUE EU ESTAVA TE FALANDO, DEPOIS QUE EU FIZ O 2º GRAU NO (ESCOLA ALFA) EU DESANIMEI DE ESTUDAR. NEM TIVE VONTADE MAIS.
3.2) Realização de exame vestibular → Não. • Perda do ânimo em estudar depois que trocou a escola particular pela pública	NÃO. (...) POR FALTA DE VONTADE MESMO. (...) PORQUE EU GOSTAVA MUITO DE LÁ DO VIANNA, AÍ QUANDO EU TIVE QUE LARGAR PRÁ IR LÁ PRÁ CIMA EU FIQUEI MEIO DESANIMADA. EU PRETENDIA FICAR LÁ, FAZER VESTIBULAR. EU IA ATÉ FAZER O CURSO DE DIREITO, MAS CONTRA A MINHA VONTADE. (...) PORQUE EU TINHA BOLSA ATÉ FORMAR.
3.3) Tipo de instituição onde realizou vestibular → Não realizou vestibular.	

3.4) Resultado do vestibular → Não realizou vestibular.	
3.5) Número de tentativas de aprovação no vestibular → Não realizou vestibular.	
3.6) Ingresso em curso superior → Não	
3.7) Manutenção financeira durante a realização do curso superior → Não realizou curso superior.	
3.8) Conclusão de curso superior → Não realizou curso superior.	
3.9) Realização de outros cursos de qualificação profissional → Sim • Informática	FIZ SÓ COMPUTAÇÃO, O CURSO BÁSICO.
3.10) Razões para realização de outros cursos de qualificação profissional. → Satisfação pessoal	AH, EU FIZ PORQUE EU ACHEI INTERESSANTE, PRA SATISFAZER MEU LADO PESSOAL.
<b>TEMA 4: Trajetória Profissional Pós-Ensino Médio</b>	
4.1) Realização de trabalho atualmente → Não • Cuida de filho pequeno.	NÃO. (...) NO MOMENTO POR CAUSA DA MINHA FILHA, NÉ? MAS EU PRETENDO.
4.2) Procura de Emprego → Sim • Necessidade de trabalhar	PORQUE EU PRECISO TRABALHAR PRÁ AJUDAR EM CASA. SÓ COM O TRABALHO DOS MEUS PAIS E DO MEU MARIDO NÃO TÁ DANDO.
<b>TEMA 5: Concepções Sobre sua Própria Trajetória</b>	
5.1) Satisfação com o trabalho atual → Não está trabalhando atualmente.	
5.2) Desejo de realizar outro tipo de trabalho → Não está trabalhando atualmente.	
5.3) Concepção sobre a importância de realização de um curso superior → Considera fundamental • Oferece maiores oportunidades de trabalho	EU ACHO QUE É FUNDAMENTAL. (...) PORQUE JÁ É DIFÍCIL, NÉ, A GENTE SÓ COM O 2º GRAU PROCURAR EMPREGO, ENTÃO COM O CURSO SUPERIOR ABRE MAIS CAMINHOS, ACHO QUE FICA MAIS FÁCIL.
5.4) Concepção sobre os fatores necessários para obtenção de ascensão educacional e profissional → Qualidade do ensino básico. → Fazer o que gosta → Qualidade dos professores	UMA BOA FORMAÇÃO ESCOLAR. TER BONS PROFESSORES, ISSO INFLUENCIA MUITO. NA ÁREA PROFISSIONAL, ACHO QUE É FAZER O QUE VOCÊ GOSTA.
5.5) Concepção sobre a influência do ensino público na sua trajetória. → Negativa • Falta de qualidade do ensino público	AH, EU ACHO QUE SIM. (...) PRA PIOR. (...) SEI LÁ, EU ACHEI O ENSINO PÚBLICO MEIO FRACO. COMO EU ESTUDEI MUITOS ANOS LÁ NO VIANNA, QUANDO EU FUI PRO (ESCOLA ALFA) EU SENTI

UMA DIFERENÇA MUITO GRANDE
----------------------------

## Entrevista 10 - MÁRCIA

<b>TEMA 1: Trajetória durante a realização do Ensino Médio (EM)</b>	
SUBTEMAS E CATEGORIAS	TRECHOS DA ENTREVISTA
1.1) Escolha do turno → Noturno • Necessidade de trabalhar durante o dia. • A escola só oferece EM noturno	NOTURNO. (...) PORQUE SÓ TINHA NOTURNO. MAS MESMO QUE TIVESSE DIURNO EU IA FAZER NOTURNO PORQUE EU TRABALHAVA DE DIA.
1.2) Repetência no EM → Não	NÃO, NÃO.
1.3) Trabalho durante a realização do EM → Sim • Necessidade de trabalhar.	TRABALHAVA. (...) AH, PORQUE DESDE OS 11 ANOS QUE EU TRABALHO, ENTENDEU? NA MINHA CASA... DEVIDO ÀS CONDIÇÕES, NÉ? ENTÃO SEMPRE PRECISOU DE AJUDAR, DE TER MAIS UMA PARTICIPAÇÃO.
1.4) Tipo de Trabalho realizado durante o EM → Trabalho formal • Empregada Doméstica.	EU TRABALHAVA EM CASA DE FAMÍLIA. COMO DOMÉSTICA.
1.5) Percepção sobre a preparação dada para o vestibular pela escola de EM → Não ofereceu preparação. • Má qualidade dos professores • Falta de incentivo para realização de curso superior • Responsabilidade do aluno	NÃO. PELO FATO, NÃO SEI SE ERA POR CAUSA DOS PROFESSORES, COMO É QUE FALA? DO TREINAMENTO DELES TAMBÉM, ENTENDEU? EU ACHO QUE ISSO VAI MUITO DO ALUNO. TEVE ALUNOS QUE CONSEGUIRAM CHEGAR À FACULDADE, MAS FORAM POUQUÍSSIMOS. ENTÃO EU ACHO QUE FALTA MUITO INCENTIVO TAMBÉM, INCENTIVO.
1.6) Percepção sobre o nível sócio-econômico dos alunos da escola de EM → Classe baixa	BAIXA.
1.7) Razões para a realização do EM nesta escola → Proximidade da residência	AH, PORQUE É PERTO DA MINHA CASA, NÉ?
<b>TEMA 2: Escolha Profissional</b>	
2.1) Participação em programa de orientação profissional → Sim. • Modalidade Estatística	EU VIM PARTICIPAR DISSO AGORA NO CURSINHO, NÉ? PRÉ-VESTIBULAR. E LÁ TEVE. (...) É UM TESTE, NE? ENTÃO A GENTE RESPONDEU UM QUESTIONÁRIO, SABE, NÃO TIVEMOS A OPORTUNIDADE DE TER ENTREVISTA COM O PSICÓLOGO, COMO TINHA SIDO TRATADO, MAS DEPOIS O DIRETOR DO CURSINHO FOI, PASSOU AS INFORMAÇÕES E ENTREGOU PRA GENTE O RESULTADO. (...) FALOU

	QUE EU PODERIA TENTAR VÁRIAS ÁREAS, ENTRE ELAS A PSICOLOGIA E O SERVIÇO SOCIAL.
2.2) Escolha Profissional ao concluir o EM → Psicologia	PSICOLOGIA.
2.3) Razões para a escolha realizada → Identificação com a área de realização	AH, PORQUE EU SEI QUE É O CURSO MAIS VOLTADO PARA A ÁREA DE HUMANAS, NÉ? FALA, MAIS ASSIM DE COMUNICAÇÃO, E EU GOSTO DESSA PARTE. POR ISSO QUE EU ATÉ TENTEI VESTIBULAR, MAS SÓ QUE EU NÃO CONSEGUI. NÃO PASSEI.
2.4) Mudança de opção em relação à primeira escolha realizada → Sim. • Maior facilidade em passar no vestibular • 2ª opção parecida com a 1ª	EU FIZ VESTIBULAR DUAS VEZES PARA PSICOLOGIA E DEPOIS TENTEI PARA ASSISTENTE SOCIAL. (...)AH, EU MUDEI DE OPÇÃO PORQUE É QUASE A MESMA COISA. E JÁ QUE É PARECIDO, TENTEI ESSE PORQUE É MENOS CONCORRIDO. NÃO É ASSIM O MESMO CONTEÚDO, AS MESMAS IDÉIAS, É DIFERENTE. MAS ENVOLVE TAMBÉM O LADO PESSOAL, A PESSOA HUMANA, POR ISSO QUE EU MUDEI. EU ACHO QUE A PSICOLOGIA ABRANGE MAIS O LADO PESSOAL, ENTENDEU? ENTÃO, ASSIM, VOCÊ TEM QUE TER MUITA ESTRUTURA PRA NÃO SE ENVOLVER TANTO. AGORA O SERVIÇO SOCIAL JÁ É MAIS, COMO DIZ O NOME, SOCIAL, É COMUNIDADE, É SOCIEDADE QUE VOCÊ VAI ESTUDAR.
<b>TEMA 3: Trajetória Educacional Pós- Ensino Médio</b>	
3.1) Realização de cursinho pré-vestibular → Sim. • Falta de preparo dado pela escola de EM	FIZ. (...) AH, PORQUE É UMA PREPARAÇÃO MELHOR. SABE? É O QUE EU TE FALEI. PORQUE O COLÉGIO NÃO ME DEU AQUELA BASE. PORQUE SE EU NÃO TIVESSE UMA FORÇA DE VONTADE DE PEGAR UM POUCO POR FORA TAMBÉM, SÓ A INFORMAÇÃO DO COLÉGIO É MUITO PRECÁRIA, SABE? (...) 3 ANOS. PRIMEIRO EU FIZ PARTICULAR, FIZ NO COMPACTO, NÉ? EU CONVERSEI COM O DONO DO CURSINHO E ELE ME DEU UM DESCONTO DE 50% NA MENSALIDADE. PAGUEI COM O MEU PRÓPRIO SALÁRIO. DEPOIS EU PASSEI PRO C.P.C. (CURSINHO POPULAR).
3.2) Realização de exame vestibular → Sim. • Serviço Social • Psicologia	FIZ. (...) EU FIZ PRA PSICOLOGIA DUAS VEZES E TENTEI TAMBÉM PRA ASSISTENTE SOCIAL, TODAS NA UFJF.
3.3) Tipo de instituição onde realizou vestibular	EU FIZ PRA PSICOLOGIA DUAS VEZES E

→ Pública. • Falta de condições financeiras para pagar faculdade particular.	TENTEI TAMBÉM PRA ASSISTENTE SOCIAL, TODAS NA UFJF. (...) PORQUE EU NÃO TENHO CONDIÇÕES DE PAGAR. É MUITO CARO O CURSO. PRA EU FAZER CURSO SUPERIOR TEM QUE SER NA FEDERAL. PORQUE PARTICULAR NÃO DÁ.
3.4) Resultado do vestibular → Reprovado • Falta de dedicação pessoal • Concorrência	NÃO. (...) AH, PORQUE FALTOU MAIS DEDICAÇÃO DA MINHA PARTE, NÉ, E TAMBÉM PELA CONCORRÊNCIA. HOJE NÃO TEM MAIS ESSE OU AQUELE CURSO. A PESSOA QUER É ENTRAR, ENTENDEU?
3.5) Número de tentativas de aprovação no vestibular → Três	FIZ 3 TENTATIVAS. (...) DUAS PARA PSICOLOGIA E UMA PARA SERVIÇO SOCIAL.
3.6) Ingresso em curso superior → Não	NÃO.
3.7) Manutenção financeira durante a realização do curso superior → Não realizou curso superior.	
3.8) Conclusão de curso superior → Não realizou curso superior.	
3.9) Realização de outros cursos de qualificação profissional → Sim • Informática	SIM, DE INFORMÁTICA, MAS FOI SÓ O BÁSICO.
3.10) Razões para realização de outros cursos de qualificação profissional. → Exigência do mercado de trabalho	PORQUE HOJE QUEM NÃO SABE MEXER EM COMPUTADOR NÃO CONSEGUE EMPREGO.
<b>TEMA 4: Trajetória Profissional Pós-Ensino Médio</b>	
4.1) Realização de trabalho atualmente → Sim • Emprego formal: ◆ Balconista	TRABALHO. (...) TRABALHO EM PADARIA COMO BALCONISTA. TEM CARTEIRA ASSINADA, TUDO DIREITINHO.
4.2) Procura de Emprego → Não • Já está trabalhando	NÃO, NO MOMENTO, NÃO. (...) PORQUE EU JÁ ESTOU TRABALHANDO.
<b>TEMA 5: Concepções Sobre sua Própria Trajetória</b>	
5.1) Satisfação com o trabalho atual → Sim • Por estar trabalhando → Não. • Baixa remuneração • Almeja emprego melhor	OLHA, SATISFEITA, SATISFEITA... NÃO. GRAÇAS A DEUS QUE EU ESTOU TRABALHANDO, NÉ? PORQUE A GENTE SABE QUE ESTÁ MUITO DIFÍCIL EMPREGO, MAS A GENTE ALMEJA SEMPRE O MELHOR PRA GENTE, NÉ? EU QUERO O MELHOR PRÁ MIM, ENTENDEU? MAS DEVIDO ÀS MINHAS NECESSIDADES DO MOMENTO, PRÁ MIM, TÁ BOM. EM TERMOS DE REMUNERAÇÃO, O MEU PATRÃO É BASTANTE COMPREENSIVO, SABE? ENTÃO MELHOROU UM POUCO,

	MAS A GENTE SEMPRE QUER UM POUCO MAIS, NÉ? MAS TÁ BOM.
<p>5.2) Desejo de realizar outro tipo de trabalho → Sim</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Gosto pessoal por outra área.</li> </ul>	<p>GOSTARIA. (...) EU GOSTO MUITO TAMBÉM DA PARTE ADMINISTRATIVA, SABE? REPARTIÇÃO PÚBLICA, ESSAS COISAS ASSIM, EU GOSTARIA MUITO. (...) JÁ TENTEI CONCURSO PÚBLICO, ENTENDEU, MAS NÃO CONSEGUI. EU ACHO QUE FALTA DA MINHA PARTE MAIS DEDICAÇÃO, SABE? E TAMBÉM DEVIDO À CONCORRÊNCIA, PORQUE SEMPRE O MELHOR É O MAIS CONCORRIDO, NÉ?</p>
<p>5.3) Concepção sobre a importância de realização de um curso superior → Considera fundamental</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Oferece maiores oportunidades de trabalho</li> <li>• Satisfação Pessoal</li> </ul>	<p>AGORA SIM. (...) AH, EU ACHO QUE, SEI LÁ, É TANTO ASSIM POR REALIZAÇÃO PESSOAL E TAMBÉM A SOCIEDADE, NÉ? HOJE TUDO TÁ PEDINDO. ÀS VEZES VOCÊ NEM PRECISA EXERCER AQUELE CURSO QUE VOCÊ FEZ, PORQUE A GENTE VÊ QUE TEM MUITA GENTE QUE FEZ CURSO SUPERIOR E NÃO EXERCE. MAS EU ACHO QUE O FATO DE VOCÊ JÁ TER DIPLOMA, JÁ TER COMO COMPROVAR QUE VOCÊ TEM O CURSO SUPERIOR, ACHO QUE É MAIS FÁCIL, AS PORTAS SE ABREM MAIS PRÁ VOCÊ.</p>
<p>5.4) Concepção sobre os fatores necessários para obtenção de ascensão educacional e profissional → Esforço e dedicação pessoal. → Oportunidade → Qualidade dos professores</p>	<p>AH, EU ACHO QUE, MAIS DEDICAÇÃO DOS PROFESSORES, ENTENDEU? TANTO DA NOSSA PARTE TAMBÉM COMO ALUNOS E OPORTUNIDADE, NÉ? OS PROFESSORES DEVEM ACREDITAR MAIS. PORQUE MUITAS VEZES A GENTE, POR EXEMPLO, A GENTE QUE TEM QUE TRABALHAR. PRA QUEM TRABALHA DURANTE O DIA E ESTUDA À NOITE, É MUITO CANSATIVO. ENTÃO ASSIM, DE REPENTE, IGUAL NO CASO DE ESTUDO, TEM DIFERENÇAS DE IDADE, TEM PESSOAS NA MINHA SALA QUE TEM 75 ANOS. ENTÃO, ASSIM, ISSO É QUE É MAIS UMA DEDICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS. SÃO JOVENS QUE ESTÃO SAINDO AGORA, ESTÃO COMEÇANDO A ENFRENTAR O MERCADO DE TRABALHO E QUE NÃO TEM AQUELE ... PORQUE LECIONAR É UMA ARTE, NÉ? VOCÊ TEM QUE TER JOGO DE CINTURA, TER PACIÊNCIA. EU ACHO QUE NÃO SÓ LECIONAR, COMO TUDO O QUE VOCÊ VAI FAZER, QUALQUER PROFISSÃO. ENTÃO TEM QUE TER MUITA PACIÊNCIA, TEM QUE ENTENDER, SABE, QUE ALI TEM</p>



	PESSOAS QUE ESTÃO PARADAS HÁ MUITO TEMPO, QUE TRABALHAM, A DIFERENÇA DE IDADE. ENTÃO TUDO ISSO INFLUI. É MAIS UMA PREPARAÇÃO MESMO DO LADO DOS PROFESSORES.
5.5) Concepção sobre a influência do ensino público na sua trajetória. → Não influenciou. • Responsabilidade pessoal.	OLHA, EU CREIO QUE NÃO. PORQUE ISSO VAI MUITO DO PARTICULAR, DA PESSOA. MAS, TALVEZ SE EU TIVESSE FEITO COM MAIS AFINIDADE TALVEZ FARIA DIFERENÇA SIM. COM CERTEZA.

### **ANEXO D: Categorização Vertical das Entrevistas – Familiares**

OBS: Os dados demográficos foram inseridos na categorização das entrevistas por serem considerados fundamentais para a análise dos dados.

#### Entrevista 1- Mãe da Adriana

<b>TEMA 1: Dados Demográficos</b>	
<b>SUBTEMAS E CATEGORIAS</b>	<b>TRECHOS DA ENTREVISTA</b>
1.1) Grau de Instrução → Fundamental completo	<b>1-</b> 1º GRAU.
1.2) Tipo de trabalho realizado → Trabalho Informal • Manicure e cabeleireira autônoma	<b>2-</b> CABELEIREIRA. (...) O SALÃO É MEU.
1.3) Quantidade de filhos → Três.	<b>3-</b> TRÊS: DUAS MENINAS E UM MENINO.
<b>TEMA 2: Dados Familiares na Atualidade</b>	
2.1) Residência do filho na casa dos pais → Não • Filho é casado	NÃO, ELA CASOU.
2.2) Pessoas que residem na casa → Mãe e filhos.	EU, MEU FILHO MAIS NOVO E MINHA OUTRA FILHA.
2.3) Responsáveis pelo sustento familiar → Mãe	SEMPRE FUI EU.
2.4) Ocupação dos irmãos → Estudante ensino médio → Estudante ensino superior • Comunicação	O OUTRO IRMÃO ESTÁ TERMINANDO O 2º GRAU AINDA. (...) SÓ UMA IRMÃ. (...) COMUNICAÇÃO, NA UNIPAC (PARTICULAR).
2.5) Realização de curso superior pelos irmãos → Sim. • Comunicação Social ♦ Faculdade Particular → Não • Ainda não tem idade	SÓ UMA IRMÃ. (...) COMUNICAÇÃO, NA UNIPAC (PARTICULAR). O MAIS NOVO AINDA FAZ 2º GRAU.
<b>TEMA 3: Expectativas em relação ao futuro educacional e profissional do filho</b>	
3.1) Expectativa do filho cursar ensino superior (ES) → Sim • Decepção pelo filho não ter feito ES	É, EU FIQUEI UM POUQUINHO DECEPCIONADA NÉ, PORQUE A GENTE QUER QUE O FILHO SAI LOGO, FAÇA FACULDADE, NÉ. E ELA REALMENTE PAROU PORQUE ESTAVA CANSADA, QUERIA DAR UM TEMPO. NESSE CASO ELA DEU UM BOM TEMPO (RISOS).
3.2) Importância dada à inserção educacional ou profissional → Educacional e profissional • Conciliação dos dois é o ideal • Necessidade de trabalhar para continuar estudando	QUE ELA CONTINUASSE OS ESTUDOS. (...) PORQUE HOJE É PRIORIDADE MESMO PRIMEIRO VOCÊ ESTUDAR PRÁ DEPOIS TRABALHAR, NÉ? ALIÁS, PODENDO CONCILIAR OS DOIS, SERIA, É O IDEAL, NÉ? PORQUE TRABALHANDO ELA TEM MAIS CONDIÇÕES DE MANTER O ESTUDO.

<p>3.3) Percepção sobre a importância do curso superior para obtenção de emprego → Importante</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Oferece maiores oportunidades de trabalho</li> </ul>	<p>COM CERTEZA. (...) HOJE SE VOCÊ NÃO TIVER CURSO SUPERIOR NÃO TEM PORTA ABERTA, NÉ? ALIÁS, TEM QUE TER UM SUPERIOR E MUITO BOM, NÉ? PORQUE VOCÊ ESTÁ COMPETINDO COM MUITA GENTE, TEM QUE SER O MELHOR.</p>
---	--

## Entrevista 2 – Pai do Glauco

<b>TEMA 1: Dados Demográficos</b>	
SUBTEMAS E CATEGORIAS	TRECHOS DA ENTREVISTA
<p>1.1) Grau de Instrução → Fundamental incompleto (até a 4ª série)</p>	<p>O MEU É PRIMÁRIO.</p>
<p>1.2) Tipo de trabalho realizado → Trabalho Informal</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Pedreiro</li> </ul>	<p>MEXO COM PINTURA, OBRAS, TRABALHO COM CONSTRUÇÃO CIVIL. PEGO QUALQUER SERVIÇO NESSA ÁREA.</p>
<p>1.3) Quantidade de filhos → Três.</p>	<p>TRÊS.</p>
<b>TEMA 2: Dados Familiares na Atualidade</b>	
<p>2.1) Residência do filho na casa dos pais → Sim.</p>	<p>MORA.</p>
<p>2.2) Pessoas que residem na casa → Pai, mãe e filho (entrevistado).</p>	<p>EU, O (GLAUCO) E A MÃE DELE. TINHA UMA CUNHADA, MAS FALECEU, AÍ JÁ NÃO ...</p>
<p>2.3) Responsáveis pelo sustento familiar → Pai, mãe e filho (entrevistado)</p>	<p>NA MINHA CASA É EU, MINHA MULHER E O (GLAUCO) QUANDO TÁ TRABALHANDO TAMBÉM AJUDA TAMBÉM, SE TÁ TRABALHANDO AJUDA, NÉ. PRATICAMENTE, NÉ GLÁUCIO? É EU E SUA MÃE, NÉ? (...) ELA É APOSENTADA. (...) É, UM SALÁRIO MÍNIMO.</p>
<p>2.4) Ocupação dos irmãos → Trabalhador – emprego formal</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Operária</li> <li>→ Não trabalha fora</li> <li>• Dona de Casa</li> </ul>	<p>UMA TRABALHA NUMA FÁBRICA, MALHARIA. E A OUTRA, O MARIDO DELA TRABALHA AQUI NA PREFEITURA, NO NEGÓCIO DA ATRAM, E FICA EM CASA, É DONA DE CASA.</p>
<p>2.5) Realização de curso superior pelos irmãos → Não</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Trabalha</li> <li>• Dona de Casa</li> </ul>	<p>NÃO, NENHUMA DAS DUAS. É, NENHUMA DAS DUAS REALIZOU CURSO SUPERIOR NÃO. (...) TEM UMA QUE FEZ O 2º GRAU. A OUTRA, ANTES DA 8ª PAROU PRA CASAR TAMBÉM, É. PARARAM PRA CASAR, AÍ ATRAPALHOU TUDO.</p>
<b>TEMA 3: Expectativas em relação ao futuro educacional e profissional do filho</b>	
<p>3.1) Expectativa do filho cursar ensino superior (ES) → Sim</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Importância do ES para conseguir emprego</li> </ul>	<p>HÁ, ISSO AÍ NÓS TENTAMOS AJUDAR ELE NO MAIS QUE FOSSE POSSÍVEL. (...) ÔH! A GENTE SEMPRE TORCEU PRA ISSO, NÉ. NÉ, (GLAUCO)? A GENTE SEMPRE CAMINHOU PRA ISSO, FAZER UM CURSO. PORQUE COM CURSO JÁ TÁ RUIM, SEM ELE ENTÃO</p>

	PIORA, NE?
3.2) Importância dada à inserção educacional ou profissional → Profissional • Necessidade de sobrevivência	OLHA, EU NÃO SEI NÃO MAS, SE CONTINUASSE O ENSINO SERIA BOM, MAS TALVEZ NÃO TENHA ESSAS CONDIÇÕES. EU ACHO QUE UM BOM EMPREGO PRA ELE NO MERCADO DE TRABALHO TAMBÉM SERIA INTERESSANTE, NÉ. NÉ, (GLAUCO), NÃO SERIA INTERESSANTE UM EMPREGO BOM? EU ACREDITO QUE UM EMPREGO PRÁ ELE SERIA BOM, PORQUE PRECISA TRABALHAR, NÉ?, É, É ISSO AÍ.
3.3) Percepção sobre a importância do curso superior para obtenção de emprego → Importante • Oferece maiores oportunidades de trabalho. • Oferece maior qualificação para exercer um trabalho. • Necessidade de haver condições para sua realização	EU ACREDITO QUE SIM. (...) PORQUE ELE VAI SABER MAIS ALGUMA COISA, ELE VAI EVOLUIR MAIS, NÉ. ELE VAI TER QUE PROCURAR UM CAMINHO MELHOR PRA FRENTE, NÉ. UM NÍVEL DE, COMO É QUE É? O NÍVEL DA SABEDORIA VAI SER MAIS, QUER DIZER, ENTÃO VAI TER MAIS OPÇÃO. AGORA, TEM QUE VER AS CONDIÇÕES, SE ELE PODE FAZER ESSE CURSO, PORQUE ÀS VEZES NÃO PODE FAZER, ENTÃO. VONTADE A GENTE TEM, MAS PODER NÃO É QUERER, NÉ?

## Entrevista 3 – Mãe do Leonardo

<b>TEMA 1: Dados Demográficos</b>	
SUBTEMAS E CATEGORIAS	TRECHOS DA ENTREVISTA
1.1) Grau de Instrução → Fundamental incompleto (até a 4ª série)	4ª SÉRIE PRIMÁRIA.
1.2) Tipo de trabalho realizado → Não trabalha fora • Dona de Casa	SOU DONA DE CASA.
1.3) Quantidade de filhos → Quatro.	QUATRO.
<b>TEMA 2: Dados Familiares na Atualidade</b>	
2.1) Residência do filho na casa dos pais → Sim	MORA.
2.2) Pessoas que residem na casa → Pai, mãe e filhos (incluindo o entrevistado)	EU, O PAI E MAIS DOIS FILHOS, O (LEONARDO) E O LUCIANO. (...) OS OUTROS DOIS SÃO CASADOS.
2.3) Responsáveis pelo sustento familiar → Pai	É O MEU MARIDO, É O PAI DELE. (...) O LEANDRO NÃO, POR ENQUANTO NÃO, QUE ELE ESTAVA ESTUDANDO E TRABALHANDO, NÉ? AÍ ELE COMEÇOU AGORA HÁ POUCO TEMPO, ENTÃO POR ENQUANTO ELE NÃO TÁ AJUDANDO AINDA NÃO. (...) O PAI DELE É

<p>2.4) Ocupação dos irmãos  → Trabalhador – emprego informal  • Sócio de uma loja de Lan Games  → Não trabalha fora  • Dona de Casa  → Economista</p>	<p>APOSENTADO.  A MAIS VELHA NÃO QUIS ESTUDAR, ELA É CASADA, PAROU ANTES DE CASAR. (...) ELA PAROU NA 2ª SÉRIE DO GINÁSIO. (...) O OUTRO É O LUCIANO QUE TRABALHA JUNTO COM O (LEONARDO) LÁ. ELE NÃO FEZ FACULDADE. TENTOU DUAS VEZES JÁ OU TRÊS FAZER VESTIBULAR MAS NÃO PASSOU. (...) DIREITO, FEDERAL. AINDA NÃO CONSEGUIU PASSAR, MAS DISSE QUE O ANO QUE VEM VAI TENTAR DE NOVO. (...) TEM O 2º QUE É ECONOMISTA E TRABALHA LÁ NA UNIVERSIDADE. (...) JÁ FORMOU, HÁ MUITO TEMPO.</p>
<p>2.5) Realização de curso superior pelos irmãos  → Sim.  • Economia  → Não  • Tentou vestibular mas não passou  • Dona de Casa</p>	<p>O OUTRO É O LUCIANO QUE TRABALHA JUNTO COM O (LEONARDO) LÁ. ELE NÃO FEZ FACULDADE. TENTOU DUAS VEZES JÁ OU TRÊS FAZER VESTIBULAR MAS NÃO PASSOU. (...) DIREITO, FEDERAL. AINDA NÃO CONSEGUIU PASSAR, MAS DISSE QUE O ANO QUE VEM VAI TENTAR DE NOVO. (...) TEM O 2º QUE É ECONOMISTA E TRABALHA LÁ NA UNIVERSIDADE.</p>
<p><b>TEMA 3: Expectativas em relação ao futuro educacional e profissional do filho</b></p>	
<p>3.1) Expectativa de o filho cursar ensino superior (ES)  → Sim  • Incentivo nos estudos</p>	<p>AH, ASSIM, O INVESTIMENTO QUE A GENTE FEZ FOI FORÇAR ELE BEM PRA ELE ESTUDAR, NÉ, PRA ELE CHEGAR LÁ ONDE ELE CHEGOU, ONDE ELE TÁ AGORA. TÁ MEIO PARADO MAS AINDA DÁ TEMPO DE FAZER.</p>
<p>3.2) Importância dada à inserção educacional ou profissional  → Educacional  • Oferece maiores oportunidades de trabalho.</p>	<p>PRÁ MIM ERA MELHOR QUE ELE ESTUDASSE ATÉ FORMAR. (...) AH, É O MELHOR, NÉ? DEPOIS QUE ELE TIVESSE FORMADO ELE PROCURARIA OUTRAS OPÇÕES, UM TRABALHO MELHOR OU QUALQUER COISA QUE FOSSE VALER PRÁ ELE, NE? AÍ O MELHOR É QUE ELE ESTUDASSE MESMO.</p>
<p>3.3) Percepção sobre a importância do curso superior para obtenção de emprego  → Importante  • Oferece maiores oportunidades de trabalho.</p>	<p>AH, EU PENSO. (...) EU ACHO QUE A PESSOA COM DIPLOMA NA MÃO JÁ TÁ DIFÍCIL, SEM DIPLOMA, ENTÃO... TEM QUE TER O DIPLOMA PRÁ VER SE CONSEGUE ALGUMA COISA MELHOR. (...) AH, INCENTIVO, MUITO MESMO. MUITO MESMO.</p>

## Entrevista 4 – Mãe da Regina

<b>TEMA 1: Dados Demográficos</b>	
SUBTEMAS E CATEGORIAS	TRECHOS DA ENTREVISTA
1.1) Grau de Instrução → Fundamental incompleto (até a 4ª série) • Falta de oportunidade de continuar os estudos	EU ESTUDEI ATÉ A 3ª SÉRIE PORQUE NA ROÇA A GENTE NÃO TINHA CONDIÇÕES DE ESTUDAR.
1.2) Tipo de trabalho realizado → Não trabalha fora • Dona de Casa	SOU DONA DE CASA. JÁ TRABALHEI COMO EMPREGADA DOMÉSTICA, MAS FAZ MUITO TEMPO QUE EU PAREI.
1.3) Quantidade de filhos → Nove.	NOVE.
<b>TEMA 2: Dados Familiares na Atualidade</b>	
2.1) Residência do filho na casa dos pais → Não • Filho é casado	NÃO, ELA É CASADA.
2.2) Pessoas que residem na casa → Pai, mãe e outro parente	MEU ESPOSO, EU E UM IRMÃO MEU QUE ESTÁ INTERNADO.
2.3) Responsáveis pelo sustento familiar → Pai	MEU ESPOSO QUE É APOSENTADO.
2.4) Ocupação dos irmãos → Trabalhador • Não soube responder	OS OUTROS TODOS TRABALHAM. (...) (PAUSA) AH, NÃO SEI TE DIZER DIREITO NÃO.
2.5) Realização de curso superior pelos irmãos → Não • Trabalha	NÃO. (...) PORQUE ELES TAMBÉM PASSAVAM POR DIFICULDADES E PRECISAVAM TRABALHAR.
<b>TEMA 3: Expectativas em relação ao futuro educacional e profissional do filho</b>	
3.1) Expectativa de o filho cursar ensino superior (ES) → Sim • Falta de condições financeiras para concretizar a expectativa	VONTADE EU TINHA MUITA, MAS A GENTE NÃO TINHA CONDIÇÕES DE REALIZAR ESSE SONHO.
3.2) Importância dada à inserção educacional ou profissional → Educacional • Oferece maiores oportunidades de trabalho. • Não continuou os estudos porque necessitava trabalhar	EU PREFERIA QUE ELA ESTUDASSE. (...) PORQUE ASSIM ELA TINHA CONDIÇÕES DE CONSEGUIR ALGUMA COISA MELHOR NA VIDA, MEIHORAR DE VIDA, MAS ELA TEVE QUE TRABALHAR E ENTÃO FICAVA MUITO DIFÍCIL TRABALHAR E ESTUDAR.
3.3) Percepção sobre a importância do curso superior para obtenção de emprego → Importante • Oferece maiores oportunidades de trabalho. • Exigência do mercado de trabalho	EU ACHO. (...) PORQUE HOJE EM DIA ELES TÃO PEDINDO ALGUMA PROFISSÃO, ELES TÃO PEDINDO VÁRIOS CONHECIMENTOS.

## Entrevista 5 – Mãe do Marcos

<b>TEMA 1: Dados Demográficos</b>	
SUBTEMAS E CATEGORIAS	TRECHOS DA ENTREVISTA
1.1) Grau de Instrução → Fundamental incompleto (entre a 5ª e a 7ª série)	ATÉ A 6ª SÉRIE.
1.2) Tipo de trabalho realizado → Trabalho Informal • Manicure e cabeleireira autônoma	EU SOU AUTÔNOMA. MANICURE E CABELEIREIRA. (...) AGORA ESTOU A DOMICÍLIO.
1.3) Quantidade de filhos → Três	EU TENHO 3. 3 HOMENS.
<b>TEMA 2: Dados Familiares na Atualidade</b>	
2.1) Residência do filho na casa dos pais → Sim	TODOS OS TRÊS, GRAÇAS A DEUS.
2.2) Pessoas que residem na casa → Mãe e filhos.	SÓ NÓS QUATRO AQUI. EU E OS MENINOS.
2.3) Responsáveis pelo sustento familiar → Mãe e filhos (incluindo o entrevistado).	NO CASO SOU EU E OS DOIS TAMBÉM. OS MEUS DOIS MAIS VELHOS. O (MARCOS) E O MARLON.
2.4) Ocupação dos irmãos → Trabalhador – emprego formal • Professor de informática → Trabalhador informal • Professor particular	O MARLON FEZ CURSO TÉCNICO LÁ NO PIO XII. ELE ESTÁ DANDO AULA NO VEG SISTEMA DE ENSINO, ALI NO SESC. O MAXWELL TÁ DANDO AULA DE INGLÊS PARTICULAR.
2.5) Realização de curso superior pelos irmãos → Não • Trabalha • Realizaram outros cursos ♦ Técnico em informática ♦ Inglês	TOTALMENTE SUPERIOR NÃO. FIZERAM ALGUNS CURSOS, INCLUSIVE O MEU DO MEIO JÁ É PROFESSOR DE “COMPUTABILIDADE” E O MAXWELL DE 15 ANOS PRATICAMENTE DÁ AULA DE INGLÊS. ENTÃO EU ACHO QUE ISSO JÁ AJUDA UM POUCO, NÉ?
<b>TEMA 3: Expectativas em relação ao futuro educacional e profissional do filho</b>	
3.1) Expectativa de o filho cursar ensino superior (ES) → Sim • Falta de condições financeiras para concretizar a expectativa	BOM, EU TIVE ALGUNS INVESTIMENTOS, TIVE ESPERANÇA, MAS INFELIZMENTE AS CONDIÇÕES NÃO ME DEIXARAM, ENTENDEU? (...) UAI, DEVIDO À SITUAÇÃO FINANCEIRA. O CUSTO DE VIDA, A SITUAÇÃO FINANCEIRA INFELIZMENTE NÃO ME PERMITIU ISSO. ELE TEVE QUE COMEÇAR A TRABALHAR PRÁ AJUDAR DENTRO DE CASA, PRINCIPALMENTE DEPOIS QUE EU FIQUEI VIÚVA, NÉ?
3.2) Importância dada à inserção educacional ou profissional → Educacional • Oferece maiores oportunidades de trabalho. • Não continuou os estudos porque necessitava trabalhar • Responsabilidade pessoal pela não continuidade	COM CERTEZA, OS ESTUDOS. EU ÀS VEZES ATÉ ME SINTO UM POUCO, ENTENDEU, COM SENTIMENTO DE CULPA DELE TER PARADO DEVIDO ÀS CIRCUNSTÂNCIAS DA MINHA VIDA E EU É QUE TERIA QUE TER DADO, ENTENDEU, E NÃO CONSEGUI. EU QUERIA MUITO QUE ELE CONTINUASSE

dos estudos pelo filho	FAZER O QUE TINHA QUE FAZER, PORQUE PRÁ ELE SERIA MUITO BOM DEMAIS. UM BENEFÍCIO MUITO GRANDE. (...) PORQUE FUTURAMENTE ELE PODERIA, ENTENDEU, TER UM POUCO MAIS DE ESTABILIDADE PROFISSIONAL, COM CERTEZA. (...) COM CERTEZA. UM FUTURO MAIS TRANQUÍLO, NÉ?
3.3) Percepção sobre a importância do curso superior para obtenção de emprego → Importante • Oferece maiores oportunidades de trabalho. • Oferece maior qualificação para exercer um trabalho.	COM CERTEZA, COM CERTEZA, COM CERTEZA. (...) AH, PORQUE É MUITO IMPORTANTE OS ESTUDOS. É MUITO IMPORTANTE VOCÊ TER O PRIMEIRO, SEGUNDO GRAU, COM CERTEZA. COM ISSO VOCÊ TEM MAIS POSSIBILIDADE, VOCÊ TEM MAIS, FICA UMA PESSOA MAIS CULTA. E COM ISSO TEM MUITO MAIS POSSIBILIDADE DE ACHAR UM EMPREGO, DE TER UMA... UMA PROMOÇÃO, NÉ? EM TODOS OS SENTIDOS.

## Entrevista 6 – Pai da Elisângela

<b>TEMA 1: Dados Demográficos</b>	
<b>SUBTEMAS E CATEGORIAS</b>	<b>TRECHOS DA ENTREVISTA</b>
1.1) Grau de Instrução → Fundamental incompleto (até a 4ª série) • Falta de oportunidade de continuar os estudos	4ª SÉRIE. EU ESTUDEI POUCO, NÉ? NÃO TIVE OPORTUNIDADE PARA ESTUDAR NA OCASIÃO, NÉ? PORQUE EU MOREI NA ROÇA, VIM DA ROÇA PRÁ CIDADE...
1.2) Tipo de trabalho realizado → Aposentado	A MINHA PROFISSÃO É MOTORISTA, MAS EU ESTOU APOSENTADO JÁ. EU APOSENTEI EM 89 POR MOTIVO DE SAÚDE. ATUALMENTE NÃO ESTOU EXERCENDO A PROFISSÃO.
1.3) Quantidade de filhos → Dois	TENHO SOMENTE A (ELISÂNGELA) E O AURELIANO.
<b>TEMA 2: Dados Familiares na Atualidade</b>	
2.1) Residência do filho na casa dos pais → Sim	MORA.
2.2) Pessoas que residem na casa → Pai, mãe e filho (entrevistado).	EU, MINHA ESPOSA E MINHA FILHA.
2.3) Responsáveis pelo sustento familiar → Pai e filho (entrevistado)	EM PRIMEIRO LUGAR SOU EU, NÉ? DEPOIS, COM A AJUDA DELA TAMBÉM, NÉ? ELA ME AJUDA TAMBÉM BASTANTE NAQUILO QUE PODE, NAQUILO QUE É POSSÍVEL.
2.4) Ocupação dos irmãos → Trabalhador – emprego formal • Militar	ELE TRABALHA NO QUARTEL. JÁ TEM TEMPO QUE ELE ESTÁ LÁ. ELE É CABO.



<p>2.5) Realização de curso superior pelos irmãos → Não • Trabalha</p>	<p>NÃO CHEGOU A FAZER NÃO. MAS ELE TAMBÉM É FORMADO, TEM O 2º GRAU COMPLETO.</p>
<p><b>TEMA 3: Expectativas em relação ao futuro educacional e profissional do filho</b></p>	
<p>3.1) Expectativa de o filho cursar ensino superior (ES) → Não • Falta de condições financeiras</p>	<p>NÃO. (...) EU NUNCA TIVE COMO FAZER COM QUE ELA REALIZASSE, COM QUE ELA CHEGASSE ATÉ O PONTO QUE CHEGOU COM O ESTUDO DELA. MAS COM O ESFORÇO DELA E NAQUILO QUE A GENTE PÔDE AJUDAR, DEUS AJUDOU QUE ELA CONSEGUIU O 2º GRAU COMPLETO.</p>
<p>3.2) Importância dada à inserção educacional ou profissional → Educacional • Responsabilidade pessoal do filho pela sua trajetória • Não continuou os estudos porque necessitava trabalhar</p>	<p>AÍ É UMA COISA QUE EU FICO UM POUCO INDECISO, MAS EU ACHO QUE DEVIA CONTINUAR OS ESTUDOS. (...) PORQUE A GENTE NÃO SABE O QUE SE PASSA NA CABEÇA DELA. ENTÃO, VAI DEPENDER DELA TAMBÉM, NÉ? NAQUILO QUE ELA QUISE FAZER, A GENTE TÁ AÍ PRA APOIAR. (...) EU ATÉ ACHAVA QUE ELA DEVERIA CONTINUAR ESTUDANDO, PORQUE NA VERDADE AS CONSEQÜÊNCIAS DA SITUAÇÃO FINANCEIRA QUE NÃO AJUDOU. APERTOU UM POUCO, FEZ COM QUE ELA PARASSE NAQUELE MOMENTO EM QUE ELA FORMOU. ENTÃO ELA FALOU ASSIM: PAI, EU TINHA VONTADE DE FAZER FACULDADE, MAS COMO É MUITO DIFÍCIL, A GENTE TEM QUE PAGAR, FICA CARO, ENTÃO NÃO TEM COMO. MAS ELA AGORA, DE UNS MESES PRA CÁ, ELA VOLTOU PRÁ ESTUDAR NUM CURSINHO AQUI NO CURUMIM, NO BAIRRO OLAVO COSTA, COM A INTENÇÃO DE VER SE CONSEGUE FAZER O VESTIBULAR. VÃO VER SE ELA VAI CONSEGUIR MESMO</p>
<p>3.3) Percepção sobre a importância do curso superior para obtenção de emprego → Importante • Oferece maiores oportunidades de trabalho. • Enriquecimento pessoal</p>	<p>EU ACHO QUE AJUDA E MUITO. (...) EU ACHO QUE AJUDA, MESMO PRÁ ELA PESSOALMENTE, PRÁ ELA PODER TER UMA VIDA MAIS DIGNA, UMA VIDA MELHOR, VOCÊ ENTENDEU? UM MELHOR EMPREGO, UMA SITUAÇÃO DE EMPREGO MELHOR. QUANTO MAIS CURSO MELHOR.</p>

## Entrevista 7 – Mãe da Valéria

<b>TEMA 1: Dados Demográficos</b>	
SUBTEMAS E CATEGORIAS	TRECHOS DA ENTREVISTA
1.1) Grau de Instrução → Fundamental incompleto (entre a 5ª e a 7ª série)	EU TENHO A 7ª SÉRIE.
1.2) Tipo de trabalho realizado → Afastamento por motivo de saúde	EU TRABALHO NA SANTA CASA, MAS ESTOU ENCOSTADA HÁ DOIS ANOS, POR PROBLEMAS DE SAÚDE. (...) EU ERA AUXILIAR ADMINISTRATIVO.
1.3) Quantidade de filhos → Dois	DUAS FILHAS.
<b>TEMA 2: Dados Familiares na Atualidade</b>	
2.1) Residência do filho na casa dos pais → Sim	MORAM, TODAS AS DUAS. POR ENQUANTO.
2.2) Pessoas que residem na casa → Pai, mãe, filhos e outros parentes	EU, MEU MARIDO, MINHAS DUAS FILHAS, MINHA NETA E MEU GENRO (MAS ELE VIAJA E VEM SÓ NO FINAL DE SEMANA).
2.3) Responsáveis pelo sustento familiar → Pai, mãe e outro parente	EU, MEU MARIDO E MEU GENRO.
2.4) Ocupação dos irmãos → Estudante ensino fundamental	ELA FAZ A 4ª SÉRIE.
2.5) Realização de curso superior pelos irmãos → Não • Ainda não tem idade	NÃO. (...) PORQUE ELA SÓ TEM 11 ANOS.
<b>TEMA 3: Expectativas em relação ao futuro educacional e profissional do filho</b>	
3.1) Expectativa de o filho cursar ensino superior (ES) → Sim • Falta de condições financeiras para concretizar a expectativa.	EU TINHA ESPERANÇA DELA FORMAR, MAS INFELIZMENTE NÃO DEU, NÉ? PORQUE NA ÉPOCA EU ESTAVA SOZINHA, AÍ NÃO DEU PRA PAGAR OS ESTUDOS DELA, MAS INFELIZMENTE NÃO DEU. MAS MEU SONHO ERA VER ELA FORMADA. MAS EU VOU BATALHAR PARA A MINHA MENINA DE 11 ANOS FORMAR, SE DEUS QUIZER. (...) O ESTUDO HOJE EM DIA, A PESSOA QUE NÃO TEM ESTUDO... INFELIZMENTE EU NÃO TIVE A OPORTUNIDADE DE ESTUDAR, MAS EU QUERO ISSO PRAS MINHAS FILHAS, SABE, PORQUE HOJE EM DIA UMA PESSOA QUE NÃO TEM ESTUDO NÃO VAI LONGE. TEM QUE TER UM CURSO DE INFORMÁTICA, TEM QUE BATALHAR MESMO PRA ESTUDAR PORQUE ISSO É ESSENCIAL. ESTUDO É ESSENCIAL.
3.2) Importância dada à inserção educacional ou profissional → Educacional	QUE ELA ESTUDASSE. (...) PORQUE SIM. SE EU PUDESSE, HOJE EM DIA ELA ESTARIA FORMADA. INFELIZMENTE NÃO DEU, NÉ?

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Oferece maiores oportunidades de trabalho</li> <li>• Não continuou os estudos porque necessitava trabalhar</li> </ul>	<p>MAIS IMPORTANTE É ESTUDAR. DEPOIS QUE FORMAR PODE SE SUSTENTAR, TER UM EMPREGO MELHOR. MAS EU ACHO IMPORTANTE O ESTUDO. PODE SIM TRABALHAR E ESTUDAR. EU ACHO MUITO BOM A PESSOA BATALHAR, NÉ, PRA VER COMO É DIFÍCIL, NÉ? PRA SENTIR UM POUCO DA RESPONSABILIDADE: TRABALHAR E ESTUDAR. MAS EU, NO CASO SE EU PUDESSE, ELA NÃO TRABALHARIA NÃO, SÓ ESTUDARIA. INFELIZMENTE NÃO DEU, NÉ?</p>
<p>3.3) Percepção sobre a importância do curso superior para obtenção de emprego → Importante</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Exigência do mercado de trabalho</li> <li>• Oferece maiores oportunidades de trabalho.</li> </ul>	<p>EU ACHO QUE ELA NÃO TER FACULDADE ATRAPALHA QUE ELA TENHA UM BOM EMPREGO SIM. (...) PORQUE PODE VER NO JORNAL AÍ, HOJE EM DIA O 2º GRAU NÃO É NADA. A PESSOA TEM QUE TER UM CURSO SUPERIOR.</p>

## Entrevista 8 – Pai da Márcia

<b>TEMA 1: Dados Demográficos</b>	
SUBTEMAS E CATEGORIAS	TRECHOS DA ENTREVISTA
<p>1.1) Grau de Instrução → Fundamental incompleto (até a 4ª série)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de oportunidade de continuar os estudos</li> </ul>	<p>EU NÃO TIVE A OPORTUNIDADE DE ESTUDAR, PORQUE NA MINHA ÉPOCA, A VIDA ERA MUITO APERTADA E EU NÃO FUI CRIADO COM PAI E MÃE, E NÃO TIVE, ASSIM, COBERTURA, SABE? ENTÃO, EU COM 7 ANOS JÁ COMECEI A TRABALHAR. QUER DIZER, EU NÃO TIVE OPORTUNIDADE. ENTÃO EU FIZ O 2º ANO, NÉ?</p>
<p>1.2) Tipo de trabalho realizado → Aposentado</p>	<p>EM 1940, 41, 42 EU VIM PRA JUIZ DE FORA. DOENTE, NÉ? EU VIM FAZER TRATAMENTO DE SAÚDE, ENTÃO, EU FIQUEI POR AQUI MESMO. ENTREI PARA O DEPARTAMENTO, NÉ? (...) DEPARTAMENTO DE OBRAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. ENTÃO EU TRABALHEI UNS 8 ANOS NO DEPARTAMENTO, DEPOIS SAÍ, E DEPOIS EU ENTREI NA PREFEITURA EM 13 DE JANEIRO DE 1956. QUANDO FOI EM 80 EU SAÍ APOSENTADO E ESTOU APOSENTADO. ENTÃO, EU SOU FUNCIONÁRIO MUNICIPAL DA PREFEITURA MUNICIPAL, APOSENTADO.</p>
<p>1.3) Quantidade de filhos → Seis</p>	<p>EU TENHO CINCO E MAIS UM DE CRIAÇÃO, SEIS, NÉ?</p>

<b>TEMA 2: Dados Familiares na Atualidade</b>	
2.1) Residência do filho na casa dos pais → Sim.	TODOS MORAM COMIGO AINDA.
2.2) Pessoas que residem na casa → Pai, mãe e filhos (incluindo o entrevistado)	EU, MINHA ESPOSA E MEUS SEIS FILHOS.
2.3) Responsáveis pelo sustento familiar → Pai e filhos (incluindo o entrevistado).	BEM, O RESPONSÁVEL SOU EU. VOCÊ SABE QUE O CHEFE DA CASA É O RESPONSÁVEL. ENTÃO O RESPONSÁVEL SOU EU. AGORA, TEM A COOPERAÇÃO DELES, NÉ? PORQUE EU APOSENTEI COM UM SALÁRIO MÍNIMO, EM 1980. DEPOIS COM ESSA MODIFICAÇÃO DO DINHEIRO, CAIU UM POUCO. ENTÃO A MINHA VIDA É ESSA, ASSIM, UM POUCO APERTADA, MAS OS MEUS FILHOS SÃO MUITO BONS PRA MIM, GRAÇAS A DEUS, NÉ? AJUDAM, NÉ, APESAR DE QUE A GENTE TEM UMA DESPESA MUITO ALTA. NÃO GANHAM MUITO MAS O POUQUINHO QUE ELES GANHAM ELES PROCURAM COOPERAR TAMBÉM.
2.4) Ocupação dos irmãos → Trabalhador – emprego formal <ul style="list-style-type: none"> <li>• Auxiliar de enfermagem</li> <li>• Operária</li> </ul> → Não trabalha fora <ul style="list-style-type: none"> <li>• Dona de Casa</li> </ul> → Desempregado → Destino dos filhos é atribuído a Deus	A MAIS VELHA QUE FEZ ENFERMAGEM TRABALHA NUM HOSPITAL NO CENTRO. A SARA TRABALHA NUM NEGÓCIO DE SAPATARIA, NUMA FÁBRICA DE SAPATO. O ISAÍAS TÁ PARADO, NUM TRABALHA, NÃO. ELE TEM 27 ANOS. (...) TÁ PROCURANDO EMPREGO, MAS, SEI LÁ, POR ENQUANTO NÃO ENCONTROU. E TEM A LAUDICÉIA. ELA NÃO TRABALHA, TEM 31 ANOS. ELA INCLUSIVE SAIU FORA DO CONTROLE, ARRUMOU UM RAPAZ AÍ, TÁ VIVENDO COM ELE, TÁ QUASE PRA CASAR, NO FIM DO ANO AGORA. (...) NÃO, MAS NÃO SAI LÁ DE CASA, ELA TÁ LÁ EM CASA. DE VEZ EM QUANDO SAI, MAS VOCÊ SABE COMO É QUE É, ELA É DE MAIOR, VOCÊ SABE QUE A GENTE NÃO É DONO DOS FILHOS, NÉ? SE O FILHO VEM AO MUNDO, É UMA PERMISSÃO DE DEUS, MAS A GENTE NÃO TEM AQUELE OBJETIVO: EU QUERO QUE ELE SEJA ISSO OU SEJA AQUILO. ISSO AÍ DEUS É QUE DETERMINA, NÉ? (...) O MARLOS TAMBÉM TÁ DESEMPREGADO.
2.5) Realização de curso superior pelos irmãos → Não <ul style="list-style-type: none"> <li>• Maioria tem baixa escolaridade.</li> </ul>	3- NÃO. OS MEUS FILHOS NÃO. OS MEUS FILHOS QUASE QUE FIZERAM SÓ O 4º ANO.
<b>TEMA 3: Expectativas em relação ao futuro educacional e profissional do filho</b>	
3.1) Expectativa do filho cursar ensino superior	COM CERTEZA EU QUERIA, MAS TUDO

<p>(ES)</p> <p>→ Sim</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Responsabilidade pessoal do filho para concretizar a expectativa</li> <li>• Falta de condições financeiras para concretizar a expectativa</li> </ul>	<p>DEPENDE DA BOA VONTADE DELA, NÉ? ELA É MUITO ESFORÇADA. ELA VENCEU MAIS PELA BOA VONTADE E PELO ESFORÇO, PORQUE DEUS AJUDA, MAS A GENTE TEM QUE FAZER A PARTE DA GENTE. ENTÃO ELA É UMA MENINA MUITO ESFORÇADA. A MINHA OUTRA TAMBÉM, A MAIS VELHA, TAMBÉM FEZ UM CURSO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM, ESTÁ EXERCENDO A FUNÇÃO. E UMA OUTRA QUE TRABALHA EM SAPATARIA, MUITO INTELIGENTE TAMBÉM, MAS, VOCÊ SABE, HOJE TUDO DEPENDE DA CONDIÇÃO FINANCEIRA, NÉ?</p>
<p>3.2) Importância dada à inserção educacional ou profissional</p> <p>→ Educacional e profissional</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Conciliação dos dois é o ideal</li> <li>• Necessidade de trabalhar para continuar estudando</li> <li>• Responsabilidade pessoal do filho pela sua trajetória</li> </ul>	<p>ÁÍ DEPENDE DA CONDIÇÃO FINANCEIRA, NÉ MINHA FILHA. ÁÍ DEPENDE DELA. SE ELA QUISE ESTUDAR, ELA TEM QUE TER UM EMPREGO PRA MANTER, NÃO É VERDADE? PORQUE SENÃO FICA DIFÍCIL, NÉ? PORQUE A GENTE NÃO PODE MANTER ELA, NÃO TEM COMO NÉ? MAS SERIA IMPORTANTÍSSIMO SE ELA PUDESSE CONTINUAR OS ESTUDOS. EU ACHO MUITO IMPORTANTE, MAS TEM QUE MANTER O EMPREGO TAMBÉM, NÉ? INCLUSIVE OS PATRÕES DELA GOSTAM MUITO DELA E EU ACHO QUE SERIA PRÁ ELA MUITO IMPORTANTE, NÉ? ENTÃO TODOS OS DOIS SÃO IMPORTANTES, UMA PARTE E A OUTRA, NÉ? PORQUE SEM UMA PARTE A OUTRA NÃO FUNCIONA. ELA PODE ÀS VEZES TÁ ESTUDANDO, MAS ELA TEM QUE TER O SALÁRIO DELA PRA INVESTIMENTO, UM LIVRO, UMA COISA E OUTRA, NÉ?</p>
<p>3.3) Percepção sobre a importância do curso superior para obtenção de emprego</p> <p>→ Não considera importante</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Futuro profissional depende da sorte</li> <li>• ES não é garantia de emprego</li> <li>• Responsabilidade pessoal do filho pelo futuro profissional</li> </ul>	<p>NÃO ACHO IMPORTANTE. (PAUSA) BEM, DEPENDE DA SORTE. TEM QUE JOGAR COM A SORTE, NÉ? VOCÊ SABE QUE HOJE TUDO É DIFÍCIL. SE A PESSOA, TUDO O QUE TEM GUARDA, PORQUE UM DIA SERVE, NÉ? EU ACHO QUE SE ELA APRENDER E TAL, PODERIA AJUDAR, MAS GARANTIA NÃO É. PORQUE VOCÊ SABE QUE HOJE TEM MUITAS PESSOAS ÁÍ QUE SÃO FORMADAS E TÊM DIFICULDADES, DIFICULDADE DE SERVIÇO. NÃO É GARANTIA. VAI DEPENDER MUITO DA SORTE PORQUE REALMENTE ELA JÁ ESTÁ ENCAMINHADA. O SALÁRIO É POUCO, SALÁRIO DE COMÉRCIO. MAS, MELHOR</p>

QUE NADA, NÉ? TÁ TRABALHANDO. AGORA, CURSO SUPERIOR EU ACREDITO QUE DEPENDE DELA FAZER E DEPENDE DA SORTE TAMBÉM DE CONSEGUIR UM EMPREGO. PORQUE HOJE VOCÊ SABE QUE NÃO ESTÁ FÁCIL, NÉ? EMPREGO NÃO TÁ FÁCIL, TÁ DIFÍCIL MESMO. O GOVERNO TÁ EM DIFICULDADE, NÉ? O GOVERNO TEM BOA VONTADE MAS, VOCÊ PRECISA VER QUE ESSA GERAÇÃO, ESSA MOCIDADE HOJE, DA SUA IDADE ASSIM, TODOS ESTÃO SEM EMPREGO, A MAIORIA ESTÁ SEM EMPREGO. ENTÃO FICA DIFÍCIL. MAS, TUDO DEPENDE DA SORTE. PARA DEUS, NADA É IMPOSSÍVEL.

**ANEXO E: Categorização Horizontal das Entrevistas - Escola Alfa**

TEMA 1: Trajetória durante a realização do Ensino Médio (EM)	
SUBTEMAS E CATEGORIAS	FREQUÊNCIA
1.1) Escolha do turno → Diurno • Melhor qualidade de ensino → Noturno • Opção de trabalhar durante o dia. • Necessidade de trabalhar durante o dia. • A escola só oferece EM noturno	5  2 5
1.2) Repetência no EM → Sim • Troca de turno. • Responsabilidade pessoal → Não • Dependência em uma matéria.	1  1 4
1.3) Trabalho durante a realização do EM → Sim • Opção Pessoal. • Necessidade de trabalhar. → Não • Falta de permissão familiar • Não necessitava trabalhar.	3  3 2 1 1
1.4) Tipo de Trabalho realizado durante o EM → Trabalho Formal • Recepcionista. • Caixa operador. • Office boy • Militar • Atendente • Operária. • Empregada Doméstica. → Trabalho por conta própria • Técnico em manutenção de computador → Não trabalhava.	3    1 1 1 1  2
1.5) Percepção sobre a preparação dada para o vestibular pela escola de EM → Ofereceu preparação. • Qualidade da escola • Não passou no vestibular por responsabilidade pessoal • Qualidade dos professores. → Não ofereceu preparação. • Má qualidade do ensino. • Má qualidade dos professores • Falta de incentivo para realização de curso superior • Responsabilidade do aluno	3 3 1 1 2 1 1 1

	1
1.6) Percepção sobre o nível sócio-econômico dos alunos da escola de EM → Classe Média. → Todas as classes. → Classe Média – baixa → Classe baixa	2 3
1.7) Razões para a realização do EM nesta escola → Falta de recursos financeiros para pagar uma escola particular. → Já estudava nesta escola → Proximidade da residência → Inexistência de escola pública no bairro onde reside. → Qualidade da escola	1 5 1
<b>TEMA 2: Escolha Profissional</b>	
2.1) Participação em programa de orientação profissional → Sim. • Modalidade Estatística → Não.	1 1 4
2.2) Escolha Profissional ao concluir o EM → Não realizou escolha ao concluir o EM → Administração de Empresas → Medicina → Informática → História → Matemática → Psicologia	1 1 3
2.3) Razões para a escolha realizada → Identificação com o trabalho realizado → Identificação com o professor → Identificação com a disciplina → Identificação com a área de realização → Vocação → Retorno financeiro	1 2 4
2.4) Mudança de opção em relação à primeira escolha realizada → Sim. • Falta de preparo para o vestibular da 1ª opção • Maior facilidade em passar no vestibular • Mudança de interesse pessoal. • 2ª opção parecida com a 1ª → Não.	3 2 1 1 2
<b>TEMA 3: Trajetória Educacional Pós- Ensino Médio</b>	
3.1) Realização de cursinho pré-vestibular → Sim. • Dificuldade em estudar sozinho. • Falta de preparo dado pela escola de EM • Gratuidade do cursinho → Não.	2 2 1 3



<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de Tempo</li> <li>• Passou no vestibular de uma faculdade particular</li> <li>• Falta de condição financeira</li> <li>• Perda do ânimo em estudar depois que trocou a escola particular pela pública</li> </ul>	<p>2 1</p>
<p>3.2) Realização de exame vestibular</p> <p>→ Sim.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Física</li> <li>• Administração de Empresas</li> <li>• Medicina</li> <li>• História</li> <li>• Geografia</li> <li>• Serviço Social</li> <li>• Psicologia</li> </ul> <p>→ Não.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de preparo</li> <li>• Falta de condição financeira de pagar um cursinho</li> <li>• Perda do ânimo em estudar depois que trocou a escola particular pela pública</li> </ul>	<p>2</p> <p>1 1 1 1 3 2 1 1</p>
<p>3.3) Tipo de instituição onde realizou vestibular</p> <p>→ Pública.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de condições financeiras para pagar faculdade particular</li> <li>• Único local que oferecia o curso desejado</li> </ul> <p>→ Privada.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de preparação para ingressar numa universidade federal</li> </ul> <p>→ Não realizou vestibular</p>	<p>2 2</p> <p>3</p>
<p>3.4) Resultado do vestibular</p> <p>→ Aprovado</p> <p>→ Reprovado</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de dedicação pessoal</li> <li>• Concorrência</li> </ul> <p>→ Não realizou vestibular.</p>	<p>2 2 1 3</p>
<p>3.5) Número de tentativas de aprovação no vestibular</p> <p>→ Uma</p> <p>→ Três</p> <p>→ Seis</p> <p>→ Não realizou vestibular.</p>	<p>2 3</p>
<p>3.6) Ingresso em curso superior</p> <p>→ Sim</p> <p>→ Não</p>	<p>5</p>
<p>3.7) Manutenção financeira durante a realização do curso superior</p> <p>→ Através do próprio trabalho.</p> <p>→ Recebimento de bolsa estudantil.</p> <p>→ Não realizou curso superior.</p>	<p>5</p>
<p>3.8) Conclusão de curso superior</p> <p>→ Não</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Em curso</li> <li>• Falta de identificação com os professores</li> </ul> <p>→ Não realizou curso superior.</p>	<p>5</p>

<p>3.9) Realização de outros cursos de qualificação profissional</p> <p>→ Sim</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Informática</li> <li>• Vendas</li> <li>• Música</li> <li>• Eletrônica</li> <li>• Datilografia</li> <li>• Recepcionista</li> </ul> <p>→ Não.</p> <p>→ Aprendeu por conta própria.</p>	<p>5</p> <p>5</p>
<p>3.10) Razões para realização de outros cursos de qualificação profissional.</p> <p>→ Exigência de qualificação para exercer o trabalho.</p> <p>→ Melhorar a atuação no trabalho.</p> <p>→ Satisfação pessoal.</p> <p>→ Qualificação para trabalhos futuros.</p> <p>→ Exigência do mercado de trabalho.</p>	<p>1</p> <p>2</p> <p>2</p>
<b>TEMA 4: Trajetória Profissional Pós-Ensino Médio</b>	
<p>4.1) Realização de trabalho atualmente</p> <p>→ Sim</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Emprego formal: <ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Recepcionista.</li> <li>◆ Auxiliar de escritório</li> <li>◆ Balconista</li> <li>◆ Marceneiro</li> </ul> </li> <li>• Trabalho por conta própria: <ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Professor particular</li> <li>◆ Sócio de loja de manutenção de computador</li> </ul> </li> </ul> <p>→ Não</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Dificuldade em conseguir emprego.</li> <li>• Cônjuge satisfaz as necessidades financeiras.</li> <li>• Cuida de filho pequeno.</li> <li>• Demissão recente</li> </ul>	<p>3</p> <p>3</p> <p>1</p> <p>1</p> <p>1</p> <p>2</p> <p>1</p> <p>1</p> <p>1</p>
<p>4.2) Procura de Emprego</p> <p>→ Sim</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Entregando currículos</li> <li>• Aumentar a renda</li> <li>• Necessidade de trabalhar</li> </ul> <p>→ Não</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Quer abrir negócio próprio</li> <li>• Falta de qualificação</li> <li>• Falta de experiência</li> <li>• Já está trabalhando</li> </ul>	<p>2</p> <p>2</p> <p>3</p> <p>3</p>
<b>TEMA 5: Concepções Sobre sua Própria Trajetória</b>	
<p>5.1) Satisfação com o trabalho atual</p> <p>→ Sim</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificação pessoal com a área de atuação</li> <li>• Retorno financeiro satisfatório</li> </ul>	<p>3</p> <p>1</p> <p>1</p>

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Trabalho não é pesado</li> <li>• Deixa tempo livre para estudar</li> <li>• Por estar trabalhando</li> </ul> <p>→ Não.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Baixa remuneração</li> <li>• Almeja emprego melhor</li> </ul> <p>→ Não está trabalhando atualmente.</p>	<p>1 1 2 2 1 2</p>
<p>5.2) Desejo de realizar outro tipo de trabalho</p> <p>→ Sim.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Gosto pessoal por outra área</li> <li>• Tipo de trabalho menos cansativo</li> <li>• Qualquer trabalho, devido à dificuldade financeira</li> </ul> <p>→ Não.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Espera se graduar para trocar de emprego</li> <li>• Está satisfeito com o trabalho atual</li> </ul> <p>→ Não está trabalhando atualmente.</p>	<p>4 3 1 1  1</p>
<p>5.3) Concepção sobre a importância de realização de um curso superior</p> <p>→ Considera fundamental.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Oferece maior qualificação para exercer um trabalho</li> <li>• Exigência do mercado de trabalho</li> <li>• Oferece maiores oportunidades de trabalho</li> <li>• Satisfação Pessoal</li> </ul> <p>→ Não considera fundamental.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O trabalho exercido satisfaz suas necessidades</li> <li>• Considera o conhecimento prático mais importante que o teórico</li> <li>• Mercado de trabalho restrito para todos os níveis de escolarização</li> <li>• Existência de outras opções profissionais</li> </ul>	<p>4  2 3 2 1 1</p>
<p>5.4) Concepção sobre os fatores necessários para obtenção de ascensão educacional e profissional</p> <p>→ Qualidade do ensino básico.</p> <p>→ Esforço e dedicação pessoal.</p> <p>→ Condição financeira favorável.</p> <p>→ Investimento do governo.</p> <p>→ Qualidade dos professores do ensino superior.</p> <p>→ Qualificação pessoal.</p> <p>→ Preparo para realização de vestibular.</p> <p>→ Informação Profissional.</p> <p>→ Fazer o que gosta.</p> <p>→ Qualidade dos professores.</p> <p>→ Oportunidade.</p>	<p>2 3 1     1 1 1 2 1</p>
<p>5.5) Concepção sobre a influência do ensino público na sua trajetória.</p> <p>→ Positiva.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Qualidade da escola de EM</li> </ul> <p>→ Negativa.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Qualidade dos professores</li> <li>• Falta de qualidade do ensino público</li> <li>• Falta de informação sobre o ingresso em curso superior</li> </ul>	<p>1 1 1  1  3</p>

<p>→ Não influenciou.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Responsabilidade pessoal</li><li>• Equivalência entre ensino público e privado</li><li>• Outros fatores influenciaram:<ul style="list-style-type: none"><li>◆ Qualidade dos professores</li><li>◆ Turno noturno</li></ul></li></ul>	<p>2 1</p>
---	----------------

**ANEXO F: Categorização Horizontal das Entrevistas – Escola Beta**

<b>TEMA 1: Trajetória durante a realização do Ensino Médio (EM)</b>	
<b>SUBTEMAS E CATEGORIAS</b>	<b>FREQÜÊNCIA</b>
1.1) Escolha do turno → Diurno. • Melhor qualidade de ensino → Noturno. • Opção de trabalhar durante o dia • Necessidade de trabalhar durante o dia • A escola só oferece EM noturno	1 1 4 2 2
1.2) Repetência no EM → Sim • Troca de turno. • Responsabilidade pessoal → Não • Dependência em uma matéria	1 1 4 1
1.3) Trabalho durante a realização do EM → Sim. • Opção Pessoal • Necessidade de trabalhar → Não. • Falta de permissão familiar • Não necessitava trabalhar	5 2 3
1.4) Tipo de trabalho realizado durante o EM → Trabalho Formal. • Recepcionista • Caixa operador • Office boy • Militar • Atendente • Operária • Empregada Doméstica → Trabalho por conta própria. • Técnico em manutenção de computador → Não trabalhava.	3 1 1 1 1 1 1 1 1
1.5) Percepção sobre a preparação dada para o vestibular pela escola de EM → Ofereceu preparação. • Qualidade da escola • Não passou no vestibular por responsabilidade pessoal • Qualidade dos professores → Não ofereceu preparação. • Má qualidade do ensino • Má qualidade dos professores • Falta de incentivo para realização de curso superior • Responsabilidade do aluno	1 1 4 4

1.6) Percepção sobre o nível sócio-econômico dos alunos da escola de EM → Classe Média. → Todas as classes. → Classe Média – baixa. → Classe baixa.	3 2
1.7) Razões para a realização do EM nesta escola → Falta de recursos financeiros para pagar uma escola particular. → Já estudava nesta escola. → Proximidade da residência. → Inexistência de escola pública no bairro onde reside. → Qualidade da escola.	2 2 1 1
<b>TEMA 2: Escolha Profissional</b>	
2.1) Participação em programa de orientação profissional → Sim. • Modalidade Estatística → Não.	5
2.2) Escolha Profissional ao concluir o EM → Não realizou escolha ao concluir o EM. → Administração de Empresas. → Medicina. → Informática. → História → Matemática. → Psicologia.	1 1 2 2
2.3) Razões para a escolha realizada → Identificação com o trabalho realizado. → Identificação com o professor. → Identificação com a disciplina. → Identificação com a área de realização. → Vocação. → Retorno financeiro.	2 1 1 2 1 1
2.4) Mudança de opção em relação à primeira escolha realizada → Sim. • Falta de preparo para o vestibular da 1ª opção • Maior facilidade em passar no vestibular • Mudança de interesse pessoal. • 2ª opção parecida com a 1ª → Não.	1 1  4
<b>TEMA 3: Trajetória Educacional Pós- Ensino Médio</b>	
3.1) Realização de cursinho pré-vestibular → Sim. • Dificuldade em estudar sozinho • Falta de preparo dado pela escola de EM • Gratuidade do cursinho → Não. • Falta de Tempo • Passou no vestibular de uma faculdade particular	3 1 2  2 1 1 1

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de condição financeira</li> <li>• Perda do ânimo em estudar depois que trocou a escola particular pela pública</li> </ul>	
<p>3.2) Realização de exame vestibular</p> <p>→ Sim.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Física</li> <li>• Administração de Empresas</li> <li>• Medicina</li> <li>• História</li> <li>• Geografia</li> <li>• Serviço Social</li> <li>• Psicologia</li> </ul> <p>→ Não.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de preparo</li> <li>• Falta de condição financeira de pagar um cursinho</li> <li>• Perda do ânimo em estudar depois que trocou a escola particular pela pública</li> </ul>	<p>3</p> <p>1</p> <p>1</p> <p>1</p> <p></p> <p></p> <p></p> <p>2</p> <p>2</p> <p>1</p>
<p>3.3) Tipo de instituição onde realizou vestibular</p> <p>→ Pública.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de condições financeiras para pagar faculdade particular</li> <li>• Único local que oferecia o curso desejado</li> </ul> <p>→ Privada.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de preparação para ingressar numa universidade federal</li> </ul> <p>→ Não realizou vestibular.</p>	<p>2</p> <p>2</p> <p>1</p> <p>1</p> <p>1</p> <p>2</p>
<p>3.4) Resultado do vestibular</p> <p>→ Aprovado</p> <p>→ Reprovado</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de dedicação pessoal</li> <li>• Concorrência</li> </ul> <p>→ Não realizou vestibular.</p>	<p>2</p> <p>1</p> <p></p> <p>1</p> <p>2</p>
<p>3.5) Número de tentativas de aprovação no vestibular</p> <p>→ Uma.</p> <p>→ Três.</p> <p>→ Seis.</p> <p>→ Não realizou vestibular.</p>	<p>2</p> <p></p> <p>1</p> <p>2</p>
<p>3.6) Ingresso em curso superior</p> <p>→ Sim.</p> <p>→ Não.</p>	<p>2</p> <p>3</p>
<p>3.7) Manutenção financeira durante a realização do curso superior</p> <p>→ Através do próprio trabalho.</p> <p>→ Recebimento de bolsa estudantil.</p> <p>→ Não realizou curso superior.</p>	<p>2</p> <p>1</p> <p>3</p>
<p>3.8) Conclusão de curso superior</p> <p>→ Não</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Em curso</li> <li>• Falta de identificação com os professores</li> </ul> <p>→ Não realizou curso superior.</p>	<p>2</p> <p>1</p> <p>1</p> <p>3</p>
<p>3.9) Realização de outros cursos de qualificação profissional</p> <p>→ Sim</p>	<p>5</p>

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Informática</li> <li>• Vendas</li> <li>• Música</li> <li>• Eletrônica</li> <li>• Datilografia</li> <li>• Recepcionista</li> <li>→ Não</li> <li>→ Aprendeu por conta própria</li> </ul>	<p>4</p> <p>1</p> <p>1</p> <p>1</p> <p>1</p> <p>1</p> <p>1</p>
<p>3.10) Razões para realização de outros cursos de qualificação profissional.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>→ Exigência de qualificação para exercer o trabalho</li> <li>→ Melhorar a atuação no trabalho</li> <li>→ Satisfação pessoal</li> <li>→ Qualificação para trabalhos futuros.</li> <li>→ Exigência do mercado de trabalho</li> </ul>	<p>2</p> <p>2</p> <p>2</p> <p>2</p>
<b>TEMA 4: Trajetória Profissional Pós-Ensino Médio</b>	
<p>4.1) Realização de trabalho atualmente</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>→ Sim</li> <li>• Emprego formal: <ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Recepcionista</li> <li>◆ Auxiliar de escritório</li> <li>◆ Balconista</li> <li>◆ Marceneiro</li> </ul> </li> <li>• Trabalho por conta própria: <ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Professor particular</li> <li>◆ Sócio de loja de manutenção de computador</li> </ul> </li> <li>→ Não</li> <li>• Dificuldade em conseguir emprego</li> <li>• Cônjuge satisfaz as necessidades financeiras</li> <li>• Cuida de filho pequeno</li> <li>• Demissão recente</li> </ul>	<p>3</p> <p>1</p> <p>1</p> <p>2</p> <p>1</p> <p>1</p> <p>1</p> <p>2</p> <p>1</p> <p>1</p> <p>1</p> <p>1</p>
<p>4.2) Procura de Emprego</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>→ Sim</li> <li>• Entregando currículos</li> <li>• Aumentar a renda</li> <li>• Necessidade de trabalhar</li> <li>→ Não</li> <li>• Quer abrir negócio próprio</li> <li>• Falta de qualificação</li> <li>• Falta de experiência</li> <li>• Já está trabalhando</li> </ul>	<p>2</p> <p>1</p> <p>1</p> <p>1</p> <p>3</p> <p>1</p> <p>1</p> <p>1</p> <p>2</p>
<b>TEMA 5: Concepções Sobre sua Própria Trajetória</b>	
<p>5.1) Satisfação com o trabalho atual</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>→ Sim</li> <li>• Identificação pessoal com a área de atuação</li> <li>• Retorno financeiro satisfatório</li> <li>• Trabalho não é pesado</li> <li>• Deixa tempo livre para estudar</li> </ul>	<p>3</p> <p>3</p> <p>2</p>



<ul style="list-style-type: none"> <li>• Por estar trabalhando</li> <li>→ Não.</li> <li>• Baixa remuneração</li> <li>• Almeja emprego melhor</li> <li>→ Não está trabalhando atualmente.</li> </ul>	2
<p>5.2) Desejo de realizar outro tipo de trabalho</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>→ Sim</li> <li>• Gosto pessoal por outra área.</li> <li>• Tipo de trabalho menos cansativo</li> <li>• Qualquer trabalho, devido à dificuldade financeira</li> <li>→ Não</li> <li>• Espera se graduar para trocar de emprego</li> <li>• Está satisfeito com o trabalho atual</li> <li>→ Não está trabalhando atualmente.</li> </ul>	2 1 1 2 1 1 1
<p>5.3) Concepção sobre a importância de realização de um curso superior</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>→ Considera fundamental.</li> <li>• Oferece maior qualificação para exercer um trabalho</li> <li>• Exigência do mercado de trabalho</li> <li>• Oferece maiores oportunidades de trabalho</li> <li>• Satisfação Pessoal</li> <li>→ Não considera fundamental</li> <li>• O trabalho exercido satisfaz suas necessidades</li> <li>• Considera o conhecimento prático mais importante que o teórico</li> <li>• Mercado de trabalho restrito para todos os níveis de escolarização</li> <li>• Existência de outras opções profissionais</li> </ul>	2 2 1 1 4 2 1 1
<p>5.4) Concepção sobre os fatores necessários para obtenção de ascensão educacional e profissional</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>→ Qualidade do ensino básico.</li> <li>→ Esforço e dedicação pessoal.</li> <li>→ Condição financeira favorável.</li> <li>→ Investimento do governo.</li> <li>→ Qualidade dos professores do ensino superior.</li> <li>→ Qualificação pessoal.</li> <li>→ Preparo para realização de vestibular.</li> <li>→ Informação Profissional.</li> <li>→ Fazer o que gosta.</li> <li>→ Qualidade dos professores.</li> <li>→ Oportunidade.</li> </ul>	1 3 1 2 1 1
<p>5.5) Concepção sobre a influência do ensino público na sua trajetória.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>→ Positiva.</li> <li>• Qualidade da escola de EM</li> <li>→ Negativa</li> <li>• Qualidade dos professores</li> <li>• Falta de qualidade do ensino público</li> <li>• Falta de informação sobre o ingresso em curso superior</li> <li>→ Não influenciou.</li> <li>• Responsabilidade pessoal.</li> </ul>	1 1 2 2 1 3 2

• Equivalência entre ensino público e privado.	1
• Outros fatores influenciaram:	1
◆ Qualidade dos professores	1
◆ Turno noturno	

**ANEXO G: Categorização Horizontal das Entrevistas - Escolas Alfa e Beta**

<b>TEMA 1: Trajetória durante a realização do Ensino Médio (EM)</b>	
<b>SUBTEMAS E CATEGORIAS</b>	<b>FREQÜÊNCIA</b>
1.1) Escolha do turno → Diurno • Melhor qualidade de ensino → Noturno • Opção de trabalhar durante o dia • Necessidade de trabalhar durante o dia • A escola só oferece EM noturno	1 1 9 2 4 5
1.2) Repetência no EM → Sim • Troca de turno. • Responsabilidade pessoal → Não • Dependência em uma matéria.	2 1 1 8 1
1.3) Trabalho durante a realização do EM → Sim • Opção Pessoal • Necessidade de trabalhar → Não • Falta de permissão familiar • Não necessitava trabalhar	8 2 6 2 1 1
1.4) Tipo de Trabalho realizado durante o EM → Trabalho Formal • Recepcionista • Caixa operador • Office boy • Militar • Balconista • Operária • Empregada Doméstica → Trabalho por conta própria • Técnico em manutenção de computador → Não trabalhava.	7 1 1 1 1 1 2 1 1 2
1.5) Percepção sobre a preparação dada para o vestibular pela escola de EM → Ofereceu preparação. • Qualidade da escola • Não passou no vestibular por responsabilidade pessoal • Qualidade dos professores → Não ofereceu preparação. • Má qualidade do ensino • Má qualidade dos professores • Falta de incentivo para realização de curso superior • Responsabilidade do aluno	4 4 1 1 6 5 1 1

	1
1.6) Percepção sobre o nível sócio-econômico dos alunos da escola de EM → Classe Média. → Todas as classes. → Classe Média – baixa → Classe baixa	3 2 2 3
1.7) Razões para a realização do EM nesta escola → Falta de recursos financeiros para pagar uma escola particular → Já estudava nesta escola → Proximidade da residência → Inexistência de escola pública no bairro onde reside → Qualidade da escola	3 2 6 1 1
<b>TEMA 2: Escolha Profissional</b>	
2.1) Participação em programa de orientação profissional → Sim. • Modalidade Estatística → Não.	1 1 9
2.2) Escolha Profissional ao concluir o EM → Não realizou escolha ao concluir o EM. → Administração de Empresas. → Medicina. → Informática. → História. → Matemática. → Psicologia.	1 1 2 2 1 1 3
2.3) Razões para a escolha realizada → Identificação com o trabalho realizado → Identificação com o professor → Identificação com a disciplina → Identificação com a área de realização → Vocação → Retorno financeiro	2 2 3 6 1 1
2.4) Mudança de opção em relação à primeira escolha realizada → Sim. • Falta de preparo para o vestibular da 1ª opção. • Maior facilidade em passar no vestibular • Mudança de interesse pessoal • 2ª opção parecida com a 1ª → Não.	4 1 2 1 1 6
<b>TEMA 3: Trajetória Educacional Pós- Ensino Médio</b>	
3.1) Realização de cursinho pré-vestibular → Sim. • Dificuldade em estudar sozinho • Falta de preparo dado pela escola de EM • Gratuidade do cursinho → Não. • Falta de Tempo	5 1 4 1 5 1 1

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Passou no vestibular de uma faculdade particular</li> <li>• Falta de condição financeira</li> <li>• Perda do ânimo em estudar depois que trocou a escola particular pela pública</li> </ul>	<p>3 1</p>
<p>3.2) Realização de exame vestibular</p> <p>→ Sim.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Física</li> <li>• Administração de Empresas</li> <li>• Medicina</li> <li>• História</li> <li>• Geografia</li> <li>• Serviço Social</li> <li>• Psicologia</li> </ul> <p>→ Não.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de preparo</li> <li>• Falta de condição financeira de pagar um cursinho.</li> <li>• Perda do ânimo em estudar depois que trocou a escola particular pela pública</li> </ul>	<p>5 1 1 1 1 1 1 1 1 5 4 2 1</p>
<p>3.3) Tipo de instituição onde realizou vestibular</p> <p>→ Pública.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de condições financeiras para pagar faculdade particular</li> <li>• Único local que oferecia o curso desejado</li> </ul> <p>→ Privada.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de preparação para ingressar numa universidade federal</li> </ul> <p>→ Não realizou vestibular.</p>	<p>4 4 1 1 1 5</p>
<p>3.4) Resultado do vestibular</p> <p>→ Aprovado</p> <p>→ Reprovado</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de dedicação pessoal</li> <li>• Concorrência</li> </ul> <p>→ Não realizou vestibular.</p>	<p>2 3 2 2 5</p>
<p>3.5) Número de tentativas de aprovação no vestibular</p> <p>→ Uma</p> <p>→ Três</p> <p>→ Seis</p> <p>→ Não realizou vestibular.</p>	<p>2 2 1 5</p>
<p>3.6) Ingresso em curso superior</p> <p>→ Sim</p> <p>→ Não</p>	<p>2 8</p>
<p>3.7) Manutenção financeira durante a realização do curso superior</p> <p>→ Através do próprio trabalho.</p> <p>→ Recebimento de bolsa estudantil.</p> <p>→ Não realizou curso superior.</p>	<p>2 1 8</p>
<p>3.8) Conclusão de curso superior</p> <p>→ Não</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Em curso</li> <li>• Falta de identificação com os professores</li> </ul> <p>→ Não realizou curso superior</p>	<p>2 1 1 8</p>
<p>3.9) Realização de outros cursos de qualificação profissional</p>	

→ Sim	10
• Informática	9
• Vendas	1
• Música	1
• Eletrônica	1
• Datilografia	1
• Recepcionista	1
→ Não	1
→ Aprendeu por conta própria	1
3.10) Razões para realização de outros cursos de qualificação profissional.	
→ Exigência de qualificação para exercer o trabalho	2
→ Melhorar a atuação no trabalho	2
→ Satisfação pessoal	3
→ Qualificação para trabalhos futuros.	4
→ Exigência do mercado de trabalho	2
<b>TEMA 4: Trajetória Profissional Pós-Ensino Médio</b>	
4.1) Realização de trabalho atualmente	
→ Sim	6
• Emprego formal:	4
◆ Recepcionista	1
◆ Auxiliar de escritório	1
◆ Balconista	1
◆ Marceneiro	1
• Trabalho por conta própria:	2
◆ Professor particular	1
◆ Sócio de loja de manutenção de computador	1
→ Não	4
• Dificuldade em conseguir emprego.	2
• Cônjuge satisfaz as necessidades financeiras.	1
• Cuida de filho pequeno.	2
• Demissão recente	1
4.2) Procura de Emprego	
→ Sim	4
• Entregando currículos	1
• Aumentar a renda	1
• Necessidade de trabalhar	3
→ Não	6
• Quer abrir negócio próprio	1
• Falta de qualificação	1
• Falta de experiência	1
• Já está trabalhando	5
<b>TEMA 5: Concepções Sobre sua Própria Trajetória</b>	
5.1) Satisfação com o trabalho atual	
→ Sim	6
• Identificação pessoal com a área de atuação	4
• Retorno financeiro satisfatório	2
• Trabalho não é pesado	1
	1

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Deixa tempo livre para estudar</li> <li>• Por estar trabalhando</li> <li>→ Não.</li> <li>• Baixa remuneração</li> <li>• Almeja emprego melhor</li> <li>→ Não está trabalhando atualmente.</li> </ul>	<p>1 2 2 1 4</p>
<p>5.2) Desejo de realizar outro tipo de trabalho</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>→ Sim</li> <li>• Gosto pessoal por outra área.</li> <li>• Tipo de trabalho menos cansativo</li> <li>• Qualquer trabalho, devido à dificuldade financeira</li> <li>→ Não</li> <li>• Espera se graduar para trocar de emprego</li> <li>• Está satisfeito com o trabalho atual</li> <li>→ Não está trabalhando atualmente.</li> </ul>	<p>6 4 1 2 2 1 1 2</p>
<p>5.3) Concepção sobre a importância de realização de um curso superior</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>→ Considera fundamental</li> <li>• Oferece maior qualificação para exercer um trabalho</li> <li>• Exigência do mercado de trabalho</li> <li>• Oferece maiores oportunidades de trabalho</li> <li>• Satisfação Pessoal</li> <li>→ Não considera fundamental</li> <li>• O trabalho exercido satisfaz suas necessidades</li> <li>• Considera o conhecimento prático mais importante que o teórico</li> <li>• Mercado de trabalho restrito para todos os níveis de escolarização</li> <li>• Existência de outras opções profissionais</li> </ul>	<p>6 2 3 4 2 5 1 2 1 1</p>
<p>5.4) Concepção sobre os fatores necessários para obtenção de ascensão educacional e profissional</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>→ Qualidade do ensino básico.</li> <li>→ Esforço e dedicação pessoal.</li> <li>→ Condição financeira favorável.</li> <li>→ Investimento do governo.</li> <li>→ Qualidade dos professores do ensino superior.</li> <li>→ Qualificação pessoal.</li> <li>→ Preparo para realização de vestibular.</li> <li>→ Informação Profissional.</li> <li>→ Fazer o que gosta.</li> <li>→ Qualidade dos professores.</li> <li>→ Oportunidade.</li> </ul>	<p>3 6 2 2 1 1 1 1 1 2 1</p>
<p>5.5) Concepção sobre a influência do ensino público na sua trajetória.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>→ Positiva.</li> <li>• Qualidade da escola de EM</li> <li>→ Negativa</li> <li>• Qualidade dos professores</li> <li>• Falta de qualidade do ensino público</li> <li>• Falta de informação sobre o ingresso em curso superior</li> <li>→ Não influenciou.</li> </ul>	<p>2 2 3 2 1 1 6 4</p>

• Responsabilidade pessoal.	1
• Equivalência entre ensino público e privado.	1
• Outros fatores influenciaram:	1
◆ Qualidade dos professores	1
◆ Turno noturno	



**ANEXO H: Categorização Horizontal das Entrevistas – Familiares**

<b>TEMA 1: Dados Demográficos</b>	
<b>SUBTEMAS E CATEGORIAS</b>	<b>FREQUÊNCIA</b>
1.1) Grau de Instrução	
→ Fundamental incompleto (até a 4ª série)	5
• Falta de oportunidade de continuar os estudos	3
→ Fundamental incompleto (entre a 5ª e a 7ª série)	2
→ Fundamental completo	1
1.2) Tipo de trabalho realizado	
→ Aposentado	2
→ Afastamento por motivo de saúde	1
→ Trabalho Informal	3
• Manicure e cabeleireira autônoma	2
• Pedreiro	1
→ Não trabalha fora	2
• Dona de Casa	2
1.3) Quantidade de filhos	
→ Dois	2
→ Três	3
→ Quatro	1
→ Seis	1
→ Nove	1
<b>TEMA 2: Dados Familiares na Atualidade</b>	
2.1) Residência do filho na casa dos pais	
→ Sim	6
→ Não	2
• Filho é casado	2
2.2) Pessoas que residem na casa	
→ Mãe e filhos	2
→ Pai, mãe e filhos (incluindo o entrevistado)	2
→ Pai, mãe e filho (entrevistado)	2
→ Pai, mãe e outro parente	1
→ Pai, mãe, filhos e outros parentes	1
2.3) Responsáveis pelo sustento familiar	
→ Mãe	1
→ Pai, mãe e filho (entrevistado)	1
→ Pai	2
→ Mãe e filhos (incluindo o entrevistado)	1
→ Pai e filho (entrevistado)	1
→ Pai, mãe e outro parente	1
→ Pai e filhos (incluindo o entrevistado)	1
2.4) Ocupação dos irmãos	
→ Estudante ensino fundamental	1
→ Estudante ensino médio	1

<ul style="list-style-type: none"> <li>→ Estudante ensino superior</li> <li>• Comunicação</li> <li>→ Trabalhador – emprego formal</li> <li>• Economista</li> <li>• Professor de informática</li> <li>• Operário</li> <li>• Auxiliar de enfermagem</li> <li>• Militar</li> <li>→ Não trabalha fora</li> <li>• Dona de Casa</li> <li>→ Trabalhador informal</li> <li>• Professor particular</li> <li>• Sócio de uma loja de <i>Lan Games</i></li> <li>→ Trabalhador</li> <li>• Não soube responder</li> <li>→ Desempregado</li> <li>→ Destino dos filhos é atribuído a Deus</li> </ul>	<p>1 1 5 1 1 2 1 1 3 3 2 1 1 8 8 1 1</p>
<p>2.5) Realização de curso superior pelos irmãos</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>→ Sim.</li> <li>• Comunicação Social</li> <li>◆ Faculdade Particular</li> <li>• Economia</li> <li>◆ Faculdade Pública</li> <li>→ Não</li> <li>• Ainda não tem idade</li> <li>• Trabalha</li> <li>• Dona de Casa</li> <li>• Tentou vestibular mas não passou</li> <li>• Maioria tem baixa escolaridade</li> <li>• Realizaram outros cursos</li> <li>◆ Técnico em informática</li> <li>◆ Inglês</li> </ul>	<p>2 1 1 1 1 6 2 15 3 1 1 1 1 1</p>
<b>TEMA 3: Expectativas em relação ao futuro educacional e profissional do filho</b>	
<p>3.1) Expectativa de o filho cursar ensino superior (ES)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>→ Sim</li> <li>• Decepção pelo filho não ter feito ES</li> <li>• Importância do ES para conseguir emprego</li> <li>• Incentivo nos estudos</li> <li>• Falta de condições financeiras para concretizar a expectativa</li> <li>• Responsabilidade pessoal do filho para concretizar a expectativa</li> <li>→ Não</li> <li>• Falta de condições financeiras</li> </ul>	<p>7 1 1 1 4 1 1 1</p>
<p>3.2) Importância dada à inserção educacional ou profissional</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>→ Educacional</li> <li>• Oferece maiores oportunidades de trabalho.</li> <li>• Responsabilidade pessoal pela não continuidade dos estudos pelo filho</li> </ul>	<p>5 4 1 3</p>

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não continuou os estudos porque necessitava trabalhar</li> <li>• Responsabilidade pessoal do filho pela sua trajetória → Educacional e profissional</li> <li>• Responsabilidade pessoal do filho pela sua trajetória</li> <li>• Conciliação dos dois é o ideal</li> <li>• Necessidade de trabalhar para continuar estudando → Profissional</li> <li>• Necessidade de sobrevivência</li> </ul>	<p>1 2 1 2 2 1 1</p>
<p>3.3) Percepção sobre a importância do curso superior para obtenção de emprego</p> <p>→ Importante</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Oferece maiores oportunidades de trabalho</li> <li>• Oferece maior qualificação para exercer um trabalho.</li> <li>• Necessidade de haver condições para sua realização</li> <li>• Exigência do mercado de trabalho</li> <li>• Enriquecimento pessoal</li> </ul> <p>→ Não considera importante</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Futuro profissional depende da sorte</li> <li>• ES não é garantia de emprego</li> <li>• Responsabilidade pessoal do filho pelo futuro profissional</li> </ul>	<p>7 7 2 1 2 1 1 1 1 1</p>